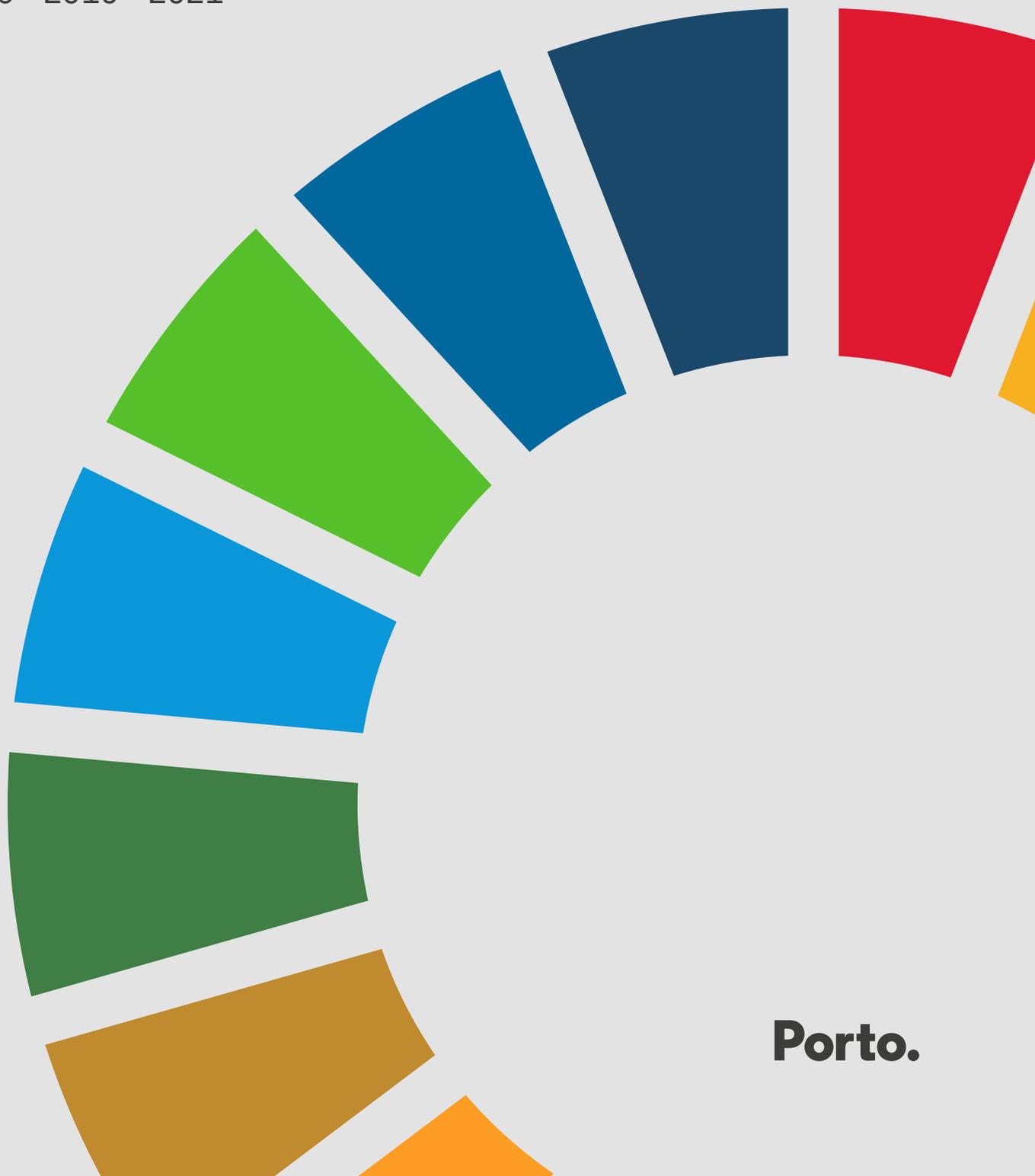


Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030

Primeiro Relatório Voluntário Local

Porto • 2010 - 2021



Porto.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030

Primeiro Relatório Voluntário Local

Porto • 2010 - 2021

Ficha técnica

Coordenação e conteúdos

Município do Porto - Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental

Ana Maria Magalhães
Maria Pacheco (apoio externo)
Marta Pinto
Manuel Semedo
Pedro Pombeiro
Sara Velho

Conceção e execução gráfica

@maismomentos.ambiente

Com a colaboração das várias Unidades Orgânicas, Empresas Municipais e Entidades Participadas, conforme detalhado nas páginas 12-14.

Julho de 2024

Porto.

Índice

005	Prefácio
006	Sumário Executivo
008	Breve contexto
011	A cidade do Porto: breve introdução
012	Metodologia
018	Serviços municipais participantes do processo
024	Guia de leitura
027	ODS 1 Erradicar a pobreza
049	ODS 2 Erradicar a fome
068	ODS 3 Saúde e qualidade de vida
095	ODS 4 Educação de qualidade
117	ODS 5 Igualdade de género
134	ODS 6 Água potável e saneamento
154	ODS 7 Energias renováveis e acessíveis
172	ODS 8 Trabalho digno e crescimento económico
197	ODS 9 Indústria, inovação e infraestruturas
212	ODS 10 Reduzir as desigualdades
226	ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis
253	ODS 12 Produção e consumo sustentáveis
279	ODS 13 Ação climática
292	ODS 14 Proteger a vida marinha
301	ODS 15 Proteger a vida terrestre
318	ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes
333	ODS 17 Parcerias para implementação dos objetivos
344	Síntese dos resultados
347	Observações finais e recomendações para o futuro
350	Bibliografia
351	Webgrafia

Prefácio

O Porto é, hoje, uma cidade cultural e cosmopolita, sustentável e segura, socialmente responsável e justa, economicamente dinâmica e resiliente. É um Porto à imagem do que sonhámos em 2013, com um programa de ação que foi sufragado pela cidade e que nos comprometemos a cumprir com ambição, num espírito de missão que abraçamos todos os dias e num projeto de cidade sempre inacabado, face às novas e inesperadas circunstâncias que se nos colocam todos os dias.

E, como tal, o caminho para alcançar a melhor cidade possível não é fácil e não depende apenas do esforço de alguns. Alguns dos desafios mais prementes da atualidade como a densificação das cidades, a crise demográfica, as alterações climáticas ou os relevantes conflitos armados exigem respostas integradas de todos os setores da sociedade, com o envolvimento de todos os stakeholders. Desde o executivo municipal às empresas, das universidades aos cidadãos, sem esquecer as entidades sociais e as comunidades locais mais vulneráveis. Todos têm o seu papel a cumprir e o Município deve funcionar como o terreno fértil que permite a contribuição de todos e de cada um.

Este primeiro Relatório Voluntário Local do Porto apresenta um diagnóstico da cidade relativamente aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ancorado na avaliação integrada de indicadores ao longo de uma série de 10 anos.

São apresentados mais de 200 indicadores para os diferentes ODS, desde a saúde, a pobreza, a produção e o consumo sustentável, a economia e as alterações climáticas. Este documento estabelece as bases a partir das quais se pode desenvolver novas estratégias e concretizar projetos que mantenham os bons resultados alcançados ou que sejam capazes de responder às áreas com maior vulnerabilidade.

Este trabalho envolveu todas as unidades orgânicas da Câmara Municipal do Porto e as empresas municipais na identificação e obtenção de dados relevantes, com o apoio indispensável do *Joint Research Center* da Comissão Europeia. Este documento materializa um trabalho de vários anos que vê agora a luz do dia, apresentando, sob vários ângulos, uma visão da realidade da cidade do Porto à luz dos ODS refletidos e implementados à escala local.

Este documento apresenta também mais de 180 iniciativas municipais ou em estreita parceria com o universo municipal que dão respostas a vários desafios da cidade e a cada ODS. Como tal, torna-se um instrumento de ligação dos portuenses às políticas públicas promovidas pelo Município, adensando o conhecimento sobre a ação local e o seu impacto para a cidade e para os desafios nacionais, europeus e mundiais.

Este Porto que se cumpre todos os dias, em diversas áreas, é construído por todos aqueles que vivem, estudam, trabalham ou visitam a cidade. É fundamental, em conjunto, colaborarmos para preservar a identidade única do Porto, sem colocar em causa a adaptação necessária e a evolução como resposta aos múltiplos desafios que nos são colocados.

Rui Moreira

Presidente da Câmara Municipal do Porto

Filipe Araújo

Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto, Vereador do Pelouro do Ambiente e Transição Climática e do Pelouro da Inovação e Transição Digital

Sumário executivo

O primeiro Relatório Voluntário Local do Porto resulta de um convite dirigido pelo *Joint Research Center* (Comissão Europeia) ao Município do Porto, em 2020, para que integrasse um estudo realizado em seis territórios piloto europeus para analisar a recolha de dados a nível local para reportar o estado de implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Este Relatório Voluntário Local do Porto, na sua versão piloto, permite avaliar o desempenho da cidade em relação aos vários ODS na janela temporal 2010 – 2021. Este desempenho é demonstrado através de indicadores específicos para cada ODS, bem como através das políticas, estratégias, projetos e programas implementados pelo Município do Porto.

Os indicadores em análise foram selecionados com base no estudo do *Joint Reserach Center*, nas propostas dos serviços municipais e em indicadores oficiais. Os dados são caracterizados para o Porto e adaptados à realidade da cidade, facilitando uma análise mais fina.

Foram reunidos dados para 240 indicadores, dos quais 219 permitem uma análise da evolução ao longo do tempo.

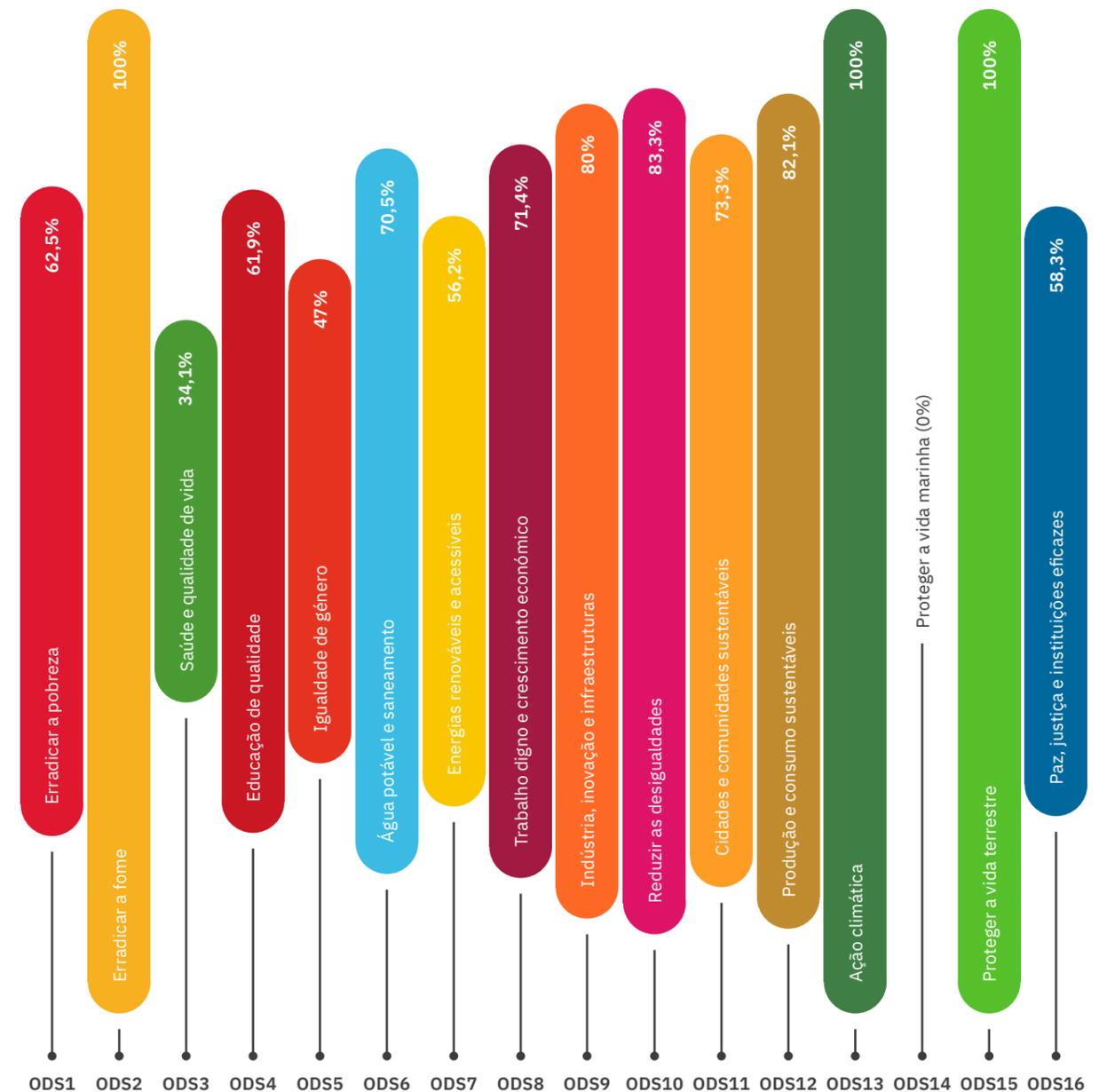
Foram ainda identificados 45 planos e estratégias e 140 programas, projetos e iniciativas municipais (ou em parceria), cuja implementação influencia a sustentabilidade da cidade.

É importante notar que este relatório não pretende avaliar o desempenho do Município do Porto (como governo local), mas sim da cidade do Porto relativamente aos ODS. Em muitos casos, a melhor ou pior situação de cada indicador depende do governo central, das empresas, dos cidadãos, entre outros.

Dos **219 indicadores** de progresso analisados, o Porto apresenta:

- 4% com a meta já atingida (valor máximo possível);
- 59% com uma tendência positiva;
- 16% estáveis no período em análise;
- 21% com uma tendência negativa.

No gráfico que se segue, é discriminada a percentagem de indicadores com tendência positiva em cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Breve contexto

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, e que entrou em vigor em 2016, define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns. São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que representam um apelo urgente à ação de todos os países para uma parceria global.

A Organização das Nações Unidas (ONU) monitoriza o progresso dos países ao nível dos 17 ODS através do *SDG Index & Monitoring*.

A Comissão Europeia apresentou um programa político ambicioso para alcançar a sustentabilidade na UE e fora dela. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma parte intrínseca das diretrizes políticas da Presidência e estão no centro da formulação de políticas de ação interna e externa em todos os setores.

Portugal tem tido um papel ativo na implementação da Agenda 2030. Em 2017 apresentou, de forma voluntária, um “Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, no qual se podia comprovar as ações levadas a cabo a nível nacional relativamente a cada um dos ODS.

Em 2022, o *relatório da ONU sobre desenvolvimento sustentável*, conduzido por investigadores independentes, destacou Portugal no 20º lugar (entre 163 países) com uma pontuação de 79,2 em 100.

Como forma de apurar os contributos locais para o cumprimento dos ODS, as autoridades locais iniciaram a elaboração de Relatórios Voluntários Locais (RVL). Estes têm-se demonstrado um meio de reforço do cumprimento das metas e de evidenciar a capacidade dos governos locais para responder aos seus compromissos.

Em 2020 o *Joint Research Centre (JRC)* publicou o *European Handbook for*

SDG Voluntary Local Reviews, um manual com o objetivo de oferecer às autoridades locais um conjunto de recomendações e uma proposta de 71 indicadores para a elaboração do RVL, oferecendo uma possível comparabilidade entre cidades europeias, considerando o seu desempenho em cada ODS.

A cidade do Porto, em conjunto com outras cinco cidades europeias, foi convidada pelo JRC para testar esta metodologia. Preconizava-se apenas a identificação da disponibilidade de bases de dados disponíveis para caracterizar os 71 indicadores propostos no manual, enquanto se identificavam outras fontes de dados disponíveis que pudessem contribuir para a “localização” do cumprimento dos vários ODS.

O Porto aceitou o desafio (do qual resultou o relatório *Building urban datasets for the SDGs. Six European cities monitoring the 2030 Agenda*) e optou por estabelecer a partir desta experiência as bases para elaborar o seu primeiro RVL.

O resultado é o presente documento que, podendo ser mais ambicioso em próximas edições, tem como objetivo oferecer um primeiro panorama do desempenho da cidade do Porto face aos ODS e identificar as principais oportunidades e desafios para a sua implementação, atuando como um apoio à governação e como um mecanismo de orientação a longo prazo.

A cidade do Porto tem vindo a trabalhar ao longo dos anos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável presentes na sua ação. O presente documento é um passo para sintetizar a análise dessa ação e reunir dados objetivos sobre a situação da cidade, que não só refletem políticas e ações locais, mas também as nacionais.

Breve introdução

A cidade do Porto

O Município do Porto tem 231.800 habitantes - de acordo com os [Censos de 2021](#) - e representa um dos principais centros urbanos de Portugal, com uma área total de 41,42 km². Situa-se no noroeste de Portugal e faz fronteira a oeste com o Oceano Atlântico.

A cidade é o epicentro de uma região com mais de 1,7 milhões de habitantes – a Área Metropolitana do Porto. É o quarto município mais populoso e o terceiro mais densamente povoado do país (5.596 habitantes / km²).

O Porto exerce um poder magnético que atrai a população dos municípios e regiões envolventes. Tem uma vasta gama de serviços e ofertas de emprego, o que acrescenta valor à sua economia e a sua indústria está cada vez mais concentrada na inovação. Todos os dias, o Porto quase duplica a sua população, tendo em conta o número de pessoas que vêm para trabalhar ou estudar na cidade, ou simplesmente a visitam por motivos de lazer (movimentos pendulares).

A cidade é cada vez mais atrativa para viver, estudar, acolher negócios e turistas.

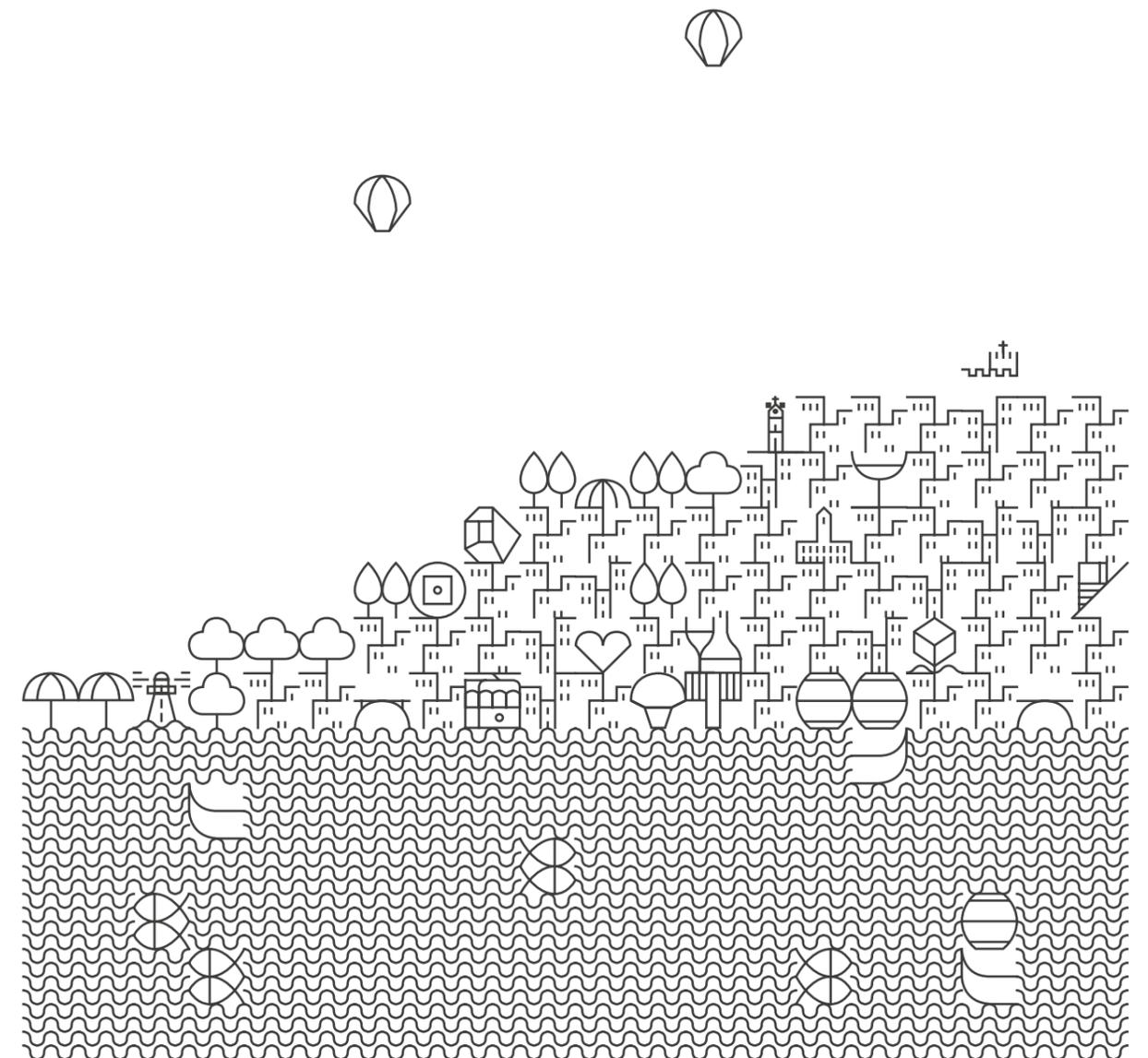
O ecossistema de inovação e empreendedorismo do Porto tem vindo a ser crescentemente desenvolvido e reconhecido nacional e internacionalmente, como pode ser evidenciado no [Rank Porto 2022](#). Concentra uma em cada cinco *startups* a nível nacional e é um polo de geração, captação e fixação de conhecimento, fruto do elevado número de universidades e centros de investigação.

O Porto é ainda um ecossistema de inovação e sustentabilidade ambiental na área da ação climática, economia circular e proteção do património natural.

O turismo é um setor de relevo para a cidade, ao nível do seu contributo para o desenvolvimento económico e o Porto tem sido recorrentemente identificado a nível internacional como um dos melhores destinos turísticos.

Apesar disto, existem no Porto, como na maioria das cidades, alguns desafios a ultrapassar, nomeadamente nos domínios social, económico e ambiental.

Talvez o seu maior desafio seja o de criar uma cidade que ofereça qualidade de vida elevada aos seus residentes, atraindo pessoas e atividades de alto valor acrescentado, assegurando a proteção do seu património cultural e natural.



Manual de identidade da cidade do Porto.

Metodologia

O primeiro passo para a decisão de redigir o RVL da cidade do Porto começou com a recolha de indicadores para os 17 ODS, a convite do *Joint Research Centre* (JRC). Este convite teve por objetivo testar a metodologia e os indicadores propostos na primeira edição do *European Handbook for SDG Voluntary Local Reviews 2020 Edition* em seis cidades-piloto, onde se incluiu o Porto. Este documento é um guia que reúne um conjunto de recomendações e propõe um conjunto de 71 indicadores para a elaboração do relatório e uma possível comparabilidade entre as cidades europeias, tendo em conta o seu desempenho em cada ODS.

Assim, neste primeiro exercício, realizado no primeiro trimestre de 2021, foram identificados quais os indicadores propostos no Handbook disponíveis para o concelho do Porto. Para isso foram analisados vários documentos do Município – como o *Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana* (SMQVU), os *Relatórios de Sustentabilidade do Município do Porto*, os *documentos de base de revisão do Plano Diretor Municipal* (PDM), entre outros. Foram ainda analisados RVL publicados por outras cidades europeias de forma a encontrar, para além dos 71 indicadores, outros que poderiam ser usados para descrever também o desempenho do Porto em resposta aos ODS. Desta análise resultou uma lista com 287 indicadores.

Na fase seguinte foram contactados os diferentes serviços municipais (Unidades Orgânicas, Empresas Municipais e Entidades Participadas) com os objetivos de identificar os indicadores da lista anterior que poderiam fornecer uma boa interpretação do desempenho da cidade, bem como adicionar indicadores-chave adicionais relacionados com a sua área de atuação. Em simultâneo solicitou-se que fossem identificadas pelos serviços as iniciativas locais com impacto em cada ODS. Deste exercício, foi apurada uma lista com 158 indicadores, dos quais 41 eram sugeridos pela primeira edição do *Handbook*. Foi reconhecido que a fonte de dados de uma parte do número total de indicadores era o próprio Município do Porto, o que permitiu compreender o seu potencial para prosseguir o processo de elaboração do RVL. Os restantes eram obtidos através de outras fontes oficiais. Este exercício foi concluído com a elaboração de um relatório para o JRC que reunia a experiência do Porto. Com base nesta colaboração, e a de mais cinco cidades europeias, o JRC elaborou um relatório - *Building urban datasets for the SDGs. Six European cities monitoring the 2030 Agenda* - que reuniu a experiência de cada cidade na aplicação a nível local da metodologia proposta pela primeira versão do seu *Handbook*. Desta análise,

resultou a versão revista do *Handbook - European Handbook for SDG Voluntary Local Reviews 2022 Edition*. Importa destacar que da primeira para a segunda versão foram alterados alguns dos indicadores considerados essenciais pelo JRC na análise do cumprimento das cidades em relação aos ODS, bem como foi reforçada a manutenção de outros. Foi assinalada ainda a dificuldade de obtenção de alguns dos dados para o contexto de cidade bem como a necessidade de as cidades medirem o seu desempenho usando outros indicadores de acordo com as prioridades e ações locais.

A fase de trabalho seguinte para o Município do Porto consistiu em partilhar o relatório preparado para o JRC com todos os serviços municipais. Foram conduzidas reuniões com todos para proporcionar uma compreensão geral do trabalho já desenvolvido e os principais objetivos para o RVL, bem como solicitar contributos. Após a recolha de inputs de todos os serviços, foi possível obter dois conjuntos principais de informação que podem ser analisados nos seguintes capítulos: (i) os indicadores-chave para cada ODS; e (ii) os principais programas, planos, iniciativas e/ou projetos desenvolvidos na cidade.

Após esta fase procedeu-se ao cruzamento dos indicadores recolhidos com os que constam no Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM), decorrente do trabalho desenvolvido pelo *CESOP-Local*. Apesar da metodologia de recolha, tratamento e interpretação dos dados e resultados serem distintas, entendeu-se que deveria ser potenciado o trabalho já desenvolvido por esta equipa de modo a complementar a análise em curso. Este exercício resultou na integração de novos indicadores no RVL (cuja caracterização era feita ao nível da cidade). No entanto, verificou-se que no ISM são incluídos vários indicadores cuja caracterização só existe para o nível nacional ou até à NUTS 2 (Região Norte) bem como são incluídos indicadores cuja caracterização não parece adequada para o território do Porto (como por exemplo, a proporção da superfície florestal, a evolução da superfície florestal, rácio entre as áreas que pertencem a Rede Natura 2000 e as áreas protegidas). Neste caso, a elaboração do RVL não acompanhou o ISM.

Os indicadores analisados no presente RVL, num total de 240, foram selecionados com base em quatro critérios chave:

- relevância dos mesmos para os serviços municipais envolvidos e para a caracterização da situação da cidade;
- disponibilidade de dados para o período entre 2010 e 2020 (mesmo que pontuais) e capacidade de atualização no futuro;
- existência de dados para o nível municipal;
- proveniência de fontes oficiais ou validadas: INE, Pordata, JRC, entre outras, ou Município do Porto.

O horizonte temporal preferencial de caracterização dos indicadores foi o intervalo de 10 anos (2010-2020), que se estendeu, entretanto, a 2021, devido à publicação dos mais recentes dados dos Censos, que completaram alguma informação essencial. Ainda assim, sempre que estivessem apenas presentes dados para períodos mais curtos dentro deste intervalo estes foram considerados.

Sempre que disponível, foi igualmente recolhida informação sobre cada indicador para a situação a nível nacional, para a cidade de Lisboa (e outros níveis territoriais), de modo a poder contextualizar / comparar a situação.

A segmentação de indicadores por ODS respeitou a orientação dos *Handbook* do JRC. No entanto, esta segmentação foi realizada de forma relativamente arbitrária, dada a dificuldade frequente em associar um indicador a apenas uma meta. A dificuldade acresce ainda pelo facto de um determinado indicador poder ser objetivamente associado a várias metas de um ODS e ainda a outras metas de outros ODS. Deste modo, deve ser igualmente sublinhado que há vários indicadores que são listados e caracterizados até ao ODS 8 e que passam a ser apenas referidos nos ODS seguintes onde possam ser relevantes (com remissão à meta do ODS onde foi inicialmente caracterizado). Deste modo evitam-se duplicações na apresentação de cada indicador. Este procedimento apenas não foi seguido nas situações em que o *Handbook* do JRC considerava que esse indicador era nuclear na análise.

Apesar do referido, há situações nas quais a descrição de uma meta beneficia do contexto geral apurado num ODS já descrito e, nesse caso, faz-se a remissão ao mesmo.

A informação relativa a estratégias, planos bem como programas, iniciativas e projetos municipais relacionados com cada ODS resultou da integração dos dados recolhidos junto de cada serviço municipal complementada com pesquisa nos sites do Município do Porto e Portal de Notícias do Porto (publicados ou em curso até dezembro de 2023).

Face à dificuldade em caracterizar a situação relativa ao progresso de alguns ODS dada a escassez de dados, não se deixou, no entanto, de fazer uma listagem de indicadores que poderão complementar a análise no futuro (e orientar a necessidade de obter dados para os mesmos). A lista elaborada resulta da análise dos indicadores propostos no [Pordata](#), da reflexão elaborada pelo [Business Council for Sustainable Development](#), bem como da consulta bibliográfica realizada ao longo da elaboração deste trabalho e da identificação feita pelos serviços municipais. Acresce ainda nesta lista

os indicadores propostos pelas duas edições do *Handbook* do JRC (sempre que adequados para a realidade do Porto).

Da análise de todos estes dados resulta a estrutura de apresentação do desempenho do Porto relativamente a cada ODS, que inclui:

01.

↪ Identificação das metas para o ODS, reproduzindo as metas originais (com indicação das não aplicáveis, daquelas cujos dados não estão disponíveis ou das abordadas neste relatório).

02.

↪ Identificação exhaustiva de todos os indicadores usados na análise do progresso nesse ODS.

03.

↪ Descrição do desempenho segmentando os indicadores por meta (sempre que aplicável).

04.

↪ Identificação de indicadores que poderão complementar a análise do desempenho no futuro.

05.

↪ Listagem das principais estratégias e planos municipais com impacto no respetivo ODS.

06.

↪ Listagem dos principais programas, projetos e iniciativas municipais (ou em parceria com o Município) com impacto no respetivo ODS.

Na tabela de identificação exhaustiva de todos os indicadores usados na análise do progresso nesse ODS (bem como na tabela de dados) estão assinalados os indicadores propostos no *Handbook* do JRC do seguinte modo:

***designação do indicador** - quando este indicador foi recomendado apenas na primeira edição do *Handbook* (um asterisco);

****designação do indicador** - quando este indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do *Handbook* (reafirmando a sua relevância) (dois asteriscos);

*****designação do indicador** - quando este indicador foi recomendado apenas na segunda edição do *Handbook* final (três asteriscos).

Para cada indicador, havendo séries de dados para mais do que dois anos, foi calculada a sua variação média anual (bem como a taxa de variação média anual).

Uma vez que 2020 e 2021 foram anos atípicos (pelos confinamentos associados à pandemia), foram retirados estes dados dos cálculos sempre que revelava uma alteração significativa (e aparentemente associada ao fenómeno, como por exemplo o número de turistas) na evolução do indicador, como recomendado em várias publicações da Comissão Europeia. O mesmo ocorreu para outros *outliers* identificados ao longo do processo.

O sentido das setas atribuído à evolução do indicador e incluído nas tabelas com a designação de “situação” está relacionada com a evolução objetiva da variação média anual apurada (cresce ↑, decresce ↓, estável ↔).

A cor associada a cada seta (verde, vermelho ou amarelo) já resulta de uma interpretação. Nesta interpretação convém assinalar que se considerou, por regra, positiva a capacidade de resposta do Município a situações que, por si, não são positivas. Por exemplo, não se considera positivo o aumento da proporção de famílias que vivem em habitação social, mas sim o facto de o Município estar a responder (↑). Um indicador tem uma seta horizontal amarela (↔) sempre que a sua evolução ao longo do tempo se demonstra estável (mas a meta não foi atingida). No caso de uma seta horizontal verde (↔) foi considerado que já não há espaço para progresso pelo facto de estar no seu máximo (meta já atingida).

No caso em que o indicador variou num determinado sentido, mas essa variação não é relevante para a análise ou necessita de uma análise mais aprofundada, usaram-se setas pretas (↑, ↓, ↔).

Em resumo:



Assinala-se por fim a identificação de 190 “Indicadores sentinela”, que resultam de uma avaliação da equipa de elaboração do RVL quanto à sua importância na caracterização do fenómeno (relevância face às metas estabelecidas e às dinâmicas locais) e que deveriam continuar a ser acompanhados no futuro. Não obstante, recomenda-se uma monitorização regular de todos os indicadores listados neste documento (à exceção daqueles cuja variação já não é expectável, como por exemplo o número de crianças com registo de nascimento).

Serviços municipais participantes do processo

O processo de elaboração do presente documento aconteceu entre 2021 e 2023, período no qual decorreu uma alteração na Macroestrutura do Município do Porto. Assim, assinala-se a sublinhado cinza a designação das unidades orgânicas alteradas durante o processo.

Unidades orgânicas

 **Pivô**
Cláudia Costa

 **Outros colaboradores**
Daniela Morais
Almeida

 **Pivô**
Sílvia Cunha

 **Outros colaboradores**
Cristina Dias

 **Pivô**
Gonçalo Martins
Barbosa

 **Outros colaboradores**
Afonso Fonseca

 **Pivô**
José Franco

 **Outros colaboradores**
Evandro Miguel
Ribeiro

 **Pivô**
Liliana Ferreira

 **Outros colaboradores**
Carolina Lucas

Departamento Municipal de Coesão Social

Promove a inclusão social e a inovação. Atua também na gestão da rede social e desenvolvimento social da cidade do Porto.

Departamento Municipal de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida e Juventude

Garante o desenvolvimento de políticas ativas que visem melhorar a qualidade de vida das pessoas, independentemente da sua idade, género ou condição, ao mesmo tempo que se promove a sua saúde e se expande a capacidade de atração e retenção de uma população mais jovem na cidade.

Departamento Municipal de Economia

Promove a atratividade económica da cidade e da região, a coesão social, e a qualidade de vida daqueles que trabalham, visitam e vivem na cidade, assegurando assim o desenvolvimento sustentável da cidade do Porto.

Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas

Divisão Municipal de Estrutura Verde

Atua em assuntos relacionados com a estrutura verde da cidade, nomeadamente cobertura arbórea e espaços verdes públicos. Na sua área de ação inclui a conservação de infraestruturas e gestão de frotas.

Divisão Municipal de Conservação, Infraestruturas e Gestão de Frota

Assume a gestão das infraestruturas associadas à conservação dos espaços verdes e o acompanhamento das obras nestas áreas. Gere a frota municipal, o fornecimento e a manutenção de meios e veículos, e o abastecimento de combustível.

 **Pivô**
Liliana Pereira

 **Outros colaboradores**
Vitor Mesquita
Daniela Ferreira

Direção Municipal de Cultura e Património

Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural

Promove a dinamização cultural da cidade e a proteção do património histórico da cidade, gerindo as respetivas instalações culturais.

 **Pivô**
Sara Velho

 **Outros colaboradores**
Ana Maria Magalhães

Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental Divisão Municipal de Gestão Ambiental

Assegura o planeamento ambiental e promove a consciência ambiental coletiva. É responsável pela gestão do centro de recolha de animais e dos cemitérios da cidade. Assegura também a gestão do ruído e os estudos com incidência ou impacto ambiental.

 **Pivô**
Patrícia Mascarenhas

 **Outros colaboradores**
Cristina Correia
Sofia Vale

Departamento Municipal de Turismo e Comércio

Departamento Municipal de Atividades Económicas e Departamento Municipal de Turismo e Internacionalização

Define a estratégia de desenvolvimento para o turismo e o comércio na cidade do Porto, procurando assegurar a sustentabilidade do turismo na cidade. Colabora com outras entidades, com o objetivo de promover e posicionar internacionalmente a cidade como destino turístico de excelência.

 **Pivô**
Jaime Sousa

 **Outros colaboradores**
Joana Bastos

Direção Municipal de Educação

Assegura os recursos educativos sob a gestão da Câmara Municipal do Porto e promove a valorização e a qualificação da rede de equipamentos escolares. É responsável por assegurar a implementação de políticas educativas e por criar parcerias com outras instituições.

 **Pivô**
Nuno Albuquerque

 **Outros colaboradores**
Alexandra Negrões
Daniela Soares
Patrícia Vieira
Márcia Dias Carvalho
Quiã Ribeiro

Direção Municipal de Recursos Financeiros

Assume a gestão da estratégia de compras sustentáveis e dos contratos públicos, e pelo controlo do consumo médio dos serviços e fornecedores. Promove a escolha de soluções mais sustentáveis junto dos serviços municipais.

 **Pivô**
Nuno Pereira

Direção Municipal de Mobilidade e Transportes

Departamento Municipal da Mobilidade

Assegura a gestão e o planeamento dos transportes e da mobilidade na cidade do Porto. Tem também competências na gestão do tráfego da cidade.

 **Pivô**
Eugénia Rocha

Direção Municipal de Urbanismo

Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano

Departamento Municipal de Planeamento Urbano

Promove o planeamento e a gestão integrado do Município do Porto e acompanha o desenvolvimento territorial, materializado em instrumentos de gestão territorial de âmbito local, sectorial e global.

 **Pivô**
Paulo Roncha

Batalhão de Sapadores Bombeiros

Regimento de Sapadores Bombeiros

Assegura atividades de proteção e salvamento, realiza vistorias e inspeções de edifícios e instalações públicas, garante a segurança em eventos públicos na cidade e emite pareceres técnicos sobre condições de segurança contra incêndios e outros eventos extremos, em colaboração com a Proteção Civil.

 **Pivô**
Duarte Ricardo

 **Outros colaboradores**
Carlos Barros

Serviço Municipal de Proteção Civil

Departamento Municipal de Proteção Civil

Assegura a prevenção, preparação, a resposta e a recuperação de acontecimentos extremos e acidentes graves. Implementa planos setoriais de prevenção, emergência e retoma da vida da população à normalidade, em colaboração com as outras agências da cidade.

 **Pivô**
Afonso Sousa

Polícia Municipal

Departamento Municipal de Operações

Promove a segurança, a ordem e a mobilidade da população, fazendo cumprir as normas legais e os regulamentos municipais, e contribuindo, em colaboração com outras entidades municipais, policiais e da sociedade civil, para o bem-estar de toda a população.

 **Pivô**
Cristiana Oliveira

Direção Municipal de Serviços ao Município

Apoia o executivo na implementação de estratégias e políticas para se aproximar do cidadão, por vários meios, entre eles a partir da implementação de projetos inovadores, combinando os desafios e as ambições dos cidadãos com as melhores práticas internacionais.

Empresas municipais e entidades participadas

 **Pivô**
Emanuel Sá

Agência de Energia do Porto (AdEPorto)

A AdEPorto foi criada pelo Município do Porto em 1997 e é atualmente uma associação privada sem fins lucrativos que serve 9 outros municípios da região. Promove a inovação e as boas práticas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável através da utilização inteligente de energia.

 **Pivô**
Carlos Ferreira
Paula Malheiro

 **Outros colaboradores**
Inês Costa

Águas e Energia do Porto

A Águas e Energia do Porto é responsável pela distribuição de água e pela recolha e tratamento de águas residuais, bem como pela gestão completa do ciclo urbano da água na cidade, desde os pequenos riachos até às zonas balneares. Recentemente, a empresa passou a estar envolvida no setor energético.

 **Pivô**
Jorge Rodrigues

Ágora – Cultura e Desporto do Porto

A Agora é a empresa cultural e desportiva da Câmara Municipal do Porto. Assegura a programação, produção e supervisão das atividades culturais, desportivas e de entretenimento na cidade, de acordo com as opções e estratégia definidas pela Câmara Municipal.

 **Pivô**
Daniel Coelho

 **Outros colaboradores**
Elsa Marques

Domus Social

A Domus Social é responsável pela promoção da cidade do Porto no mercado imobiliário, gestão do parque habitacional público municipal, manutenção e conservação de todos os bens imóveis, equipamentos e infraestruturas municipais, e preparação, desenvolvimento e implementação de projetos na área social.

 **Pivô**
Hélder Claro

 **Outros colaboradores**
Sofia Gomes

Porto Ambiente

A Porto Ambiente é responsável pela gestão dos resíduos urbanos e pela limpeza dos espaços públicos na cidade do Porto. Tem também a responsabilidade de participar ativamente na sensibilização de todos para as questões ambientais, tais como a prevenção e redução da produção e separação de resíduos.

 **Pivô**
Ana Carneiro
Daniela Monteiro
Joana Mendes
Sara Mendes

Porto Digital

A Associação Porto Digital é uma associação privada sem fins lucrativos criada em 2004 pela Câmara Municipal do Porto, a Universidade do Porto, e a Associação Empresarial Portuguesa (AEP), em cooperação com a empresa Metro do Porto. O seu principal objetivo é a promoção de projetos TIC no contexto da cidade do Porto e da sua área metropolitana.

 **Pivô**
José Sequeira
Cláudia Fernandes

Porto Vivo, SRU

Porto Vivo, SRU - Sociedade para a Reabilitação Urbana é uma empresa pública criada pela Câmara Municipal do Porto cuja missão é conduzir o processo de reabilitação urbana da cidade do Porto. Procura promover o realojamento da zona; qualificar o espaço público; revitalizar o comércio; impulsionar o turismo, a cultura e o lazer.

Guia para leitura

Para orientar o leitor e facilitar a interpretação dos dados e da análise realizadas no RVL, foi adotada uma linguagem comum ao longo de todo o documento.

Cada ODS começa com uma capa e duas páginas que o resumem:

- Descrição do ODS e análise sucinta dos pontos relevantes, tanto positivos como negativos, da situação no Porto;
- Representação gráfica do número de indicadores analisados no ODS específico e das suas tendências nos períodos em análise.

A apresentação de cada ODS e dos seus respetivos indicadores é realizada de forma sequencial e a informação apresentada nas páginas está organizada da seguinte forma:

- Cabeçalho – Metas em análise;
- Rodapé – ODS em análise;
- As tabelas incluem, para além dos dados e do ano de referência, a unidade, se é um indicador sentinela ou não e qual a fonte dos dados;
- Interpretação do indicador conforme apresentada na metodologia;
- Realce gráfico de alguma informação considerada relevante.

Após a apresentação dos indicadores, são apresentadas mais 3 secções:

- Indicadores propostos para futuras análises;
- Principais estratégias e planos municipais com impacto no ODS em análise, apresentados através de tabelas onde se identificam os demais ODS com que se relaciona a estratégia, a data de lançamento, a última atualização, o período de vigência e uma breve descrição da estratégia.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto no ODS em questão, apresentados através de tabelas onde se identificam os demais ODS com que se relaciona o projeto, as metas com as quais se identifica, a data de lançamento e uma breve descrição do projeto ou iniciativa.





Erradicar a pobreza



Erradicar a pobreza

Erradicar a pobreza em todas as suas formas, dimensões e lugares. Reduzir a proporção de pessoas a viver em situação de pobreza extrema. Implementar sistemas de proteção social para todos. Aumentar a resiliência dos mais vulneráveis. Garantir o acesso de todas as pessoas a recursos e serviços básicos.

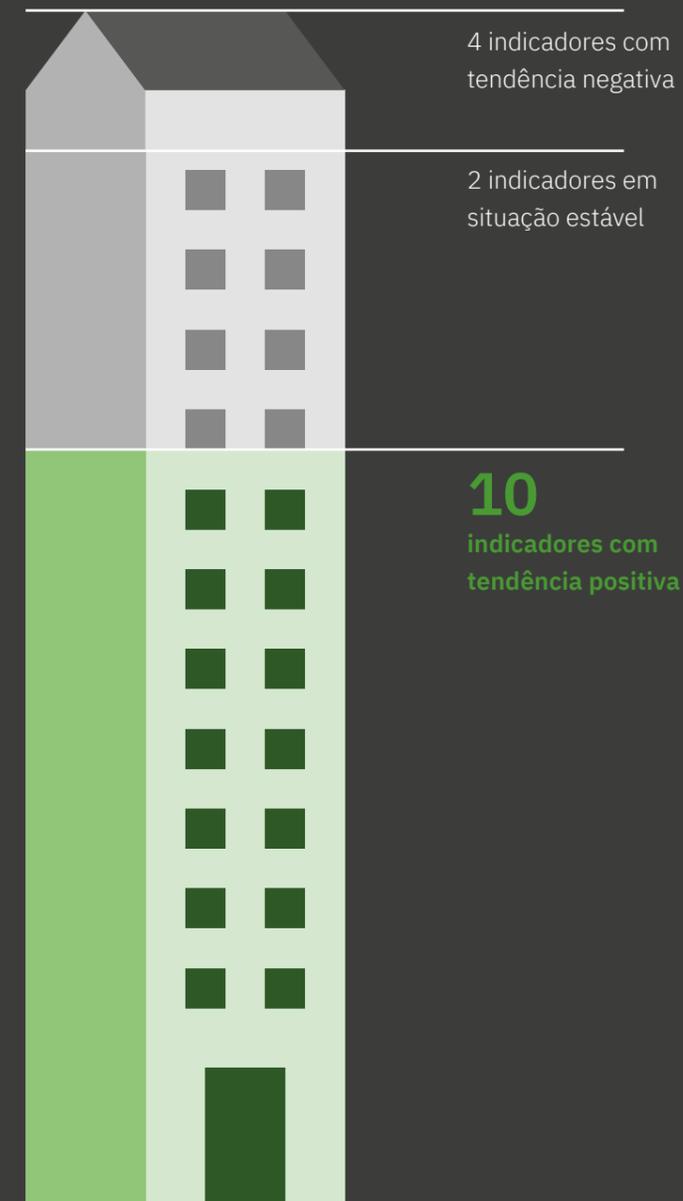
.....

A pobreza é influenciada por uma multiplicidade de fatores que ultrapassam significativamente a capacidade de atuação municipal. O Município do Porto tem atuado principalmente na área da habitação social (13% das famílias do Porto vivem em habitação social, o que significa uma oferta muito superior à média nacional), do apoio ao arrendamento, bem como na requalificação da habitação para aumentar o conforto e reduzir os custos energéticos das famílias. Destaca-se ainda o apoio e integração de pessoas sem-abrigo. A despesa municipal canalizada para o apoio a famílias e IPSS tem-se mantido estável em percentagem da despesa municipal total (embora o valor *per capita* tenha aumentado).

Total

16 indicadores

Destacam-se os esforços em reduzir a pobreza na cidade do Porto, com mais de 50% dos indicadores positivos (10/16).



Metas a atingir

Definição das metas

- ⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.
- ⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.
- ✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.



Até 2030, erradicar a pobreza extrema em todos os lugares, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia.



Até 2030, reduzir pelo menos para metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.



Implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo escalões, e até 2030 atingir uma cobertura substancial dos mais pobres e vulneráveis.



Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias e serviços financeiros, incluindo microfinanciamento.



Até 2030, aumentar a resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade, e reduzir a exposição destes aos fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais.



Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento (em particular, os países menos desenvolvidos) possam implementar programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.



Criar enquadramentos políticos sólidos ao nível nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos mais pobres e que sejam sensíveis à questão da igualdade do género, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
1.2	**Pessoas em situação de sem-abrigo	Número absoluto de pessoas em situação de sem-abrigo. Considera-se “pessoa em situação de sem-abrigo” aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre: i) sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ii) sem casa, num alojamento temporário destinado para o efeito.
	**Famílias clássicas com pelo menos uma pessoa desempregada	Proporção de famílias clássicas (i.e., conjuntos de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco entre si) que têm pelo menos um elemento em situação de desemprego, pelo total de famílias clássicas, à data dos Censos.
	** Núcleos familiares monoparentais	Proporção de núcleos familiares (i.e., conjuntos de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos) que integra apenas um só progenitor, pai ou mãe, com filho(s).
1.3 10.2	Beneficiários do rendimento social de inserção	Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 habitantes em idade ativa. O rendimento social de inserção (RSI) é o montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.
1.3	Beneficiários do abono de família para crianças e jovens da segurança social	Número de pessoas inscritas como titular do direito à proteção social no âmbito dos Regimes de Segurança Social, contributivos e não contributivos. O abono de família é uma prestação pecuniária mensal, de montante variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar e da idade do respetivo titular, visando compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.
1.4 11.1	População residente em alojamentos familiares não clássicos de residência habitual	Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos de residência habitual. Um alojamento familiar não clássico é um alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e propriedade da construção, porque é móvel, improvisado, e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família.
1.4	**Famílias que vivem em habitação social municipal	Proporção de famílias que vive em habitação social que está sob gestão do Município do Porto. A habitação social é um tipo de habitação de custos controlados, destinada a famílias mais carenciadas, a partir de um contrato de arrendamento apoiado ou de um sistema de propriedade resolúvel.
	Tipologia de família dos agregados que se candidatam a habitação social municipal	Família unipessoal.
		Família monoparental (masculina).
		Família monoparental (feminina).
		Família clássica com filhos.
		Família clássica sem filhos.
		Famílias numerosas.
	Famílias compostas por avós e neto(s).	
	Outras famílias.	

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
1.4	Pedidos de habitação social municipal	Número de pedidos de habitação social municipal.
	Habitações sociais municipais atribuídas	Número de habitações sociais municipais atribuídas.
	Rendimentos dos agregados familiares que se candidatam a habitação social	Rendimento médio <i>per capita</i> dos agregados familiares que se candidatam à habitação social no ano de referência. Os valores podem variar de acordo com as alterações nos critérios de seleção estipulados para a atribuição de habitação social.
	Famílias apoiadas no arrendamento no programa Porto Solidário	Número de famílias apoiadas no arrendamento no âmbito do projeto ‘Porto Solidário’.
	Despesas correntes municipais para famílias e IPSS no total da despesa	Proporção de despesas anuais do Município dirigidas a famílias e IPSS no total das despesas municipais. As despesas correntes correspondem a um dos subagregados da despesa pública refletindo genericamente os gastos em bens e serviços consumidos dentro do ano corrente, com vista à satisfação de compromissos e necessidades sociais e coletivas.
	Despesas correntes municipais para famílias e IPSS <i>per capita</i>	Proporção de despesas anuais do Município dirigidas a famílias e IPSS por habitante.
1.5	Investimento municipal em apoio ao arrendamento no programa Porto Solidário	Investimento anual, em milhares de euros, no apoio ao arrendamento no âmbito do projeto ‘Porto Solidário’.
	Investimento municipal em obras de reabilitação de habitação social	Investimento, em euros, em obras de reabilitação de habitação social sob gestão municipal.
13.1		

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

Resultados por meta

1.2 Meta: Reduzir a proporção de pessoas que vivem na pobreza

**Pessoas em situação de sem-abrigo

Crescimento negativo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	–	560	592	590	730

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [ENIPSSA](#)

O número efetivo de pessoas sem-abrigo no Porto cresceu entre 2018 e 2021, com um incremento mais acentuado neste último ano. Apesar deste aumento, a proporção de sem-abrigo na cidade em relação ao número total a nível nacional decresceu entre 2018 e 2021, de 9,3% para 7,6%.

Analisando a proporção de sem-abrigo face à população residente e, exclusivamente para o ano 2021, o número de sem-abrigo por cada 1.000 habitantes no Porto é de 3 pessoas (como referência, este valor a nível nacional é de 1 e na cidade de Lisboa é de 6).

Ainda de acordo com o Relatório do ENIPSSA/NPISA - Inquérito aos sem-abrigo (2021), e apesar da ausência de dados de carácter específico sobre as pessoas em situação de sem-abrigo para o Porto, pode referir-se que os sem-abrigo na região Norte de Portugal são maioritariamente homens, nascidos na própria região, e as principais causas para esta condição são o desemprego, a precariedade no trabalho, a dependência de álcool ou de substâncias psicoativas e/ou a ausência de suporte familiar.

**Famílias clássicas com pelo menos uma pessoa desempregada

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	16	–	–	–	–	–	–	–	–	–	11

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

**Núcleos familiares monoparentais

Crescimento negativo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	22	–	–	–	–	–	–	–	–	–	25

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

O indicador “famílias clássicas com pelo menos um desempregado” pode refletir a fragilidade financeira das famílias. Em 2011, representavam 16% do total de famílias residentes no concelho. Em 2021 esse valor era de 11%. Ainda que este número seja superior aos 8% registados a nível nacional, ainda de acordo com os dados dos Censos 2021, a sua evolução em 10 anos foi positiva.

O indicador “núcleos familiares monoparentais” é sugerido no European Handbook como um indicador de vulnerabilidade económica. Em 2011, representava 22% do total dos núcleos familiares na cidade. Em 2021, regista-se um aumento de 3 pontos percentuais, subindo para 25% do total de núcleos familiares (este crescimento foi menor do que o verificado a nível nacional, cuja variação foi de 3,7 pontos percentuais). No entanto, é no Porto e Lisboa onde se concentra a maior proporção de famílias monoparentais.

1.3 Meta: Implementar medidas e sistemas de proteção social adequados para todos

Beneficiários do rendimento social de inserção

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	125	113	103	97	96	100	100	96	89	82	80

Unidade: Permilagem (‰) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Beneficiários do abono de família para crianças e jovens da segurança social

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	15.096	15.227	14.877	14.341	14.215	13.369	13.934	13.645

Unidade: Permilagem (‰) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: INE

De acordo com os dados relativos ao apoio económico às famílias, o número de beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) registou uma diminuição média anual de 4% entre 2011 e 2021. Apesar deste decréscimo, é assinalável o facto de o Porto registar uma proporção de beneficiários de RSI por cada 1.000 habitantes significativamente superior à encontrada a nível nacional, região Norte e AMP.

O número de beneficiários do abono de família para crianças e jovens da segurança social registou, entre 2014 e 2021, um decréscimo médio anual de cerca de 1%, o que neste contexto se interpretou como positivo (assumindo-se que podem ter melhorado as condições económicas das famílias), embora este decréscimo possa igualmente acompanhar a tendência de redução da natalidade (INE, 2023; Taxa bruta de natalidade (‰) por local de residência).

1.4 Meta: Garantir que todos, particularmente os mais vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos e serviços básicos

População residente em alojamentos familiares não clássicos de residência habitual

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	0,14	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0,01

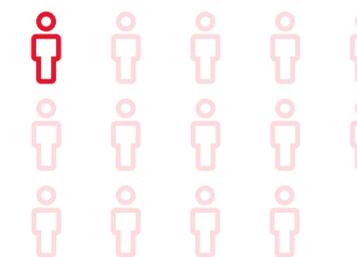
Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: INE



Um alojamento familiar não clássico é um alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e propriedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família.

A proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos (que não satisfaz as condições básicas de habitabilidade, por ser móvel, improvisado ou não construído para habitação) decresceu significativamente entre 2011 e 2021, de 140 para 10 por cada 100.000 habitantes, respetivamente.

Reduziu de 140 para 10 por cada 100.000 habitantes



Cada ícone representa 10.000 habitantes.

**Famílias que vivem em habitação social

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	–	–	12,3	12,5	13,0

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

Tipologia de famílias candidatas à habitação social municipal

Famílias unipessoais

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	–	–	36,9	39,8	42,0

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

Famílias monoparentais (masculinas)

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,4	2,1	3,9

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

Famílias monoparentais (femininas)

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	27,3	26,7	27,7

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

Famílias clássicas com filhos

Decréscimo informativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	19,9	19,3	17,8

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

Famílias clássicas sem filhos

Decréscimo informativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,2	9,0	7,1

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

Famílias numerosas

Decréscimo informativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,8	2,9	0,8

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

Famílias compostas por avós e neto(s)

Crescimento informativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4	0,3	0,7

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

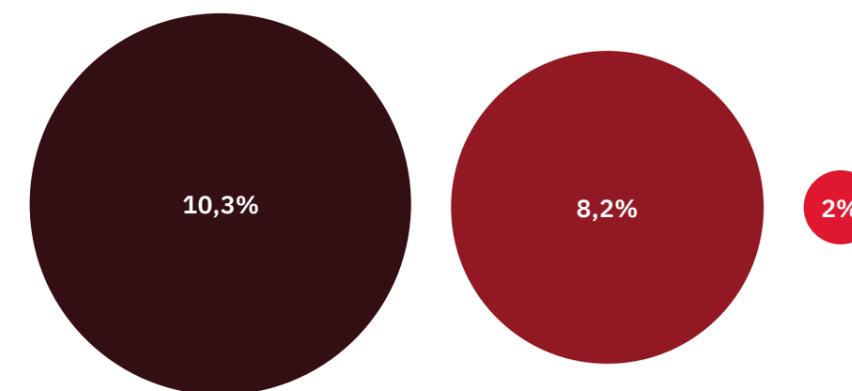
Outras famílias

Estagnação informativa 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,08	0,0	0,0

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

O parque habitacional público no município do Porto em 2015 correspondia a 10,3% do total dos alojamentos familiares clássicos, um valor significativamente mais elevado do que a média nacional (2%) e a da cidade de Lisboa (8,2%).



Pedidos de habitação social municipal

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
519	724	1.293	1.202	1.303	937	942	1.117	1.082	1.180	737	1.052

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

Habitações sociais municipais atribuídas

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
276	278	337	141	301	332	277	303	220	327	201	271

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

O número de pedidos de habitação social no Porto tem mostrado uma tendência para o crescimento. No entanto, o número de habitações entregues desde 2010 mantém-se estável. A proporção de habitações atribuídas face ao número total de pedidos por ano varia ligeiramente entre anos, mas é de 29% em média para o período 2010- 2021.

Embora a Domus Social não disponha de valores absolutos anuais do número de famílias que solicitaram habitação municipal social e que se encontram em lista de espera, e apesar de se tratar de um número dinâmico que altera semanalmente com entradas e saídas da lista, é importante salientar que o número de famílias a aguardar habitação tem-se mantido estável ao longo dos últimos anos.

Rendimentos dos agregados familiares que se candidatam a habitação social *per capita*Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	313	320	337

Unidade: EUR *per capita* | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

O aumento de 2,1% entre 2019 e 2020, e de 5,4% entre 2020 e 2021, no rendimento dos agregados familiares que se candidatam à habitação social *per capita*, carece de verificação em tendências posteriores, podendo ser atribuído a diversas circunstâncias: designadamente a composição e características dos agregados familiares e a atualização anual dos salários.

Famílias apoiadas no arrendamento no programa Porto Solidário

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	296	282	473	395	450	746	619	618

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

Investimento municipal anual em apoio ao arrendamento no programa Porto Solidário

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	620	600	1.200	1.100	1.100	1.905	1.320	2.650

Unidade: Milhares de EUR | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

Além da gestão da habitação social municipal, o município do Porto detém um regime de arrendamento apoiado, através do Programa Porto Solidário, o qual visa apoiar pessoas ou famílias com dificuldades económicas e em situação de emergência habitacional grave, que vivem no Porto. Fundamentalmente, visa apoiar os encargos com a habitação (rendas e empréstimos bancários). No âmbito deste programa um total de 3.879 famílias foram apoiadas entre 2014 e 2021, sendo crescente o número de famílias apoiadas por ano.

A um ritmo igualmente crescente e positivo está o investimento do Município no apoio ao arrendamento, que no mesmo período sofreu um aumento médio anual de 33%. Refere-se ainda que, a partir de 2020, o apoio às famílias passou a ser assegurado durante 24 meses, ao invés dos 12 meses iniciais.

Despesas correntes municipais para famílias e IPSS no total da despesa

Estagnação informativa 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
3,4	3,4	3,3	2,0	1,6	2,9	2,2	2,7	2,8	3,1	–	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: [Portal Autárquico](#)

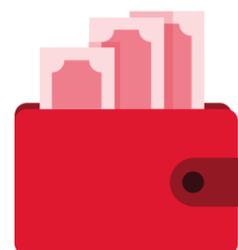
Despesas correntes municipais para famílias e IPSS *per capita*

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
18	19	17	11	9	17	13	17	18	22	–	–

Unidade: EUR *per capita* | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Portal Autárquico](#)

A despesa municipal que é canalizada para o apoio a famílias e IPSS tem-se mantido estável no peso desta despesa em percentagem da despesa municipal total. No entanto, o valor desta despesa *per capita* tem vindo a aumentar na ordem dos 3,5% e 7,1%, respetivamente, para o período de 2010 a 2019. A sua evolução, na linha do que tem vindo a ser considerado para os apoios como o RSI, pode indicar que mais famílias e IPSS necessitam de apoio. No entanto, é importante aprofundar esta análise, no sentido de compreender se esta evolução é sinónimo de uma dedicação também crescente do Município e de canalização de esforços financeiros para estas questões.



22€

per capita corresponde ao aumento do Município no investimento em despesas correntes, em 2019.

Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado dos agregados fiscais

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	4,3	4,2	4,1	4,1	4,0	4,0	4,0

Unidade: Rácio | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

A desigualdade entre rendimentos, medida através da desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado dos agregados fiscais (considerando o número de vezes que o rendimento do sujeito passivo situado no percentil 80 é superior ao rendimento do sujeito passivo do percentil 20), tem vindo a decrescer no Porto, entre 2015 e 2021. Neste último ano, apesar da desigualdade na cidade ser ainda superior à registada a nível nacional (que é de 3,1) mostra-se inferior à da capital (4,2).

1.5 Meta: Aumentar a resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade, e reduzir a sua exposição e vulnerabilidade a fenómenos extremos

Investimento municipal em obras de reabilitação de habitação social

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
14.981,5	11.820,3	8.897,8	3.833,4	5.132,16	8.531,3	10.959,7	14.141,5	18.641,8	23.964,8	17.879,5	17.768,7

Unidade: Milhares de EUR | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Domus Social)

De modo a melhorar continuamente as condições de vida das pessoas em vulnerabilidade financeira o Município tem investido em programas de melhoria da habitabilidade na habitação social (através de obras de reabilitação e, em particular, da melhoria do conforto térmico). O investimento em obras de reabilitação da habitação social somou um investimento de cerca de 36 milhões de euros em dois anos (2020 e 2021). Uma parte significativa do investimento refere-se à melhoria do conforto térmico (de notar que a maior parte dos edifícios de habitação social no Porto são de construção anterior aos anos 60).

Indicadores propostos para futuras análises

- Indicadores do Porto com Sentido;
- Proporção da população abaixo do limiar nacional de pobreza;
- Taxa de privação material e social severa;
- **Taxa de risco de pobreza após transferências sociais;
- Taxa de risco de pobreza da população empregada;
- Taxa de sobrecarga das despesas em habitação;
- Perdas económicas diretas atribuídas a desastres em relação ao produto interno bruto (PIB) mundial.

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

Rede Social do Porto / Plano de Desenvolvimento Social 2019-2021 / Plano de Ação 2022 / CLASP	
ODS relacionados	ODS 2, ODS 3, ODS 4, ODS 5, ODS 8, ODS 10, ODS 11
Lançamento	2007
Última atualização	2022
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	O CLASP é o instrumento para a política de desenvolvimento social da cidade do Porto, criado no âmbito da Rede Social do Porto, implementada no Município desde 2007. Constitui também um fórum colaborativo de âmbito concelhio, assente em mecanismos de promoção da cultura de participação, para a implementação da política de desenvolvimento e coesão social da cidade do Porto.

Estratégia Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	
ODS relacionados	ODS 2, ODS 3, ODS 8, ODS 10, ODS 11
Lançamento	2020
Última atualização	-
Período de vigência	2020 - 2023
Descrição	A Estratégia Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2020-2023 consolida uma abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção, centrada nas pessoas em situação de sem-abrigo, com o objetivo de minimizar o número de pessoas que têm de permanecer na rua por ausência de alternativas.

Estratégia Local de Habitação	
ODS relacionados	ODS 2, ODS 3, ODS 4, ODS 5, ODS 8, ODS 10, ODS 11
Lançamento	2019
Última atualização	-
Período de vigência	2020 - 2025
Descrição	A Estratégia Local de Habitação inclui um diagnóstico das carências existentes, no que diz respeito ao acesso à habitação, dos recursos e das respetivas dinâmicas de transformação. No âmbito desta estratégia, até 2025, o Município do Porto tem um acordo celebrado com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) para realojar 3.800 pessoas, correspondentes a 1.740 famílias.

Plano Diretor Municipal	
ODS relacionados	ODS 3, ODS 4, ODS 6, ODS 7, ODS 8, ODS 9, ODS 10, ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 15, ODS 17
Lançamento	1962
Última atualização	2021
Período de vigência	2021 - 2030
Descrição	Plano de caracterização e planeamento estratégico do território municipal. Estabelece um conjunto de orientações e de regras em múltiplos domínios que influenciam diretamente a vida dos cidadãos, entre os quais: qualificação e uso do solo, a habitação, a proteção e conservação dos recursos naturais e culturais, a mobilidade e transportes, a rede de infraestruturas e a rede de equipamentos, tendo sido a sua última revisão lançada em 2021.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

Porto Solidário - Fundo Municipal de Emergência Social	
ODS relacionados	ODS 10, ODS 11
Meta(s) identificada(s)	1.1, 1.2, 1.4, 1.a
Lançamento	2014
Descrição	Com a criação do programa Porto Solidário - Fundo Municipal de Emergência Social, o Município do Porto tem como objetivo melhorar e aprofundar os modelos de apoio anteriormente aplicados na Área Metropolitana do Porto. O Porto Solidário é composto por três eixos, correspondentes às três áreas de intervenção identificadas como prioritárias: (i) Apoio à Habitação; (ii) Apoio e inclusão de cidadãos com deficiência; (iii) Apoio às IPSS (Instituições Privadas de Solidariedade Social) e outras instituições sem fins lucrativos.

Porto de Abrigo	
ODS relacionados	ODS 10, ODS 11
Meta(s) identificada(s)	1.1, 1.4
Lançamento	2016
Descrição	O projeto Porto de Abrigo é um programa local, complementar à estratégia nacional, para alargar a capacidade de resposta a pessoas em situação de sem-abrigo, procurando integrá-las eficazmente na sociedade, para além de as retirar da situação em que vivem. Para tal, integra uma equipa multidisciplinar que os acolhe e acompanha, disponibilizando abrigo temporário em espaços reutilizados para o efeito, interação socioprofissional e alojamento a longo prazo.

Porto Sentido - Habitação, Capacitação, Reinserção	
ODS relacionados	ODS 10, ODS 11
Meta(s) identificada(s)	1.1, 1.2, 1.4, 1.a
Lançamento	2020
Descrição	Este programa providencia alojamento em residências disponibilizadas pela autarquia, pela Santa Casa da Misericórdia do Porto e em apartamentos especificamente arrendados para este fim, e acompanha cada um dos 30 participantes integrados no programa.

Porto Amigo	
ODS relacionados	ODS 1, ODS 11
Meta(s) identificada(s)	1.1, 1.4
Lançamento	2009
Descrição	Com a parceria entre a Câmara do Porto, a Fundação Manuel António da Mota, o Grupo de Ação Social do Porto (G.A.S. Porto) e a Associação Just a Change, este projeto promove a melhoria das condições de habitabilidade dos seus destinatários, nomeadamente através da reabilitação das edificações degradadas pertencentes a agregados familiares carenciados e da criação de soluções de alojamento para pessoas em situação de sem-abrigo, permitindo que estes permaneçam no seu meio social, reforçando o sentimento de pertença ao território onde vivem, combatendo o sentimento de isolamento.

Porto Energy Elevator (PEER)	
ODS relacionados	ODS 7
Meta(s) identificada(s)	1.4, 1.5
Lançamento	2021
Descrição	Projeto europeu liderado pela AdEPorto, e financiado ao abrigo do programa Horizonte 2020, destinado a combater a pobreza energética. Promove a eficiência energética nos edifícios - responsáveis por 30% das emissões de CO ₂ na AMP-ND - e procura encorajar o autoconsumo individual e coletivo de energia proveniente de fontes limpas. O projeto visa também testar, pela primeira vez, esquemas de financiamento inovadores e modelos de negócio no setor da Habitação.

Reabilitação do Edifício no Parque de Habitação Pública Municipal	
ODS relacionados	ODS 7, ODS 10, ODS 11
Meta(s) identificada(s)	1.4, 1.5
Lançamento	2021-2030
Descrição	Programa de reabilitação do edifício no parque de Habitação Pública Municipal integrante do Programa de Execução e Plano de Financiamento do Plano Diretor Municipal 2021.

<u>“As Ilhas do Porto”</u>	
ODS relacionados	ODS 7, ODS 10, ODS 11
Meta(s) identificada(s)	1.4, 1.5
Lançamento	2021-2030
Descrição	Programa estratégico, integrado no Programa de Execução e Plano de Financiamento do Plano Diretor Municipal 2021, que contempla a elaboração de estratégias específicas para a Regeneração Habitacional das Ilhas do Porto”, promovido pela Empresa Municipal Porto Vivo, SRU - – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, nomeadamente ações de reconhecimento da realidade do território ao mesmo tempo que propõe criar uma metodologia de intervenção arquitetónica. O programa pretende também prestar apoio aos proprietários de forma que se consigam operacionalizar soluções de financiamento que conduzam à reabilitação das ilhas.

<u>Porto com Sentido</u>	
ODS relacionados	ODS 10
Meta(s) identificada(s)	1.4, 1.5
Lançamento	2021-2030
Descrição	Programa municipal destinado a dinamizar a oferta de arrendamento habitacional em Regime de Renda Acessível de forma a proporcionar às famílias o acesso ao arrendamento habitacional a preços inferiores aos de mercado em todas as freguesias do concelho do Porto. Este programa integra o Programa de Execução e Plano de Financiamento do Plano Diretor Municipal 2021 e é gerido pela Empresa Municipal Porto Vivo, SRU - – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto.



Erradicar a fome



Erradicar a fome

Erradicar a fome e a subnutrição. Garantir o acesso de todos a alimentos suficientes, seguros e nutritivos. Promover sistemas de produção saudáveis e sustentáveis. Aumentar a produtividade. Reduzir o desperdício de alimentos. Promover o aumento do investimento em infraestruturas rurais e a investigação e desenvolvimento agrícolas.

Assegurar uma alimentação suficiente em quantidade, qualidade e segurança tem sido assumida pelo Município do Porto como uma prioridade. Destaca-se a Rede Municipal de Restaurantes Solidários, o serviço de refeições escolares e o projeto Escola Solidária, cujo objetivo central é garantir refeições seguras, equilibradas e dignas com regularidade a pessoas com carências e às crianças em idade escolar, respetivamente. Tem sido igualmente foco de atenção a prevenção de doenças alimentares e facilitar aos munícipes o acesso a alimentos de qualidade e provenientes de produções sustentáveis. O mercado do Bolhão, a Feira de Produtos Biológicos e o Good Food HUB são exemplos de aproximação dos consumidores a produtos locais, frescos, sazonais e de qualidade.

Total

8 indicadores

Os resultados obtidos no contexto do ODS 2 evidenciam progressos significativos no combate à fome e à subnutrição, com todos os 8 indicadores a registarem resultados positivos (8/8).



8
indicadores com
tendência positiva

Metas a atingir

Definição das metas

⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.

⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.

✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.

2.1 ✓

Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano.

2.2 ✓

Até 2030, acabar com todas as formas de malnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos, e atender às necessidades nutricionais das adolescentes, das mulheres grávidas e lactantes e das pessoas idosas.

2.3 ⊖

Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores de subsistência, pastores e pescadores, nomeadamente através de garantia de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos tais como conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de valor acrescentado e de emprego não agrícola.

2.4 ✓

Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

2.5 ⊖

Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respetivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas que sejam diversificados e bem geridos ao nível nacional, regional e internacional, e promover o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, tal como acordado internacionalmente.

2.a ⊖

Aumentar o investimento, inclusive através do reforço da cooperação internacional, nas infraestruturas rurais, investigação e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.

2.b ⊖

Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação em paralelo de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Ronda de Desenvolvimento de Doha.

2.c ⊖

Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de matérias-primas agrícolas e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação sobre o mercado, inclusive sobre as reservas alimentares, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
2.1	Refeições servidas nos Restaurantes Solidários	Número total de refeições distribuídas nos Restaurantes Solidários da cadeia de restaurantes sob a gestão do Município.
	Refeições equivalentes quantificadas através de excedentes alimentares doados	Número total de refeições equivalentes quantificadas a partir dos excedentes alimentares doados. Cada refeição corresponde a 500 gr de comida excedentária.
	Refeições escolares distribuídas	Número total de refeições e lanches servidos em estabelecimento do pré-escolar e 1º ciclo EB sob a gestão do Município do Porto.
	Refeições escolares distribuídas por aluno	Proporção de refeições e lanches servidos em estabelecimento do pré-escolar e 1º ciclo EB sob a gestão do Município do Porto pelo número total de alunos matriculados no ensino público.
	Refeições distribuídas no âmbito da iniciativa municipal Escola Solidária	Número total de refeições e lanches fornecidos a crianças do pré-escolar e 1º ciclo EB nas pausas escolares (inclui igualmente as refeições aos irmãos e irmãs de alunos entre os 3 e os 10 anos de idade, mesmo que não frequentem uma escola pública no Município do Porto).
	Refeições distribuídas por aluno no âmbito da iniciativa municipal Escola Solidária	Proporção de refeições e lanches fornecidos a crianças do pré-escolar e 1º ciclo EB nas pausas escolares (inclui igualmente as refeições aos irmãos e irmãs de alunos entre os 3 e os 10 anos de idade, mesmo que não frequentem uma escola pública no Município do Porto) pelo número total de alunos matriculados no ensino público (pré-escolar e 1º ciclo EB).
2.2	**Adultos com excesso de peso (incluindo obesos)	Proporção de adultos acima do peso, com mais de 18 anos de idade, incluindo obesos, pela população total residente no concelho do Porto.
	Crianças com excesso de peso (incluindo obesos)	Proporção de crianças com excesso de peso, incluindo as obesas, numa amostra representativa de alunos do 1º ciclo EB matriculados nas escolas que se encontram sob gestão municipal, para os referidos anos.
2.4	Agricultores biológicos e preparadores agrícolas	Proporção de produtores e preparadores agrícolas registados como biológicos (na Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural) pelo número total de empresas da EAC "Agricultura, caça e atividades de serviços relacionados".
8.4		

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

Resultados por meta

2.1 Meta: Acabar com a fome e garantir o acesso de todos a uma alimentação de qualidade

Refeições servidas nos Restaurantes Solidários

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	77.550	150.280	188.047

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal da Coesão Social)

De acordo com um [estudo](#) realizado pelo Município do Porto em parceria com a Fundação Ellen MacArthur (2019), estima-se que na cidade do Porto 150.000 toneladas de alimentos são consumidas por ano (cerca de 2kg. pessoa.dia), representando um gasto médio de 1.166 euros por ano, por pessoa (90% do consumo sendo feito em cadeias de supermercados). O estudo revela ainda que cerca de 70 kg de alimentos são desperdiçados por cada portuense por ano.

Há, no entanto, situações de carência para as quais o Município e outras entidades tentam dar resposta potenciando donativos de alimentos que poderiam ser considerados desperdício alimentar (por exemplo "fruta feia" que não pode ser comercializada nos circuitos habituais), mas que estão em perfeito estado de consumo.

A Rede Municipal de Restaurantes Solidários é uma dessas iniciativas e reforça o apoio aos sem-abrigo e às pessoas mais vulneráveis, oferecendo refeições completas a quem delas necessite. Os Restaurantes Solidários da rede municipal serviram um total de 415.877 refeições entre 2019 e 2021, com um aumento anual médio de 60% neste período.

Refeições equivalentes quantificadas através de excedentes alimentares doados

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	6.186	18.932	28.488	38.448	81.387	59.937	55.926

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: LIPOR/ Zero Desperdício

O projeto Zero Desperdício, ao qual o Porto aderiu, agiliza igualmente a redução do desperdício alimentar garantindo alimentos para os mais carenciados. Verificou-se um aumento considerável, especialmente entre 2015 e 2019, no número de refeições equivalentes quantificadas a partir dos excedentes alimentares doados à Zero Desperdício, o que demonstra que menos alimentos são desperdiçados ao mesmo tempo que mais pessoas têm acesso a refeições adequadas. Entre 2015 e 2021 o número de refeições equivalentes quantificadas foi de 289.304.

Refeições escolares distribuídas

Crescimento positivo 

2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016	2016/ 2017	2017/ 2018	2018/ 2019	2019/ 2020	2020/ 2021	2021/ 2022
–	–	–	–	–	1.511.137	2.503.705	2.467.827	2.373.084	1.632.145	1.076.474	1.308.456

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Educação)

Refeições escolares distribuídas por aluno

Crescimento positivo 

2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016	2016/ 2017	2017/ 2018	2018/ 2019	2019/ 2020	2020/ 2021	2021/ 2022
–	–	–	–	–	167	279	282	280	201	138	168

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Educação)/INE

Refeições distribuídas no âmbito da iniciativa municipal Escola Solidária

Crescimento positivo 

2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016	2016/ 2017	2017/ 2018	2018/ 2019	2019/ 2020	2020/ 2021	2021/ 2022
–	–	–	–	–	1.772	2.032	1.774	8.006	3.422	4.178	9.352

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Educação)

Refeições distribuídas no âmbito da Iniciativa Municipal Escola Solidária, por aluno

Crescimento positivo 

2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016	2016/ 2017	2017/ 2018	2018/ 2019	2019/ 2020	2020/ 2021	2021/ 2022
–	–	–	–	–	0,20	0,23	0,20	0,95	0,42	0,53	1,20

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Educação)/INE

O Município do Porto garante refeições nutricionalmente adequadas para as crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino sob a sua gestão. O número de refeições e lanches servidos tem, globalmente, mostrado uma tendência crescente, considerando os cálculos dos anos escolares 2019/2020 e 2020/2021 *outliers* (notando-se, no entanto, que o efeito do confinamento resultante da pandemia nos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, resultou numa redução de refeições escolares distribuídas).

Faz-se nota que apesar do número de refeições e lanches servidos por aluno estar a aumentar o número de alunos matriculados no ensino público pré-escolar e 1º ciclo EB tem vindo a decrescer (acompanhando a tendência populacional). Como referência, em 2010/2011 o número de alunos era de 9.886 e em 2020/21 de 7.820 (INE).

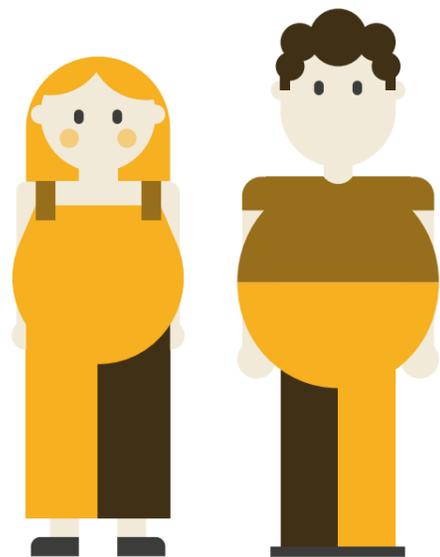
Além do fornecimento das refeições em período escolar, e de modo a garantir a boa nutrição das crianças, o Município criou a iniciativa Escola Solidária para disponibilizar refeições completas durante os períodos de pausa escolar (aos alunos e seus irmãos). Também neste caso tem havido uma resposta crescente, sendo que no período de 2015/2022, se serviu um total de 30.536 refeições.

2.2 Meta: Acabar com todas as formas de malnutrição

****Adultos com excesso de peso (incluindo obesos)**

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	-	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Administração Regional de Saúde do Norte (ACeS Porto Ocidental)



26%
dos adultos tinham, em 2018, excesso de peso (incluindo obesos)

De acordo com os dados que constam do Sistema de Informação da Administração de Saúde da Região Norte (ARS Norte), 26% da população residente com mais de 18 anos, inscrita nos ACeS da cidade, apresentava excesso de peso, sendo 15% pré-obesos e os demais 11% obesos. Os dados mais recentes não se encontram agregados para os dois ACeS, inviabilizando uma análise de tendência. No entanto, de acordo com dados do INE, em 2019, cerca de 54% da população portuguesa (população residente com 18 e mais anos) apresentava excesso de peso ou obesidade. Em 2014 este valor era de 53%.

Crianças com excesso de peso (incluindo obesas)

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	38,5	-	38,1	-	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Departamento de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida e Juventude)

No caso das crianças (0 a 10 anos de idade), segundo um estudo realizado pelo Município em escolas públicas sob a sua gestão, verificou-se que em 2017 e 2019 cerca de 38% das crianças, avaliadas numa amostra representativa, apresentavam excesso de peso (19% das quais com obesidade).

Acresce-se que, com vista a conhecer os padrões de acesso e consumo de alimentos dos cidadãos que vivem em condições economicamente mais frágeis e a desenvolver e a implementar políticas de promoção de saúde através de uma alimentação mais saudável, o Município do Porto avançou com um Mapeamento do Ambiente Alimentar do Porto (MAAP) em 2018. Inicialmente foram avaliadas 5 zonas, previamente identificadas como zonas de maior vulnerabilidade social, posteriormente reavaliadas em 2021, com o objetivo de se compreender o impacto da pandemia na oferta alimentar das mesmas. Em ambas as avaliações foi possível constatar a ausência de desertos e/ou pântanos alimentares (locais onde a oferta de alimentos ultraprocessados e não saudáveis são abundantes e o acesso a alimentos mais naturais ou minimamente processados é escasso ou onde predomina a venda de produtos alimentares calóricos com poucos nutrientes como no caso das redes de fast food e lojas de conveniência).

2.4 Meta: Garantir sistemas sustentáveis de produção alimentar e práticas agrícolas resilientes

Agricultores biológicos e preparadores agrícolas

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	5	5	2	2	12	-	-	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)

A promoção de sistemas sustentáveis de produção alimentar e de práticas agrícolas resilientes pode ser analisada pela proporção de produtores e preparadores agrícolas registados como biológicos pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Essa proporção tem mostrado uma tendência crescente no Porto, totalizando 12% em 2018. A tendência a nível nacional, sendo também crescente, varia entre 3% em 2014 até ao máximo de 5% em 2018.

É ainda de assinalar o esforço realizado pelo Município na promoção da agricultura biológica: desde 2004 que a Feira de Biológicos do Parque da Cidade reúne semanalmente (e ininterruptamente) mais de uma dezena de agricultores da região, estimando-se que cerca de 5 toneladas de alimentos frescos são comercializadas por ano. Em 2021 iniciou o projeto Good Food Hubs, de relação direta entre produtores em modo biológico e consumidores.

As hortas municipais contribuem ainda, embora modestamente, para a segurança alimentar dos cidadãos ao mesmo tempo que se promove a produção em modo biológico e se devolvem nutrientes ao solo. Existem 14 hortas municipais (4,5 ha), que totalizam 539 talhões de cultivo disponibilizados às famílias.

Indicadores propostos para futuras análises

- Taxa de obesidade;
- Rendimento dos fatores agrícolas por unidade de trabalho ano;
- Rendimento médio dos pequenos produtores de alimentos;
- Apoio do município à investigação e desenvolvimento (I&D) na agricultura *per capita*;
- *Solo utilizado para prática da agricultura
- Área agrícola biológica;
- Proporção da área agrícola sob agricultura produtiva e sustentável;
- Utilização de pesticidas mais perigosos;
- Emissões de amoníaco pela agricultura;
- Indicadores referentes ao Projeto “Fruta Feia”;
- Número de hortas urbanas existentes no concelho;
- Quantidade de produtos biológicos vendidos nas feiras da cidade;
- *Preços dos produtos alimentares;
- Número de residentes num raio de 1,5 Km/a 15 min. de distância com acesso a alimentos frescos;
- Número de estabelecimentos num raio de 1,5 Km/a 15 min. de distância que comercializam alimentos frescos;
- Alimentos orgânicos comprados para escolas;
- Número de lanches e refeições distribuídas às crianças, por escalão de apoio económico A/D e B;
- Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população, com base na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES);
- Taxa de insegurança alimentar infantil;
- Prevalência de anemia em mulheres de 15 a 49 anos de idade, por estado de gravidez (percentagem);
- Recursos atribuídos para melhorar a nutrição e a produção agrícola.

*quando o indicador foi recomendado apenas na primeira edição do Handbook final

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

Rede Social do Porto / Plano de Desenvolvimento Social 2019-2023/ Plano de Ação 2023 / CLASP	
ODS relacionados	ODS 1, ODS 3, ODS 4, ODS 5, ODS 8, ODS 10, ODS 11
Lançamento	2007
Última atualização	2023
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	O CLASP é o instrumento para a política de desenvolvimento social da cidade do Porto, criado no âmbito da Rede Social do Porto, implementada no Município desde 2007. Constitui também um fórum colaborativo de âmbito concelhio, assente em mecanismos de promoção da cultura de participação, para a implementação da política de desenvolvimento e coesão social da cidade do Porto.

Estratégia Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	
ODS relacionados	ODS 1, ODS 3, ODS 8, ODS 10, ODS 11
Lançamento	2020
Última atualização	—
Período de vigência	2020-2023
Descrição	A Estratégia Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2020-2023 pretende consolidar uma abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção, centrada nas pessoas em situação de sem-abrigo, com o objetivo de minimizar o número de pessoas que têm de permanecer na rua por ausência de alternativas.

PMS - Plano Municipal de Saúde	
ODS relacionados	ODS 3, ODS 5, ODS 10, ODS 11
Lançamento	2022
Última atualização	—
Período de vigência	2022-2024
Descrição	Este plano é um instrumento estratégico de gestão e desenvolvimento social para a cidade, que assenta nos eixos orientadores: Crescer e Envelhecer no Porto; Bem-estar emocional, psicológico e social; Alimentação Equilibrada e Consumos. Estes eixos refletem os eixos de ação das várias entidades parceiras que, em conjunto, contribuem para o grande objetivo de promover a saúde e o bem-estar dos indivíduos e das comunidades que servem, facilitando o desenvolvimento de um trabalho abrangente, complementar e sinérgico.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

Rede Municipal de Restaurantes Solidários	
ODS relacionados	ODS 1 (1.1), ODS 10 (10.2)
Meta(s) identificada(s)	2.1, 2.2
Lançamento	2016
Descrição	A Rede Municipal de Restaurantes Solidários foi criada para reforçar o apoio aos indivíduos social e economicamente mais vulneráveis: às pessoas em situação de pobreza e exclusão social, em geral, e às pessoas em situação de sem-abrigo, em particular. Esta rede possibilita o acesso a refeições em condições de dignidade e segurança alimentar e tem dois objetivos principais: não permitir que nenhuma família passe fome na cidade e promover a inclusão social, tentando minimizar ao máximo as refeições que são servidas na rua. Conta com a colaboração de vários parceiros da Rede Social que integram o NPISA do Porto e agentes locais.

Escola Solidária	
ODS relacionados	ODS 1 (1.1), ODS 10 (10.2)
Meta(s) identificada(s)	2.1, 2.2
Lançamento	2015
Descrição	A iniciativa municipal Escola Solidária é dirigida a todas as crianças de jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico, e possibilita o acesso a uma refeição nutricionalmente equilibrada durante o período de férias escolares. Para os alunos de Escalão A, a refeição é gratuita; para os alunos do Escalão B, a refeição é paga a 0,73 euros; para os alunos do Escalão C, o valor é de 1,46 euros. Estas refeições são também alargadas aos irmãos dos alunos que frequentam os jardins-de-infância e escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública da cidade, que tenham entre 3 e 10 anos, mesmo que não frequentem um estabelecimento de ensino da rede pública do Porto.

Sistema de Monitorização do Estado Nutricional Infantil e Atividade Física (SMENIAF)	
ODS relacionados	ODS 3 (3.8)
Meta(s) identificada(s)	2.1, 2.2
Lançamento	2017
Descrição	Com o objetivo de avaliar o estado nutricional das crianças, foi criado um sistema de monitorização do estado nutricional das crianças e da atividade física (SMENIAF) em 2017. Este sistema permite recolher informações essenciais para o desenvolvimento e monitorização de políticas que contribuam para melhorar o estado de saúde das crianças que frequentam o 1º ciclo EB na rede pública de escolas sob gestão municipal.

Mapeamento do Ambiente Alimentar do Porto (MAAP)	
ODS relacionados	ODS 3 (3.8)
Meta(s) identificada(s)	2.1
Lançamento	2018
Descrição	O objetivo do projeto MAAP é conhecer os padrões de acesso aos alimentos dos cidadãos que vivem em zonas economicamente mais frágeis da cidade, conscientes de que o acesso a alimentos saudáveis é um dos principais determinantes da saúde. Ao mapear estas necessidades, o objetivo será conhecer as áreas da cidade onde existem as maiores lacunas e, portanto, onde será necessário que o Município atue.

Porto sem Diabetes	
ODS relacionados	ODS 3 (3.3)
Meta(s) identificada(s)	2.2
Lançamento	2017
Descrição	O projeto Porto sem Diabetes tem como objetivo informar e capacitar a população sobre prevenção, deteção precoce e educação para a saúde, como pilares de uma agenda que passa por diferentes áreas do Município, próximas da comunidade. Inclui ações para avaliar o risco de desenvolvimento da diabetes e a disseminação generalizada de vídeos com mensagens alusivas à gestão adequada da doença.

Feira de Produtos Biológicos	
ODS relacionados	ODS 11 (11.6), ODS 12 (12.3)
Meta(s) identificada(s)	2.4
Lançamento	2004
Descrição	A feira de produtos biológicos, que se realiza desde 2004 no Parque Ocidental da cidade, é uma iniciativa de reforço da promoção da produção e consumo mais sustentáveis e saudáveis, alinhada com a estratégia de economia circular do Município. Nela participam mais de uma dezena de agricultores de diversas regiões, desde o Minho até às terras de Basto, todos certificados para a produção em modo biológico. Nesta feira os munícipes têm à sua disposição uma enorme diversidade de produtos biológicos certificados, que lhe são vendidos pelos próprios produtores agrícolas.

Projeto Municipal de Promoção de Literacia em Saúde	
ODS relacionados	ODS 3
Meta(s) identificada(s)	2.2
Lançamento	2018
Descrição	Esta iniciativa pretende operacionalizar o programa nacional de educação para a saúde, literacia e autocuidado, com o principal objetivo de aumentar os níveis de literacia em saúde dos cidadãos e da sua autonomia e responsabilização neste âmbito, através da capacitação, tanto na utilização do sistema de saúde, como na procura e cabal utilização de informação fidedigna que permita a tomada de decisão consciente.

Oficinas de Saúde para o Público	
ODS relacionados	ODS 3
Meta(s) identificada(s)	2.2
Lançamento	2018
Descrição	Programa de capacitação dirigido à população adulta que visa dotar os participantes de conhecimentos e competências que lhes permitam um papel mais ativo no âmbito da promoção da sua própria saúde, num processo dinâmico de aumento dos níveis de literacia em saúde potenciador da adoção de estilos de vida saudáveis.

Nutrição Ativa	
ODS relacionados	ODS 3
Meta(s) identificada(s)	2.2
Lançamento	2023
Descrição	É um projeto direcionado para os utentes das Piscinas Municipais do Porto que tem como objetivos avaliar, em contexto individual, o estado nutricional e os hábitos alimentares de crianças e adultos, consciencializando para a importância da manutenção de um estado nutricional saudável, bem como capacitar (jovens, adultos e encarregados de educação) para práticas alimentares salutar e conscientes, através de um programa semanal de reeducação alimentar e/ou capacitação parental em contexto de grupo.

Nutrição e Alimentação é no Bolhão (NABo)	
ODS relacionados	ODS 3
Meta(s) identificada(s)	2.2
Lançamento	2023
Descrição	O Mercado do Bolhão constitui um local de excelência para a promoção de literacia alimentar e nutricional, por ser um ponto central e emblemático da cidade, com foco na venda de produtos alimentares e frequentado diariamente por inúmeros compradores e visitantes. Com este projeto, pretende-se utilizar este espaço para promover: “Conversas pelo almoço” – sessões de curta duração, dirigidas ao público em geral, em que se abordam temas relevantes da nutrição/alimentação; “Sessões de capacitação dirigidas aos vendedores” – sessões de curta duração em que, de forma interativa, se capacita os vendedores das bancas do Mercado do Bolhão em nutrição e alimentação saudável, partindo das questões/temas que os participantes consideram mais pertinentes; “Workshop em Nutrição e Alimentação saudável” – sessão de esclarecimento sobre nutrição, seguida de atividade lúdico-pedagógica envolvendo a dinâmica do mercado e a oferta alimentar disponível.

Good Food Hubs	
ODS relacionados	ODS 11 (11.6), ODS 12 (12.3)
Meta(s) identificada(s)	2.4
Lançamento	2022
Descrição	O Good Food Hubs promove e facilita o acesso a alimentos biológicos, locais e saudáveis perto do local de trabalho, residência ou estudo, promovendo circuitos curtos agroalimentares na Asprela, enquanto território piloto. Esta iniciativa integra-se no macroprojecto Asprela+Sustentável, financiado pelos EEA Grants entre 2021-2023, que tem como objetivo a criação de um laboratório vivo de descarbonização na Asprela, aplicando princípios de economia circular, a eficiência energética e a gestão otimizada de resíduos.

Hortas Municipais	
ODS relacionados	ODS 11 (11.6), ODS 12 (12.2, 12.8)
Meta(s) identificada(s)	2.4
Lançamento	2013
Descrição	O projeto Hortas Municipais promove a reconversão de espaços expectantes em terreno de cultivo disponível para os munícipes que queiram praticar agricultura em modo biológico, contribuindo para uma maior consciencialização e segurança alimentar dos cidadãos. Ao receber o talhão de terreno, os utilizadores recebem formação em produção agrícola em modo biológico e compostagem, a par de noções de conservação do solo, da água e dos recursos, fundamentais para um desenvolvimento que se pretende mais sustentável.



Saúde e qualidade
de vida

ODS 3



Saúde e qualidade de vida

Promover uma vida saudável e o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades. Garantir o acesso à saúde de qualidade a todos. Reduzir a taxa de mortalidade global e a mortalidade infantil e materna. Promover a prevenção e tratamento de doenças transmissíveis e não transmissíveis. Garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade.

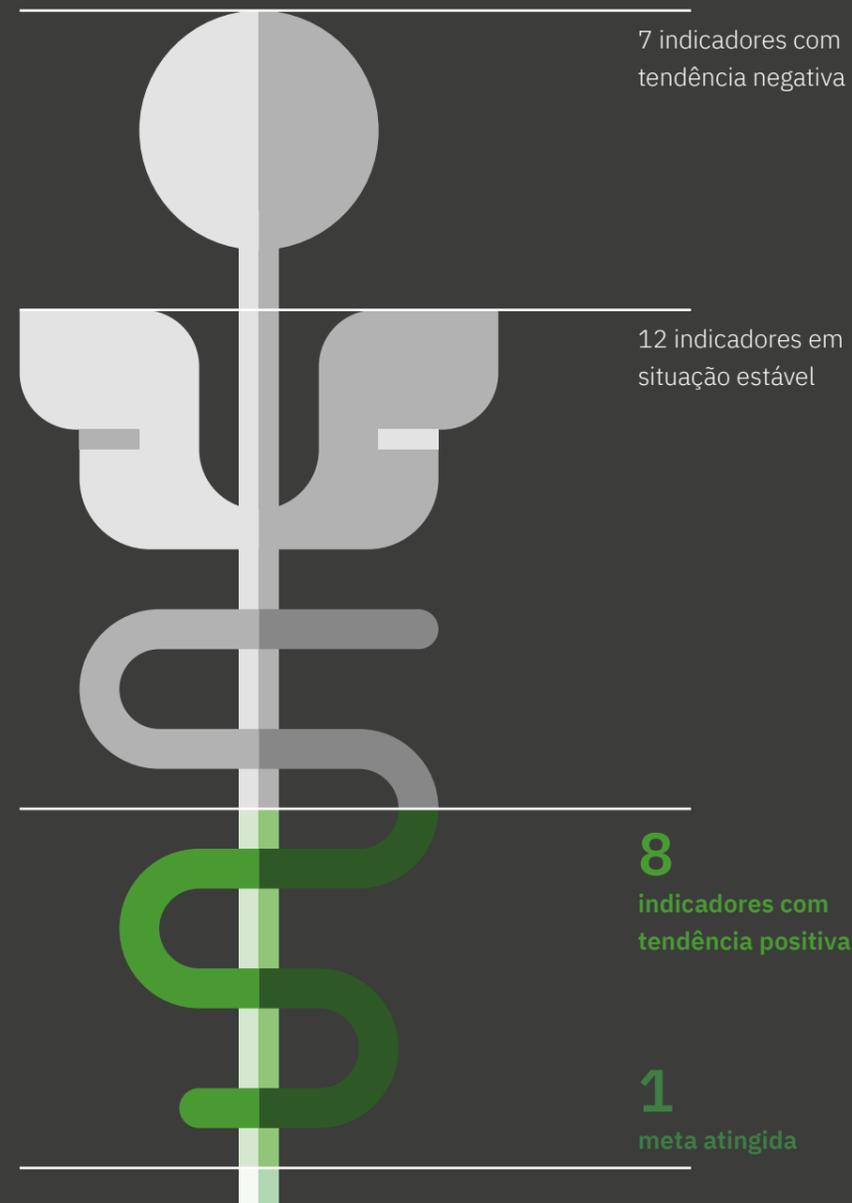
.....

A melhoria da saúde e da qualidade de vida resulta da complexa interação entre os diferentes ambientes que se frequentam no quotidiano, bem como dos comportamentos individuais (hábitos tabágicos, alimentares, nível de atividade física, entre outros). Este ODS é o que mais indicadores tem monitorizados, ainda que extremamente diversos. Um dos desafios enquadrados neste ODS é o do envelhecimento da população, sobre o qual o Município do Porto tem trabalhado de forma sistemática com planos e projetos múltiplos para intervenção junto das pessoas idosas. Destaca-se ainda o Plano Municipal de Saúde.

Total

28 indicadores

Apesar dos esforços em melhorar a saúde e a qualidade de vida, apenas 32% dos indicadores apresentam resultados positivos.



Metas a atingir

Definição das metas

- ⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.
- ⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.
- ✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.



Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nados-vivos.



Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países empenhados em reduzir a mortalidade neonatal para, pelo menos, 12 por 1.000 nados-vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para, pelo menos, 25 por 1.000 nados-vivos.



Até 2030, acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis.



Até 2030, reduzir num terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.



Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e o uso nocivo do álcool.



Até 2020, reduzir para metade, a nível global, o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários.



Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.



Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis.



Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças devido a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo.



Fortalecer a implementação da Convenção Quadro para o Controlo do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.



Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que dita o direito, por parte dos países em desenvolvimento, de

utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.



Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.



Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gestão de riscos nacionais e globais de saúde.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
3.0	População residente com 65 ou mais anos	Proporção da população residente com 65 ou mais anos pelo número total de população residente.
	População residente com 85 ou mais anos	Proporção da população residente com 85 ou mais anos pelo número total de população residente.
	Famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos	Proporção do número de famílias clássicas constituídas por uma só pessoa, com 65 ou mais anos de idade. Poderá indicar a população idosa que vive isolada.
	Índice de envelhecimento	O índice de envelhecimento corresponde ao número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.
3.1	Óbitos devido a complicações da gravidez, do parto e do puerpério	Número total de mulheres que morreram devido a complicações da gravidez, do parto e/ou do puerpério.
3.2	Nados-vivos assistidos por pessoal de saúde qualificado	Proporção de partos assistidos por um médico, enfermeira ou outro pessoal de saúde devidamente qualificado.
	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal	Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por cada 1.000 nados-vivos para o período relativo aos últimos cinco anos.
	**Taxa quinquenal de mortalidade infantil	Número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade por cada 1.000 nados-vivos para o período relativo aos últimos cinco anos.
3.3	Taxa quinquenal de novas infeções pelo VIH	Número de novos casos de VIH declarados no Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge por cada 1.000 habitantes para o período relativo aos últimos cinco anos.
3.7		
3.3	Taxa de mortalidade por Tuberculose, VIH e Hepatite Viral	Proporção de óbitos devido a tuberculose, VIH ou hepatite viral, por 1.000 habitantes.
	Taxa de mortalidade por gripe sazonal	Proporção de óbitos devido a gripe sazonal por 1.000 habitantes.
3.4	Taxa de mortalidade prematura	Proporção de óbitos considerados prematuros (dos 30 aos 69 anos de idade), pelo total de população residente estimada, do mesmo grupo etário, por 1.000 habitantes.
	Taxa de mortalidade por tumor maligno	Proporção de óbitos por tumores malignos, por 1.000 habitantes.
	Taxa de mortalidade por doenças do sistema circulatório	Proporção de óbitos por doenças do sistema circulatório, por 1.000 habitantes.
	Taxa de mortalidade por doenças das vias respiratórias	Proporção de óbitos por doenças das vias respiratórias, por 1.000 habitantes.
	Taxa de mortalidade por <i>Diabetes Mellitus</i>	Proporção de óbitos por <i>Diabetes Mellitus</i> por 1.000 habitantes.

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
3.4	Mortalidade por suicídio e lesões autoprovocadas intencionalmente	Número total de óbitos por lesões autoinfligidas intencionalmente (suicídio).
	Taxa de mortalidade por transtornos mentais e comportamentais	Proporção da população que morreu por transtornos mentais e comportamentais, por cada 1.000 habitantes.
3.5	Utentes entre os 15 e 64 anos com problemas relacionados com drogas	Proporção da população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos registada numa Unidade de Tratamento Especializado com problemas relacionados com o consumo de drogas.
	Utentes entre os 15 e 64 anos com problemas de álcool	Proporção da população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos registada numa Unidade de Tratamento Especializado para problemas relacionados com o consumo de álcool.
3.6	**Óbitos em acidentes rodoviários	Proporção de mortes por cada 100 acidentes de viação com vítimas. Morte por acidente é considerada cuja morte de uma pessoa ocorre no local do acidente como consequência do acidente, ou a caminho do hospital. Inclui colisões com pedestres.
3.7	**Taxa de fecundidade na adolescência	Proporção do número de nascimentos por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e 19 anos. A taxa de fertilidade pode ser calculada para várias idades.
5.6	Abortos voluntários realizados legalmente	Número total de abortos realizados antes do feto atingir a viabilidade extrauterina por ou sob a direção de um médico, num estabelecimento oficial ou reconhecido oficialmente, e ao abrigo da legislação em vigor.
3.8	Habitantes por médico	Rácio entre a população residente média anual (estimativas do INE) e os médicos inscritos na Ordem dos Médicos, no ano de referência.
	Camas hospitalares de internamento por 100.000 habitantes	Rácio do número total de camas disponíveis para hospitalização imediata de pacientes em unidades hospitalares (incluindo berços neonatais e pediátricos) por 100.000 habitantes.
3.9	Mortalidade por envenenamento acidental (intoxicação) por drogas, medicamentos e substâncias biológicas	Número total de óbitos devido a envenenamento acidental por drogas, medicamentos ou substâncias biológicas.
3.9	Dias em que as concentrações de PM10 excederam 50 µg/m³	O indicador refere-se ao número de dias no ano de referência em que os valores das concentrações de PM10 excederam o limiar de 50 µg/m³, utilizado como valor de referência pela Agência do Ambiente (APA), na estação Sobreiras, Lordelo do Ouro. A estação de qualidade do ar está localizada na parte sul do concelho e próxima do centro histórico.
11.6	Dias em que as concentrações de PM2.5 excederam 25 µg/m³	O indicador refere-se ao número de dias no ano de referência em que os valores das concentrações de PM2,5 excederam o limiar de 25 µg/m³, utilizado como valor de referência pela Agência do Ambiente (APA), na estação de Sobreiras, Lordelo do Ouro. A estação de qualidade do ar está localizada na parte sul do município e próxima do centro histórico.
3.a	*Prevalência do consumo de tabaco (diário ou ocasional) na população com 15 anos ou mais	Proporção de jovens adultos com 15 anos ou mais anos de idade que fumam diariamente ou ocasionalmente.

*quando o indicador foi recomendado apenas na primeira edição do Handbook

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

Resultados por meta

3.0 Meta: Envelhecimento da população

O envelhecimento da população está associado a vários ODS, ainda que não exista nenhuma meta que aborde a questão em concreto. No entanto, segundo a aproximação feita recorrentemente pela comunidade científica, associa-se os indicadores de envelhecimento à meta do ODS 3, na perspetiva de assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar, bem como para a preparação das cidades com infraestruturas e serviços que atendam às necessidades das pessoas idosas.

População residente com 65 ou mais anos

Crescimento negativo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	23,2	23,5	24,0	24,2	24,5	24,7	24,8	24,9	25,0	25,7	26,0

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

População residente com 85 ou mais anos

Crescimento negativo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	3,2	3,4	3,5	3,7	3,8	3,9	4,1	4,1	4,2	4,2	4,3

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos

Crescimento negativo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	13	–	–	–	–	–	–	–	–	–	15

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Índice de envelhecimento

Crescimento negativo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
188	196	202	208	214	220	223	222	221	219	222	227

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)

Este aspeto merece a atenção na cidade, já que a população do município do Porto envelheceu entre 2011 e 2021: em 2011, a população com 65 anos ou mais representava 23,2% da população total, enquanto em 2021 este número aumentou para 25,6%. Estes valores são superiores ao registado a nível nacional, que passou de 19,7% em 2011 para 23,6% em 2021. Lisboa, no entanto, conseguiu reverter a tendência de envelhecimento, passando de 24,3% em 2011 para 23,5% em 2021.

Além disso, o número de pessoas com 85 anos ou mais no município do Porto aumentou de 3,2% para 4,3% entre 2011 e 2021. Os valores são ligeiramente inferiores aos encontrados para a cidade de Lisboa (cresceu de 3,5% para 4,4%, respetivamente).

Acresce que em 2011, as famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade totalizava 13,2% do número total de famílias, enquanto em 2021 este número aumentou para 15,4%, o que reflete o número de idosos que vivem sozinhos. Este valor é superior ao registado a nível nacional, que passou de 9,7% em 2011 para 12,5% em 2021, sendo apenas superado por Lisboa que passou de 14,9% para 16,0%.

Este panorama reflete-se num aumento do Índice de Envelhecimento no Porto: em 2021 existiam 227 idosos por cada 100 pessoas com menos de 15 anos de idade (como referência, na cidade de Lisboa esta proporção era de 175 para o mesmo ano).

3.1 Meta: Reduzir a mortalidade materna

Óbitos devido a complicações da gravidez, do parto e do puerpério

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	–

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Entre 2010 e 2020, num período de 10 anos, registaram-se 2 óbitos devido a complicações da gravidez, parto e puerpério.

3.2 Meta: Acabar com mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças

Nados-vivos assistidos por pessoal de saúde qualificado

Meta atingida 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: [INE](#)

Entre 2011 e 2021 a proporção de nados-vivos assistidos por pessoal de saúde qualificado foi sempre de 100%.

Taxa quinquenal de mortalidade neonatal

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	1,6	1,6	2,0	1,9	2,3	2,5	2,5	2,7	2,6	2,2	–

Unidade: Permilagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

**Taxa quinquenal de mortalidade infantil

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	3	3	3	2	3	3	3	4	4	3	–

Unidade: Permilagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Em relação à taxa quinquenal de mortalidade neonatal (com menos de 28 dias) e à taxa quinquenal de mortalidade infantil (até 1 ano de idade), verifica-se ao longo de 10 anos, uma estagnação dos valores durante praticamente todo o período em análise.

3.3 Meta: Acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose, malária, doenças tropicais negligenciadas e outras doenças infecciosas

Taxa quinquenal de novas infeções pelo HIV

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	0,48	0,40	0,36	0,32	0,29	0,30	0,28	–	–	–	–

Unidade: Permilagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge via CESOP

Taxa de mortalidade por tuberculose, VIH e hepatite viral

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	0,20	0,17	0,13	0,16	0,13	0,13	0,11	0,15	0,10	0,10	–

Unidade: Permilagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Taxa de mortalidade por gripe sazonal

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	–

Unidade: Permilagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Pela análise das taxas quinquenais de novas infeções por VIH é possível verificar um decréscimo médio anual de 8% no período de 2011 a 2017, e o número mais baixo de 0,28 novas infeções por 1000 habitantes, atingido em 2017. A taxa de mortalidade por tuberculose, VIH e hepatite viral entre 2011 e 2020 manteve-se estável ao longo do tempo.

Por outro lado, a gripe sazonal, uma das patologias mais frequentes na população, com uma oscilação coincidente com a sazonalidade climática, tem mostrado igualmente pouca variação ao longo do tempo (um por cada 100.000 residentes por ano, em média).

3.4 Meta: Reduzir mortalidade prematura por doenças não transmissíveis

Taxa de mortalidade prematura

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	4,9	4,7	5,0	5,2	4,7	4,9	5,1	5,0	5,0	4,9	–

Unidade: Permilagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Taxa de mortalidade por tumor maligno

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	3,3	3,2	3,4	3,9	3,5	3,6	3,3	3,7	3,5	3,3	–

Unidade: Permilagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Taxa de mortalidade por doenças do sistema circulatório

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	3,2	3,1	3,3	3,6	3,5	3,5	3,5	3,6	3,7	3,7	–

Unidade: Permilagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Taxa de mortalidade por doenças das vias respiratórias

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	1,4	1,6	1,5	1,3	1,7	1,5	1,8	1,6	1,6	1,5	–

Unidade: Permilagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Taxa de mortalidade por Diabetes Mellitus

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,4	0,3	0,3	0,2	0,3	–

Unidade: Permilagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

A taxa de mortalidade prematura (dos 30 aos 69 anos de idade) no Porto tem-se mantido relativamente estável no período em análise. O mesmo acontece para a mortalidade associada a tumor maligno, as doenças do foro circulatório e respiratório bem como a mortalidade à diabetes.

Os tumores malignos, doenças circulatórias e respiratórias continuam a ser as principais causas de morte na cidade. Em 2020, estas doenças representaram cerca de 60% de todas as mortes no município. As mortes prematuras (dos 30 aos 69 anos) representavam cerca de 19% do total de mortes registadas em 2020, o que merece atenção.

Mortalidade por suicídio e lesões autoprovocadas intencionalmente

Crescimento negativo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	7	9	18	35	15	12	17	24	21	20	–

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

No Porto, a mortalidade por suicídio e lesões autoprovocadas intencionalmente cresceu significativamente entre 2011 para 2020, de 7 para 20 pessoas. Apesar de tudo representava apenas 0,7 e 2,1% da percentagem de suicídios a nível nacional, respetivamente. Como referência, a proporção de suicídios na cidade de Lisboa (face ao valor nacional) variou entre 5,9% e 4,5% para o mesmo período.

Taxa de mortalidade por transtornos mentais e comportamentais

Crescimento negativo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	0,02	0,02	0,34	0,45	0,55	0,57	0,67	0,73	0,98	0,98	–

Unidade: Permilagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

A proporção da população que morreu de transtornos mentais e comportamentais por cada 1.000 habitantes na cidade do Porto cresceu significativamente de 2 pessoas por cada 100.000 habitantes (em 2011) para 98 (em 2020). Como referência, essa proporção em Lisboa cresceu de 1 para 65 pessoas. O aumento no Porto é significativo e merece especial atenção, particularmente porque no último ano reportado as consequências da pandemia ainda não se tinham refletido em toda a sua plenitude em termos de transtornos mentais.



2 (2011)



Número de mortes por transtornos mentais e comportamentais por cada 100.000 habitantes.

3.5 Meta: Prevenir e tratar abuso de substâncias como drogas e álcool

Utentes entre os 15 e 64 anos de idade com problemas relacionados com drogas

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	15	13,4	12,9	–	–	–	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências \(SICAD\)](#)

Utentes entre os 15 e 64 anos com problemas de álcool

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	5,3	5	4,3	–	–	–	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências \(SICAD\)](#)

Problemas de adição a substâncias como o álcool e droga são patologias que constituem um grave problema que proporciona o surgimento de outras patologias associadas. No entanto, ainda que estejamos longe de admitir um combate eficaz contra o abuso destas matérias, assistiu-se a um decréscimo médio anual de 7 a 9% dos utentes registados numa Unidade de Tratamento Especializado e com problemas com drogas e álcool, respetivamente.

O Município do Porto tem previsto um investimento total de 650.000 euros no [programa de consumo assistido](#), aprovado num protocolo entre o Município do Porto, o SICAD, o Instituto de Segurança Social e a ARS Norte, em 2020. A criação deste Programa pretende dar resposta a uma necessidade identificada no concelho, designadamente de implementação de respostas locais destinadas à sensibilização e ao encaminhamento para tratamento de consumidores de substâncias psicoativas ilícitas, bem como à prevenção e redução de atitudes ou comportamentos de risco acrescido e minimização de danos individuais e sociais provocados pela dependência das mesmas. Dirige-se a utilizadores de substâncias psicoativas ilícitas, por via injetada e/ou fumada assente num modelo integrado de intervenção

de resposta às necessidades identificadas prevendo, não só a supervisão do consumo dessas substâncias, mas a integração de outros serviços, designadamente: distribuição de materiais de prevenção, educação para práticas mais seguras de consumo, rastreio de doenças infecciosas e aconselhamento e referência para tratamento da toxicodependência, objetivando-se, deste modo, impactos na saúde individual e coletiva.



Assistiu-se a um decréscimo médio anual dos utentes registados numa Unidade de Tratamento Especializado e com problemas com drogas e álcool, respectivamente.

3.6 Meta: Reduzir para metade o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários

****Óbitos em acidentes rodoviários**

Estagnação

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
0,3	0,8	1,1	0,5	0,4	0,4	0,3	0,8	0,5	0,6	–	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)

O número de mortes por cada 100 acidentes rodoviários manteve-se instável. O Município do Porto apresenta, em 2019, um valor de 0,6 mortes, abaixo da média da Área Metropolitana do Porto que registou 0,9 mortes por 100 acidentes de viação com vítimas. Para o mesmo ano a cidade de Lisboa teve uma taxa de 0,3%.

A meta definida pela UE é a de reduzir para metade o número de vítimas mortais em acidentes rodoviários até 2020, em comparação com 2010.

3.7 Meta: Assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva

****Taxa de fecundidade na adolescência**

Decréscimo positivo

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
20	18	18	13	10	9	12	10	9	10	7	7

Unidade: Permilagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)

Os nascimentos de mães adolescentes dos 15 aos 19 anos registaram um declínio médio, de 2010 a 2021, de cerca de 8% por ano.

Abortos voluntários realizados legalmente

Decréscimo positivo

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
719	686	613	582	568	517	611	–	–	–	–	–

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

O mesmo se aplica aos abortos voluntários realizados legalmente, que têm vindo a diminuir entre 2010 e 2016, com um decréscimo médio anual de cerca de 2%. Esta evolução deve ser cuidadosamente analisada, porque só pode ser considerada positiva se os números corresponderem ao número total de abortos realizados (registados e não registados).

A percentagem de abortos realizados legalmente no Porto face ao universo nacional variou entre 3,6% em 2010 para 3,8%, em 2016.

3.8 Meta: Atingir a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas

Habitantes por médico

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
57	55	54	52	50	48	46	45	44	43	44	45

Unidade: Rácio | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)

Camas hospitalares de internamento por 100.000 habitantes

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
—	1.570	1.583	1.574	1.532	1.520	1.545	1.581	1.616	1.658	1.722	—

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)

Relativamente à qualidade dos serviços de saúde, os indicadores recolhidos permitiram verificar dois aspetos: i) a sobrecarga de médicos de família, com base no número de utentes por médico; ii) a capacidade de hospitalização dos hospitais da cidade.

É possível verificar que o número de habitantes por médico na cidade do Porto tem vindo a diminuir, o que pode ajudar a melhorar a capacidade de prestação de cuidados aos utentes. Passou de 57 (em 2010) para 45 (em 2021). É ainda de assinalar que o número de habitantes por médico no Porto tem sido sempre muito inferior à média nacional e à da cidade de Lisboa. Como referência, em 2021, o número de habitantes por médico a nível nacional era apenas de 177 e em Lisboa era de 56.

O mesmo acontece com o número de camas hospitalares por 100.000 habitantes, que tem vindo a aumentar de 2011 a 2020 (de 1.570 para 1.722). Volta a ser assinalável registar que, para 2020, o número de camas hospitalares por 100.000 habitantes era apenas de 347 a nível nacional e de 995 na cidade de Lisboa.

3.9 Meta: Reduzir o número de mortes e doenças devido a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo

Mortalidade por envenenamento acidental (intoxicação) por drogas, medicamentos e substâncias biológicas

Estagnação ↔

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
—	1	0	2	3	1	1	3	5	1	1	—

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

A mortalidade por envenenamento acidental com fármacos, medicamentos e substâncias biológicas apresentou números que oscilam entre os 0 e os 5 casos, entre 2011 e 2021, e a sua evolução tem sido estável ao longo de todo o tempo em análise. Em 2011, o número de mortes relacionadas com envenenamento acidental no Porto representou 3,8% do total nacional (em Lisboa a percentagem correspondeu a 7,7%). Em 2020, esse valor decresceu para 1% no Porto e cresceu para 11,5% em Lisboa.

Dias em que as concentrações de PM10 excederam 50 µg/m³

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
189	205	139	130	62	66	—	—	—	—	—	—

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Agência Portuguesa do Ambiente \(APA\)](#)

Relativamente à qualidade do ar, apesar de haver uma tendência positiva (decréscimo) no que diz respeito ao número de dias por ano em que as concentrações de PM10 estão acima do valor legal, a realidade é que em todos os anos para os quais há registo o número de dias é sempre superior a 35 (a APA recomenda que não deve exceder este número de dias).

Dias em que as concentrações de PM2.5 excederam 25 µg/m³

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
10	16	12	43	36	47	18	2	21	20	–	–

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

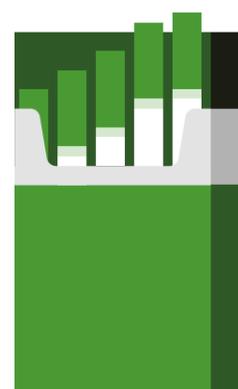
O número de dias para os quais as PM2.5 excederam 25 µg/m³ tem vindo globalmente a crescer no Porto, o que merece atenção dado que é reconhecido que as PM2.5 são mais nefastas para a saúde do que as PM10.

3.a Meta: Fortalecer a implementação da Convenção Quadro para o Controlo do Tabaco

*Prevalência do consumo de tabaco (diário ou ocasional) na população com 15 anos ou mais

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	34	–	–	–	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: ARS Norte Epiteen – 27 (2017-2018) SIARS – AceS Oriental e Ocidental (2018)



34%
dos jovens já fumam no Ensino Secundário, em 2017.

Outro aspeto importante para a cidade do Porto é compreender os comportamentos aditivos da população e como estes começam a ser

evidentes na vida das pessoas. A proporção de estudantes com 15 anos ou mais que fumam diariamente ou ocasionalmente é um factor preocupante. De acordo com os dados da coorte EPITeen, a prevalência de consumo regular de tabaco (fumam todos os dias) aumenta com a idade e de uma forma mais acentuada nos rapazes e no período entre os 17 e 21 anos. Os dados da coorte EPITeen recolhidos aos 13 anos indicam ainda que a idade média de início de uso de tabaco é de 11 anos, tendo os rapazes experimentado o primeiro cigarro mais cedo que raparigas (10,8 vs. 11,4, respetivamente).

Indicadores propostos para futuras análises

- Número de médicos por 1000 habitantes;
- Número de utentes atendidos em consultas de planeamento familiar, pelo número total de utentes;
- Uso nocivo de álcool em jovens e adultos (com mais de 15 anos de idade);
- ***Consumo de drogas ilícitas;
- Proporção de nascimentos de mulheres em idade de risco (menos de 20 e mais de 35 anos);
- Proporção de nascimentos prematuros;
- Proporção da população com grandes despesas domésticas com a saúde como parte das despesas ou rendimentos totais do agregado;
- Taxa de mortalidade atribuída à poluição doméstica e do ar ambiente;
- Taxa de mortalidade por doenças do aparelho digestivo;
- Taxa de mortalidade por mortes súbitas de causa desconhecida, mortes sem assistência, outras causas mal definidas e as não especificadas;
- Proporção da população coberta por todas as vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação;
- Anos de vida saudável à nascença;
- População com boa ou muito boa perceção do seu estado de saúde;
- Prevalência do tabagismo;
- Taxa de mortalidade padronizada evitável;
- Taxa de incidência de novas infeções;
- População com necessidades insatisfeitas de cuidados médicos.

***quando o indicador foi recomendado apenas na segunda edição do Handbook

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

PMS - Plano Municipal de Saúde	
ODS relacionados	ODS 2, ODS 5, ODS 10, ODS 11
Lançamento	2022
Última atualização	–
Período de vigência	2022-2024
Descrição	Este plano é um instrumento estratégico de gestão e desenvolvimento social para a cidade, que assenta nos eixos orientadores: Crescer e Envelhecer no Porto; Bem-estar emocional, psicológico e social; Alimentação Equilibrada e Consumos. Estes eixos refletem os eixos de ação das várias entidades parceiras que, em conjunto, contribuem para o grande objetivo de promover a saúde e o bem-estar dos indivíduos e das comunidades que servem, facilitando o desenvolvimento de um trabalho abrangente, complementar e sinérgico.

Porto, cidade sem SIDA	
ODS relacionados	ODS 10, ODS 11
Lançamento	2019
Última atualização	–
Período de vigência	2019-2025
Descrição	O Porto é uma Fast Track City (“Cidade na Via Rápida para Acabar com a Epidemia VIH”) que juntamente com um grupo alargado de cidades a nível mundial assumiu o compromisso de eliminar a epidemia do VIH/SIDA até 2030. A Estratégia tem como objetivo combater a propagação do vírus da SIDA através de mecanismos que promovem a literacia sobre formas de combater e prevenir a doença. Em Junho de 2021, a ONUSIDA redefiniu as metas 90-90-90, anteriormente subscritas e que deveriam ser atingidas por volta de 2020, para 95-95-95 (a atingir por volta de 2025), i.e., que 95% das pessoas que vivem com VIH conheçam o seu diagnóstico; 95% das pessoas diagnosticadas sejam acompanhadas pelos serviços de saúde fazendo terapia antirretroviral; e 95% das pessoas em tratamento apresentem, sustentadamente, carga viral suprimida, tendo, em dezembro de 2021, o Município do Porto renovado os seus compromissos no sentido de contribuir para o cumprimento destas metas.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

Projeto Municipal de Promoção de Literacia em Saúde	
ODS relacionados	ODS 2 (2.2)
Meta(s) identificada(s)	3.0
Lançamento	2018
Descrição	Esta iniciativa pretende operacionalizar o programa nacional de educação para a saúde, literacia e autocuidado, com o principal objetivo de aumentar os níveis de literacia em saúde dos cidadãos e da sua autonomia e responsabilização neste âmbito, através da capacitação, tanto na utilização do sistema de saúde, como na procura e cabal utilização de informação fidedigna que permita a tomada de decisão consciente.

Oficinas de Saúde para o Público	
ODS relacionados	ODS 2 (2.2)
Meta(s) identificada(s)	3.0
Lançamento	2018
Descrição	Programa de capacitação dirigido à população adulta que visa dotar os participantes de conhecimentos e competências que lhes permitam um papel mais ativo no âmbito da promoção da sua própria saúde, num processo dinâmico de aumento dos níveis de literacia em saúde potenciador da adoção de estilos de vida saudáveis.

Intervenção de Promoção de Saúde para Seniores - (i)PSS	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	3.0
Lançamento	2022
Descrição	Programa de promoção da saúde, dirigido a seniores, que pretende aumentar competências e conhecimentos de literacia em saúde, através de práticas positivas ligadas a padrões de comportamento que se centram na promoção do bem-estar físico e psicológico. Foca-se em aspetos fundamentais desta fase da vida, abordando temas como a alimentação saudável, a atividade física, a manutenção das funções cognitivas, as estratégias para lidar com alterações naturais, as condições de segurança e a integração e participação social, no sentido do estímulo e reforço de sentimentos positivos associados ao envelhecimento.

Aconchego	
ODS relacionados	ODS 1 (1.4), ODS 4 (4.6), ODS 10 (10.2)
Meta(s) identificada(s)	3.0
Lançamento	2004
Descrição	Este programa consiste no alojamento de jovens estudantes universitários em casas de cidadãos seniores residentes no centro histórico do Porto, com os objetivos de apoiar o alojamento digno e acessível para estudantes do ensino superior e promover apoio, companhia e bem-estar para jovens e seniores e o diálogo e solidariedade intergeracional. O acompanhamento e avaliação do programa é da responsabilidade da equipa do Departamento Municipal de Coesão Social da Câmara Municipal do Porto e da Federação Académica do Porto (FAP).

Residências Sénior Partilhadas	
ODS relacionados	ODS 1 (1.4), ODS 10 (10.2)
Meta(s) identificada(s)	3.0
Lançamento	2018
Descrição	Este programa faz parte de uma resposta integrada multidisciplinar, que tem como principais objetivos estimular o envelhecimento ativo, promover a autonomia dos idosos e combater o isolamento social. O município do Porto concretiza este programa, em cooperação com as Juntas de Freguesia da cidade, através da atribuição de casas do parque de habitação pública municipal destinadas a pessoas idosas com carência social e habitacional que aceitem partilhar uma residência.

Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas	
ODS relacionados	ODS 1 (1.4), ODS 10 (10.2)
Meta(s) identificada(s)	3.0
Lançamento	2010
Descrição	É uma iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa responder ao rápido envelhecimento das populações e criar ambientes urbanos que permitam às pessoas idosas uma maior participação cívica na sociedade. O convite de adesão foi alargado a todas as cidades do mundo e, em 2010, o Município do Porto aderiu à Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas.

Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis	
ODS relacionados	ODS 10 (10.2), ODS 11
Meta(s) identificada(s)	3.0
Lançamento	2018
Descrição	O Município do Porto, assumindo que deve liderar o planeamento estratégico de ações integradas e inovadoras que abordem todos os aspetos da saúde e da qualidade de vida dos seus municípios numa perspetiva holística, procedeu à operacionalização da adesão oficial do Porto à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS).

Quanto Mais Cedo Melhor	
ODS relacionados	ODS 2 (2.2)
Meta(s) identificada(s)	3.4
Lançamento	2018
Descrição	O principal objetivo deste programa centra-se na promoção de competências socio-emocionais e saúde mental infantil em contexto escolar. Baseia-se numa abordagem integrada e enquadrada no contexto escolar, dirigindo as suas ações a alunos, encarregados de educação, docentes e outros agentes educativos com vista à promoção da saúde mental em crianças que frequentam o 1º ciclo do ensino básico.

Programa de Consumo Vigiado	
ODS relacionados	ODS 10 (10.2)
Meta(s) identificada(s)	3.5
Lançamento	2020
Descrição	Este programa pretende dar resposta a uma necessidade identificada no concelho, designadamente de implementação de respostas locais destinadas à sensibilização e ao encaminhamento para tratamento de consumidores de substâncias psicoativas ilícitas, bem como à prevenção e redução de atitudes ou comportamentos de risco acrescido e minimização de danos individuais e sociais provocados pela dependência das mesmas. Dirige-se a utilizadores de substâncias psicoativas ilícitas, por via injetada e/ou fumada assente num modelo integrado de intervenção de resposta às necessidades identificadas prevendo, não só a supervisão do consumo dessas substâncias, mas a integração de outros serviços, designadamente: distribuição de materiais de prevenção, educação para práticas mais seguras de consumo, rastreio de doenças infecciosas e aconselhamento e referência para tratamento da toxicod dependência, objetivando-se, deste modo, impactos na saúde individual e coletiva.



Educação
de qualidade

ODS 4



Educação de qualidade

Garantir o acesso a uma educação de qualidade e inclusiva para todos. Promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Eliminar disparidades de género na educação e garantir igualdade de acesso a cuidados e desenvolvimento de qualidade na primeira infância. Promover educação técnica e profissional. Melhorar infraestruturas e recursos educacionais.

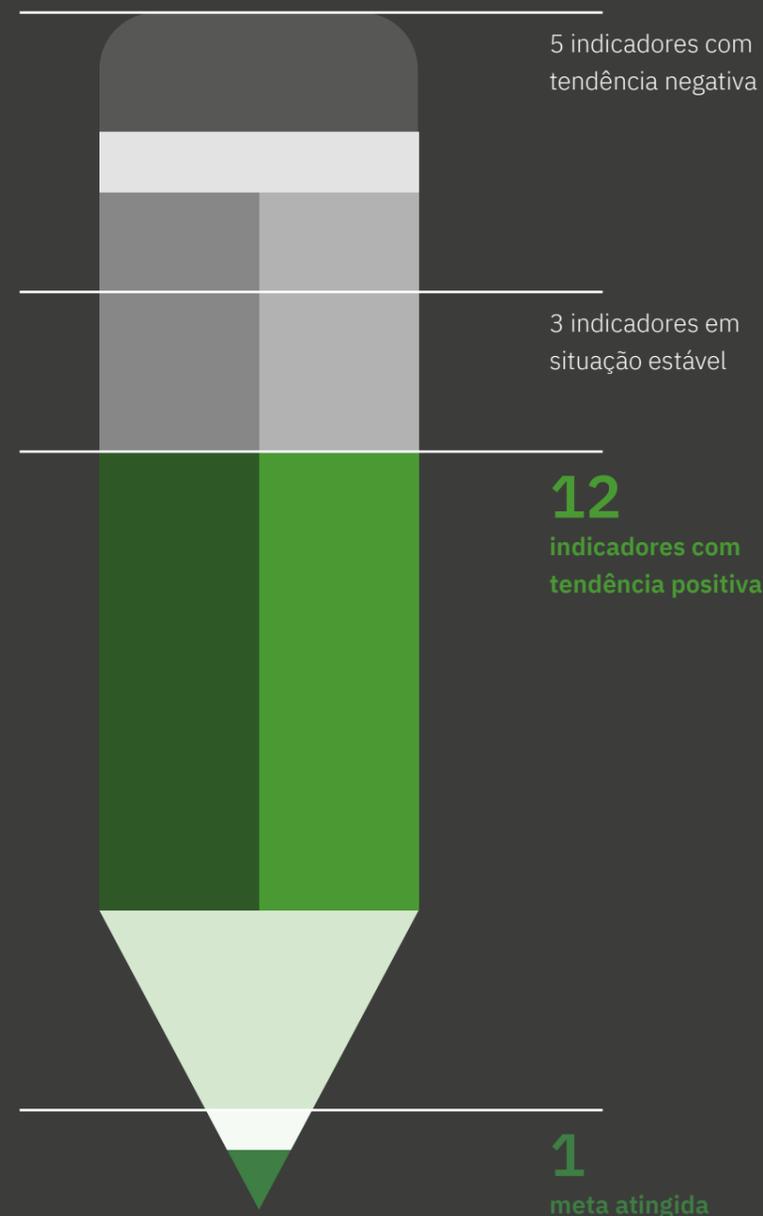
.....

Multifacetada e contínua, a educação é uma ferramenta crucial para cada cidadão poder enfrentar os mais variados problemas e desafios ao longo da sua vida. Garantir uma educação de qualidade a todas as pessoas é um pilar da ação do Município do Porto. Destacam-se a Carta Educativa do Porto e a Estratégia Municipal da Juventude como estratégias basilares, bem como o Porto de Conhecimento, Porto de Crianças, Porto de Apoio à Família e Porto de Futuro como projetos importantes para a cidade.

Total

21 indicadores

Destacam-se os avanços em proporcionar uma educação de qualidade, com mais de metade dos indicadores a apresentarem resultados positivos (13/21), incluindo uma meta atingida.



Metas a atingir

Definição das metas

- ⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.
- ⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.
- ✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.



Até 2030, garantir que todas as crianças e jovens completam o ensino primário e secundário, que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, conduzindo a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.



Até 2030, garantir que todas as crianças tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam preparados para o ensino primário.



Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e terciária, incluindo a universidade, com qualidade e a preços acessíveis.



Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.



Até 2030, eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, população autóctone e crianças em situação de vulnerabilidade.

4.6 

Até 2030, garantir literacia e aptidões numéricas a todos os jovens e a uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres.

4.7 

Até 2030 garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.a 

Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e às questões de género, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

4.b 

Até 2020, ampliar substancialmente, a nível global, o número de bolsas de estudo – para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos – para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, científicos e de engenharia, em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

4.c 

Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
4.1	*Taxa de retenção e abandono escolar no ensino básico	Proporção de estudantes que são retidos ou desistem dos seus estudos no ensino básico e no ensino secundário. A taxa de retenção e desistência/abandono consiste na relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano letivo seguinte e o número de alunos matriculados nesse ano letivo. A taxa de desistência refere-se a um aluno que não se matriculou no ano letivo seguinte. A retenção consiste em manter o aluno abrangido pela escolaridade obrigatória no mesmo ano em que está a frequentar.
	*Taxa de retenção e abandono escolar no ensino secundário	
	Taxa de retenção e abandono escolar no ensino recorrente geral do ensino secundário	Proporção de estudantes que são retidos ou desistem dos seus estudos, tendo em conta os cursos de educação recorrente geral e os cursos tecnológicos e profissionais do ensino secundário. A taxa de retenção e desistência/abandono consiste na relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano letivo seguinte e o número de alunos matriculados nesse ano letivo. A taxa de desistência refere-se a um aluno que não se matriculou no ano letivo seguinte. A retenção consiste em manter o aluno abrangido pela escolaridade obrigatória no mesmo ano em que está a frequentar.
	Taxa de retenção e abandono escolar nos cursos tecnológicos e profissionais do ensino secundário	
	Alunos com nota negativa na 1ª fase do exame final de Português do 3º ciclo	Proporção de alunos que obtiveram uma nota negativa (1 ou 2) nos exames finais de Português e Matemática do 3º ciclo do ensino básico pelo número total de alunos que realizaram os exames finais.
Alunos com nota negativa na 1ª fase do exame final de Matemática do 3º ciclo		
4.1 4.5	Crianças na educação alternativa	Proporção do número de crianças até aos 15 anos de idade, do 1º ciclo e 2º ciclo EB, em escolas públicas e privadas, que apresentam repetidos insucessos escolares, problemas de integração, risco de abandono/exclusão e/ou dificuldades de aprendizagem e frequentam percursos curriculares alternativos para estudantes.
4.2	**Taxa real de pré-escolarização	Rácio percentual de crianças na educação pré-escolar em relação ao número total de crianças entre os 3 e 5 anos de idade.
	Participantes no programa municipal "Porto de Apoio à Família"	Número total de crianças que participaram no Programa Municipal "Porto de Apoio à Família", no ano de referência.
4.3 4.5	**Estudantes no ensino superior: mulheres	Número total de estudantes do sexo feminino e masculino que frequentam o ensino superior no ano de referência.
	**Estudantes no ensino superior: homens	
4.4	População dos 15 aos 69 anos de idade no ensino secundário e superior	Proporção da população no ensino secundário e superior em relação à população total com idades compreendidas entre os 15 e os 69 anos.
	População residente com idade entre 30 e 34 anos de idade com pelo menos o ensino superior completo	Proporção da população com 30 a 34 anos de idade que completou o ensino superior pelo total de população residente do mesmo grupo etário.

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
4.4	Bolsas de estudo angariadas no Programa Municipal “Porto de Conhecimento”	Número total de bolsas de estudo concedidas no Programa Municipal “Porto de Conhecimento”.
	Participantes do Programa Municipal “Porto de Futuro”	Número total de alunos que participaram no Programa Municipal “Porto de Futuro”, no ano de referência.
4.4 9.c	Número médio de estudantes por computador com ligação à Internet	Número médio de alunos para cada computador com ligação à Internet disponível nas escolas.
4.5	Estudantes com apoio económico: escalão A	Número total de estudantes da rede escolar pública, do pré-escolar ao ensino secundário, que beneficiam de apoio económico de escalão A ou B.
	Estudantes com apoio económico: escalão B	
	Participantes do Programa Municipal “Porto de Atividades”	Número total de alunos que participaram no Programa Municipal “Porto de Atividades”, no ano de referência. Este programa inclui as AEC (Atividades de Enriquecimento Escolar/ Curricular).
	Participantes do Programa Municipal “Porto de Crianças”	Número total de crianças e alunos que participaram no Programa Municipal “Porto de Crianças”, no ano de referência.
4.6	Taxa de analfabetismo	Proporção da população com 10 ou mais anos de idade que não sabe ler ou escrever uma frase completa.
	Adultos matriculados no ensino não superior	Número total de alunos inscritos no ensino não superior em ofertas de educação e formação de adultos. Refere-se a um curso de ensino básico ou secundário, orientado para adultos que não tenham concluído estes níveis de ensino, que visa elevar os níveis de qualificação e potenciar as condições de inserção, reinserção e progressão no mercado de trabalho. Inclui o programa “Novas Oportunidades”.
4.7	Estudantes do ensino superior de nacionalidade estrangeira	Proporção de estudantes matriculados em instituições de ensino superior da Universidade do Porto com nacionalidade estrangeira.

*quando o indicador foi recomendado apenas na primeira edição do Handbook

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

Resultados por meta

4.1 Meta: Garantir que todas as crianças e jovens completam o ensino básico e secundário

*Taxa de retenção e abandono escolar no ensino básico

Decréscimo positivo



2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
7	9	10	9	7	6	6	5	3	2	3	—

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: DGEEC

*Taxa de retenção e abandono escolar no ensino secundário

Decréscimo positivo



2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
18	18	16	14	13	12	10	11	10	7	6	—

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: DGEEC

A taxa de retenção e abandono escolar no ensino básico e secundário registou um desenvolvimento favorável, acompanhando a tendência nacional. No caso do ensino secundário tem vindo a diminuir de forma mais significativa ao longo dos anos. A meta da União Europeia para a taxa de abandono escolar precoce está definida em 9% até 2030, pelo que o Porto já atingiu essa meta.

Taxa de retenção e abandono escolar no ensino recorrente geral do ensino secundário (científico-humanístico)

Decréscimo positivo



2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
17	17	17	16	15	12	13	11	11	10	—	—

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Pordata

Taxa de retenção e abandono escolar nos cursos tecnológicos e profissionais do ensino secundário (técnico-profissional)

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
19	19	19	16	14	14	11	9	11	11	–	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: [Pordata](#)

O mesmo se verifica na taxa de retenção e abandono escolar por tipo de curso (científico-humanístico ou técnico-profissional), com uma redução média anual de 5% em ambos os casos, entre 2010 e 2019. No entanto, a taxa de retenção e abandono escolar no curso geral (científico-humanístico) no Porto é inferior à taxa nacional, acontecendo o inverso para o ensino técnico-profissional.

Alunos com nota negativa na 1ª fase do exame final de Português do 3º ciclo

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	22	24	18	11	–	–	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Direção-Geral de Educação \(DGE\)](#)

Alunos com nota negativa na 1ª fase do exame final de Matemática do 3º ciclo

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	41	41	36	41	–	–	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Direção-Geral de Educação \(DGE\)](#)

Crianças na educação alternativa

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
0,0	0,1	0,2	0,2	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	–	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [DGEEC](#)

Por fim, no que diz respeito aos resultados e sucesso escolar nas provas finais de Português e Matemática do 3º ciclo, é possível perceber que no que diz respeito à disciplina de Português, entre 2015 e 2018 se registou uma descida significativa na taxa de reprovação, na ordem dos 18% anuais. No que diz respeito à disciplina de Matemática, verifica-se que os valores não oscilaram significativamente e a taxa de reprovação manteve-se nos 40% em todo o período. Na União Europeia, até 2030, a percentagem de alunos com 15 anos de idade e fraco aproveitamento em leitura, matemática e ciência, deverá ser inferior a 15%. A percentagem relativa ao Português já foi atingida, sendo que no caso da Matemática, há ainda trabalho a fazer.

4.2 Meta: Garantir que todos as crianças tenham acesso a cuidados e educação pré-escolar

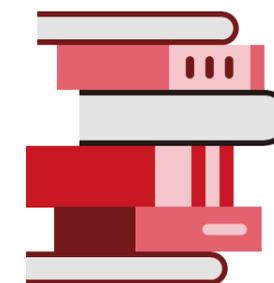
****Taxa real de pré-escolarização**

Meta atingida 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: [DGEEC](#)

Considerando o acesso à educação pré-escolar, o Porto registou uma diminuição do número absoluto de crianças que frequentam este tipo de educação, o que pode estar associado a uma diminuição demográfica natural (INE). No entanto, a taxa real de pré-escolarização permanece a 100%, de acordo com os dados de 2010 a 2020, o que mostra que cada criança tem acesso ao pré-escolar. A meta da União Europeia para a educação pré-escolar é de 96% (das crianças entre os 3 anos e a idade do início da escolaridade obrigatória), pelo que o Porto já superou essa meta.



100%
das crianças frequenta a educação pré-escolar.

Participantes no programa municipal “Porto de Apoio à Família”

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	1.840	1.805	1.841	1.737	-

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Educação)

O Município do Porto desenvolve um programa específico (Porto de Apoio à Família) para elevar a qualidade da educação pré-escolar ao mesmo tempo que vai de encontro às necessidades das famílias (apoio em tempo não letivo). O número de participantes por ano é relativamente estável e verifica-se que mesmo em 2020 (ano de confinamento pela pandemia) não decresceu significativamente.

4.3 Meta: Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e terciária

**Estudantes no ensino superior: mulheres

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
29.540	30.428	31.299	31.414	31.245	28.888	29.114	29.947	31.197	32.854	33.859	34.005

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)

**Estudantes no ensino superior: homens

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
27.921	28.276	28.344	28.551	27.813	26.363	26.674	26.359	26.996	27.708	28.170	29.237

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)

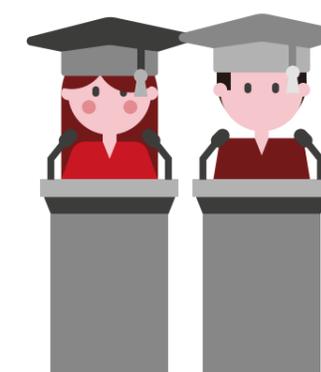
Os estudantes matriculados no ensino superior têm vindo a aumentar, em ambos os géneros, continuando o género feminino a dominar a população universitária (acompanhando os valores nacionais).

4.4 Meta: Aumentar o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais

População dos 15 aos 69 anos de idade no ensino secundário e superior

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: [INE](#)



14%

da população dos 15 e os 69 anos, em 2011, no ensino secundário e superior.

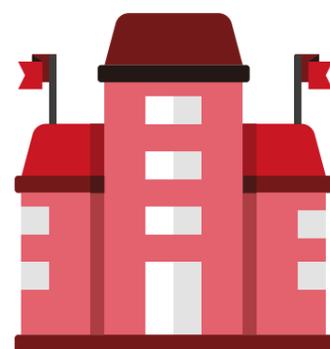
No que diz respeito à população entre os 15 e os 69 anos de idade a frequentar o ensino secundário e superior em relação à população total dessa faixa etária, verifica-se que, de acordo com os dados dos Censos de 2011, representavam 14%.

População residente com idade entre 30 e 34 anos de idade com pelo menos o ensino superior completo

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	48	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

Unidade: Porcentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: [INE](#)

Já no que respeita à população com idades entre os 30 e 34 anos com pelo menos o Ensino Superior completo, os resultados mostram que 48% da população se encontrava nesta situação em 2011 (como referência, para o mesmo ano esta percentagem era de 29% para o país). Não foi possível obter dados mais recentes relativamente a estes indicadores. A meta definida pela União Europeia para a percentagem de pessoas, entre os 25 e os 34 anos, com ensino superior, deverá ser pelo menos de 45% até 2030.



48%
da população residente entre os 30 e 34 anos tem, pelo menos, o ensino superior completo.

Bolsas de estudo concedidas no Programa Municipal “Porto de Conhecimento”

Crescimento positivo

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	13	13	63	70	70

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Educação)

Participantes do Programa Municipal “Porto de Futuro”

Decréscimo negativo

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	10.538	12.195	2.424	1.122	3.707

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Educação)

Desde 2017, no âmbito do programa municipal “Porto de Conhecimento” têm sido angariadas anualmente bolsas de estudo a estudantes que ingressam no Ensino Superior. O número de bolsas de estudo concedidas tem vindo a aumentar: o programa começou por angariar 13 bolsas de estudo em 2017 e em 2021 angariou um total de 70. Apesar de ser uma iniciativa modesta, é uma forma de incentivar e apoiar alunos mais carenciados e com mérito académico.

O programa municipal “Porto de Conhecimento” preconiza também promover competências e elevar o nível de literacia científica das crianças e jovens da cidade, com a colaboração de centros de investigação, entidades e instituições do ensino superior da cidade, através do projeto SEI - Sociedade, Escola e Investigação e do projeto Aprender a Programar. O programa municipal “Porto de Futuro” é baseado em parcerias entre escolas e empresas e o seu principal objetivo é gerar uma cultura do conhecimento baseada no mérito, criatividade, inovação e empreendedorismo. Ambos constituem esforços do Município para melhorar as competências técnicas e profissionais dos jovens da cidade.

Número médio de estudantes por computador com ligação à Internet

Crescimento negativo

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
2	3	3	3	4	4	5	5	5	5	3	–

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: [DGEEC](#)

Relativamente a competências digitais, o indicador analisado diz respeito ao número de estudantes por computador disponível nas escolas, representando uma forma de avaliar o uso das tecnologias na escola. A tendência tem sido crescente, isto é, houve um aumento do número de alunos por computador com acesso à *internet* nas escolas, em particular desde o ano letivo 2011/12, que se deve à suspensão do programa

nacional "e.escolinha". No entanto, na sequência dos confinamentos ditados pela pandemia que emergiu em 2020, foi forçado o uso doméstico de computadores com ligação à *internet*.

4.5 Meta: Eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis

Estudantes com apoio económico: escalão A

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	8.195	7.651	6.970	6.307	5.786	–	–

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: BIME - Ministério da Educação e Município do Porto (Direção Municipal de Educação)

Estudantes com apoio económico: escalão B

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	3.046	2.980	2.766	2.846	2.727	–	–

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: BIME - Ministério da Educação e Município do Porto (Direção Municipal de Educação)

De acordo com a plataforma BIME (Plataforma de Informação Edu), do Ministério da Educação, o número de estudantes até aos 18 anos de idade com apoio económico do Estado para as despesas escolares, isto é, com o escalão A e B, que cobre a totalidade ou parcialmente as despesas com alimentação nas cantinas, e também com livros e materiais escolares é um indicador que permite compreender a qualidade do ensino e objetivamente demonstra o esforço para promover a igualdade de acesso ao ensino.

De acordo com os dados verifica-se uma diminuição entre 2015 e 2019, no número de estudantes com esse apoio na cidade do Porto, com um decréscimo médio anual de 8 e 2%, respetivamente. Estes valores

consideram apenas as escolas sob a gestão municipal, mas com eles já é possível retirar um retrato da situação.

Participantes do Programa Municipal “Porto de Atividades”

Decréscimo negativo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	4.463	4.047	3.856	3.783	3.782

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Educação)

O Município desenvolve no âmbito do programa Porto de Atividades as atividades de enriquecimento do currículo do 1º ciclo do ensino básico (nomeadamente com atividades físicas e desportivas, expressões lúdicas (dramática/plástica/música, natação, atividades desportivas adaptadas e cinoterapia) e complementarmente atividades de animação e apoio ao estudo, oferecendo a oportunidade de participação a qualquer criança.

Participantes do Programa Municipal “Porto de Crianças”

Decréscimo negativo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	9.766	9.270	8.905	4.391	7.388

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Educação)

O programa Porto de Crianças faz coadjuvação curricular à atividade docente do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico na rede pública, nas áreas da educação artística, educação científica e formação cívica e cidadania, atuando na perspetiva de gestão flexível do currículo e reforçando as competências essenciais dos alunos.

4.6 Meta: Garantir literacia e aptidões numéricas a todos os jovens e adultos

Taxa de analfabetismo

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	2,8	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1,9

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

A taxa de analfabetismo (proporção da população com 10 ou mais anos de idade que não sabe ler ou escrever uma frase completa) no Porto era de 2,8% em 2011, tendo reduzido para 1,9% em 2021. Como elementos comparativos esse valor variou de 5,2 para 2,1 a nível nacional, para os mesmos anos. Na cidade de Lisboa a taxa de analfabetismo é, em 2021, de 2,1%, ligeiramente acima da do Porto.

Adultos matriculados no ensino não superior

Decréscimo negativo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
10.057	4.968	2.749	2.238	3.033	3.498	4.000	4.916	3.960	2.692	2.287	–

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

No que diz respeito à oferta de programas de educação e formação orientada para adultos, e a partir do indicador referente ao número de adultos matriculados no ensino não superior, verifica-se que entre 2010 e 2020 houve cada vez menos adultos a frequentar cursos e formação especificamente criados para este grupo populacional na educação não superior. Em 2010 registaram-se cerca de 10.000 adultos inscritos em tais cursos, com um decréscimo para 2.300 em 2020.

4.7 Meta: Garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos para promover o desenvolvimento sustentável

Estudantes do ensino superior de nacionalidade estrangeira

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	2,4	2,2	2,5	2,8	6,0	7,8	13,1	9,2	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Infocursos](#)

Sendo esta uma meta difícil de quantificar por dificuldade em obter outros dados, entende-se que o dado relativo ao número de estudantes do ensino superior de nacionalidade estrangeira que estão presentes nas instituições de ensino da cidade podem refletir uma importante dimensão de inclusão, cidadania global e valorização/respeito pela diversidade cultural.

Indicadores propostos para futuras análises

- Taxa de abandono escolar no secundário;
- Proporção de adultos na aprendizagem (que recebem educação ou formação formal ou não formal);
- Estudantes não nativos que terminaram o ensino secundário;
- Número de crianças com o escalão D de apoio económico (decorrente do seu estatuto NEE);
- População entre os 16 e os 74 com nível básico de competências digitais básicas;
- Número de visitantes e número de participantes no âmbito da programação do Banco de Materiais direcionado ao público escolar.

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

Carta Educativa do Porto	
ODS relacionados	ODS 10, ODS 11
Lançamento	2007
Última atualização	2017
Período de vigência	–
Descrição	A Carta Educativa, regulada pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, é o instrumento de planeamento estratégico da educação, do ensino, da formação e da cultura num determinado território. Não tendo período de vigência, a revisão das cartas educativas é obrigatória sempre que a rede educativa do município sofra alterações. Caso contrário, de cinco em cinco anos, deve ser avaliada a pertinência da sua revisão.

Plano Local de Leitura	
ODS relacionados	ODS 10
Lançamento	2017
Última atualização	–
Período de vigência	Até 2027
Descrição	Este plano direcionado ao município do Porto decorre do Plano Nacional de Leitura, o qual previu a elaboração de planos locais, contemplando a realização de parcerias e ações concertadas com o apoio de entidades públicas e privadas, nomeadamente com autarquias locais, atentas às atribuições nos domínios da educação, ensino, cultura e ciência.

Estratégia Municipal da Juventude e Plano Municipal de Juventude	
ODS relacionados	ODS 5, ODS 8, ODS 10
Lançamento	2009
Última atualização	2021
Período de vigência	2009-2025
Descrição	A Estratégia da Juventude do Porto 4.0 é a materialização do compromisso político do Município do Porto com os jovens, apresentando um enquadramento estratégico para as políticas de juventude. Esta é uma plataforma aberta e colaborativa para ativar os <i>Objetivos da Juventude do Porto</i> , uma ferramenta de trabalho, avaliação e melhoria contínua e, ainda, uma oportunidade para criar experiências e aprendizagens, reforçar a participação jovem e melhorar a qualidade de vida dos jovens no Porto.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

Porto de Atividades	
ODS relacionados	ODS 13 (13.3)
Meta(s) identificada(s)	4.1, 4.7
Lançamento	2006
Descrição	Este programa consiste num conjunto de atividades de aprendizagem que enriquecem o currículo do 1º ciclo, promovendo a articulação entre o funcionamento da rede escolar pública e a oferta de respostas de apoio às famílias. São promovidas atividades físicas e desportivas, atividades em inglês, expressões lúdicas (música, plástico e teatro), a atividade “Vamos Nadar”, apoio ao estudo, atividades desportivas adaptadas, cinoterapia e atividades de encerramento do ano letivo.

Porto de Crianças	
ODS relacionados	ODS 13 (13.3)
Meta(s) identificada(s)	4.2, 4.7
Lançamento	1995
Descrição	Programa de coadjuvação curricular que reforça e apoia a atividade docente na pré-escola e 1º ciclo do ensino básico na rede pública, nas áreas da educação artística, educação científica e formação cívica e cidadania, atuando na perspetiva de gestão flexível do currículo e reforçando as competências essenciais dos alunos.

Porto de Apoio à Família	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	4.2
Lançamento	2013
Descrição	Dinamização de atividades de animação e de apoio à família (AAAF) que aposta na generalização da educação pré-escolar na rede pública, elevando a qualidade das mesmas, aproximando a resposta ao conceito de <i>Escola a Tempo Inteiro</i> . As atividades desenvolvem-se durante o tempo não letivo, bem como, durante as interrupções letivas, indo ao encontro das necessidades das famílias.

Porto de Conhecimento	
ODS relacionados	ODS 10 (10.2)
Meta(s) identificada(s)	4.3, 4.4
Lançamento	2008
Descrição	Este programa tem por objetivos a promoção de competências e elevar o nível de literacia científica das crianças e jovens que frequentam os estabelecimentos de ensino públicos da cidade do Porto. Enquadra-se numa estratégia de parceria promovendo o envolvimento e a participação de diferentes centros de investigação, entidades e instituições do ensino superior da cidade e das escolas do Porto. Inclui duas iniciativas: SEI - Sociedade, Escola e Investigação e Bolsas de Estudo para o Ensino Superior.

Porto Acolhe	
ODS relacionados	ODS 10 (10.2)
Meta(s) identificada(s)	4.3
Lançamento	—
Descrição	O Porto Acolhe é um programa desenvolvido para facilitar a integração dos estudantes na vida da cidade, complementar às ações de acolhimento desenvolvidas pelas universidades. O Programa Porto Acolhe convida estudantes estrangeiros, do ensino superior, a descobrirem espaços emblemáticos da cidade através de um conjunto de visitas guiadas (Museus Municipais, Teatros Municipais, Paços de Concelho, Percursos Pedonais (Centro Histórico do Porto, Caminhos do Romântico, entre outros). Este programa resulta do esforço conjunto entre vários serviços municipais, no sentido de desenvolver ações que evidenciam a identidade cultural, as experiências de reabilitação urbana e programas de lazer. O Porto Acolhe tem como objetivo primordial a promoção de um acolhimento de qualidade, bem como, a integração dos estudantes que escolhem a cidade do Porto para prosseguirem os estudos.

Study in Porto	
ODS relacionados	ODS 10 (10.2)
Meta(s) identificada(s)	4.3
Lançamento	—
Descrição	No sentido de se promover a mobilidade e o intercâmbio de jovens, garantindo a melhor integração possível dos estudantes ou investigadores que escolhem o Porto para estudar e/ou investigar na cidade, foi criada uma plataforma online dirigida aos estudantes nacionais e internacionais, que assenta numa estratégia de cooperação entre instituições de ensino superior, centros de investigação e demais entidades que promovem a mobilidade ou o acolhimento de estudantes, disponibilizando toda a informação que um estudante procura na chegada ao Porto, nomeadamente - oferta de ensino e investigação, alojamento, oferta cultural e artística, espaços de lazer e desporto, transporte, etc.

Porto de Futuro	
ODS relacionados	ODS 10 (10.2)
Meta(s) identificada(s)	4.7
Lançamento	2007
Descrição	Este é um programa educativo baseado em parcerias entre escolas e empresas que, em conjunto, implementam projetos concebidos em torno de vetores estruturais para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade mais competitiva e dinâmica: consultoria de gestão, empreendedorismo e cidadania, formação e sucesso educativo. O seu principal objetivo é promover uma maior participação da sociedade civil na vida das escolas, a transferência de boas práticas e conhecimentos do mundo empresarial para as escolas e gerar uma cultura do conhecimento baseada no mérito, criatividade, inovação e empreendedorismo.



Igualdade de
gênero

ODS 5



Igualdade de gênero

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as pessoas do gênero feminino. Eliminar todas as formas de discriminação e de violência contra as mulheres nas esferas públicas e privadas. Garantir acesso igualitário a oportunidades económicas, políticas e de liderança. Promover saúde sexual e reprodutiva.

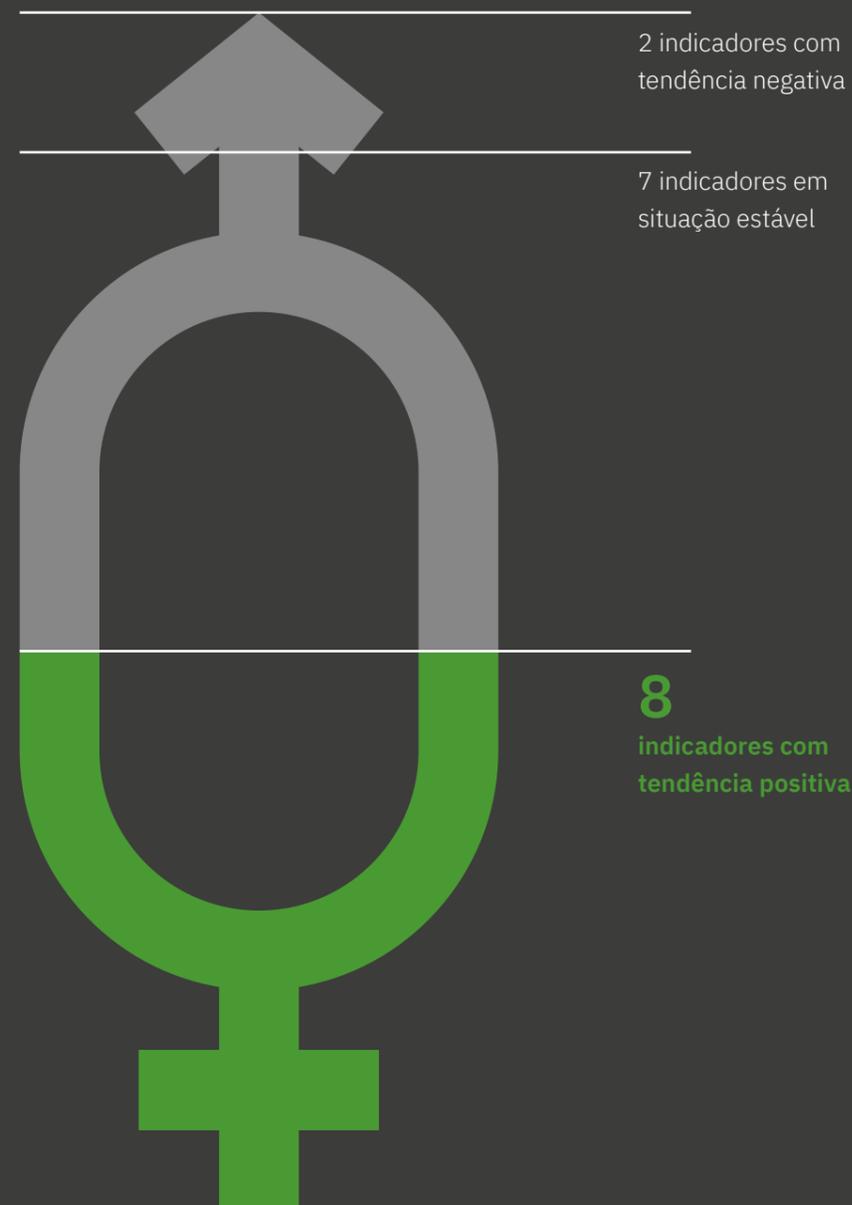
.....

A igualdade de oportunidades entre gêneros e a não discriminação são fundamentais nas sociedades modernas. A melhorar na cidade destacam-se as ainda existentes disparidades de empregabilidade e de rendimento entre homens e mulheres. Em nota positiva é de referir a elevada proporção de mulheres com o ensino superior completo, bem como a redução geral da violência feminina e o importante papel que as mulheres têm na população empregada pelo Município, dominando na categoria de técnico superior e dirigente.

Total

17 indicadores

Apesar dos esforços em promover a igualdade de género, apenas 8 em 17 indicadores apresentam um resultado positivo. É importante referir que dos restantes 9 indicadores, 7 permanecem estagnados.



Metas a atingir

Definição das metas

- ⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.
- ⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.
- ✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.



Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as pessoas do género feminino em toda a parte.



Eliminar todas as formas de violência contra todas as pessoas do género feminino nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico, a exploração sexual e outros tipos de exploração.



Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas.



Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestruturas e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.



Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública.

5.6 

Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes das suas conferências de revisão.

5.a 

Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, aos serviços financeiros, à herança e aos recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

5.b 

Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover a capacitação das mulheres.

5.c 

Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género e a capacitação de todas as mulheres e meninas, a todos os níveis.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
5.1	Mulheres graduadas no ensino superior	Proporção de mulheres diplomadas (Ensino Superior) na cidade do Porto, face ao número total de diplomados.
	População residente com mais de 15 anos sem nenhum nível de escolaridade completo: mulheres	Proporção de mulheres e proporção de homens com mais de 15 anos sem nenhum nível de escolaridade completo.
	População residente com mais de 15 anos sem nenhum nível de escolaridade completo: homens	
	**Disparidade da empregabilidade entre sexos	Diferença entre as taxas de emprego masculino e feminino.
	Disparidade no salário médio mensal dos empregados por sexo	Diferença média entre o ganho médio mensal de trabalhadores, por conta de outrem, do sexo masculino e do sexo feminino, em euros.
	Disparidade no ganho médio mensal entre sexos da população empregada por conta de outrem	Coefficiente de variação do ganho médio mensal ponderado pelo peso do emprego em cada sexo no total do emprego por conta de outrem. Calcula-se pela diferença do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem do sexo feminino, pelo ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem do sexo masculino, dividida pelo ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem do sexo masculino.
	Trabalhadoras do Município com o cargo de diretora	Proporção de trabalhadoras do sexo feminino da Câmara do Município do Porto com o cargo de direção (1º e 2º grau) pelo número total de diretores no ano de referência.
Trabalhadoras do Município com o cargo de técnica superior	Proporção de trabalhadoras da Câmara do Município do Porto com o cargo de técnica superior pelo número total de técnicos superiores no ano de referência.	
5.2	*Mulheres vítimas de violência à integridade física	Número total de crimes contra mulheres de qualquer tipo de violência à integridade física.
	Proporção de mulheres vítimas de violência à integridade física	Proporção de crimes contra mulheres de qualquer tipo de violência contra a integridade física pelo total de crimes registados do mesmo tipo.
	Mulheres feridas/ofendidas em crimes registados como violência doméstica pelo cônjuge ou análogo	Número total de crimes contra mulheres vítimas de violência doméstica por cônjuge ou análogo.

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
5.2	Proporção de mulheres feridas/ofendidas em crimes registados como violência doméstica pelo cônjuge ou análogo	Proporção de crimes contra mulheres vítimas de violência doméstica pelo cônjuge ou análogo pelo total de crimes registados do mesmo tipo.
	Taxa quinquenal de feridos/ofendidos em crimes registados como violação	Taxa quinquenal de feridos/ofendidos em crimes registados como violação por cada 100.000 habitantes com 15 anos de idade ou mais.
5.3	Mulheres dos 17 aos 19 anos que casaram	Número total de jovens mulheres, entre os 17 e os 19 anos, que se casaram no registo civil.
	Proporção de mulheres dos 17 aos 19 anos que casaram	Proporção de mulheres dos 17 aos 19 anos que casaram, pelo número total de casamentos com jovens da mesma idade.
5.5	**Proporção de mulheres na administração pública local	Proporção de mulheres que trabalham nos serviços municipais que pertencem e são remuneradas pelos municípios, face ao número total de trabalhadores nos serviços municipais que pertencem e são remunerados pelos municípios (excluem-se todos os trabalhadores que apesar de exercerem funções no município pertencem e são remunerados por outras entidades).
	Proporção de mulheres empregadoras	Proporção de empregadores do sexo feminino.

*quando o indicador foi recomendado apenas na primeira edição do Handbook

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

Resultados por meta

5.1 Meta: Acabar com todas as formas de discriminação contra todas pessoas do género feminino

Mulheres graduadas no ensino superior

Estagnação ↔

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
58	58	58	58	58	58	57	57	57	58	58	58

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)



.....
Apesar de as mulheres graduadas se manterem estáveis, o valor de 58% é superior à proporção de mulheres na população da cidade do Porto, o que se considera como um sinal positivo.

População residente com mais de 15 anos sem nenhum nível de escolaridade completo

Mulheres

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	8,7	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4,9

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Homens

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,5

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

A proporção de mulheres com mais de 15 anos sem qualquer nível de ensino completo tem sido, para o período em análise, sempre superior à dos homens (aproximadamente o dobro), apesar de ter decrescido. Como referência o valor nacional para 2021 é de 7,3% de mulheres com mais de 15 anos sem qualquer nível de ensino completo e para a cidade de Lisboa é de 5,1%.

**Disparidade da empregabilidade entre sexos

Estagnação ↔

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

A disparidade de emprego entre homens e mulheres, definida como a diferença entre as taxas de emprego de homens e mulheres, é de 7%, tendo-se mantido estável para o período temporal em análise. No entanto, ainda estava abaixo da média nacional, que em 2021 era de 8%. Na cidade de Lisboa esta disparidade é igualmente de 7%.

Disparidade no salário médio mensal dos empregados por sexo

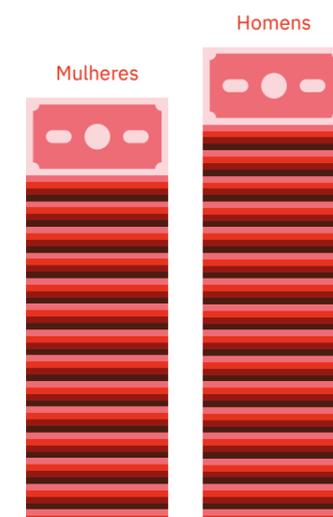
Estagnação ↔

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
333	330	341	354	334	372	340	318	331	331	-	-

Unidade: EUR | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)

A discrepância no salário médio mensal dos empregados por género no Porto mostra que os homens, em média, ganham 331 euros mais do que as

mulheres, representando cerca de 12% acima do salário médio mensal das mulheres empregadas. Este padrão foi genericamente mantido ao longo do período em análise. A discrepância de rendimento, em termos de valor absoluto, era de 223 euros a nível nacional e de 376 euros para a cidade de Lisboa, para o ano 2021.



331€

é, em média, a diferença de ordenados entre homens e mulheres no Porto.

Disparidade no ganho médio mensal entre sexos da população empregada por conta de outrem

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	13	13	13	13	14	13	12	12	12	12	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Trabalhadoras do Município com cargo de direção (1º e 2º)

Estagnação ↔

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	64	66	68	63	63	64	64

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: [Município do Porto](#)

Trabalhadoras do Município com cargo de técnica superior

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	69	66	62	64	66	68	71

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto

A representatividade das trabalhadoras mulheres na CMP, a exercer cargos de direção (de 1º e 2º grau), mostra que no período 2015 a 2021 as mulheres permaneceram na liderança, representando mais de 50% dos trabalhadores nesta posição, embora a sua evolução seja considerada estável. O mesmo acontece para as mulheres com cargo de Técnica Superior no Município do Porto, que assumem também a liderança, e apresentam uma evolução estável.

5.2 Meta: Eliminar todas as formas de violência contra todas as pessoas do género feminino nas esferas públicas e privadas

*Mulheres vítimas de violência à integridade física

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
2.185	2.221	1.841	1.819	1.882	1.757	1.727	1.686	1.483	1.675	-	-

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Polícia de Segurança Pública (PSP); Município do Porto (Polícia Municipal do Porto)

Proporção de mulheres vítimas de violência à integridade física

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
63	65	63	60	60	58	59	59	56	58	-	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Polícia de Segurança Pública (PSP); Município do Porto (Polícia Municipal do Porto)

Embora os dados relativos à violência contra mulheres reflitam provavelmente apenas uma parte da realidade (pelo facto de número de queixas poder ser consideravelmente superior ao número de crimes efetivamente registados) de acordo com os resultados relativos ao número absoluto de mulheres vítimas de violência à integridade física registou-se uma diminuição na cidade do Porto entre 2010 e 2019. A proporção de mulheres vítimas de violência à integridade física também decresceu no mesmo período, embora de forma menos expressiva.

Mulheres feridas/ofendidas em crimes registados como violência doméstica pelo cônjuge ou análogo

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1.510	1.607	1.234	1.193	1.244	1.094	1.080	1.066	884	1.061	-	-

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Polícia de Segurança Pública (PSP); Município do Porto (Polícia Municipal do Porto)

Proporção de mulheres feridas/ofendidas em crimes registados como violência doméstica pelo cônjuge ou análogo

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
75	77	76	72	70	68	69	71	68	69	-	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Polícia de Segurança Pública (PSP); Município do Porto (Polícia Municipal do Porto)

Relativamente ao número absoluto de mulheres vítimas de violência doméstica, bem como ao seu peso relativo no número total de ocorrências, os números recolhidos pela Polícia de Segurança Pública, decorrentes das queixas convertidas em crime, registam uma diminuição, para o período 2010-2019, de 3,9% e 0,9%, respetivamente. No entanto, é importante considerar neste tipo de indicadores a atenção que deve ser dada para ambos os géneros, dado o estigma ainda muito presente quando a situação é inversa (violência contra homens).

Taxa quinquenal de feridos/ofendidos em crimes registados como violação

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	6,4	6,1	7,1	6,9	6,1	5,8	6,8	6,5	6,5	6,2	6,8

Unidade: Permilagem (‰) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Polícia de Segurança Pública (PSP); Município do Porto (Polícia Municipal do Porto)

Por outro lado, a taxa quinquenal de feridos/ofendidos em crimes registados como violação em habitantes com 15 ou mais anos, entre 2011 e 2019, tem-se mantido estável no período em análise. Apesar de este indicador não discriminar os géneros, admite-se que a maioria destes crimes poderão ser cometidos contra mulheres.

5.3 Meta: Eliminar todas as práticas nocivas, como casamentos forçados e mutilações genitais femininas

Mulheres dos 17 aos 19 anos que se casaram

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	7	10	8	5	6	5	4	4	2	5	8

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: [INE](#)

Proporção de mulheres dos 17 aos 19 anos que casaram

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	64	83	80	56	86	100	100	80	67	100	67

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: [INE](#)

O número de mulheres dos 17 aos 19 anos que casaram sofreu um aumento médio anual de aproximadamente 12% entre 2011 e 2021. A proporção de jovens mulheres nessa condição, no mesmo período de análise, ultrapassa sempre os 50% e, em muitos casos, correspondeu a 100% dos casamentos com jovens da mesma idade.

5.5 Meta: Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança

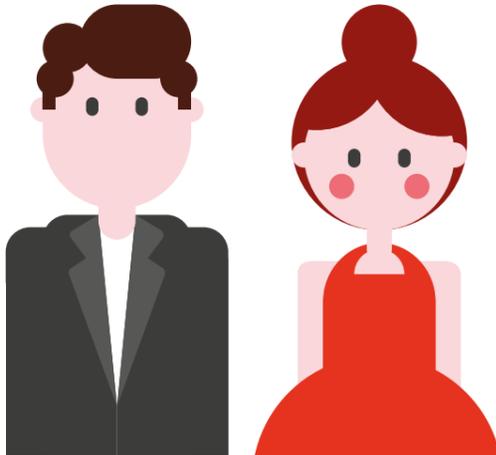
****Proporção de mulheres na administração pública local**

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
41	41	42	43	41	43	43	42	44	44	47	47

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)

A proporção de mulheres na administração pública local (face ao número total de empregados) tem mostrado uma tendência crescente entre 2011 e 2021, na ordem dos 1,3% por ano, atingindo 47% em 2021.



47%
corresponde à proporção de mulheres na administração pública local.

Proporção de mulheres empregadoras

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
33	33	34	34	33	34	34	34	34	33	–	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: [Pordata](#)

Já a proporção de mulheres como empregadoras, ainda apresenta um caminho mais longo a percorrer. Segundo os últimos dados disponíveis, de 2019, correspondiam a 33% do total de empregadores, e este têm-se mantido o valor, sem grandes oscilações, em todo o período em análise (2010-2019). Este valor é equivalente ao encontrado para a cidade de Lisboa (que se manteve igualmente relativamente estável ao longo do tempo).

Indicadores propostos para futuras análises

- Indicadores relacionados com a distribuição das tarefas domésticas entre géneros;
- Número de consultas de planeamento familiar por ano;
- **Hospitalização feminina por agressão;
- Número de casos de mutilação genital feminina;
- Disparidade de género no trabalho de cuidados/tarefas domésticas;
- População inativa devido a responsabilidades familiares, por sexo;
- Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, por sexo;
- Proporção de indivíduos que possuem um telemóvel, por sexo;
- ***Cargos de gestão tomados por mulheres.

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

***quando o indicador foi recomendado apenas na segunda edição do Handbook

5.6 Meta: Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos

Conforme já reportado na Meta 3.7, tanto os nascimentos de mães adolescentes, entre os 15 e os 19 anos, bem como os abortos voluntários realizados legalmente, têm apresentado uma tendência de declínio positivo.



8%

diz respeito ao declínio médio de nascimentos de mães adolescentes.

2%

é o decréscimo médio anual registado de abortos voluntários.

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência de Género e Doméstica	
ODS relacionados	ODS 3, ODS 4, ODS 8, ODS 10
Lançamento	2019
Última atualização	–
Período de vigência	2019-2021
Descrição	Este plano é o instrumento de política municipal de prevenção e combate à violência de género e doméstica. Apresenta a caracterização do fenómeno social, as 6 áreas prioritárias de atuação e a estratégia concertada de prevenção, proteção e de reinserção das vítimas através da (re)qualificação dos profissionais de acompanhamento, da formação e da sensibilização da população em geral, assim como da construção de uma rede de intervenção integrada, impulsionada pelos diferentes parceiros.



Água potável
e saneamento



Água potável e saneamento

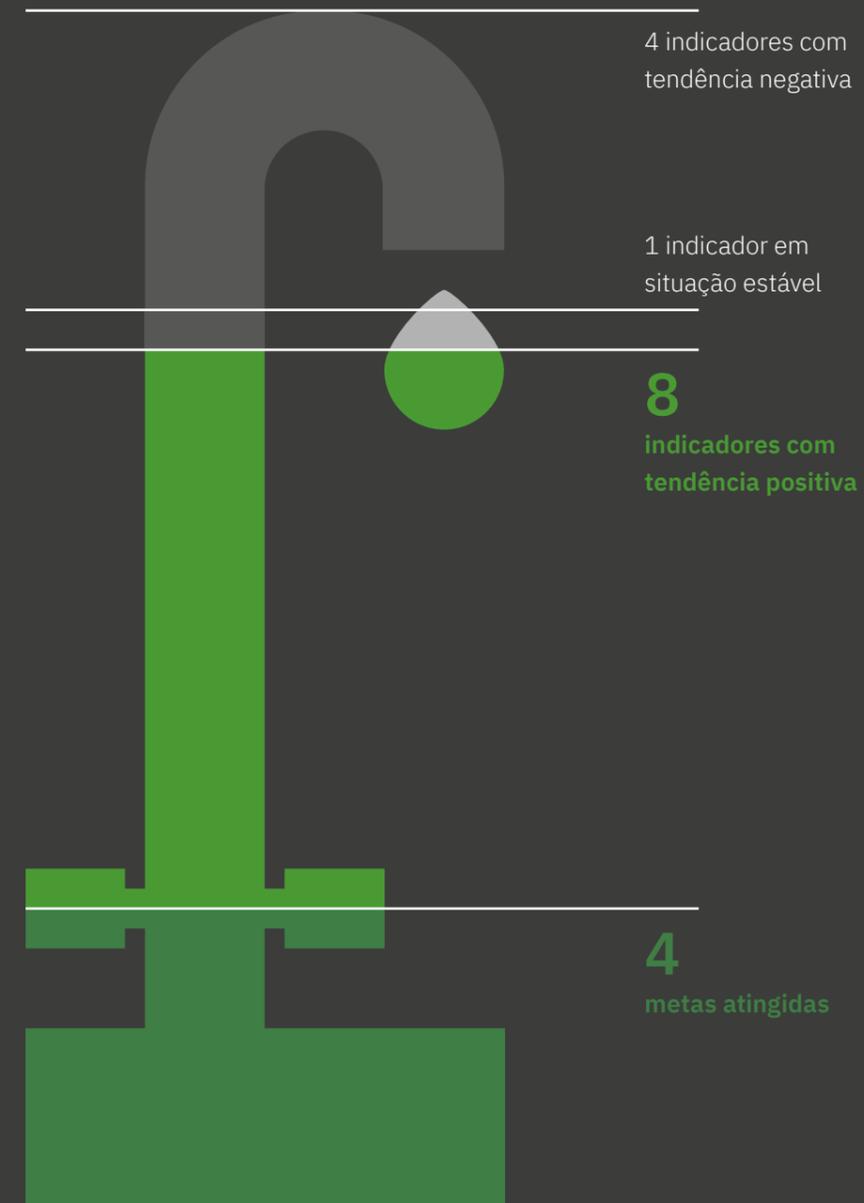
Garantir o acesso universal e equitativo à água potável e saneamento adequado para todos. Promover a melhoria da qualidade da água, a redução da poluição e uma gestão sustentada dos recursos hídricos.

Uma boa gestão urbana da água é fundamental para a qualidade de vida dos cidadãos, bem como para o equilíbrio ambiental. Tem sido uma prioridade do Município do Porto gerir integralmente com elevada qualidade os recursos hídricos da cidade. Este ODS é um dos que se destaca mais positivamente no seu desempenho, tendo já sido atingidas várias metas e mostrando um progresso positivo na maioria dos restantes indicadores. Os menos positivos resultam principalmente do acréscimo de pressão sobre o sistema, em parte resultantes dos efeitos das alterações climáticas e da idade das infraestruturas.

Total

17 indicadores

Destacam-se os avanços no acesso à água potável e saneamento, com 4 metas alcançadas (4/17) e 8 indicadores com resultados positivos.



Metas a atingir

Definição das metas

⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.

⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.

✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.

6.1 ✓

Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável para todos, a preços acessíveis.

6.2 ✓

Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles que estão em situação de vulnerabilidade.

6.3 ✓

Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo para metade a proporção de águas residuais não-tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e a reutilização, a nível global.

6.4 ✓

Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência no uso da água em todos os setores e assegurar extrações sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

6.5 ✓

Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos, a todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.

6.6 ✓

Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos.

6.a ⊖

Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados com a água e o saneamento, incluindo extração de água, dessalinização, eficiência no uso da água, tratamento de efluentes, reciclagem e tecnologias de reutilização.

6.b ✓

Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
6.1 9.1	***População servida por sistemas públicos de abastecimento de água	Proporção da população total que é servida por sistemas públicos de abastecimento de água.
6.1	Alojamentos com acesso a água potável	Proporção de alojamentos familiares (face ao total) com acesso a água potável.
	***Água segura	Proporção de água controlada e de boa qualidade.
6.2 9.1	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	Proporção da população servida por sistemas de drenagem de águas residuais.
6.2	Alojamentos com acesso ao saneamento	Proporção de alojamentos familiares com acesso a saneamento.
6.3	**Águas residuais com tratamento adequado	Proporção de carga gerada nas zonas de descarga da cidade que recebem determinados tipos de tratamento de águas residuais.
	Separação de águas pluviais	Proporção da rede de drenagem de águas pluviais com sistema separativo.
	Cumprimento da licença de descarga	Proporção de descargas que satisfazem os critérios de segurança, higiene e sustentabilidade.
	Colapsos na rede de drenagem de águas residuais	Número total de colapsos da rede de esgotos por cada 1.000 ramais. O ramal de água é a parte da instalação que liga a rede geral instalada na rua com a instalação interna geral do imóvel.
	Inundações provenientes da rede de drenagem de Águas residuais	Número total de inundações da rede de drenagem de águas residuais por cada 100 quilómetros.
6.4	**Consumo de água potável	Consumo médio anual de água potável <i>per capita</i> , expresso em m ³ .
	Água não faturada	Proporção de água que entra no sistema que não é faturada.
	Falhas temporárias de abastecimento	Número total de falhas temporárias de abastecimento por cada 1.000 ramais.
	Ocorrência de avarias na rede	Número total de ocorrência de avarias na rede por cada 100 quilómetros.
6.4 15.1	Espaços públicos com rega inteligente	Número total de espaços públicos na cidade do Porto com sistema de irrigação inteligente.
6.6 15.1	***Proporção da superfície dos corpos de água com bom estado ecológico/potencial	Porcentagem de superfície de massas de água com bom e superior estado ecológico/potencial da área total de massas de água, considerando o número de massas de água no município do Porto (8 massas de água, segundo o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro). Para efeitos deste cálculo, cada massa de água vale 12,5%.

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
6.x	*Blue City Index	O Blue City Index (BCI) mede a capacidade de uma cidade para gerir os seus recursos hídricos urbanos. O BCI é calculado a partir de um conjunto de 25 indicadores orientados para o desempenho. A pontuação varia de 0 (muito mau) a 10 (excelente). Os indicadores estão divididos em sete grandes categorias que representam todo o ciclo urbano da água: qualidade da água, tratamento de resíduos sólidos, serviços básicos de água, tratamento de águas residuais, infraestruturas, robustez climática e governação.

*quando o indicador foi recomendado apenas na primeira edição do Handbook

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

***quando o indicador foi recomendado apenas na segunda edição do Handbook

Resultados por meta

6.1 Meta: Alcançar o acesso universal e equitativo à água potável para todos, a preços acessíveis

***População servida por sistemas públicos de abastecimento de água

Meta atingida 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)

Alojamentos com acesso à água potável

Meta atingida 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)



Desde 2010 que os habitantes do Porto estão totalmente servidos por sistemas públicos de abastecimento de água (com água potável).

***Água segura

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
97,5	98,5	99,1	98,9	99,7	99,8	99,7	99,8	99,5	99,6	99,5	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)

Além disso, a cidade do Porto regista desde 2014 uma percentagem de água segura quase de 100%. De notar que este valor corresponde a uma excelente qualidade de serviço, de acordo com os intervalos de referência da entidade reguladora (ERSAR).

Faz-se ainda notar que a tarifa de água e águas residuais do Porto é uma das mais competitivas em Portugal. Está abaixo do valor médio do país, sendo o mais baixo dos 17 municípios da Área Metropolitana do Porto e o segundo mais baixo entre as capitais de distrito.

6.2 Meta: Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos

População servida por sistemas de drenagem de águas residuais

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	95,0	97,3	95,6	97,3	98,4	99,0	99,0	99,1	99,2	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)

Apesar de não ter sido ainda atingido o objetivo de 100% para a população servida pelo sistema de drenagem de águas residuais, esta meta está muito próxima, contabilizando 99% da população em 2017. Complementarmente, a percentagem da população que tem acesso ao saneamento básico está também quase nos 100% desde 2017.

Alojamentos com acesso ao saneamento

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	98,9	99,4	98,5	99,2	99,4	99,5	99,5	99,5	99,7	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)

6.3 Meta: Melhorar a qualidade da água

**Águas residuais com tratamento adequado

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	95,0	97,3	95,6	97,3	98,4	99,0	99,0	99,1	99,2	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)

Separação de águas pluviais

Meta atingida 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)

Cumprimento da licença de descarga

Meta atingida 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)

Colapsos na rede de drenagem de águas residuais

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	0,24	0,21	0,23	0,15	0,15	0,41	0,57	0,89	0,92	0,73	–

Unidade: Número por cada 1.000 ramais | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)

Inundações provenientes da rede de drenagem de Águas residuais

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	2,1	1,8	2,0	2,0	1,6	2,0	2,5	1,2	2,2	2,2	–

Unidade: Número por cada 100 km | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)

A percentagem de águas residuais tratadas com segurança está cada vez mais próxima dos 100%, estando no valor de 99% desde 2017. Do mesmo modo, a separação das águas pluviais e o cumprimento dos critérios de descarga já atingiram 100%, ou seja, já atingiram os objetivos máximos estabelecidos de 100%. É de notar que o sistema de drenagem de águas pluviais da cidade do Porto existe desde o século XIX.

É importante para a cidade reduzir o número de colapsos na rede de drenagem de águas residuais. No entanto, tem representado menos de um colapso em cada 1.000 ramais. O número de inundações provenientes da rede de drenagem de águas residuais tem-se mantido estável no período analisado.

O número de colapsos na rede de drenagem de águas residuais tem sido menos de um em cada 1.000 ramais.



6.4 Meta: Aumentar a eficiência no uso da água em todos os setores e assegurar extrações sustentáveis e o abastecimento de água doce

**Consumo de água potável

Crescimento negativo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
73,7	75,1	73,6	74,1	73,2	76,8	79,1	81,6	80,6	83,3	76,9	–

Unidade: m³ per capita | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)

O consumo de água por habitante cresceu em média, entre 2010 e 2019, 1 m³ per capita por ano por ano, registando-se um consumo de cerca de 83 metros cúbicos por habitante em 2019. Retirou-se do cálculo o ano 2020 por se considerar um outlier (a redução da atividade económica associada à pandemia terá provavelmente causado este decréscimo).

Água não faturada

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
31,0	26,7	26,0	23,5	21,5	20,2	18,6	19,0	17,7	17,0	17,1	14,8

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)



Entre 2010 e 2021, a percentagem de água não faturada no Município diminuiu mais de 50%.

Falhas temporárias de abastecimento

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	58	47	40	36	38	32	41	33	43	36	–

Unidade: Número por cada 1.000 ramais | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)

Ocorrência de avarias na rede

Crescimento negativo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	5.631	5.555	5.478	5.481	5.550	5.718	5.577	5.826	5.681	–	–

Unidade: Número por cada 100 km | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)

Outro aspeto importante relacionado com a água é o controlo de avarias nos sistemas de distribuição e abastecimento, que podem causar o desperdício deste recurso. A percentagem de água não faturada no Município, que tem vindo a diminuir de 2010 a 2021. A cidade obteve uma percentagem de água não faturada de 14,8% em 2021. É de notar que este valor corresponde a uma boa qualidade de serviço, de acordo com os intervalos de referência da autoridade reguladora (ERSAR). As avarias na rede de abastecimento cresceram ligeiramente desde 2011.

Espaços públicos com rega inteligente

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	1	–	–	–	–	6	10	13

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas)

Tem sido realizado igualmente um esforço municipal para instalar rega mais eficiente nos espaços públicos, tendo crescido de 1 em 2014 para 13 em 2021.

6.6 Meta: Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água

*Proporção da superfície dos corpos de água com bom e superior estado ecológico/potencial

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	0	-	-	25	-	-	25	-	-	25	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

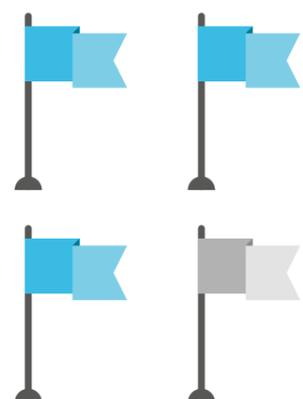


Para mais informação ver ODS 14 - Proteger a vida Marinha, onde a qualidade da água nas águas balneares é considerada um indicador chave pelo *Joint Research Center* no seu Handbook.

O Porto tem quatro rios e 15 ribeiras (que cobrem uma extensão linear de 85 km) e quatro zonas balneares. Cerca de 16 km dos rios e ribeiras correm a céu aberto e tem sido feito um esforço de desentubar e renaturalizar ecologicamente as linhas de água.

A proporção da superfície dos corpos de água com bom e superior estado ecológico/potencial na cidade do Porto mostrou uma tendência positiva entre 2010 e 2015 e desde então tem-se mantido estável (25 % das 8 massas de água avaliadas têm um estado ecológico bom ou superior).

Desde 2017 as praias do Porto com qualidade de água “excelente” eram 100% (das 4 avaliadas). No entanto, em 2021 essa percentagem baixou para 75% pelo facto de a praia do Castelo do Queijo ter demonstrado qualidade de água “boa”.



75%
das praias avaliadas no Porto foram, em 2021, classificadas com qualidade de água “excelente”.

6.x Meta: Blue City Index

Decréscimo negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	4,8	4,9	4,8	4,6	-	-

Unidade: Índice (0 a 10) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Águas e Energia do Porto)

A análise do ODS 6 termina com a apresentação do *Blue City Index*, um índice calculado com base em 25 indicadores que resume a gestão dos recursos hídricos urbanos da cidade. O índice varia de 0 (preocupação) a 10 pontos (sem preocupação). Os indicadores dividem-se em sete categorias que representam o ciclo urbano da água: qualidade da água, tratamento de resíduos sólidos, serviços básicos de água, tratamento de águas residuais, infraestruturas, robustez climática e governação. A empresa municipal Águas e Energia do Porto calculou o BCI para o Porto para o período entre 2016 e 2019. Em 2019, o BCI correspondia a 4,6 pontos. O decréscimo em relação aos anos anteriores deve-se, particularmente, ao facto de a recuperação dos custos de investimento para esse ano ter sido metade do registado em anos anteriores.

Indicadores propostos para futuras análises

- Água reciclada utilizada para espaços públicos;
- Nível de stress hídrico: captação de água doce como proporção dos recursos de água doce disponíveis;
- Investimento para melhoria do abastecimento de água e o saneamento;
- Extensão de cursos de água restaurados e “renaturalizados” na cidade;
- Concentração de nitratos nas águas subterrâneas;
- Concentração de fosfatos em ribeiras e rios;
- Índice da exploração da água (pressão sobre os recursos renováveis de água doce).

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

Plano de Segurança da Água	
ODS relacionados	ODS 11, ODS 12
Lançamento	2015
Última atualização	2021
Período de vigência	2022-2024
Descrição	Este plano visa reforçar a segurança do sistema de abastecimento de água, através da melhoria da capacidade de resposta a situações anómalas e da adoção de um caráter de prevenção de ocorrências que podem pôr em perigo a qualidade e a continuidade do serviço prestado aos clientes. Em 2020, a Águas e Energia do Porto implementou uma revisão do Plano de Segurança da Água, seguindo as recomendações da OMS.

Plano de Valorização e Reabilitação de Linhas de Água do Município do Porto	
ODS relacionados	ODS 11, ODS 12
Lançamento	2021
Última atualização	—
Período de vigência	2021-2024
Descrição	Este plano enquadra-se na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) e resulta do reconhecimento da importância das linhas de água como um eixo estratégico para a sustentabilidade e adaptação da cidade às alterações climáticas, com recurso às melhores práticas de engenharia natural.

Plano Diretor Municipal de Abastecimento de Água da Cidade do Porto	
ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2021
Última atualização	—
Período de vigência	2021-2030
Descrição	Este plano assenta num novo modelo conceptual do sistema de abastecimento de água da cidade do Porto e define um conjunto de orientações para a estruturação e funcionamento do sistema de abastecimento de água, com objetivos a atingir e programas e projetos a desenvolver. Contempla ainda o pacote de investimentos a realizar a médio e longo prazo, de modo a atingir níveis de excelência na qualidade dos serviços prestados.

Plano Diretor Municipal de Drenagem Urbana da Cidade do Porto	
ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2022
Última atualização	—
Período de vigência	2022-2030
Descrição	Este plano propõe a definição de intervenções necessárias e investimentos prioritários a curto, médio e longo prazo em infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais, com vista a controlar a afluência e infiltrações indevidas e aplicar princípios de economia circular, transformando as atuais estações de tratamento de águas residuais (Sobreiras e Freixo) em fábricas de recursos. A ação consiste em i) estruturar o sistema de drenagem de águas pluviais de modo a aumentar a sua resistência a fenómenos climáticos extremos; ii) melhorar a qualidade ecológica e ambiental das massas de água que atravessam a cidade; iii) assegurar a qualidade das águas balneares, contribuindo para a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas marinhos.

Plano de Segurança de Saneamento do Porto	
ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2022
Última atualização	—
Período de vigência	2022-2030
Descrição	Este plano baseia-se na avaliação dos riscos e nas metodologias de definição de prioridades desenvolvidas pela OMS. Procura assegurar a existência de medidas de controlo ao longo de toda a cadeia de drenagem e tratamento de águas residuais. Acredita-se que seja um instrumento muito útil na proteção da saúde pública e de um ambiente saudável.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

Complexo de Valorização das Águas Residuais do Porto	
ODS relacionados	ODS 7 (7.3), ODS 11 (11.6), ODS 12 (12.2)
Meta(s) identificada(s)	6.2, 6.3
Lançamento	2021-2031
Descrição	O objetivo deste projeto é redesenhar e modernizar as Estações de Tratamento de Águas Residuais, posicionando-as na vanguarda do desenvolvimento científico e tecnológico e da sustentabilidade ambiental relativamente aos seguintes pontos: a) produção de energia baseada em fontes renováveis; b) aumento da eficiência energética; c) reutilização das águas residuais tratadas; d) alteração do paradigma de gestão de lamas (de resíduos para fonte de recursos); e) maior preocupação com micro plásticos e poluentes emergentes.

Virus4Health	
ODS relacionados	ODS 3 (3.4), ODS 11 (11.5 e 11.6)
Meta(s) identificada(s)	6.2, 6.5
Lançamento	2020-2021
Descrição	No contexto da pandemia, a Águas e Energia do Porto desafiou o Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR) da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, a Escola de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa e a USP - Unidade de Saúde Pública, e o Agrupamento de Centros de Saúde do Porto Ocidental a participar num projeto centrado no desenvolvimento de um sistema de alerta precoce que permita a deteção precoce da circulação do vírus SARS-CoV-2 na comunidade, complementando a vigilância clínica. Esta iniciativa baseia-se na monitorização regular da presença do novo coronavírus nos efluentes das Estações de Tratamento de Águas Residuais de Freixo e Sobreiras.

Porto Gravítico	
ODS relacionados	ODS 11 (11.3)
Meta(s) identificada(s)	6.2, 6.4, 6.5, 6.6
Lançamento	2006-2012
Descrição	O projeto Porto Gravítico teve como principal objetivo redefinir as áreas da rede de abastecimento e distribuição de água, utilizando a topografia da cidade para distribuição de uma forma 100% gravitacional. De acordo com dados fornecidos pela empresa Águas e Energia do Porto, este projeto trouxe benefícios a longo prazo, nomeadamente na redução do consumo de energia associado às instalações de bombagem de abastecimento de água, que diminuiu 86% de 2012 a 2020. Atualmente, e em comparação com 2006, antes da implementação do projeto, a poupança total de energia era de cerca de 42,9 GWh. Os ganhos financeiros relativos à poupança total de energia entre o início do projeto e 2020 foram de cerca de 2,18 milhões de euros.

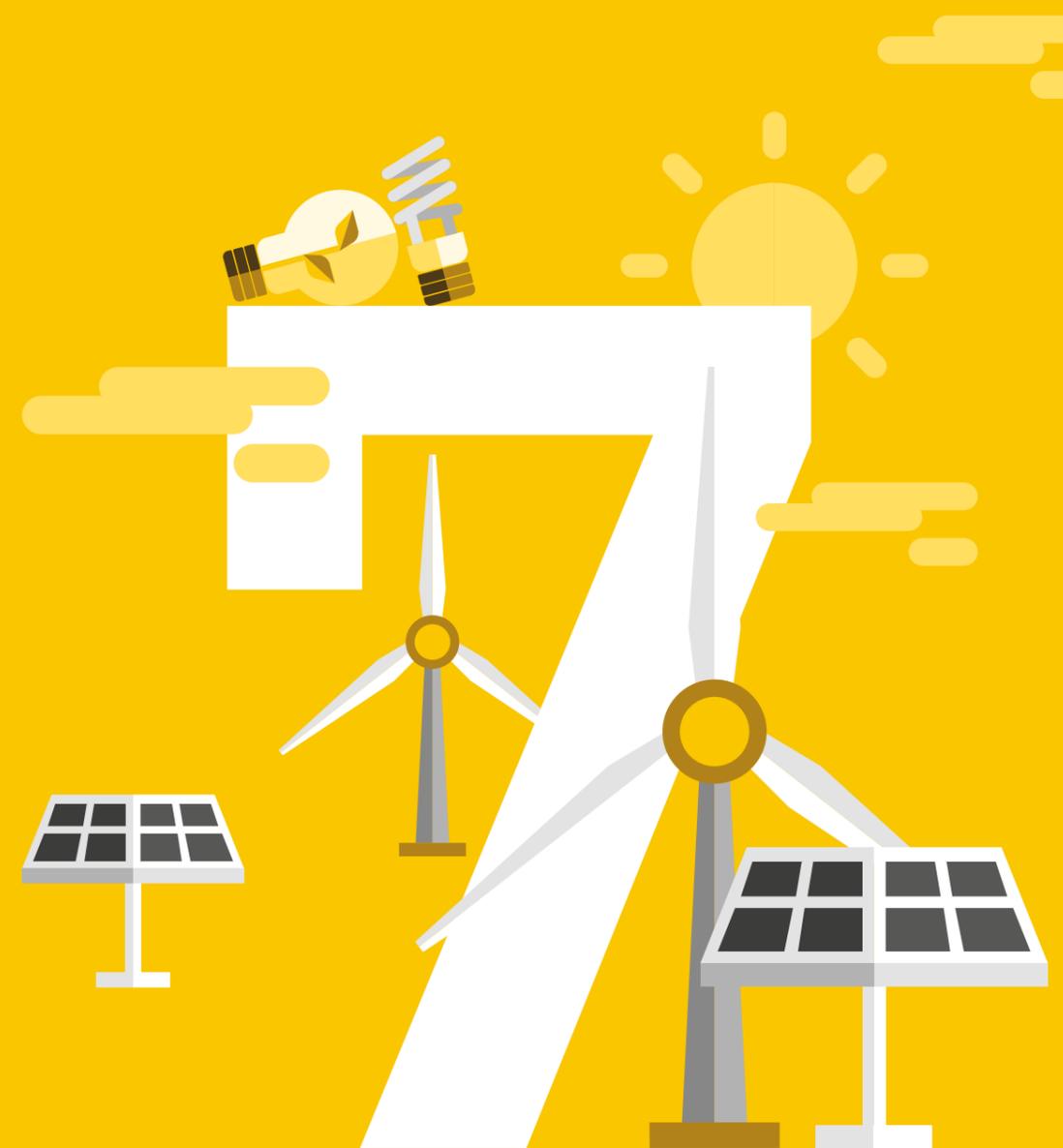
Programa de Redução e Gestão da Água Não Faturada	
ODS relacionados	ODS 11 (11.3), ODS 12 (12.5)
Meta(s) identificada(s)	6.4
Lançamento	2021-2035
Descrição	Embora já tenha sido alcançada uma boa qualidade de serviço para a água não-vinculada, a Águas e Energia do Porto continua a dar prioridade a este programa. A estratégia centra-se na deteção de rebentamentos e avarias na rede de distribuição de água através do trabalho diário das equipas de controlo de perdas ativas e da intervenção rápida na reparação de anomalias detetadas, bem como na reabilitação de condutas e na substituição de contadores de água.

Porto 100% Telemetry: Contagem e Gestão de Flúidos	
ODS relacionados	ODS 11 (11.3), ODS 12 (12.5)
Meta(s) identificada(s)	6.4
Lançamento	2016-2021
Descrição	Este projeto baseia-se numa estratégia de reforço dos contadores inteligentes de água, a fim de reduzir os custos dos recursos, controlar as perdas comerciais e reais e melhorar a gestão holística, integrada e eficiente do sistema de abastecimento de água. Envolve também a instalação de 26 contadores em todo o Município que irão recolher, integrar e comunicar remotamente o consumo agregado ao centro de dados da empresa. Entre 2016 e 2021, o número de clientes com contadores telemétricos cresceu de 13,9% para 58,5%.

H2Leaks	
ODS relacionados	ODS 12
Meta(s) identificada(s)	6.4
Lançamento	2021
Descrição	Esta plataforma foi pensada e desenvolvida pela Águas e Energia do Porto para dar resposta à necessidade de gestão do ciclo urbano da água, permitindo prever e localizar todas as ocorrências, como fugas ou colapsos na rede, reduzindo o tempo entre a emissão de alertas, a deteção de ruturas e o tempo de intervenção e reparação, com o auxílio da inteligência artificial.

Programa de Controlo da Afluência e Infiltração Indevidas e Melhoria da Qualidade das Massas de Água	
ODS relacionados	ODS 15 (15.1)
Meta(s) identificada(s)	6.4, 6.5, 6.6
Lançamento	2021-2035
Descrição	Atualmente em revisão, grande parte do investimento será atribuído à reabilitação dos esgotos de águas residuais e pluviais. Estão também incluídas medidas para reforçar a deteção e instrumentação das redes de drenagem de águas residuais e pluviais, bem como ferramentas tecnológicas para apoiar a tomada de decisões. Este programa terá também um impacto notável na despoluição das linhas de água da cidade do Porto e na melhoria da qualidade das águas balneares.

Pavilhão da Água	
ODS relacionados	ODS 4 (4.7), ODS 13 (13.3)
Meta(s) identificada(s)	6.b
Lançamento	1998
Descrição	O Pavilhão da Água é gerido pela empresa municipal Águas e Energia do Porto desde 2011. O seu objetivo passa por sensibilizar os cidadãos para os crescentes problemas ambientais à escala global (poluição e riscos para a humanidade) a partir de visitas e atividades relacionadas com o ciclo da água. O “Planeta Água” é uma das atividades, tratando-se de uma exposição itinerante construída com o objetivo de sensibilizar para as alterações climáticas e os comportamentos da população.



Energias renováveis
e acessíveis



Energias renováveis e acessíveis

Garantir o acesso universal a fontes de energia fiáveis, renováveis, modernas e acessíveis. Aumentar a participação das energias renováveis na matriz energética global. Melhorar a eficiência energética. Promover o acesso a energia elétrica em áreas remotas.

O acesso à energia limpa a preço justo é fundamental num ambiente de transição energética que se mostra vital para a descarbonização das cidades. Apesar de, no Porto, o consumo energético estar ainda a crescer, quer no setor residencial, quer no dos transportes, a participação das energias renováveis na matriz energética tem vindo a crescer cerca de 3% ao ano. Os projetos Porto Solar, Asprela + Sustentável e Porto Energy HUB destacam-se pela descentralização da produção de energias renováveis e no aumento da eficiência energética. O Porto ambiciona atingir a neutralidade carbónica em 2030. O Pacto do Porto para o Clima, promovido pelo Município, pretende envolver todos os atores da cidade, sejam eles públicos ou privados, neste processo.

Total

16 indicadores

Destaca-se o progresso em energias renováveis e acessíveis, com um indicador a alcançar a meta estabelecida, juntamente com 8 indicadores a apresentarem resultados positivos (9/16).



Metas a atingir

Definição das metas

⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.

⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.

✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.

7.1 ✓

Até 2030, assegurar o acesso universal a serviços de energia modernos, fiáveis e a preços acessíveis.

7.2 ✓

Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

7.3 ✓

Até 2030, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

7.a ⊖

Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso às tecnologias e investigação sobre energias limpas, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

7.b ⊖

Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus respetivos programas de apoio.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador	
7.1	População com acesso à eletricidade	Proporção estimada da população com acesso à eletricidade. Os dados apresentados (sendo nacionais) são aplicáveis ao concelho do Porto.	
7.2	Energias renováveis no consumo de energia final bruto	Proporção da energia consumida no Município que provém de fontes de energia renováveis.	
	Produção por fontes de energia renováveis na produção total de energia elétrica	Peso real das fontes de energia renováveis (hídrica, eólica, biomassa, resíduos sólidos urbanos, biogás, geotérmica, fotovoltaica) no total da produção de energia elétrica.	
7.3	**Consumo de energia elétrica	Consumo de energia elétrica por habitante, tendo em conta a população residente no respetivo período de referência.	
	Consumo de gás natural	Este indicador refere-se ao consumo de gás natural no ano de referência, expresso em Nm ³ , por cada 1.000 habitantes. O metro cúbico normal (Nm ³) representa a unidade de medida que indica o valor que uma matéria sólida, líquida ou gasosa de massa constante ocupa num determinado espaço em condições padrão.	
	Utilização final de energia	Nos edifícios residenciais	Proporção de energia consumida/utilizada em cada um dos setores: edifícios residenciais, edifícios de serviços e transportes.
		Nos edifícios de serviços	
		Nos transportes	
	*Edifícios construídos após 1980	Proporção de habitações cuja época de construção é posterior a 1980.	
	Proporção de certificados energéticos de edifícios com uma classificação A e A+	Proporção de edifícios com as classificações para a certificação energética SCE A e A+, sobre o total de edifícios certificados no ano de referência.	
	Iluminação pública LED	Proporção de luminárias de iluminação pública LED na cidade, sob o total de luminárias existentes.	
	Emissões de gases com efeito de estufa por km ² (em iluminação pública e semaforização)	Emissões de gases com efeito de estufa em iluminação pública e semaforização por km ² .	
	Consumo de eletricidade para iluminação pública e iluminação interior de edifícios do Estado	Consumo de eletricidade para iluminação pública e iluminação interior de edifícios do Estado (MWh).	
Combustíveis consumidos pelos veículos municipais: gasóleo	Combustíveis consumidos pelo Município do Porto - gasóleo. Exclui as empresas municipais.		
Combustíveis consumidos pelos veículos municipais: gasolina	Combustíveis consumidos pelo Município do Porto - gasolina. Exclui as empresas municipais.		
***Frota municipal de veículos elétricos e híbridos plug-in	Proporção de veículos ligeiros da frota municipal que são elétricos ou híbridos.		

*quando o indicador foi recomendado apenas na primeira edição do Handbook

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

***quando o indicador foi recomendado apenas na segunda edição do Handbook

Resultados por meta

7.1 Meta: Assegurar o acesso universal a serviços de energia

População com acesso à eletricidade

Meta atingida 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [World Bank](#)

O indicador referente à população com acesso à eletricidade indica a percentagem para Portugal, já que não existem dados disponíveis apenas para o concelho do Porto. No entanto, é possível transpor o valor apresentado para o contexto da cidade do Porto, já que pelo menos desde 2010, toda a população é servida por eletricidade em todo o país, segundo os dados do *World Bank*.

7.2 Meta: Aumentar a participação de energias renováveis na matriz energética

Energias renováveis no consumo de energia final bruto

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	25	26	30	30	31	31	31	30	31	34	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Direção-Geral de energia e Geologia \(DGEG\)](#)

De acordo com a DGEG, as energias renováveis representaram 34% do consumo final bruto de energia em Portugal em 2020 e o Porto, pelo menos desde 2011, apresenta valores com tendência de crescimento a um ritmo médio anual de aproximadamente 3%, sendo que em 2020 apresentava valores equivalentes aos atingidos a nível nacional (34%).



O Porto já superou a meta da UE de aumentar até 32% a cota de energias renováveis no consumo de energia final até 2030.

Produção por fontes de energia renováveis na produção total de energia elétrica

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	45	38	57	61	48	62	44	55	52	60	62

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Direção-Geral de energia e Geologia \(DGEG\)](#)

Relativamente à produção de energia por fontes de energia renováveis na produção total de energia elétrica, a tendência tem sido crescente desde 2011. Em 2021, 62% da energia elétrica consumida na cidade do Porto teve origem em fontes de energia renovável. Correspondeu a um aumento de 17% face a 2011.

7.3 Meta: Duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética

**Consumo de energia elétrica

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	5.631	5.555	5.478	5.481	5.550	5.718	5.577	5.826	5.681	5.252	–

Unidade: KWh per capita | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Consumo de gás natural

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	179,3	226,9	309,2	318,0	330,6	299,2	327,9	307,0	281,5	248,3	–

Unidade: Milhares de Nm³ por 1.000 habitantes | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

O consumo de energia elétrica por habitante tem vindo a subir ligeiramente no período entre 2011 e 2019 (6 kwh *per capita*, por ano, em média). O ano 2020 foi considerado um *outlier* pela redução da atividade económica resultante dos confinamentos da pandemia.

Quanto ao consumo de gás natural por 1.000 habitantes confirma-se um crescimento na sua utilização (7,7 Nm³ em média, por ano). Este aumento está ligado a uma maior disponibilidade deste vetor energético no período 2010-2020, devido ao crescimento da rede e a uma maior promoção da sua utilização.

Utilização final de energia nos edifícios residenciais

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	17	18	18	19	20	25	21

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Município do Porto \(AdEPorto\)](#)

Utilização final de energia nos edifícios de serviços

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	27	31	32	31	28	25	27

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Município do Porto \(AdEPorto\)](#)

Utilização final de energia nos transportes

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	37	41	42	39	42	40	41

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Município do Porto \(AdEPorto\)](#)

A distribuição do consumo final de energia pelos três setores principais (edifícios residenciais, edifícios de serviços e transportes) mostra que, entre 2015 e 2021, houve um aumento do consumo nos sectores dos transportes e do consumo residencial. Para o mesmo período os serviços mantiveram o consumo de energia. Em média, o aumento do consumo de energia foi semelhante tanto nos transportes como nos edifícios residenciais, o que pode estar relacionado com o aumento da função residencial e, ao mesmo tempo, a prevalência do setor dos transportes.

*Edifícios construídos após 1980

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	17	–	–	–	–	–	–	–	–	–	23

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

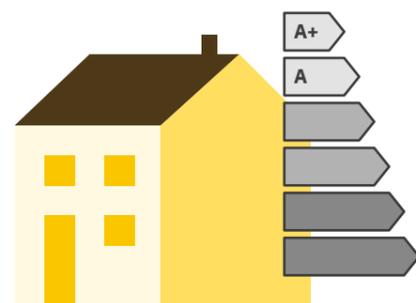
Dado que os edifícios são responsáveis por uma grande parte do consumo de energia (e consequentes emissões de GEE), em particular os mais antigos, é de notar que o número de edifícios construídos após 1980, aumentou 6% em 10 anos, correspondendo a 23% do parque habitacional em 2021. Como referência esta proporção era de 17% em 2011.

Proporção de certificados energéticos de edifícios com uma classificação A e A+

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	3	5	5	12	13	16	15	21

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [DGEG / ADENE](#)



21%

dos certificados energéticos de edifícios emitidos tinham uma classificação de A e A+, em 2021.

É ainda importante destacar que entre 2014 e 2021, se registou um aumento considerável na proporção de edifícios com certificação energética classificada como A e A+, os dois níveis mais elevados da escala de classificação SCE da ADENE (entidade certificadora). Em 2021 essa proporção atingia já 21% dos certificados emitidos no Porto. Como referência, na cidade de Lisboa este valor cresceu de 3% para 16% entre 2014 e 2021.

Iluminação pública LED

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	13	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Relatórios de Sustentabilidade; Departamento Municipal de Transportes e Mobilidade)

Emissões de gases com efeito de estufa por km² (em iluminação pública e semaforização)

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	45	34	42	33	-	-	-

Unidade: tCO₂eq/km² | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (AdEPorto)

Consumo de eletricidade para iluminação pública e iluminação interior de edifícios do Estado

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	225.580	148.005	154.009	155.654	157.877	60.020	90.611	106.980	110.772	131.016	-

Unidade: MWh | Indicador sentinela: Sim | Fonte: INE

O Porto está também a atuar na eficiência da iluminação pública, com a substituição das luminárias da rede pública pela tecnologia LED. Atualmente, cerca de 13% das luminárias já dispõem de tecnologia LED. Entre 2015 e 2018 verifica-se uma redução nas emissões de GEE por km² na iluminação pública e semáforos no Porto.

Relativamente ao consumo de eletricidade para iluminação pública e iluminação interior de edifícios do Estado verifica-se um decréscimo médio de consumo de 10.507 MWh por ano. Em 2021, o consumo no Porto de eletricidade para iluminação pública e iluminação interior de edifícios do Estado representou 5% do consumo total nacional para este efeito.

Combustíveis consumidos pelos veículos municipais: gasóleo

Crescimento negativo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	11.282	29.247	44.483	94.459	-

Unidade: Número absoluto (litros) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Divisão Municipal de Conservação, Infraestruturas e Gestão de Frota)

Combustíveis consumidos pelos veículos municipais: gasolina

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	742.484	384.768	154.712	162.867	-

Unidade: Número absoluto (litros) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Divisão Municipal de Conservação, Infraestruturas e Gestão de Frota)

No que diz respeito à frota de veículos da Câmara Municipal, verificou-se um aumento significativo no consumo de gásóleo entre 2017 e 2020. No entanto, houve, no mesmo período, uma diminuição de 34% no consumo de gasolina.

*****Frota municipal de veículos elétricos e híbridos *plug-in***

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	64,5	64,8	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Divisão Municipal de Conservação, Infraestruturas e Gestão de Frota)



64,8%

da frota municipal de veículos ligeiros é composta por veículos elétricos e híbridos *plug-in*, atualmente.

A frota municipal composta por veículos elétricos e híbridos *plug-in* está a aumentar. Atualmente, 64,8% da frota municipal de veículos ligeiros é composta por veículos elétricos e híbridos *plug-in*. Entre 2018 a 2020 cerca de 3.243.659 km foram percorridos nestes veículos pelo Município do Porto.

O indicador “Emissões total de gases com efeito de estufa” é apresentado no **ODS 13 - Ação climática** (Meta 13.2), por ser considerado um indicador base do *Handbook* do *Joint Research Center* para essa Meta.

Indicadores propostos para futuras análises

- Consumo de energia primária por setor (indústria, transportes, famílias, serviços, agricultura e o setor energético);
- Consumo final de energia das famílias *per capita*;
- Capacidade instalada de energia renovável (MW);
- Intensidade energética medida em termos de energia primária e PIB;
- Energy consumption Index (retirado do Handbook);
- ***Proporção da população que não consegue aquecer devidamente a sua habitação;
- Capacidade adaptativa em conforto térmico residencial (adaptado do projeto EMAAC);
- ***Habitações com as performances de energia mais reduzidas;
- Poupança nas emissões de gases com efeito de estufa (CO₂) através da utilização de veículos movidos a eletricidade pelo Município;
- Estações de carregamento rápido para veículos elétricos.

***quando o indicador foi recomendado apenas na segunda edição do Handbook

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

Plano Diretor de Iluminação Pública	
ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2019
Última atualização	–
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	Este plano foi concretizado pela AdEPorto, em parceria com a Águas e Energia do Porto. Apresenta uma estratégia de gestão de iluminação pública que visa promover uma gestão integrada e coerente das respetivas infraestruturas e garantir a qualidade do serviço prestado pelo município, ao mesmo tempo que procura reduzir de forma sustentada a fatura energética, utilizando abordagens eficazes, eficientes e com preocupações pelos impactos ambientais da luz artificial conhecidos e prospetivos e de acordo com as necessidades de consumo.

Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) 2030	
ODS relacionados	ODS 11, ODS 12
Lançamento	2010
Última atualização	2021
Período de vigência	2030
Descrição	Este plano atualiza os compromissos assumidos no âmbito do Pacto dos Autarcas, refletidos no PAES 2020 e previamente previstos no quadro das atividades da AdEPorto para o Município iniciadas em 2007 com a elaboração do diagnóstico energético e do inventário das emissões de CO ₂ na Matriz Energética (2004), entretanto atualizados. O atual plano parte de uma caracterização detalhada do ano base, como diagnóstico para a ação, e de uma cenarização da evolução do sistema energético, apontando medidas e de redução de emissões nos vários setores de atividade conducentes ao objetivo de redução de 60% a 2030, assumido pelo Município do Porto, e ferramentas para a implementação deste Plano.

Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) 2030	
ODS relacionados	ODS 11, ODS 12, ODS 13
Lançamento	2021
Última atualização	–
Período de vigência	2030
Descrição	Estratégia para a neutralidade carbónica para a adaptação às alterações climáticas submetida ao Pacto de Autarcas para o Clima e Energia. Faz-se nota que no final de 2021 o Município assumiu o compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2030 pelo que o Plano de Ação Climática até 2030 está em elaboração (respeitando as exigências da Lei de Bases do Clima e do Contrato Climático da Cidade requerido pela Missão da Comissão Europeia “Cidades inteligentes e neutras em carbono”).

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

Porto Solar	
ODS relacionados	ODS 11 (11.b), ODS 13 (13.1)
Meta(s) identificada(s)	7.2
Lançamento	2021
Descrição	O projeto engloba a definição de uma estratégia energética municipal integrada, incluindo a gestão de contratos de fornecimento de eletricidade para consumo próprio e público, nomeadamente apoio na gestão do contrato de concessão para a distribuição de eletricidade de baixa tensão, a implementação de projetos de eficiência energética em instalações municipais e a negociação de excedentes gerados pela produção de energia.

Porto.Luz + Eficiente	
ODS relacionados	ODS 11 (11.b), ODS 13 (13.1)
Meta(s) identificada(s)	7.3
Lançamento	2015
Descrição	Programa de eficiência energética na iluminação pública da autarquia que se traduz na contínua redução, quer dos consumos de energia elétrica quer das emissões de dióxido de carbono (CO ₂). Decorridos 6 anos de implementação, com o início da substituição de 2.483 luminárias com tecnologia LED em várias ruas da cidade, verifica-se uma redução no consumo de eletricidade em 3.003.389 kWh. Cumulativamente, o consumo de energia primária foi reduzido em 645,7 tep e as emissões de CO ₂ em 1.411,6 toneladas.

Eficiência Energética em Habitação Social	
ODS relacionados	ODS 1 (1.4), ODS 11 (11.1, 11.b), ODS 13 (13.1)
Meta(s) identificada(s)	7.3
Lançamento	2019
Descrição	Projeto de eficiência energética na habitação social que consiste em promover uma utilização adequada da energia na habitação social que está sob a gestão do Município e ao mesmo tempo contribuir para maior conforto bioclimático nas habitações. A intervenção contemplou o isolamento térmico das paredes exteriores, isolamento térmico dos telhados, instalação de envidraçados mais adequados e, em alguns casos, a instalação de coletores solares térmicos.

Asprela+Sustentável	
ODS relacionados	ODS 11 (11.3)
Meta(s) identificada(s)	7.3
Lançamento	2020
Descrição	Este é um projeto financiado pelos EEA Grants entre 2021-2023 e coordenado pela cooperativa de energia renovável Coopérnico e a AdEPorto. Tem como objetivo a criação de um laboratório vivo de descarbonização na Asprela, aplicando princípios de economia circular, a eficiência energética e a gestão otimizada de resíduos. Entre as várias iniciativas a desenvolver no Porto, está incluída a criação da primeira Comunidade de Energias Renováveis do Porto e resulta da exploração que o Município do Porto e a AdEPorto têm vindo a fazer para criar comunidades energéticas utilizando os seus edifícios públicos e criando condições para tornar o acesso às energias renováveis mais simples e disponível para toda a população.

Porto Energy Elevator (PEER)	
ODS relacionados	ODS 1 (1.4/ 1.5)
Meta(s) identificada(s)	7.3
Lançamento	2021
Descrição	Este é um projeto europeu coordenado pela AdEPorto com o objetivo de combater a pobreza energética através da promoção da eficiência energética nos edifícios - responsáveis por 30% das emissões de CO ₂ na AMP-ND - e do autoconsumo individual e coletivo de energia proveniente de fontes limpas. O projeto visa também testar, pela primeira vez, esquemas de financiamento inovadores e modelos de negócio no setor da Habitação.

Porto Energy Hub	
ODS relacionados	ODS 1 (1.4), ODS 11 (11.1, 11.b), ODS 13 (13.1)
Meta(s) identificada(s)	7.3
Lançamento	2022
Descrição	O <i>Porto Energy Hub</i> nasceu do projeto PEER e tem como objetivo apoiar as famílias no acesso à informação necessária para reduzirem gastos energéticos e aumentarem a eficiência energética nas suas habitações. O apoio prestado, num balcão físico ou num balcão virtual, compreende o aconselhamento de soluções de eficiência energética e de energias renováveis, legislação aplicável, identificação de oportunidades e apoio a candidaturas para financiamento.

Memorando de Entendimento para transição energética	
ODS relacionados	ODS 11 (11.3)
Meta(s) identificada(s)	7.3
Lançamento	2020
Descrição	Este <i>memorando</i> celebrado entre o Município do Porto, a EDP Distribuição e a AdEPorto contempla o desenvolvimento de soluções de tecnologia na cidade no âmbito da produção descentralizada, otimização do carregamento para a mobilidade elétrica e da iluminação pública, tendo como objetivo comum acelerar, de forma efetiva e eficaz, a transição energética.

Andante Porto	
ODS relacionados	ODS 11, ODS 12
Meta(s) identificada(s)	7.2, 7.3
Lançamento	2019
Descrição	Assinatura Andante exclusivo Município do Porto é o cartão que permite a utilização dos transportes públicos, num limite de 3 zonas contíguas (sendo obrigatório que, pelo menos uma zona seja no Porto, concelho de residência, ou seja, uma das zonas deve ser PRT1, PRT2 ou PRT3), com um custo mensal de 30€. A sua utilização é gratuita e oferecida pelo Município a jovens com domicílio fiscal no Porto e a estudantes que comprovem estudar e residir na Cidade, com idades entre os 13 e os 18 anos. Esta iniciativa constitui uma medida de incentivo do Município à utilização dos transportes públicos, com incidência especial junto das camadas mais jovens da população, assim como na mitigação das alterações climáticas e no alcance da neutralidade carbónica até 2030.



Trabalho digno e
crescimento económico



Trabalho digno e crescimento económico

Promover o crescimento económico sustentável e inclusivo. Reduzir o desemprego e o subemprego. Garantir trabalho digno para todos. Promover o emprego pleno e produtivo. Promover o empreendedorismo e inovação. Erradicar o trabalho forçado e infantil.

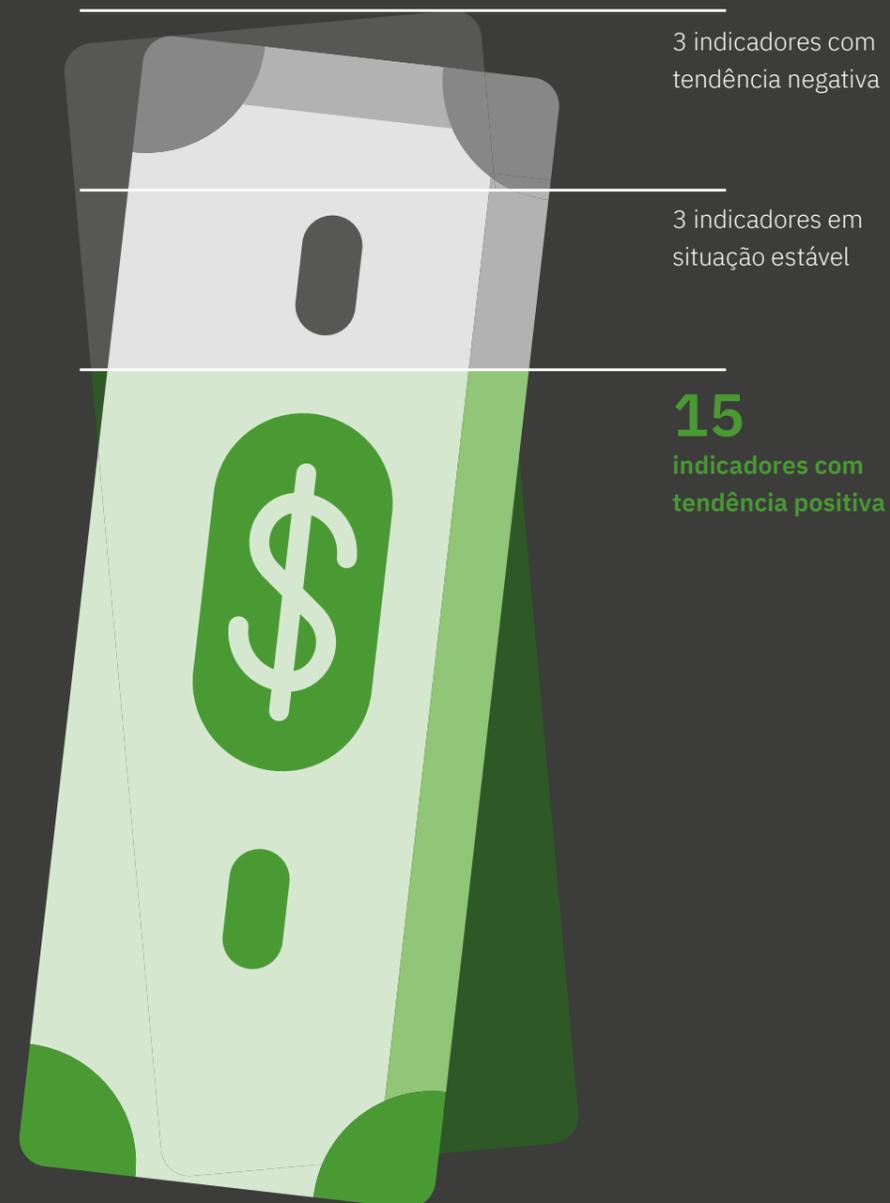
.....

A saúde financeira de um território e o trabalho digno dotam a comunidade dos recursos para atingir uma elevada qualidade de vida. Através da PULSAR: Estratégia de Desenvolvimento Económico do Porto, o Município alinhou os eixos prioritários de ação económica com os da UE. Vários projetos municipais têm permitido apoiar o comércio tradicional, as PME e atrair investimento nacional e internacional para a cidade. Apesar da produtividade e do PIB per capita terem aumentado, o poder de compra não seguiu ainda a mesma tendência. No entanto, a sobrevivência das empresas tem aumentado, a taxa de desemprego diminuído e é visível uma transição da economia para atividades tecnológicas, ligadas ao conhecimento e à inovação, que resultam numa pegada carbónica mais baixa por unidade de VAB.

Total

21 indicadores

Com mais de 70% dos indicadores positivos (15/21), a evolução do trabalho digno e crescimento económico é notável.



Metas a atingir

Definição das metas

⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.

⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.

✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.



Sustentar o crescimento económico *per capita* de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do Produto Interno Bruto (PIB) nos países menos desenvolvidos.



Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, nomeadamente através da aposta em setores de alto valor acrescentado e dos setores de mão-de-obra intensiva.



Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros.



Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e procurar ativamente dissociar o crescimento económico da degradação ambiental, de acordo com o enquadramento decenal de programas sobre produção e consumo sustentáveis, com os países desenvolvidos na liderança.



Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.



Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens não empregados que não estão em educação ou formação.



Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.



Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.



Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais.



Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.

8.a 

Aumentar o apoio à Iniciativa de Ajuda para o Comércio [*Aid for Trade*] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive através do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.

8.b 

Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
8.1	**PIB <i>per capita</i>	O produto interno bruto (PIB) <i>per capita</i> é o rácio entre o PIB e a população. É expresso em USD, a preços de paridade de poder de compra (PPP) constantes, com o ano de referência de 2010.
	**Produtividade laboral	A produtividade laboral é o contributo do trabalho medido em valor acrescentado bruto (VAB) por pessoa empregada. Uma vez que o termo “empregado” não distingue entre emprego a tempo inteiro e a tempo parcial, a produtividade do trabalho é muitas vezes calculada como PIB por hora trabalhada.
	Índice de poder de compra <i>per capita</i>	Peso do poder de compra <i>per capita</i> do município no total do país para o qual a proporção de poder de compra assume o valor 100%.
8.2	Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes	Quociente entre o número de empresas ativas no ano n que tendo nascido no ano n-t, sobreviveram t anos, e o número de empresas nascidas no ano n-t.
8.3	Diplomados do ensino superior em áreas C&T por 1.000 habitantes	Diplomados do ensino superior em áreas de ciência e tecnologia (C&T) por 1.000 habitantes da população residente com idades compreendidas entre os 20 e 29 anos.
	Investimento em <i>startups</i>	Investimento total, em EUR, em <i>startups</i> , por empresas públicas e privadas, no ano de referência.
	Empresas com atividades de informação e comunicação	Proporção de empresas com atividades de informação e comunicação (TIC), pelo total de estabelecimentos.
	População empregada no setor tecnológico	Pessoal ao serviço dos estabelecimentos de atividades de informação e comunicação (TIC).
8.4 9.4	Emissão de CO ₂ por unidade de VAB das empresas	Emissão de CO ₂ total no município por valor acrescentado bruto de todas as empresas do município.
8.5	**Taxa de desemprego estimada	Rácio entre o número de pessoas desempregadas em relação à população ativa no ano de referência.
	População registada em desemprego de longa duração	Desempregados registados em centros de emprego e formação profissional por um período de 1 ano ou mais, pela população total entre os 15 e 64 anos de idade, de acordo com as estimativas anuais do INE.
	Ganho médio mensal	Montante médio ilíquido em dinheiro e/ou géneros, em EUR, da população empregada, isto é pago ao trabalhador, com carácter regular por tempo trabalhado.
	Ganho médio mensal em relação à média nacional	Ganho médio mensal da população residente em relação ao ganho médio mensal nacional.
	Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal	Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem.
	Trabalhadores familiares não remunerados	Proporção de indivíduos que exercem uma atividade independente numa empresa orientada para o mercado, gerida por um membro da família, mas que não estão associados a ela ou vinculados por um contrato de trabalho.

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
8.6	Jovens (15-24 anos) registados como desempregados	Proporção da população com 15 a 64 anos de idade que está inscrita nos centros de emprego e de formação profissional.
8.8	**Acidentes de trabalho declarado por pessoal ao serviço	Proporção de pessoas feridas ou falecidas num acidente de trabalho pelo total de pessoal ao serviço.
8.9	VAB do setor do turismo	Proporção do valor acrescentado bruto (VAB) das empresas da CAE "Alojamento, restauração e similares" e "Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas" no total do VAB de todas empresas do Município.
	Taxa de variação média anual do VAB gerado pelo turismo	Variação média anual do VAB gerado pelo turismo.
	Estabelecimentos com galardão "Chave Verde"	Número de estabelecimentos turísticos, de alojamento local e/ou restaurantes no Porto que implementam boas práticas ambientais e sociais, valorizam a gestão ambiental nos seus estabelecimentos e promovem a Educação Ambiental para a Sustentabilidade, e receberam o galardão "Chave Verde" pela <i>Foundation for Environmental Education (FEE)</i> , sediada na Dinamarca, que promove o Turismo Sustentável a nível internacional. Em Portugal a iniciativa é coordenada pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE).
8.9 12.b	Proporção de empreendimentos turísticos com certificação ambiental	Proporção de empreendimentos turísticos que obtiveram uma certificação ambiental no total de empreendimentos turísticos registados no Registo Nacional de Turismo.
8.10	Estabelecimentos de outra intermediação monetária por 10.000 habitantes	Número total de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo por 10.000 habitantes.
	Caixas multibanco por 10.000 habitantes	Reflete o número de caixas multibanco em funcionamento por 10.000 habitantes.

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

Resultados por meta

8.1 Meta: Sustentar o crescimento económico *per capita* de acordo com as circunstâncias nacionais

**PIB *per capita*

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
27.725	27.333	26.580	26.480	27.208	27.888	28.621	29.737	29.737	31.339	28.902	—

Unidade: USD, preços constantes, PPP constantes, ano base: 2010 | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [OECD](#)

A cidade do Porto registou, entre 2010 e 2020, um crescimento no PIB *per capita* (excluindo o ano 2020, por ser um ano atípico pelas consequências que os confinamentos resultantes da pandemia tiveram na atividade económica). Apesar desse crescimento, o PIB *per capita* na cidade está ainda abaixo da média nacional e da cidade de Lisboa, que era de 33.340 USD e 42.363 USD, respetivamente, em 2019.

**Produtividade laboral

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
62.084	61.967	62.120	63.248	63.163	63.156	63.494	63.868	64.272	65.309	—	—

Unidade: USD, preços constantes, PPP constantes, ano base: 2010 | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [OECD](#)

Analisando a produtividade laboral na cidade, pode dizer-se que, entre 2010 e 2019, houve um aumento médio anual de 0,6%, tendo a sua evolução sido relativamente constante. Apesar do crescimento, faz-se notar que o valor da produtividade no Porto continua inferior à nacional (que era de 69.177 USD em 2019) e, principalmente em relação à capital (que era de 83.181 USD para o mesmo ano).

Índice de poder de compra *per capita*

Decréscimo negativo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	162	–	170	–	161	–	158	–	154	–	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

De acordo com os dados disponíveis, o índice de poder de compra *per capita* apresentou uma tendência decrescente entre 2011 e 2019. Durante este período, observou-se uma redução média constante de aproximadamente 1% a cada dois anos. O valor do índice para o Porto era de 154% em 2019 (para o mesmo ano o índice para Lisboa era de 206%).



8.2 **Meta:** Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação

Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
50	51	50	52	54	58	56	61	58	58	61	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Um indicador que ajuda a compreender o desempenho da cidade é a taxa de sobrevivência das empresas nascidas dois anos antes. Este é um indicador que tem vindo a evoluir favoravelmente, entre 2010 e 2020, a uma taxa média anual de 2%. Isto significa que cerca de 61% das empresas nascidas dois anos antes ainda estavam ativas em 2020, ao contrário das 50% registadas em 2010.

8.3 **Meta:** Promover o emprego decente, empreendedorismo, criatividade, inovação e acesso a serviços financeiros

Diplomados do ensino superior em áreas C&T por 1.000 habitantes

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
142	162	181	203	226	241	247	224	233	230	234	–

Unidade: Permilagem (‰) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

O número de diplomados do ensino superior em áreas de Ciência e Tecnologia (C&T) por cada 1.000 habitantes tem vindo a crescer de modo expressivo no período em análise, demonstrando uma preparação de cada vez mais diplomados para os empregos do futuro.

Investimento em *startups*

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
0,04	0,1	2,7	2,7	2,6	2,1	10,8	2,4	12,3	43,4	24,7	–

Unidade: Número absoluto (em milhões de €) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Dealrom.co/Porto Digital](#)

Entre 2010 e 2020, o Porto registou um aumento médio anual de 20% no número de *startups* por 1.000 habitantes (conforme reportado no **ODS 9 - Indústria, inovação e infraestruturas** (Meta 9.1). No entanto, nos últimos 5 anos desse período, a taxa de crescimento desacelerou para uma média de 10% ao ano. O financiamento tem sido fundamental para apoiar o empreendedorismo e o ecossistema de inovação na cidade. Durante esse período, foram angariados mais de 103 milhões de euros em 145 rondas de financiamento.



Entre 2010 e 2020, o Porto registou um aumento médio anual de 20% no número de *startups* por 1.000 habitantes.

Empresas com atividades de informação e comunicação

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	1,8	1,9	2	2	2,1	2,2	2,3	2,4	2,7	2,7	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

A percentagem de empresas com atividades de informação e comunicação face ao número total de empresas tem vindo a crescer entre 2011 e 2020, representando 2,7% das empresas em 2020.

População empregada no setor tecnológico

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
5.345	5.986	5.415	5.507	6.394	7.247	7.329	8.408	9.296	11.898	12.743	–

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: [INE](#)

Relativamente ao pessoal ao serviço dos estabelecimentos de atividades de informação e comunicação (TIC), regista-se um aumento considerável entre 2010 e 2020, de aproximadamente 10% por ano, em média. Ainda que com algumas oscilações, este crescimento tem sido constante, e em comparação com 2010 o número de pessoas empregadas no setor tecnológico mais que duplicou (12.743 em 2020). Deve, no entanto, assinalar-se que em 2020 a percentagem de população empregada no setor tecnológico no Porto em relação ao total nacional era de apenas 9,8%, enquanto em Lisboa este valor representava 37,7%.



≈ 10%

de aumento médio por ano, entre 2010 e 2020, relativamente ao pessoal ao serviço dos estabelecimentos de atividades TIC.

8.4 Meta: Melhorar a eficiência no consumo e na produção e dissociar o crescimento económico da degradação ambiental

Emissão de CO₂ por unidade de VAB das empresasDecréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	0,2	–	0,2	–	0,1	–	–

Unidade: Kg CO₂/€ | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Agência Portuguesa do Ambiente \(APA\)](#)

A emissão de CO₂ por unidade do Valor Acrescentado Bruto (VAB) mede a intensidade carbónica da atividade económica. No caso do Porto, este indicador decresceu 50% entre 2015 e 2019. A nível nacional o valor da emissão de CO₂ por unidade de VAB das empresas passou de 0,7 para 0,5, significativamente acima do valor para o Porto.

Como já referido no ODS 2 - Erradicar a fome (Meta 2.4), a proporção de produtores e preparadores agrícolas registados como biológicos pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural tem mostrado uma tendência crescente no Porto, totalizando 12% em 2018. A tendência a nível nacional, sendo também crescente, varia entre 3% em 2014 até ao máximo de 5% em 2018.

8.5 Meta: Alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

**Taxa de desemprego estimada

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	11	14	16	15	15	14	11	12	10	10	9

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [IEFP](#)

População registada em desemprego de longa duração

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	5	6	7	9	9	9	8	6	4	4	5

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)

A taxa de desemprego na cidade do Porto, em geral, tem sofrido uma variação favorável. No entanto está, desde 2014 acima da média nacional. Como referência, em 2021 a taxa de desemprego a nível nacional estava nos 6,6%, contra os 9,3% na cidade do Porto.

Quanto à população registada como desempregada de longa duração, os valores sofreram algumas oscilações ao longo dos anos, mas, em média, manteve-se.



Em média, a percentagem de população registada como desempregada de longa duração manteve-se ao longo dos anos.

Ganho médio mensal

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	1.280	1.299	1.325	1.307	1.318	1.319	1.337	1.375	1.417	1.498	–

Unidade: EUR | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Relativamente ao ganho médio mensal bruto da população residente na cidade do Porto, verificámos que tem aumentado a um ritmo médio anual de 1,8% entre 2010 e 2020, chegando nesse mesmo ano aos 1.498 euros mensais.

Ganho médio mensal em relação à média nacional

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	224	213	206	208	210	251	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Ainda assim, quando olhamos para o ganho médio mensal em comparação com a média nacional, entre 2015 e 2020, verifica-se que o salário da população da cidade é cerca de 18% superior à média nacional. Apesar de tudo, no Porto o ganho médio mensal bruto era, em 2020, 205 euros inferior ao de Lisboa.

Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-575	-576	-589	-604	-585	-580	-562	-544	-554	-576	–	–

Unidade: EUR | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)

Relativamente à diferença bruta entre o salário mínimo mensal e a remuneração base média mensal da população do Porto, verifica-se que os valores não têm grandes oscilações, mantendo-se ao longo de todo o período em análise (2010-2019) em torno dos 570 euros acima do salário mínimo nacional.

Trabalhadores familiares não remunerados

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	0,3	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1,6

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

É também importante atentar à proporção de trabalhadores não remunerados, ou seja, pessoas que normalmente trabalham em empresas familiares. Para além de ser trabalho não declarado é, muitas vezes, precário. Dados dos Censos mostram que este segmento da população correspondia a 0,3% dos trabalhadores do Porto em 2011, e em 2021 passaram a representar 1,6%.

8.6 Meta: Reduzir a proporção de jovens não empregados

Jovens (15-24 anos) registados como desempregados

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	7	9	12	11	10	10	6	4	3	5	4

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)

A taxa de desemprego dos jovens decresceu em média 0,3 pontos percentuais por ano entre 2011 e 2021. Em 2021, a taxa de desemprego jovem era de 4% no Porto e de 4,1% a nível nacional.

8.8 Meta: Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros para os trabalhadores

**Acidentes de trabalho declarado por pessoal ao serviço

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	6,7	5,7	6,0	7,1	7,0	–	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)/Ministério da Educação (MEC)

A proporção de acidentes de trabalho, mortais e não mortais, pelo total de pessoal ao serviço manteve-se, em média, estável entre 2015 e 2019. Em 2019 a percentagem registada era de 7% para o Porto e 4,7% a nível nacional.

8.9 Meta: Promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais

VAB do setor do turismo

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	8	7	7	7	8	10	11	12	12	5	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Taxa de variação média anual do VAB gerado pelo turismo

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	-5	-3	2	14	19	20	19	-14	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)



Proporção do valor acrescentado bruto (VAB) das empresas da CAE “Alojamento, restauração e similares” e “Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas” no total do VAB de todas as empresas do Município.

A proporção do VAB no setor do turismo, pelo VAB total entre 2011 e 2019 (exclui-se a análise do ano 2020 pelo seu caráter atípico) registou um aumento médio anual de 6% na representação do setor relativamente ao VAB gerado no Município. Quando olhamos para a variação média anual do VAB gerado pelo turismo, entre 2016 e 2019, verifica-se um uma variação positiva e muito significativa.

Estabelecimentos com galardão "Chave Verde"

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	0	0	0	1	1	1	1	2	6	4	3

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: [ABAE](#)

Proporção de empreendimentos turísticos com certificação ambiental

Decréscimo negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	–	3,2	1,8	2,3	2,8

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [RNT](#)

O número de estabelecimentos turísticos na cidade reconhecidos com o galardão "Chave Verde" gerido em Portugal pela Associação Bandeira Azul da Europa (para reconhecer o turismo sustentável) aumentou gradualmente a partir de 2014, para 6 alojamentos em 2019, pré-pandemia. A proporção de empreendimentos turísticos com certificação ambiental face ao número total de empreendimentos turísticos representa uma média de 2,5% no período analisado.



≈ 2,5%

do número total de empreendimentos turísticos tem certificação ambiental.

8.8 Meta: Fortalecer a capacidade das instituições financeiras de incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários para todos

Estabelecimentos de outra intermediação monetária por 10.000 habitantes

Decréscimo informativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	12,1	11,9	11,8	11,3	10,7	9,8	10,4	9,6	8,7	7,8

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: [INE](#)

Caixas multibanco por 10.000 habitantes

Decréscimo informativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	24,2	23,8	23,2	22,8	22,5	21,3	20,9	20,7	21,1	20,2

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: [INE](#)

Para avaliar a capacidade das instituições financeiras para encorajar e expandir o acesso de proximidade aos seus serviços é recomendada a caracterização dos dois indicadores acima na tabela. No entanto, cremos que com a evolução tecnológica nesta área (*MB Way, Netbanking, etc.*) a análise destes indicadores pode estar obsoleta.

De acordo com o acima exposto, e sem surpresa, o número de agências bancárias e serviços financeiros por 10.000 habitantes, bem como de caixas multibanco por 10.000 habitantes, têm vindo a diminuir ao longo dos anos.

Indicadores propostos para futuras análises

- Taxa de jovens não empregados que não estão em educação ou formação, por sexo;
- Taxa de variação anual do PIB real por pessoa empregada;
- Média de ganhos horários de empregados do sexo feminino e masculino, por profissão, idade e pessoas com deficiência;
- Proporção e número de crianças dos 5 aos 17 anos de idade envolvidas em trabalho infantil, por sexo e idade;
- Proporção do emprego informal no emprego total, por sector e por sexo;
- Número de agências bancárias por 100.000 adultos;
- Proporção de adultos (15 anos ou mais) com uma conta num banco ou outra instituição financeira ou com um prestador de serviços de dinheiro móvel;
- Pegada material; Pegada material *per capita*; Percentagem de pegada material;
- Consumo interno de materiais; Consumo interno de materiais *per capita*;
- Turismo em percentagem do PIB e taxa de variação;
- Número de alojamentos Turísticos reconhecidos pelo programa “Confiança Porto” e taxa de reconhecimento;
- ***Trabalhadores estrangeiros empregados na cidade.

***quando o indicador foi recomendado apenas na segunda edição do Handbook

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

PULSAR: Estratégia de Desenvolvimento Económico do Porto	
ODS relacionados	ODS 9, ODS 11, ODS 12, ODS 16, ODS 17
Lançamento	2021
Última atualização	2022
Período de vigência	2035
Descrição	Esta estratégia identifica as tendências matriciais urbanas para o desenvolvimento da cidade do Porto e da Região Norte de Portugal, realiza um diagnóstico e visão estratégica de alto nível, identifica os eixos prioritários e potenciais projetos estruturantes com um horizonte temporal de médio a longo prazo, bem como a adequação destes projetos aos instrumentos de financiamento, considerando as oportunidades veiculadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência e enquadradas na Próxima Geração UE e no <i>Green Accord</i> da UE.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

Porto Leading Investors	
ODS relacionados	ODS 9 (9.2)
Meta(s) identificada(s)	8.2, 8.3
Lançamento	2015
Descrição	Programa que reconhece a importância das empresas e dos investidores mais proeminentes do Porto e procura atrair investimentos qualificados para o desenvolvimento da cidade, de interesse estratégico de carácter inovador que reforcem a economia local; oferecer um serviço excelente de forma consistente ao longo da jornada do investidor; agir antecipadamente para antecipar riscos, resolver bloqueios e aproveitar oportunidades de crescimento; e promover a retenção e expansão dos principais atores da cidade.

Prémio Economia do Porto	
ODS relacionados	ODS 9 (9.5)
Meta(s) identificada(s)	8.3
Lançamento	2020
Descrição	Iniciativa que visa distinguir, anualmente, uma dissertação académica, ou outro trabalho de investigação original, que incida sobre um tema de relevância e interesse para a economia da cidade, nomeadamente estratégias de desenvolvimento económico, atração de investimento, atração e retenção de talentos, competitividade, redes de conhecimento e inovação, empreendedorismo e diplomacia económica.

RankPorto	
ODS relacionados	ODS 3, ODS 4, ODS 8, ODS 9, ODS 11, ODS 12, ODS 14, ODS 16
Meta(s) identificada(s)	8
Lançamento	2022
Descrição	Tem como objetivo iniciar uma série anual que pretende compilar os reconhecimentos, índices e rankings nos quais a cidade do Porto é reconhecida e distinguida, a nível nacional e internacional. Inclui-se também neste relatório um benchmark de diversas cidades que permite enquadrar o posicionamento do Porto no país e no mundo, em diferentes áreas de atuação: Ambiente; Cultura; Economia; Cidade e Gestão Organizacional; Mobilidade e Urbanismo; Talento, Educação e Formação; Turismo e Qualidade de Vida.

Formação e consultoria de comerciantes	
ODS relacionados	ODS 9 (9.3)
Meta(s) identificada(s)	8.3, 8.9
Lançamento	—
Descrição	Programa de formação anual para comerciantes da cidade e seus funcionários promovido pelo Município com o objetivo de incentivar, capacitar e potenciar o comércio da cidade. A participação no programa é gratuita, sendo definidos em conjunto com os próprios comerciantes, os temas e conteúdos a abordar, resultando da avaliação das suas necessidades.

TERA	
ODS relacionados	ODS 4 (4.4), ODS 9 (9.3), ODS 10 (10.4)
Meta(s) identificada(s)	8.3
Lançamento	2017
Descrição	Com a missão de atrair, conhecer, desenvolver e fixar talento, potenciando a carreira de quem vive, estuda e trabalha no Porto, esta iniciativa irá dinamizar um conjunto de iniciativas promotoras com o manifesto objetivo de: a. Dar a conhecer o mercado de trabalho portuense, atraindo talento; b. Desenvolver o ecossistema de talento na cidade; c. Potenciar as carreiras de quem escolhe o Porto como a sua cidade. Assim, o Porto afirma-se como referência nacional e internacional enquanto cidade promotora de emprego, oportunidades de <i>reskilling</i> e <i>upskilling</i> , com vista à criação e dinamização de um ecossistema de talento sustentável.

Mercator	
ODS relacionados	ODS 11 (11.6), ODS 12 (12.b)
Meta(s) identificada(s)	8
Lançamento	2013
Descrição	Programa que contempla um conjunto de medidas de apoio ao comércio local com o objetivo de revitalizar o comércio da cidade, com ações como a redução de taxas e licenças de utilização do espaço e a promoção de atividades nas ruas ou plataformas da cidade, com o apoio do Município do Porto. A mais recente intervenção do programa está no projeto de restauro e modernização do Mercado do Bolhão. Este programa foi criado com o objetivo de reafirmar o Porto como destino de consumo, através da promoção do comércio tradicional e local.

Shop In Porto	
ODS relacionados	ODS 9 (9.5), ODS 11 (11.6)
Meta(s) identificada(s)	8.3
Lançamento	—
Descrição	O <i>Shop in Porto</i> é uma plataforma virtual de promoção do comércio local e onde são apresentadas as lojas locais, bem como os produtos que estas têm para oferecer. Esta plataforma é utilizada para impulsionar e aumentar a atratividade do sector e para apoiar a economia local.

Porto de Tradição	
ODS relacionados	ODS 11 (11.4), ODS 12 (12.b)
Meta(s) identificada(s)	8.3
Lançamento	–
Descrição	Reconhecendo a importância de salvaguardar o comércio local e tradicional, o Município do Porto define e implementa políticas que visam a revitalização sustentável das atividades económicas que, devido ao seu papel relevante a nível cultural, na valorização do património histórico e das experiências tradicionais da cidade, mereçam um reconhecimento por parte do Município do Porto.

Revitaliza Porto	
ODS relacionados	ODS 9 (9.3)
Meta(s) identificada(s)	8.9
Lançamento	2020
Descrição	Este programa tem como objetivo prestar apoio aos agentes económicos da cidade e é vocacionado para o apoio especializado às micro, pequenas e médias empresas do Município do Porto como resposta à crise pandémica.

Feiras e mercados municipais	
ODS relacionados	ODS 11 (11.4)
Meta(s) identificada(s)	8.9
Lançamento	–
Descrição	A Câmara Municipal tem atualmente 10 feiras e mercados municipais sob a sua gestão para promover uma economia de proximidade. Além disso, o Mercado do Bolhão, o grande mercado de frescos da cidade, foi reabilitado e reaberto à cidade em 2022. O investimento na empreitada foi de cerca de 25 milhões de euros. Existem no Mercado do Bolhão 81 bancas, 10 restaurantes e 38 lojas no exterior.

Formação para Feirantes, Comerciantes e Artesãos	
ODS relacionados	ODS 4 (4.4)
Meta(s) identificada(s)	8.2, 8.3
Lançamento	–
Descrição	Iniciativa direcionada a profissionais das feiras e mercados municipais com o objetivo de valorizar e capacitar esta categoria profissional, que se move num ambiente de grandes desafios e, acima de tudo, promover a modernização desta atividade, tornando-a mais competitiva e sustentável.

Observatório do comércio	
ODS relacionados	ODS 11, ODS 12
Meta(s) identificada(s)	8.3, 8.5
Lançamento	–
Descrição	Permite enquadrar políticas municipais no setor do comércio, como também reunir dados e caracterizar o setor de acordo com indicadores de desempenho do comércio de rua, local e tradicional da Cidade do Porto, de modo a disponibilizá-los à cidade. O primeiro estudo realizado no seu âmbito encontra-se aqui .

Confiança Porto	
ODS relacionados	ODS 11, ODS 12
Meta(s) identificada(s)	8.3, 8.4, 8.5, 8.9
Lançamento	2021
Descrição	O Programa Municipal de Reconhecimento “Confiança Porto”- Alojamento Turístico procura distinguir a excelência da prestação de serviços em alojamentos locais e empreendimentos turísticos em funcionamento no Município do Porto, que evidenciam, no seu modelo de negócio, um conjunto de boas práticas e iniciativas ao nível da gestão (organizacional, financeira e de retenção de colaboradores), do acolhimento, do serviço de limpeza, dos equipamentos, das infraestruturas, da segurança, da sustentabilidade e da circularidade económica, bem como utilização de produtos locais, que representem exemplos de excelência e que promovam o desenvolvimento turístico e sustentável da cidade do Porto, particularmente nas vertentes social, ambiental e económica. Em 2022 o programa foi alargado a Passeios Turísticos Pedestres, valorizando a qualificação dos recursos humanos e privilegiando a interação dos visitantes com a cultura, o ambiente e a população local, bem como na difusão de narrativas sobre a história da cidade que respeitem a sua autenticidade e singularidade. E em 2023 alargado aos Circuitos Turísticos Motorizados, destinando-se a todos os operadores turísticos devidamente licenciados, para exercer atividade no Município do Porto, que promovam e realizem viagens turísticas sustentáveis em veículos motorizados na cidade.



Indústria, inovação e infraestruturas

ODS 9



Indústria, inovação e infraestruturas

Construir infraestruturas resilientes e sustentáveis. Promover uma industrialização inclusiva e sustentável. Fomentar a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Promover o acesso universal a TIC. Melhorar a eficiência energética. Estimular a adoção de tecnologias limpas e sustentáveis.

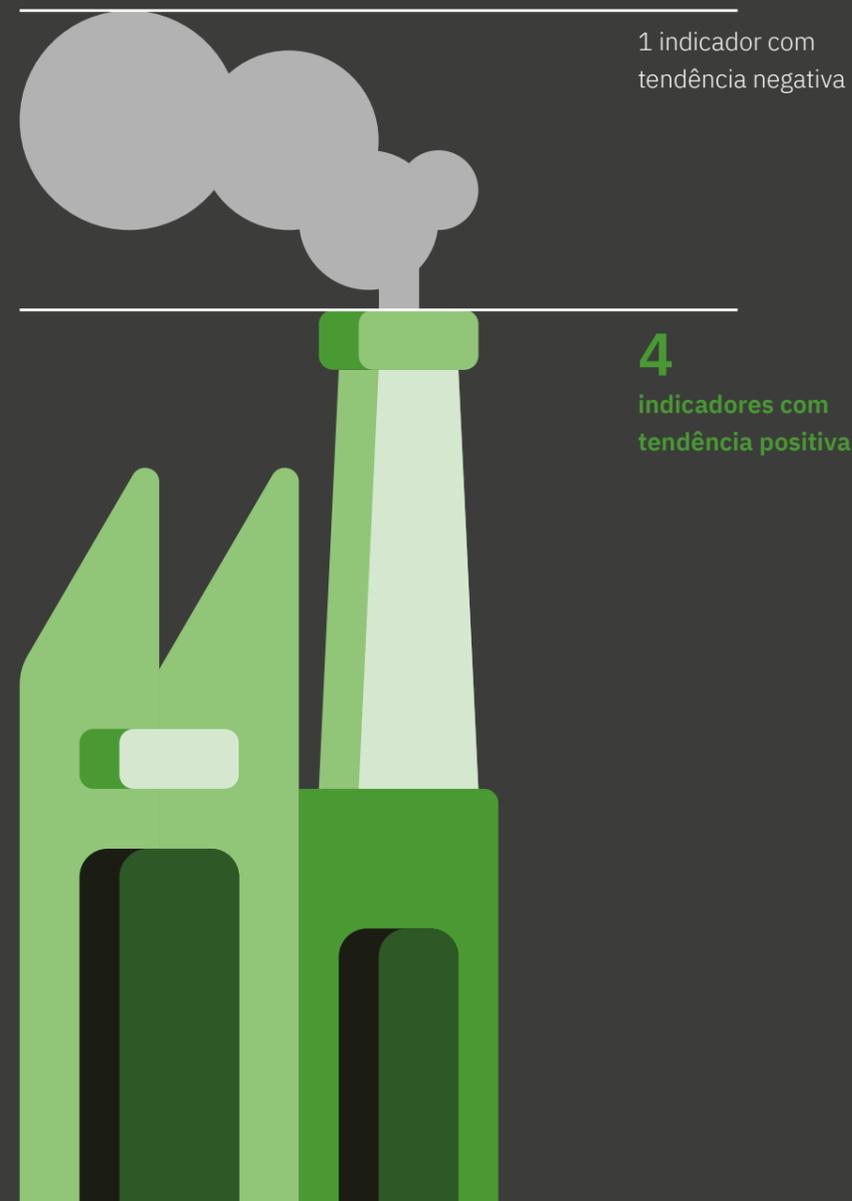
.....

Fatores distintivos da cidade, a inovação e as infraestruturas têm sido alvo de forte investimento e têm dado frutos valiosos em termos de crescimento económico e trabalho digno. Entre 2010 e 2020, o número de startups por 1.000 habitantes aumentou e o número de utilizadores da Porto WiFi ultrapassou os 1,5 milhões em 2019. É evidente o papel cada vez mais relevante das indústrias criativas e tecnológicas na economia da cidade. O Plano Estratégico Porto. Digital - que visa transformar a cidade do Porto numa cidade digitalmente inteligente - o ScaleUp Porto e o Porto Innovation Hub são exemplos de projetos que ligam a cidade aos seus cidadãos, promovem o empreendedorismo e inovação e atraem investimento.

Total

5 indicadores

Realçam-se os progressos em indústria, inovação e infraestruturas, com 4 dos 5 indicadores avaliados a registarem resultados positivos.



Metas a atingir

Definição das metas

- ⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.
- ⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.
- ✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.

9.1 ⊖

Desenvolver infraestruturas de qualidade, fiáveis, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando o acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

9.2 ✓

Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a parcela da indústria no setor do emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e duplicar a sua parcela nos países menos desenvolvidos.

9.3 ✓

Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo ao crédito acessível e à sua integração em cadeias de valor e mercados.

9.4 ✓

Até 2030, modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com as suas respetivas capacidades.



Fortalecer a investigação científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivar a inovação e aumentar substancialmente o número de trabalhadores na área de investigação e desenvolvimento por milhão de pessoas e a despesa pública e privada em investigação e desenvolvimento.



Facilitar o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes nos países em desenvolvimento, através de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.



Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a investigação e a inovação nos países em desenvolvimento, incluindo garantir um ambiente político propício para, inter alia, a diversificação industrial e adicionar valor às matérias-primas.



Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e envidar esforços para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à *internet* nos países menos desenvolvidos, até 2020.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
9.1 8.3	** <i>Startups</i> por 1.000 habitantes	Rácio entre o número de <i>startups</i> criadas no município por 1.000 habitantes.
9.2	Valor acrescentado bruto da indústria transformadora por pessoal ao serviço <i>per capita</i>	Montante do valor acrescentado bruto da indústria transformadora por pessoal ao serviço nas empresas desta categoria.
	*Pessoal ao serviço na indústria transformadora	Proporção de pessoas empregadas nas empresas da indústria transformadora, no total de pessoas empregadas.
9.c	Utilizadores da <i>Porto WiFi</i>	Número total de cidadãos ou turistas que se ligaram e utilizaram a rede gratuita disponibilizada pelo Município do Porto.
	Acesso à <i>Internet</i> de banda larga num local fixo	Proporção do número de acessos à <i>internet</i> de banda larga a partir de um ponto fixo, que pode ser em casa ou no trabalho, relativo à população residente.

*quando o indicador foi recomendado apenas na primeira edição do Handbook

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)



A situação relativa à promoção do desenvolvimento económico sustentável, à industrialização inclusiva e à inovação tecnológica são parcialmente abordados, nas suas especificidades, no **ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico**. Deste modo, no presente ODS faremos referência exclusiva a indicadores não constantes na análise anterior.

Resultados por meta

9.1 Meta: Desenvolver infraestruturas de qualidade, fiáveis, sustentáveis e resilientes

A cidade do Porto tem trabalhado de forma sistemática para criar infraestruturas de qualidade, fiáveis, sustentáveis e resilientes, para apoiar o bem-estar humano e desenvolvimento económico. Ao melhorar o sistema de mobilidade (dos quais se dá como exemplo o Terminal Intermodal de Campanhã) (ODS 11) e a área e qualidade de espaços verdes (ODS 11/15), bem como garantir serviços básicos essenciais com níveis de excelência (abastecimento de água, por exemplo ODS 6), o Município está a criar um ecossistema atrativo para empresas e pessoas. A infraestrutura administrativa do Município tem também sido trabalhada de forma articulada de modo a melhorar o serviço aos munícipes e organizações. Por exemplo, o Portal do Município, a Linha Porto, o Cartão Porto e o Reporta Porto.

No entanto, toda a infraestruturação anteriormente descrita (considerada “soft”) deve ser complementada por infraestruturas de escala transnacional, nacional e regional (de carácter “hard”), de modo que a atual meta seja cumprida. De destacar o papel do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, com um número de rotas crescente e vários reconhecimentos de qualidade ao longo dos últimos anos.

**Startups por 1.000 habitantes

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
0,2	0,3	0,4	0,5	0,7	0,8	1,0	1,1	1,2	1,3	1,3	—

Unidade: Número por 1.000 habitantes | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Dealrom.co/Porto Digital



Para mais informação ver ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico (Meta 8.3).

Entre 2010 e 2020, o Porto registou um aumento médio anual de 20% no número de startups por 1.000 habitantes. O financiamento tem sido fundamental para apoiar o empreendedorismo e o ecossistema de inovação na cidade. Durante esse período, foram angariados mais de 103 milhões de euros em 145 rondas de financiamento.



20%

de aumento anual, entre 2010 e 2020, no número de startups por 1.000 habitantes.

9.2 Meta: Promover a industrialização inclusiva e sustentável

Valor acrescentado bruto da indústria transformadora por pessoal ao serviço

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
—	26.865	26.764	29.880	28.252	29.188	29.717	30.654	26.962	26.882	28.972	—

Unidade: EUR per capita | Indicador sentinela: Sim | Fonte: INE

*Pessoal ao serviço na indústria transformadora

Decréscimo negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
—	8,0	7,5	7,5	7,4	7,2	7,0	6,8	6,6	6,6	6,5	—

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: INE

O valor acrescentado bruto da indústria transformadora por pessoal ao serviço é um indicador que mede a produtividade e a competitividade deste setor. À escala local, este indicador pode refletir o dinamismo económico e social das regiões e municípios onde se localizam as empresas industriais. No Porto, verifica-se um aumento gradual ao longo do período em análise (2011-2020), com uma taxa média anual de 1,1%. É também importante notar que o número de pessoas que trabalham na indústria transformadora tem vindo a decrescer gradualmente em cerca de 2% por ano entre 2011

e 2020. Acredita-se que esta evolução se prende com uma transição em curso, onde as indústrias transformadoras desempenham um papel menos importante na economia face às novas indústrias criativas e tecnológicas (cujo crescimento já foi reportado no ODS 8).

9.4 Meta: Modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis

Como já reportado no ODS 8 (Meta 8.4) a pegada carbónica da atividade económica no Porto tem vindo a decrescer entre 2015 e 2019 e mais recentemente (2022) o Município do Porto criou o Pacto do Porto para o Clima (ODS 13) com o objetivo de envolver todos os agentes da cidade, e em particular as empresas, na meta de atingir a neutralidade carbónica em 2030.

9.5 Meta: Fortalecer a investigação, as capacidades tecnológicas, a inovação e aumentar o número de trabalhadores na área de investigação e desenvolvimento

Como já reportado no ODS 8 (Meta 8.3) o número de diplomados do ensino superior em áreas de Ciência e Tecnologia (C&T) por cada 1.000 habitantes tem vindo a crescer de modo expressivo no período em análise, demonstrando uma preparação de cada vez mais diplomados para os empregos do futuro. Além disso, o número de pessoas empregadas no setor tecnológico quase duplicou entre 2010 e 2020.

A cidade do Porto concentra um elevado número de Universidades e Centros de Investigação (distribuídos por dois Polos Universitários) e tem-se constituído como um ecossistema atrativo para as indústrias tecnológicas e criativas.

9.c Meta: Aumentar acesso às tecnologias de informação e comunicação e envidar esforços para oferecer acesso universal à internet

Utilizadores da Porto WiFi

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	514.076	656.471	678.222	943.958	1.842.710	918.288	-

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Porto Digital

A Câmara Municipal do Porto atribuiu à Porto Digital a responsabilidade pela manutenção e expansão da infraestrutura de telecomunicações e de IoT (*Internet of Things*) do Porto (em particular, as redes de fibra ótica e Wi-Fi da cidade, bem como sensores), e pelo desenvolvimento de uma plataforma urbana que consolida dados das áreas de mobilidade, ambiente, energia e proteção civil. Entre 2006 e 2008, a Porto Digital implementou uma rede de fibra ótica e uma rede Wi-Fi de acesso público na cidade do Porto, que desde então têm sido expandidas e melhoradas.



Entre 2006 e 2008, a Porto Digital implementou uma rede de fibra ótica e uma rede Wi-Fi de acesso público na cidade do Porto.

Acesso à internet de banda larga num local fixo

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	34	38	41	46	50	52	54	56	57	54

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: INE

O acesso à *Internet* de banda larga num local fixo por 100 habitantes aumentou de 2012 para 2021, com 54 acessos por cada 100 habitantes este último ano.

Dos dados fornecidos pela Porto Digital, no âmbito da rede wi-fi gratuita existente na cidade do Porto, regista-se um aumento médio anual do número de utilizadores, entre 2015 e 2019, de cerca de 41%.

Indicadores propostos para futuras análises

- ******Proporção da população que caminha, anda de bicicleta e utiliza transportes públicos para trabalhar;
- ******Desempenho dos transportes urbanos (Indicador experimental do JRC);
- Proporção do valor acrescentado da indústria de média e alta tecnologia no valor acrescentado total;
- Proporção do valor acrescentado bruto das microempresas industriais no total da indústria;
- Unidades de Investigação no Porto no âmbito de atividades de investigação e desenvolvimento (I&D);
- Proporção de despesas/investimento em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D);
- Proporção de população ativa em atividades de investigação (I&D);
- Proporção da população que utilizou a *Internet* nos últimos 3 meses;
- Número de passageiros transportados por autocarros e comboios;
- Número de mercadorias transportadas por ferrovia e navegação interior;
- Conectividade aérea: número de voos, origem dos voos, número de passageiros;
- Terminal de cruzeiros: número de embarcações, origem e número de passageiros;
- *******Qualidade da conexão à *Internet*.

******quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

*******quando o indicador foi recomendado apenas na segunda edição do Handbook

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

<u>Plano Estratégico Porto.Digital 20-22</u>	
ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2020
Última atualização	–
Período de vigência	2020-2022
Descrição	Este plano estratégico visa transformar o Porto numa cidade digitalmente inteligente, criando oportunidades económicas e sociais para todos os seus cidadãos através da modernização da infraestrutura tecnológica digital e de comunicação da cidade, da adoção de tecnologias digitais eficazes, da criação de informação, conhecimento e uma gestão aberta, transparente e acessível, da promoção de serviços de valor acrescentado e da criação de novos modelos de negócio.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

<u>ScaleUp Porto</u>	
ODS relacionados	ODS 8 (8.3)
Meta(s) identificada(s)	9.1
Lançamento	2015
Descrição	Iniciativa lançada em 2015 que tem como missão promover, apoiar e capacitar o ecossistema de empreendedorismo da cidade, através de iniciativas e programas com vista a alavancar o impacto no desenvolvimento do tecido económico da cidade, numa lógica de cooperação entre os vários intervenientes.

<i>Porto Innovation Hub</i>	
ODS relacionados	ODS 8 (8.3)
Meta(s) identificada(s)	9.1, 9.5, 9.b
Lançamento	2016
Descrição	É uma plataforma criada especificamente para reforçar o ecossistema de inovação e empreendedorismo da cidade. O seu principal objetivo é investir na inovação participativa, como apoio a novos projetos que se destinam a contribuir para a transformação de uma cidade cada vez mais inovadora e participada. Pretende-se demonstrar ainda o impacto direto da inovação na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, no contributo para a criação de projetos inovadores na área do empreendedorismo e no potencial de projeção da cidade para novos patamares de desenvolvimento.

<i>Porto Design Accelerator</i>	
ODS relacionados	ODS 8 (8.3)
Meta(s) identificada(s)	9.1, 9.b
Lançamento	2017
Descrição	Este projeto é pioneiro em Portugal, constituindo um importante investimento em inovação, numa parceria conjunta entre o Porto Digital, o Instituto Politécnico do Porto através do Porto Design Factory, e a TICE.pt. Visa incentivar a construção de <i>startups</i> centradas no <i>design</i> , estimulando o desenvolvimento de produto inovadores em sectores industriais.

<i>Start and Scale AMP</i>	
ODS relacionados	ODS 8 (8.3)
Meta(s) identificada(s)	9.3
Lançamento	2016-2018
Descrição	Esta iniciativa desenvolve-se em parceria entre a Área Metropolitana do Porto (AMPorto) e a Associação Porto Digital com o objetivo temático de reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas, a partir da promoção do empreendedorismo, bem como da criação de condições que facilitem o empreendedorismo criativo e qualificado da população da área metropolitana do Porto.

<i>Smart Capital (Smart Cities)</i>	
ODS relacionados	ODS 8 (8.3), ODS 11(11.b)
Meta(s) identificada(s)	9.4
Lançamento	2017
Descrição	Evento anual promovido pelo Município e a UPTEC para reunir inovadores empresariais, gestores de fundos de investimento e investidores independentes para explorar temas relacionados com investimento e conhecer <i>startups</i> .

<i>Porto Free-WiFi</i>	
ODS relacionados	ODS 11 (11.7)
Meta(s) identificada(s)	9.c
Lançamento	2008
Descrição	A rede pública Wi-Fi " <i>Porto Free Wi-Fi</i> " foi uma ideia que surgiu em 2008. Em 2014, os autocarros que circulavam na cidade tinham acesso gratuito à <i>Internet</i> via <i>Wi-Fi</i> e em 2018 a rede pública expandiu-se para outras partes da cidade. De 2018 até ao final de 2019, mais de 2,5 milhões de dispositivos foram ligados a esta rede, com um total de 1,2 milhões utilizados, com cerca de 52TB de <i>downloads</i> efetuados. A rede de fibra ótica é a mais extensa do país, com mais de 4.000 quilómetros de comprimento.

<i>Cartão Porto.</i>	
ODS relacionados	ODS 11 (11.3)
Meta(s) identificada(s)	9.c
Lançamento	2021
Descrição	O Cartão Porto. é um símbolo da identidade do "Ser Porto" e permite uma interação mais eficaz com todos os serviços e equipamentos municipais, garantindo o acesso a diferentes espaços municipais, estabelecendo benefícios para os cidadãos e desenvolvendo e promovendo o espírito de cidadania. Entre os vários serviços/benefícios deste cartão, destacam-se os seguintes: a) "Cartão Porto". Andante 13-18": subscrição oferecida pela Câmara Municipal a jovens entre os 13 e os 18 anos, com residência no Porto, ou que estudam e vivem na cidade; b) "Táxi Saúde +65": serviço que permite aos utilizadores do cartão com idade igual ou superior a 65 anos de viajar entre a sua casa e os hospitais ou unidades de saúde no Porto em táxi ao preço de 2 euros, até ao limite de 12 viagens por ano.

Portal do Múncipe	
ODS relacionados	ODS 11 (11.3)
Meta(s) identificada(s)	9.c
Lançamento	2021
Descrição	O Balcão de Atendimento Virtual (BAV), lançado em 2010, foi substituído pelo Portal do Múncipe em 2021. Manteve os pressupostos do antigo balcão na oferta de serviços e informações municipais, procurando responder às exigências dos cidadãos, em termos de experiência do utilizador, usabilidade e acessibilidade, com uma navegação mais intuitiva e facilitada, mas também às exigências dos gestores de conteúdos, simplificando o processo e reduzindo o esforço de manutenção. Deste modo, a nova plataforma <i>online</i> procura responder, de forma eficiente e incremental, às expectativas de todos os interessados que se relacionam com o Município do Porto.

Linha Porto.	
ODS relacionados	ODS 11 (11.3)
Meta(s) identificada(s)	9.c
Lançamento	2020
Descrição	Linha Porto. 220 100 220 é um canal de contacto entre os cidadãos e o Município que inclui num único número de telefone o meio de contacto com os diferentes serviços municipais. Através deste canal, os cidadãos podem obter informações, esclarecer dúvidas sobre procedimentos administrativos e comunicar incidentes. Esta linha inclui, para além do urbanismo e outras áreas de competência municipal, as áreas de competência das empresas municipais Águas e Energia do Porto E.M. e Porto Ambiente E.M., S.A.

ReportaPorto	
ODS relacionados	ODS 11 (11.3)
Meta(s) identificada(s)	9.c
Lançamento	2020
Descrição	Através desta plataforma, a Câmara Municipal gere as ocorrências comunicadas pelos cidadãos através da Linha Porto. Esta plataforma permite ao cidadão receber informação sobre a evolução do tratamento das baixas emergências reportadas e, ao mesmo tempo, apoia o Município na sua gestão, facilita a comunicação e a interoperabilidade entre os diferentes serviços municipais e contribui para uma visão holística, e em tempo real, da gestão da cidade, auxiliando assim a tomada de decisões e uma gestão municipal mais rápida e menos dispendiosa.



Reduzir as desigualdades



Reduzir as desigualdades

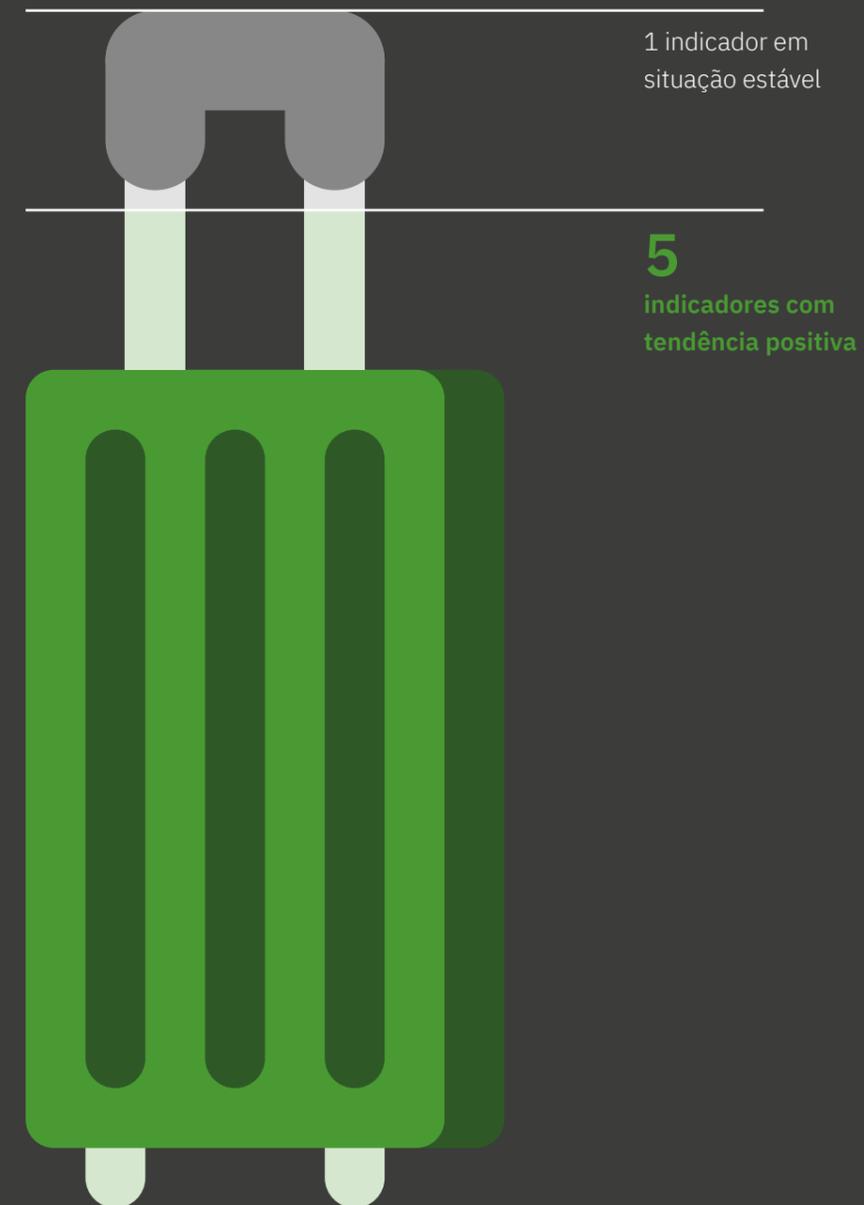
Reduzir as desigualdades sociais, económicas e políticas em todas as suas formas no interior dos países e entre países (estatuto económico, género, deficiência, etnia, origem, religião). Promover a inclusão social e económica dos grupos vulneráveis. Garantir uma representação igualitária nos processos de tomada de decisão.

Uma sociedade igualitária e com maior participação pública é uma sociedade saudável, com menor criminalidade e maior qualidade de vida, não deixando ninguém para trás. O Plano de Desenvolvimento Social 2019-2023 é o instrumento para o desenvolvimento social da cidade do Porto. Para além desta estratégia estruturante, destacam-se a importância do Plano Local para a Integração das Pessoas Ciganas, dos Mediadores Municipais e Interculturais, do programa Porto Sem Barreiras e Porto Saudável na redução das desigualdades. Com uma tendência positiva da taxa de crescimento migratório e da população residente de nacionalidade estrangeira, o Porto afirma-se como uma cidade boa para se viver.

Total

6 indicadores

Empenhado em reduzir as desigualdes sociais, económicas e políticas, o Porto apresentou resultados positivos para quase todos os indicadores analisados (5/6).



Metas a atingir

Definição das metas

⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.

⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.

✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.

10.1 ⊗

Até 2030, progressivamente alcançar e manter de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional.

10.2 ✓

Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, incapacidade, etnia, origem, religião, condição económica ou outra.

10.3 ⊖

Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

10.4 ✓

Adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

10.5 ⊖

Melhorar a regulamentação e monitorização dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.

10.6 ⊖

Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições económicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, credíveis, responsáveis e legítimas.

10.7 ✓

Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas.

10.a ⊖

Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular para os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio.

10.b ⊖

Incentivar a ajuda pública ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus planos e programas nacionais.

10.c ⊖

Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os mecanismos de remessas com custos superiores a 5%.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
10.2	**População residente desempregada e com pelo menos uma dificuldade	Proporção de população residente que se encontra desempregada e apresenta pelo menos uma dificuldade, como na visão, fala, audição, locomoção, compreensão, etc.
	Praias acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida	Proporção de praias acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, pelo número total de praias no concelho.
10.2 10.3	Casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo	Número total de casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo, pelo registo civil, no ano de referência.
10.4	**Coeficiente de Gini	Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que permite sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 % (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).
10.7	Taxa de crescimento migratório	Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.
	*População residente de nacionalidade estrangeira	Número absoluto da população residente no Município com nacionalidade estrangeira.

*quando o indicador foi recomendado apenas na primeira edição do Handbook

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)



A situação relativa a desigualdades sociais e económicas, bem como o esforço na sua mitigação, já foi parcialmente abordada nas suas especificidades, nos ODS 1 - Reduzir a pobreza, ODS 4 - Educação de qualidade, ODS 5 - Igualdade de género e ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico. Deste modo, no presente ODS faremos referência exclusiva a indicadores não constantes nas análises anteriores.

Resultados por meta

10.2 Meta: Promover a inclusão social, económica e política de todos

**População residente desempregada e com pelo menos uma dificuldade

Decréscimo positivo



2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	6	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo

Crescimento positivo



2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	25	18	27	47	84	46	32	38	31	33	46

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Em 2011, de acordo com os Censos, cerca de 6% dos habitantes desempregados tinham alguma dificuldade em realizar ações como ver, falar, andar, fazer-se entender ou problemas de memória. Após 10 anos, em 2021, regista-se um decréscimo de 1%, sendo que o valor corresponde a 5% da população desempregada.

É igualmente importante prestar atenção a outros tipos de desigualdades, como a desigualdade social e a desigualdade relacionada com as orientações sexuais da população. Embora tenha sido difícil encontrar indicadores que monitorizem o comportamento tolerante da população, analisando o número de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, que foi introduzido em Portugal em 2010, é possível concluir que houve um aumento considerável de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, na ordem dos 14% por ano de 2011 a 2021, o que é considerada uma evolução favorável. Em 2021, estes casamentos no Porto representaram 8,4% dos casamentos de pessoas do mesmo sexo a nível nacional.

Praias acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	25	50	50	50	50	50

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: [INE](#)

A existência de praias acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida na cidade, que hoje corresponde a 50% das praias, é importante para mostrar a preocupação na criação de infraestruturas que permitam a acessibilidade a qualquer cidadão, independentemente das suas limitações.

10.4 Meta: Alcançar progressivamente uma maior igualdade

**Coeficiente de Gini

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	48,3	47,9	47,7	47,7	47,3	47,4	47,6

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

O Coeficiente de Gini é um indicador robusto para a medição das desigualdades económicas. De 2015 a 2021 mostrou um ligeiro decréscimo, e em 2021 representava uma percentagem de cerca de 47,6%. Tendo em conta que assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm rendimentos iguais) e 100 (quando todos os rendimentos estão concentrados num único indivíduo), podemos dizer que o Porto se encontra numa posição mediana, mas é importante estar atento à sua evolução. O Coeficiente de Gini para Lisboa era de 48,3% em 2021. Para Portugal o valor era de 41,1% para o mesmo ano.

10.7 Meta: Facilitar a migração das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável

Taxa de crescimento migratório

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	0,13	0,09	0,12	0,15	0,39	0,45	0,63	0,82	1,14	-1,20	1,87

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

A cidade do Porto, no período em análise, tem recebido mais pessoas do que as que deixam a cidade, entre 2011 e 2021. O ano de 2020 não foi considerado para o cálculo da tendência por ter registado uma diminuição significativa, provavelmente fruto do efeito da pandemia.



Entre 2011 e 2021, a cidade do Porto tem recebido mais pessoas do que aquelas que deixam este território.

*População residente de nacionalidade estrangeira

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
8.413	7.759	7.633	7.603	8.095	7.896	8.516	10.326	11.993	14.558	17.177	18.950

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [SEFSTAT](#)

Desde 2010 houve um aumento do número de pessoas de outras nacionalidades que vivem no Município, em cerca de 10% de variação média anual até 2021. Em 2021, existiam 18.950 pessoas, em contraste com as 8.413 que residiam no Porto em 2010.



Desde 2010 houve um aumento do número de pessoas de outras nacionalidades que vivem no Município.

Indicadores propostos para futuras análises

- Acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada a edifícios públicos;
- Residentes desempregados em habitação social municipal com uma deficiência ou incapacidade diagnosticada;
- Rendimento disponível bruto das famílias *per capita*;
- Taxa de intensidade de pobreza;
- Proporção de rendimento dos 40% mais pobres da população;
- Taxa de crescimento das despesas das famílias com menos recursos;
- Número de lanches e refeições distribuídos às crianças, por escalão de apoio económico A/D e B;
- Número de crianças com o escalão D de apoio económico (decorrente do seu estatuto NEE);
- Proporção da população que foi vítima de discriminação ou assédio racial no último ano;
- Proporção da população que declarou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos 12 meses anteriores;
- Total de vítimas (alegadas) de acordo com o tipo de exploração;
- Proporção de população refugiada a viver no município;
- ***População estrangeira de países não-europeus, a viver na cidade;
- **Pedidos de asilo;
- Acolhimento de requerentes de asilo;
- Existência de planos municipais e estruturas para a integração de migrantes e de práticas inspiradoras de integração de migrantes;
- Oferta de alojamento em estabelecimentos de AL (Alojamento Local);
- Número de participantes no programa municipal Missão Férias @Porto;
- Número de participantes no programa municipal Porto Saudável e do programa Dias com Energia;
- Número de participantes e taxa de adesão ao programa municipal Desporto no Bairro;
- Acessibilidade e mobilidade para todos, especialmente a pessoas com mobilidade reduzida (a lugares públicos ao ar livre, serviços públicos, espaços comerciais, transportes públicos, tecnologias e sistemas de informação e comunicação)

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

***quando o indicador foi recomendado apenas na segunda edição do Handbook

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

Rede Social do Porto / Plano de Desenvolvimento Social 2019-2023 / Plano de Ação 2023 / CLASP

ODS relacionados	ODS 1, ODS 2, ODS 3, ODS 4, ODS 5, ODS 8, ODS 11
Lançamento	2007
Última atualização	2023
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	O CLASP é o instrumento para a política de desenvolvimento social da cidade do Porto, criado no âmbito da Rede Social do Porto, implementada no Município desde 2007. Constitui também um fórum colaborativo de âmbito concelhio, assente em mecanismos de promoção da cultura de participação, para a implementação da política de desenvolvimento e coesão social da cidade do Porto.

Plano Local para a Integração das Pessoas Ciganas na Cidade do Porto

ODS relacionados	ODS 1, ODS 2, ODS 3, ODS 4, ODS 5, ODS 8, ODS 11
Lançamento	2019
Última atualização	—
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	Este plano, alinhado com o Plano de Desenvolvimento Social 2019/2021, apresenta um conjunto de atividades que têm uma abrangência multidimensional, com incidência na educação, na cultura, na participação cívica, na saúde, na habitação e na empregabilidade. A sua elaboração permitiu aprofundar o diagnóstico da realidade desta comunidade no Porto. Para além deste plano, coexiste o Serviço de Mediação Municipal e Intercultural em funcionamento no Gabinete de Município.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

<u>(D) de Eficiência</u>	
ODS relacionados	ODS 1 (1.4)
Meta(s) identificada(s)	10.2, 10.3
Lançamento	2019
Descrição	É um projeto que tem como objetivo promover a integração profissional dos cidadãos com deficiência e incapacidade, valorizando e promovendo as suas competências de empregabilidade e estimulando a criação de condições mais favoráveis à sua integração no mercado de trabalho. Na sua 1ª edição, em 2019, contou com a participação de 294 pessoas com algum tipo de deficiência e, em mais de 14 sessões, tiveram a oportunidade de abordar o mercado de trabalho a partir da realização de entrevistas com várias empresas. A 2ª edição, em 2021, contou com 50 profissionais com deficiência e/ou incapacidade inscritos, dos quais 20 foram selecionadas e integradas no programa de capacitação “D de Direitos e Deveres” e com 52 empresas inscritas, das quais 20 fizeram <i>matching</i> com os 20 candidatos selecionados.

<u>Mediadores Municipais e Interculturais do Porto</u>	
ODS relacionados	ODS 1 (1.4)
Meta(s) identificada(s)	10.2
Lançamento	2019
Descrição	Este projeto tem por objetivo promover a integração das populações mais vulneráveis da cidade do Porto, designadamente as comunidades ciganas e migrantes, recorrendo à mediação intercultural como metodologia social que permite estreitar relações de convivência saudável entre estas comunidades e a população em geral. O princípio agregador da intervenção é a interculturalidade - a aceitação e integração da diferença, procurando, através da mediação, entendimentos entre as comunidades e os serviços, desbloqueios comunicacionais, desconstrução de preconceitos e estereótipos e o empoderamento das comunidades.

<u>Programa Porto Sem Barreiras</u>	
ODS relacionados	ODS 3 (3.4)
Meta(s) identificada(s)	10.2
Lançamento	—
Descrição	Consciente da importância da promoção de comportamentos saudáveis, da criação de momentos de encontro e realização pessoal e de condições objetivas que potenciem a igualdade de oportunidades à população no acesso à atividade desportiva, este programa é promovido pela Ágora - Cultura e Desporto, E.M., oferecendo condições especiais a instituições da cidade diretamente ligadas ao desporto adaptado.

<u>Missão Férias @Porto</u>	
ODS relacionados	ODS 3 (3.4)
Meta(s) identificada(s)	10.2
Lançamento	—
Descrição	Programa municipal promovido pela Ágora - Cultura e Desporto, E.M. com o intuito de promover a participação de crianças e jovens, com necessidades direcionadas para a prática de desporto adaptado, em Campos de Férias através da garantia de acesso a toda a Rede Municipal de Infraestruturas Desportivas, direcionado para todas as classes sociais e com uma percentagem de vagas exclusivamente para a Associação de Desporto Adaptado do Porto.

<u>Porto Saudável</u>	
ODS relacionados	ODS 3 (3.4)
Meta(s) identificada(s)	10.2
Lançamento	—
Descrição	Programa municipal promovido pela Ágora - Cultura e Desporto, E.M. para incentivar toda a comunidade para a prática de exercício regular, aliando a componente cultural, histórica e patrimonial do Porto.

<u>Dias com Energia</u>	
ODS relacionados	ODS 3 (3.4)
Meta(s) identificada(s)	10.2
Lançamento	–
Descrição	Programa municipal promovido pela Ágora - Cultura e Desporto, E.M. para incentivar o exercício do corpo e da mente através da prática de aulas gratuitas de pilates, ioga e tai chi.

<u>Desporto no Bairro</u>	
ODS relacionados	ODS 3 (3.4)
Meta(s) identificada(s)	10.2
Lançamento	2022
Descrição	Programa municipal promovido pela Ágora - Cultura e Desporto, E.M. que procura proporcionar o contacto com modalidades de âmbito urbano com maior crescimento no município, promovendo a sua prática de forma segura, com qualidade e acompanhamento profissional, direcionado a jovens que fazem parte da equipa de formação inicial do projeto e que estão a ajudar a formar outros jovens.



Cidades e comunidades sustentáveis



Cidades e comunidades sustentáveis

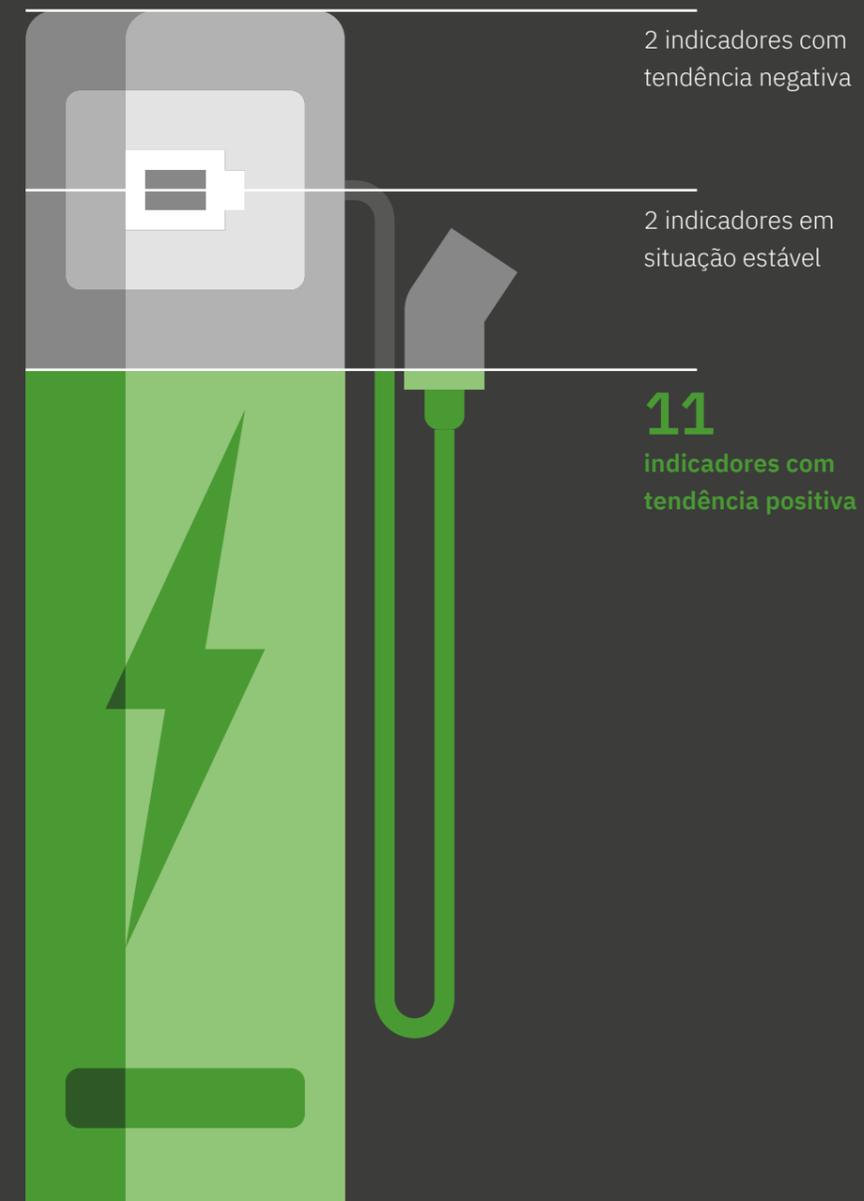
Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Melhorar o acesso a serviços básicos. Fomentar a participação cidadã. Promover o transporte público e sustentável. Reduzir a utilização dos recursos e o impacto ambiental das áreas urbanas.

Uma cidade sustentável resulta de vários fatores ambientais, sociais, económicos e culturais num equilíbrio sempre dinâmico. Com uma área de espaços verdes em franco crescimento no período em análise, com o aumento da intensidade turística e da extensão das ciclovias, bem como da reabilitação urbana, o Porto é uma cidade em transformação. Numa análise integrada de vários indicadores de dinâmica cultural, de economia criativa e de ambiente, o Porto localiza-se em 13º lugar entre 89 cidades europeias com uma dimensão equivalente em termos de população residente (Índice C3 - Cultural Creative Cities Index).

Total

15 indicadores

Destacam-se os avanços do Porto em se tornar uma cidade e comunidade mais sustentável, com 11 indicadores positivos em 15 avaliados (11/15).



Metas a atingir

Definição das metas

- ⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.
- ⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.
- ✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.



Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e melhorar as condições nos bairros de lata.



Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.



Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para um ordenamento do povoamento humano participativo, integrado e sustentável, em todos os países.



Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo.



Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas económicas diretas causadas por essa via no produto interno bruto global, incluindo as catástrofes relacionadas com a água, focando-se sobretudo na proteção dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade.



Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* nas cidades, incluindo prestar especial atenção à qualidade do ar, à gestão de resíduos municipais e de outros resíduos.



Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.



Apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional de desenvolvimento.



Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e povoaamentos humanos que adotaram e implementaram políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres, a todos os níveis.



Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
11.1	*Peso da renda mediana no salário médio	Relação percentual entre o valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares e o salário médio nacional no respetivo ano do cálculo.
	Áreas de Reabilitação Urbana (ARUs)	Número de ARUs existentes no Município do Porto. Uma ARU é uma área territorialmente delimitada que se caracteriza por edifícios, infraestruturas, equipamentos de utilização coletiva e espaços urbanos e verdes de utilização coletiva que se encontram em situação de insuficiência, degradação ou obsolescência, que pela sua pertinência merecem uma intervenção integrada através de uma operação de reabilitação urbana.
	Operações de Reabilitação Urbana (ORUs)	Número de ORUs realizadas nas ARUs do Município do Porto. Atualmente contabilizam-se as seguintes: ORU Centro Histórico do Porto; ORU Corujeira; ORU Campanhã-Estação.
	Edifícios reabilitados na ARU do Centro Histórico	Número de licenças de construção emitidas para o ARU Centro Histórico do Porto.
11.2	Transportes utilizados para movimentos pendulares: automóvel	Percentagem da população que utiliza cada meio de transporte para efetuar os movimentos pendulares, a partir do inquérito "Inquérito à Mobilidade - AMP 2017", produzido pelo INE.
	Transportes utilizados para movimentos pendulares: transportes públicos	
	Transportes utilizados para movimentos pendulares: a pé	
	Extensão da rede de transportes públicos da cidade	Extensão, expressa em quilómetros, da rede de transportes públicos. Inclui a rede de comboios, metro e autocarros.
	Extensão da ciclovia	Extensão de ciclovias localizadas no Município, expressa em quilómetros (Foz; Granja; Parque da Cidade; Prelada; Boavista; Boavista nascente; Polo Universitário; Avenida Gustavo Eiffel).
11.3	**Territórios artificializados <i>per capita</i>	Área, expressa em metros quadrados, de território artificializado no Município pela população residente.
13.1		
15.3		
11.3	**Intensidade do turismo local	Rácio entre as noites passadas em estabelecimentos de alojamento turístico por ano e a população residente permanente total no Município.
	Oferta de alojamento em estabelecimentos de alojamento turístico	Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos (estabelecimentos hoteleiros, turismo de habitação, novas unidades de alojamento local) podem alojar num determinado momento ou período, por 1.000 habitantes, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas camas a cama de casal.

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador	
11.4	*Cultural and Creative Cities Index (C3 Index)	O C3 Index é um indicador composto que mede uma diversidade de variáveis que descrevem a 'Cultural Vibrancy', the 'Creative Economy' e 'Enabling Environment' de uma cidade, a partir de 29 indicadores quantitativos, bem como informação qualitativa. As pontuações destas três temáticas são então agregadas num índice global baseado num conjunto de pesos concebido em conjunto com especialistas na matéria. Para a metodologia, ler <i>Montalto et al., 2019 - Anexo 3</i> .	
	Espaços culturais requalificados	Número total de espaços culturais requalificados pela Câmara Municipal do Porto.	
	Despesa em proteção da biodiversidade e da paisagem do município <i>per capita</i>	Investimentos na prevenção e combate de incêndios florestais; proteção de espécies e habitats, áreas protegidas e reservas naturais e outros relacionados, em euros <i>per capita</i> .	
11.5	Ações de sensibilização da Proteção Civil Municipal	Número total de ações de sensibilização da população levadas a cabo pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.	
	Simulacros da Proteção Civil Municipal	Número total de simulacros realizados com empresas e escolas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.	
	Avisos à população emitidos pela Proteção Civil Municipal	Número de avisos emitidos pelo Serviço Municipal de Proteção Civil em situações extremas, tais como eventos meteorológicos	
	Ocorrências de emergência	Total de incidentes naturais ou tecnológicos que solicitam a intervenção do Regimento De Sapadores Bombeiros no âmbito da proteção de pessoas, de bens e do ambiente, nomeadamente incêndios urbanos, incêndios de transporte rodoviário, acidentes rodoviários (viaturas, acidentes aquáticos), quedas de árvores, desabamentos, deslizamentos, inundações, quedas de estruturas, fugas de gás em condutas, prevenção em espetáculos, lavagem de pavimentos, aberturas de porta, saídas de ambulância, entre outros serviços.	
	Tempo médio de resposta a incêndios urbanos	Tempo médio de resposta, em minutos, a incêndios urbanos pelo Regime de Sapadores de Bombeiros.	
11.6	**Resíduos urbanos recolhidos por habitante	Total de resíduos urbanos (todos os fluxos) recolhidos, em quilogramas por habitante.	
12.5			
11.7	*Área de Espaços verdes públicos	Área total, expressa em hectares, correspondente a parques e jardins de acesso público; praças ajardinadas e arborizadas; e coberturas ajardinadas de acesso público.	
			13.1
			15.1

*quando o indicador foi recomendado apenas na primeira edição do Handbook

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

Resultados por meta

11.1 Meta: Garantir o acesso de todos à habitação segura e aos serviços básicos

Como já referido no **ODS 1 - Erradicar a pobreza** (Meta 1.4) o Município do Porto, através da Empresa Municipal DOMUS SOCIAL, gere 49 núcleos de habitação social (14.250 fogos) que acolhe 12,5% das famílias portuenses. O parque habitacional público no município do Porto em 2015 correspondia a 10,3% do total dos alojamentos familiares clássicos, um valor significativamente mais elevado do que a média nacional (2%) e a cidade de Lisboa (8,2%).

Além da habitação social, o programa municipal “Porto Solidário” (Meta 1.4) visa o apoio ao arrendamento em habitação acessível para a população que vive no Porto, tendo apoiado um total de 3.879 famílias entre 2014 e 2021 (num número crescente médio de 46 famílias por ano apoiadas neste período). A um ritmo igualmente crescente e positivo está o investimento do Município no apoio ao arrendamento.

Este investimento municipal é ainda de maior importância perante o aumento crescente do preço da habitação na cidade (compra ou arrendamento). Um estudo realizado pelo Município do Porto em parceria com a Predibisa (2021) apurou que o valor de referência médio concelho do Porto para venda era de 3.755€/m² para o período 2019-2021. O equivalente para arrendamento era de 11,10€/m². De acordo com o INE, o valor mediano por metro quadrado da habitação transacionada no Porto entre o 1º trimestre de 2016 e o 1º trimestre de 2021 cresceu 105%.

*Peso da renda mediana no salário médio

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	43,7	43,6	43,0	–	–	–	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Valor mediano das rendas por m² (INE)/ Ganho médio mensal (INE)

O peso da renda mediana no salário médio dos residentes no Porto decresceu entre 2015 e 2017, embora o último valor apurado mostra que a habitação pesa ainda quase metade do salário médio.

Áreas de Reabilitação Urbana (ARUs)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	10	–

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Porto Vivo SRU EM, SA)

Operações de Reabilitação Urbana (ORUs)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3	–

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Porto Vivo SRU EM, SA)

Edifícios reabilitados na ARU do Centro Histórico

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
22	36	32	59	89	124	94	115	100	82	–	–

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Porto Vivo SRU EM, SA)

Uma ARU é uma área territorialmente delimitada que se caracteriza por edifícios, infraestruturas, equipamentos de utilização coletiva e espaços urbanos e verdes de utilização coletiva que se encontram em situação de insuficiência, degradação ou obsolescência, que pela sua pertinência merecem uma intervenção integrada. A delimitação de áreas de reabilitação urbana, cuja aprovação o município desencadeou, prossegue objetivos de coesão socioeconómica e territorial, tirando partido das oportunidades conferidas por estes instrumentos. Pretende-se, deste modo, impulsionar de forma integrada a regeneração do tecido edificado, económico e social das zonas mais deprimidas da cidade. A classificação de uma área como ARU permite ainda aos proprietários de imóveis ou frações nestas áreas realizarem obras de reabilitação e de melhoria da eficiência energética com vantagens fiscais (redução de IVA nos custos e eventual isenção de IMI).

Estão em curso atualmente três Operações de Reabilitação Urbana em três das ARU, com importantes investimentos municipais: ORU Centro Histórico do Porto, ORU Corujeira e ORU Campanhã-Estação.

Os edifícios do centro histórico são os mais antigos e aqueles que estão a necessitar de maiores intervenções para melhorar a habitabilidade e conforto. O número de edifícios reabilitados na ARU do Centro Histórico tem vindo a crescer desde 2010.

11.2 Meta: Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis

Transportes utilizados para movimentos pendulares

Automóvel

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	48	-	-	-	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Transportes públicos

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	18	-	-	-	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

A pé

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	31	-	-	-	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

O transporte individual nos padrões de mobilidade da população é ainda muito elevado na cidade, correspondendo a 48% do transporte utilizado para o transporte pendular em 2017. O modo pedestre, no mesmo ano, foi responsável por 31% das deslocações. Os autocarros e o metro, considerados em conjunto, representam 18% das deslocações. Os padrões de mobilidade ainda são muito dependentes do transporte individual mas, apesar disso, as deslocações a pé e de transportes públicos declaradas totalizaram 49% em 2017.

Extensão da rede de transportes públicos

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	221	-

Unidade: Quilómetros (km) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Mobilidade e Transportes)

A rede de transportes públicos atual na cidade soma cerca de 221 km, combinando os diferentes meios: autocarro, metro e comboio. A rede de metro está em expansão.

As ações do Município do Porto em matéria de mobilidade têm-se focado, em primeiro lugar, em consolidar a política de incentivo à utilização do transporte público como um dos pilares fundamentais para o crescimento sustentável da cidade. Por exemplo, desde 2021, todas as crianças e jovens até aos 18 anos de idade ou até ao 12º ano de escolaridade têm livre acesso aos transportes públicos na cidade. Esta é uma iniciativa municipal que tem como única condição, além da idade, a sua residência ser também no Município.



221 km

é a extensão total da rede de transportes públicos da cidade, combinando autocarro, metro e comboio.

Extensão da ciclovía

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	25	25	–	29	–	–	–	–	–	35	–

Unidade: Quilómetros (km) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Mobilidade e Transportes)

O Município tem estado igualmente empenhado em criar infraestruturas que promovam a utilização de modos de transporte suaves, tais como as ciclovias. Em 2020 já tinha uma extensão total de 35 km, passando por algumas zonas da cidade como Foz, Granja, Parque da Cidade, Prelada, Boavista, Boavista nascente, Campus Universitário e Avenida Gustavo Eiffel.

11.3 Meta: Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável

**Territórios artificializados *per capita*

Crescimento informativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
146	–	–	–	–	163	–	–	162	–	–	–

Unidade: m² *per capita* | Indicador sentinela: Sim | Fonte: INE

O Porto é uma cidade pequena (com apenas 42 km²), compacta e com uma elevada densidade populacional (5.596 habitantes / km²). Além disso, a população na cidade durante o dia quase duplica pela entrada de pessoas que estudam, trabalham e visitam/fazem turismo na cidade. Para uma cidade com a atratividade do Porto, a urbanização sustentável é um desafio. Esta preocupação ficou vinculada no novo Plano Diretor Municipal (que entrou em vigor em 2021).

A realidade é que a cidade do Porto tem mostrado um crescimento na área de território artificializado *per capita*. Entre 2010 e 2018 a artificialização da cidade cresceu 16 m² *per capita*. É de notar que o cálculo deste indicador inclui a superfície de território destinada a áreas de tecido

urbano, industriais, comerciais, de serviços, equipamentos culturais e de lazer e as redes rodoviária e ferroviária. Integrado também neste espaço artificializado encontram-se todas as áreas de jardins e parques urbanos, incluindo outras superfícies permeáveis. Neste sentido, considerando uma realidade territorial tão urbanizada como o Porto e intervenções de expansão de espaços verdes previstas para os próximos anos, é expectável que este valor continue a aumentar.

**Intensidade do turismo local

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	1.157	1.342	1.540	1.765	1.904	2.124	574	806

Unidade: Número de noites por 100 habitantes | Indicador sentinela: Sim | Fonte: INE

A intensidade do turismo no Porto cresceu de uma forma significativa entre 2014 e 2019 (a redução nos anos 2020 e 2021 é atribuída ao efeito da pandemia, que impediu as viagens, sendo considerados anos atípicos). Em 2019 essa intensidade era de 2.124 noites passadas em estabelecimentos de alojamento turístico por cada 100 residentes na cidade. Para o mesmo ano a intensidade do turismo a nível nacional era de 682 por cada 100 habitantes.

Oferta de alojamento em estabelecimentos de alojamento turístico

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	66	70	75	85	93	108	76	89

Unidade: Número por 100 habitantes | Indicador sentinela: Sim | Fonte: INE

Adicionalmente, a capacidade de alojamento em estabelecimentos de alojamento turístico tem também crescido ao longo do período em análise (2014-2019), atingindo 108 por cada 1.000 residentes em 2019. Salienta-se que este indicador não integra a totalidade dos estabelecimentos de Alojamento Local nem Estadias Flutuantes (em barco/cruzeiros), pelo que se prevê que a capacidade de alojamento turístico no Porto seja maior, dado o impacto significativo desta oferta na cidade.

11.4 Meta: Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural

**Cultural and Creative Cities Index (C3 Index)*

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	28	–	30	–	–

Unidade: Índice (1-100) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Joint Research Centre](#)

O *Cultural Creative Cities Index (C3 Index)* é um índice que mede uma diversidade de variáveis que descrevem a ‘Cultural Vibrancy’, a ‘Creative Economy’ e ‘Enabling Environment’ de uma cidade, a partir de 29 indicadores quantitativos, bem como informação qualitativa (o valor do índice varia entre 0 e 100). O valor do índice C3 cresceu no Porto e em 2019 atingiu 30 pontos, o que coloca a cidade no 50º lugar entre as 190 cidades europeias para as quais o índice foi calculado. Relativamente aos três domínios avaliados no Índice C3 (1: Dinâmica Cultural, 2: Economia Criativa e 3: Ambiente Habilitante), a cidade do Porto situa-se acima da média das 190 cidades avaliadas para os dois primeiros domínios. Quando observamos o seu desempenho em comparação com as 87 cidades com dimensão S-M, ou seja, com a mesma dimensão que a cidade do Porto relativamente à população residente, é possível verificar que o Porto está em 13º lugar com a pontuação C3 mais elevada.

Espaços culturais requalificados

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	1	–	1	–	2	2	2	0	1

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Gestão Cultural)

Ao nível da gestão do património cultural, o Município identificou (em 2020) um total de 58 pontos de interesse histórico, cultural e patrimonial. Ao longo dos anos, foram também realizadas obras de requalificação de espaços culturais de grande relevância, sendo que entre 2017 e 2019, foram realizadas anualmente duas obras de requalificação.

Despesa em proteção da biodiversidade e da paisagem

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
31,3	28,2	26,7	28,5	27,9	27,1	34,4	30,7	32,7	33,2	31,3	3,9

Unidade: EUR *per capita* | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Ao longo dos anos, o investimento na proteção da biodiversidade e da paisagem, que inclui atividades relativas à proteção dos ecossistemas, do “habitat” e das paisagens pelo seu valor estético, assim como sítios naturais protegidos, manteve-se estável na cidade, em cerca de 30 euros *per capita* por ano (o ano 2021 foi considerado um *outlier*). Como referência, a média nacional é de 14 euros, na Região Norte e Área Metropolitana do Porto é de cerca de 10 euros *per capita* por ano.

11.5 Meta: Reduzir o número de pessoas afetadas por catástrofes e as perdas económicas associadas

Ações de sensibilização da Proteção Civil Municipal

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	37	91	96	449	516	202	433

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Serviço Municipal de Proteção Civil e Regimento de Sapadores Bombeiros)

O Município do Porto estabeleceu em 2016 a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, que permitiu compreender os eventos climáticos extremos aos quais a cidade está e estará mais exposta (nomeadamente ondas de calor, galgamentos costeiros, precipitações torrenciais e tempestades), bem como a vulnerabilidade e as ações necessárias para as mitigar. No âmbito das ações foram identificadas várias a ser implementadas pela Proteção Civil.

As ações de sensibilização para os riscos naturais, tecnológicos e mistos existentes, bem como simulacros realizados pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e pelo Regime de Sapadores Bombeiros tem vindo a crescer para o período entre 2015 e 2021. Os avisos à população emitidos pela Proteção Civil Municipal, no mesmo período, têm vindo a aumentar, o que pode ser visto como um ponto positivo pela maior proximidade estabelecida, uma vez que asseguram à população afetada, ou suscetível de ser afetada por uma emergência, a descrição da situação, os efeitos expetáveis e as medidas preventivas destinadas a acautelar ou a fazer face ao acontecimento em causa.

Simulacros de Proteção Civil

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	104	183	121	120	160	61	172

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Serviço Municipal de Proteção Civil e Regimento de Sapadores Bombeiros)

Avisos à população emitidos pela Proteção Civil Municipal

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	6	6	4	13	22	15	12

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Serviço Municipal de Proteção Civil)

Ocorrências de emergência

Crescimento negativo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	3848	4305	5043	5157	5204	5105	4949

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Regimento de Sapadores Bombeiros)



O número de ocorrências de emergência que requerem a intervenção de Sapadores Bombeiros tem vindo a aumentar.

Tempo médio de resposta a incêndios urbanos

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	9	9	8	8	8	7

Unidade: Minutos | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Regimento de Sapadores Bombeiros)

O número de ocorrências de emergência que requerem a intervenção do Regime de Sapadores Bombeiros tem vindo a aumentar e o tempo médio de resposta no que diz respeito a situações de incêndios urbanos tem diminuído, como resultado de uma gestão mais eficaz destes serviços municipais.

11.6 Meta: Reduzir o impacto ambiental negativo nas cidades, em particular a qualidade do ar e resíduos



No que diz respeito à qualidade do ar estes indicadores já foram apresentados no ODS 3 - Saúde e qualidade de vida (Meta 3.9).

Apesar de uma tendência significativa de redução do número de dias por ano nos quais as PM10 excedem o limite legal (de 35 dias), na realidade, para todos os anos analisados esse limiar foi excedido. O número de dias para os quais as PM2.5 (partículas em suspensão com um diâmetro inferior a 2,5 micrómetros) excederam 25 µg/m³ tem vindo globalmente a crescer no Porto, o que merece atenção dado que é reconhecido que as PM2.5 são mais nefastas para a saúde do que as PM10 (partículas em suspensão no ar com um diâmetro inferior a 10 micrómetros). É de notar que as partículas suspensas na atmosfera com menos de 10 micrómetros podem facilmente ser inaladas e atingir os pulmões, causando problemas graves de saúde.

****Resíduos urbanos recolhidos por habitante**

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	558	579	594	617	621	557	–

Unidade: Quilogramas *per capita* | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)/INE

No Município do Porto, a produção de resíduos sólidos urbanos *per capita* aumentou entre 2015 e 2020: cerca de 60 kg por pessoa (para mais detalhes sobre a produção e encaminhamento de resíduos consultar o capítulo do ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis).

Em 2013, a área verde pública correspondia a 293 hectares ou 13 m² por habitante. Em 2021, atingiu os 455 hectares ou 21 m² por habitante. Este crescimento resulta de uma estratégia de expansão em curso, quer para a melhoria da qualidade de vida em geral, quer para promover a adaptação do território às alterações climáticas. O crescimento médio anual efetivo foi de cerca de 20 hectares por ano no período analisado. O objetivo de duplicar a área verde de acesso público do Município na próxima década está plasmado no Plano Diretor Municipal de 2021, designadamente nas várias ações a concretizar relativas à criação, ampliação e/ou requalificação de espaços verdes públicos.

11.7 Meta: Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes

***Área de espaços verdes públicos**

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	293	–	–	–	–	–	–	–	455

Unidade: Hectares | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas)



162 ha
representam o aumento observado de área verde pública na cidade do Porto, entre 2013 e 2021.

Indicadores propostos para futuras análises

- Proporção de população que vive em agregados domésticos e refere existência de ruído;
- **Proporção de população sem zonas urbanas verdes na sua vizinhança;
- ***Proporção de população exposta a concentrações de NO₂, O₃, PM10 e/ou PM2,5;
- Proporção de espaço aberto para uso público *per capita*;
- Utilização do espaço exterior por razões de exercício/saúde;
- ***Acessibilidade aos transportes públicos;
- Número anual de passageiros em transportes públicos (metro, STCP, CP);
- Gastos mensais em transportes públicos *per capita*;
- ***Índice de acesso à habitação (Housing Access Index);
- ***Bicicletas partilhadas;
- ***Carros privados registados;
- Rácio entre a taxa de consumo do solo e a taxa de crescimento da população;
- Proporção de população que participa direta e regularmente no planeamento e gestão da cidade;
- Receita gerada com a taxa turística;
- Edifícios reabilitados em ARU além do Centro Histórico;
- Número de peças recolhidas e número de peças cedidas no âmbito do Banco de Materiais.

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

***quando o indicador foi recomendado apenas na segunda edição do Handbook

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

Plano Diretor Municipal	
ODS relacionados	ODS 1, ODS 3, ODS 4, ODS 6, ODS 7, ODS 8, ODS 9, ODS 10, ODS 13, ODS 14, ODS 15, ODS 16
Lançamento	1962
Última atualização	2022
Período de vigência	–
Descrição	O PDM desempenha um papel estruturante na gestão do território municipal, servindo como referência legal para a realização dos restantes planos municipais. Caracteriza-se por estabelecer um conjunto de orientações e de normas aplicáveis a múltiplos aspetos da vida dos seus habitantes, da qualificação e uso do solo aos recursos naturais e culturais, passando por mobilidade e transportes, infraestruturas e equipamentos. Pode ter um prazo de vigência máximo previamente fixado, mas terá de ser obrigatoriamente revisto sempre que se registarem alterações suscetíveis que determinem uma modificação do modelo territorial definido.

Plano de Gestão e Sustentabilidade do Centro Histórico do Porto - Património Mundial	
ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2021
Última atualização	2021
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	O Plano tem como objetivo desenvolver estratégias que possibilitem a proteção da identidade, valorização e sustentabilidade dos Sítios Urbanos Património Mundial. Entre as prioridades identificadas destaca-se a continuidade na reabilitação do edificado. Visa a implementação de um modelo de gestão e monitorização integrado e participativo, com o envolvimento ativo de diferentes agentes do tecido social, incluindo residentes e visitantes do Centro Histórico, personalidades do meio académico e artístico e diferentes instituições públicas e privadas.

Plano Municipal de Logística Urbana Sustentável	
ODS relacionados	ODS 7, ODS 11, ODS 12
Lançamento	2021
Última atualização	–
Período de vigência	Horizonte 2025
Descrição	O Plano de Logística Urbana Sustentável constitui um plano estratégico integrado onde é definida uma estratégia de regulação das atividades de logística na cidade do Porto. Por outro lado, neste documento é contemplada a definição e implementação de um conjunto de medidas de gestão no âmbito dessa regulação.

Plano Municipal de Segurança Rodoviária (PMSR)	
ODS relacionados	ODS 3
Lançamento	2019
Última atualização	–
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	O Plano Municipal de Segurança Rodoviária do Município do Porto foi publicado em 2018 e tem como objetivo promover a segurança rodoviária no território municipal. O Plano Municipal de Segurança Rodoviária contém uma análise detalhada sobre os principais fatores de risco para a segurança rodoviária, identificando áreas de intervenção estratégica, prioridades de ação e medidas concretas a serem implementadas.

Masterplan Estratégico da Zona Oriental do Porto	
ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2019
Última atualização	–
Período de vigência	–
Descrição	Este plano propõe uma visão territorial de planeamento e gestão da área oriental da cidade (freguesia de Campanhã e parte das freguesias de Bonfim e Paranhos), com base num diagnóstico socioeconómico e ambiental que identifica fragilidades e potencialidades territoriais desta área da cidade. A respetiva estratégia territorial, denominada de Eco-distrito, visa transformar esta área num território multifacetado combinando dinâmicas sustentáveis, inovadoras, criativas e colaborativas, de forma a fortalecer os ecossistemas locais (social, ambiental e económico) e a salientar o seu papel ativo na cidade, reforçando o carácter inovador e experimental que as políticas urbanas podem ter como principais motores de mudança.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

Declaração do Porto sobre o Turismo e o Futuro das Cidades	
ODS relacionados	ODS 8 (8.9), ODS 12 (12.b), ODS 13 (13.3)
Meta(s) identificada(s)	11.3
Lançamento	–
Descrição	Na área do turismo, é importante mencionar a recente assinatura da Declaração do Porto sobre Turismo Sustentável e Futuro das Cidades para assegurar que as políticas de turismo urbano estejam alinhadas com a Nova Agenda Urbana e com a Agenda 2030, mais precisamente no que diz respeito ao objetivo de tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Taxa Municipal Turística	
ODS relacionados	ODS 8 (8.9), ODS 12 (12.b)
Meta(s) identificada(s)	11.3
Lançamento	2018
Descrição	O Imposto Municipal de Turismo e Alojamento Local foi criado com o objetivo de minimizar o impacto do crescimento do turismo na cidade. Consiste na tentativa de contornar as exigências que uma cidade com elevada carga turística enfrenta, nomeadamente em termos de segurança, higiene, manutenção do espaço público e promoção de atividades de entretenimento. Este imposto funciona como um financiamento para que o Município do Porto possa acompanhar este crescimento e, ao mesmo tempo, gerir este mesmo crescimento no turismo.

GDS Índice	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	11.3
Lançamento	2023
Descrição	O GDS Index (Global Destination Sustainability Index) é um programa de <i>benchmarking</i> de sustentabilidade e melhoria de desempenho para Destinos, a nível mundial. Analisa e avalia o atual desempenho social e ambiental do Destino para, posteriormente delinear um plano de ação e melhoria, tendo em vista a sua sustentabilidade. Permite a partilha de boas práticas com outras cidades mundiais.

Regulamento Animadores de Rua	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	11.3
Lançamento	2023
Descrição	Tem com o objetivo contribuir para a valorização das manifestações culturais dos artistas de rua, regulamentando, gerindo e qualificando as intervenções no espaço público, incentivando a sua diversificação e disseminação por diferentes zonas através da regulamentação da ocupação do espaço público para o Exercício de Atividades Culturais e Artísticas, mais concretamente na atividade de animação de rua.

Confiança Porto – Passeios Turísticos Pedestres	
ODS relacionados	ODS 8, ODS 12
Meta(s) identificada(s)	11.3
Lançamento	2022
Descrição	Programa Municipal de Reconhecimento “Confiança Porto” – Passeios Turísticos Pedestres, destina-se a todos os que organizam e/ou promovem passeios pedestres guiados na cidade do Porto, e visa contribuir para (i) qualificar a oferta turística ao nível dos conteúdos a transmitir aos turistas e (ii) organizar a distribuição espacial pelo território dos grupos participantes dos passeios turísticos pedestres.

Confiança Porto – Circuitos Turísticos Motorizados	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	11.3
Lançamento	2023
Descrição	Programa Municipal de Reconhecimento “Confiança Porto” – Circuitos Turísticos Motorizados, destina-se a todos os operadores turísticos devidamente licenciados, para exercer atividade no Município do Porto, que promovam e realizem viagens turísticas sustentáveis em veículos motorizados na cidade do Porto e visa contribuir para a qualificação da oferta turística ao nível dos conteúdos a transmitir aos turistas e na organização da distribuição espacial pelo território dos grupos participantes dos Circuitos Turísticos Motorizados.

Quarteirões turísticos	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	11.3
Lançamento	2023
Descrição	Visa a identificação e o desenvolvimento estratégico de unidades territoriais -quarteirões-turísticos na cidade do Porto, capazes de contribuir para a descentralização da oferta turística da cidade e assegurar a sustentabilidade do destino Porto no médio e longo prazo

Meet-ups do setor turístico	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	11.3
Lançamento	2023
Descrição	Esta iniciativa surge de uma preocupação partilhada entre a Câmara Municipal do Porto e a Associação Fórum Turismo. Espaço exclusivo de partilha na primeira pessoa de convidados do setor do turismo, de experiências, recrutamento e gestão de talento, para identificar e trabalhar sobre dificuldades e desafios comuns e criar <i>networking</i> .

Manifesto do Turista	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	11.3
Lançamento	2023
Descrição	Manual de normas e boas práticas que preconiza o envolvimento e uma boa relação entre os turistas, a cidade e a comunidade residente, com o objetivo de melhorar a experiência de visita e posicionar o Porto como um destino cada vez mais sustentável e de valor acrescentado para todos os <i>stakeholders</i> .

Programa Boa Vizinhança	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	11.3
Lançamento	2023
Descrição	Preconiza valorizar e ampliar o papel que as unidades de alojamento desempenham na configuração e revitalização dos quarteirões e transmitir à comunidade onde estão inseridos que são espaços abertos à comunidade local, com um leque alargado de serviços para além do alojamento e capazes de proporcionarem experiências singulares, não apenas para quem pernoita no hotel, mas para os que residem e usufruem da cidade.

Museu da Cidade	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	11.4
Lançamento	2019
Descrição	O Museu da Cidade procura reencontrar a vocação e as formas de apresentação das diferentes coleções, reprogramando a forma como pensamos e nos relacionamos com os museus. O conceito de Museu da Cidade será reprogramado para ser pensado “à escala da cidade”, procurando reunir todos os espaços museológicos da cidade, para os compreender, vendo como podem interligar-se entre si e entre si e a cidade, a fim de (re)criar - em suma - um “museu policêntrico” ou “museu rizoma”.

Porto Film Comission	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	11.4
Lançamento	2019
Descrição	A iniciativa da <i>Film Comission</i> do Porto é constituída por um conjunto de serviços de apoio às empresas de produção audiovisual a serem encorajadas a gravar na cidade do Porto, a partir da criação de um serviço que acolhe estas empresas e facilita os processos de utilização dos espaços e outras questões burocráticas. Este projeto foi lançado com uma apresentação de vídeo da cidade, como forma de divulgar a cidade bem como os seus atributos: modernidade, património, ambiente e paisagem, tendo já ganho dois prémios, nacionais e internacionais, que destacam a diversidade de histórias e cenários da cidade.

<u>Porto, Cidade sem Droga</u>	
ODS relacionados	ODS 1 (1.4), ODS 3 (3.5), ODS 10 (10.3)
Meta(s) identificada(s)	11.7
Lançamento	2020
Descrição	Esta é uma iniciativa que (apesar de existir anteriormente, com um formato mais pequeno e menos sistematizado) consiste na recolha de resíduos encontrados em espaços públicos e que provêm de pessoas sem-abrigo e/ou relacionados com o consumo de drogas. O projeto tem uma implementação diária e baseia-se na constante recolha de informação sobre locais onde há necessidade de intervenção. As limpezas são efetuadas por dois membros da Polícia Municipal e vários membros e veículos do DMEVGI.

<u>URBINAT</u>	
ODS relacionados	ODS 11 (11.7), ODS 12 (12.5), ODS 13 (13.2)
Meta(s) identificada(s)	11, 15.9, 16,7
Lançamento	2019
Descrição	O URBINAT é um projeto em que o Porto participa com 8 outras cidades europeias com o objetivo de envolver os cidadãos locais na criação de um corredor verde saudável numa área de estudo definida. Está a ser implementado na parte oriental da cidade, onde se concentram algumas das principais habitações sociais, numa tentativa de qualificar esta área que representa grandes desafios sociais e ambientais. Encontra-se atualmente na 2ª fase do projeto, que corresponde aos grupos de trabalho de criação.

<u>Making Cities Resilient 2030 (MCR2030)</u>	
ODS relacionados	ODS 13 (13.1, 13.2)
Meta(s) identificada(s)	11.b
Lançamento	2021
Descrição	O MCR2030 é uma iniciativa para melhorar a resiliência local através da partilha de conhecimentos e experiências, estabelecendo redes de aprendizagem entre cidades que se reforçam mutuamente, injetando conhecimentos técnicos e construindo parcerias. O seu campo de ação enquadra-se no Planeamento e Monitorização de Riscos e o seu principal objetivo é construir um guia para a resiliência urbana, bem como proporcionar o acesso a ferramentas de gestão e monitorização do conhecimento. Acredita-se que é importante para a redução do risco e para ajudar a construir a resiliência da população.

<u>Campanhas de sensibilização e informação do público sobre a atividade de proteção civil</u>	
ODS relacionados	ODS 13 (13.3), ODS 16 (16.b)
Meta(s) identificada(s)	11.b
Lançamento	—
Descrição	Os cidadãos têm direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos em certas áreas do território e sobre as medidas adotadas e a adotar a fim de prevenir ou minimizar os efeitos de um acidente ou desastre grave. A informação do público visa esclarecer a natureza e os objetivos da proteção civil, sensibilizar a população para as responsabilidades que incumbem a cada instituição ou indivíduo e sensibilizá-la para a necessidade de autoproteção. O seu principal objetivo é informar e formar as populações do Município, com vista a sensibilizá-las para a autoproteção e colaboração com as autoridades.



Produção e consumo sustentáveis

ODS 12



Produção e consumo sustentáveis

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis. Incentivar práticas responsáveis e conscientes. Promover a redução do desperdício de alimentos e de recursos naturais. Promover o uso de tecnologias limpas. Fomentar práticas empresariais sustentáveis.

.....

A produção e o consumo estão em transformação na cidade. Inúmeras iniciativas públicas e privadas estão em curso para evitar o desperdício alimentar, facilitar um consumo mais sustentável e garantir a recolha de resíduos, dando-lhes o destino mais adequado. Por exemplo, projetos como o Orgânico, o Banco de Materiais, a Feira de Produtos Biológicos, o Dose Certa, o Embrulha, o CityLoops, o Big Buyers Initiative (BBI) e a Ecoagenda tentam dar ferramentas aos cidadãos para transformarem os seus padrões de consumo ao mesmo tempo que apoiam a produção regenerativa, local e justa.

Total

28 indicadores

Destacam-se os desenvolvimentos na produção e consumos sustentáveis, com mais de 80% dos indicadores a registarem uma tendência positiva (23/28).



Metas a atingir

Definição das metas

- ⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.
- ⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.
- ✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.



Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países a tomar medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento.



Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.



Até 2030, reduzir para metade, à escala global, o desperdício de alimentos *per capita*, tanto a nível de retalhistas como de consumidores, e reduzir os desperdícios de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo os que ocorrem pós-colheita.



Até 2020, alcançar a gestão ambientalmente correta dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o seu ciclo de vida, de acordo com os quadros internacionais acordados, e reduzir significativamente a sua libertação para o ar, água e solo, de modo a minimizar os seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.



Até 2030, reduzir substancialmente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.



Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade.



Promover práticas de contratação pública sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.



Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.



Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer as suas capacidades científicas e tecnológicas para avançar no sentido de padrões mais sustentáveis de produção e consumo.



Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que cria emprego, promove a cultura e os produtos locais.



Racionalizar subsídios ineficientes nos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive através da reestruturação fiscal e da eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades

específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
12.3	Desperdício alimentar evitado no projeto Embrulha.	Total de alimentos, em toneladas, levados pelos consumidores nos restaurantes participantes na iniciativa Embrulha. Os alimentos correspondem a sobras alimentares, isto é, alimentos pedidos para consumo no estabelecimento que não são consumidos no local.
	Restaurantes participantes no projeto Embrulha.	Número total de restaurantes que participam no projeto Embrulha. Corresponde ao balanço anual de restaurantes que se mantêm e os aderentes e desistentes da iniciativa.
	Desperdício alimentar médio evitado nos restaurantes participantes no projeto Dose Certa	Estimativa de redução de desperdício alimentar, em toneladas, no total dos restaurantes participantes no ano respetivo, com base no cálculo do desperdício médio estimado por estabelecimento no respetivo ano de adesão no período de 2016-2021.
	Restaurantes participantes no projeto Dose Certa	Número total de restaurantes que participam no projeto Dose Certa. Corresponde ao balanço anual de restaurantes que se mantêm e os aderentes e desistentes da iniciativa.
12.4	Proporção de resíduos setoriais perigosos valorizados	Proporção de resíduos setoriais (industriais, hospitalares, agrícolas, etc.) perigosos que foram submetidos a valorização (vs. eliminação).
12.5	Resíduos urbanos recolhidos	Total de resíduos urbanos (todos os fluxos, excluindo os resíduos de construção e demolição) recolhidos, em quilogramas.
11.6		
12.5	**Resíduos urbanos recolhidos por habitante	Total de resíduos urbanos (todos os fluxos, excluindo os resíduos de construção e demolição) recolhidos por habitante, em toneladas.
11.6		
12.5	Resíduos urbanos depositados em aterro	Proporção de resíduos urbanos recolhidos que são depositados em aterros.
	Acessibilidade de serviço de recolha seletiva	Presença de ecopontos a uma distância máxima de 100 metros, com base na população residente abrangida pelo ecoponto num raio de 100 metros.
	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante	Total de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (excluindo Resíduos de Construção e Demolição, monos e Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, e incluindo os biorresíduos), em toneladas por habitante.
	**Resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem	Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem, no total de resíduos urbanos recolhidos. Os resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem até 2021 correspondem ao material, em todos os fluxos, rececionado seletivamente na Lipor (incluindo os biorresíduos) e escórias resultantes do processo de incineração, segundo o Despacho n.º 3350/2015, de 1 de abril e o PERSU 2020. A partir de 2023, com a publicação do PERSU 2030, a metodologia de cálculo alterou-se sendo que o método de cálculo passa a incluir todos os resíduos urbanos (incluindo todas as perdas durante o tratamento de cada resíduo, materiais de compostagem comunitária e doméstica, entre outros.

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
12.5	Biorresíduos recolhidos	Total de biorresíduos (verdes e orgânicos dos setores residencial e comercial) recolhidos, em toneladas.
	Biorresíduos recolhidos por habitante	Total de biorresíduos (verdes e orgânicos dos setores residencial e comercial) recolhidos, por habitante em quilogramas.
	Proporção de biorresíduos no total de resíduos urbanos recolhidos	Proporção de biorresíduos recolhidos no total de resíduos urbanos recolhidos.
	Resíduos orgânicos recolhidos no setor residencial	Quantidade de resíduos orgânicos recolhida no setor residencial (projeto Orgânico, que inclui recolha porta-a-porta em edifícios unifamiliares e recolha de proximidade em edifícios multifamiliares), em toneladas.
	Aderentes da recolha de orgânicos no setor residencial	Número de munícipes (habitações) aderentes ao serviço de recolha seletiva de resíduos orgânicos no setor residencial (projeto Orgânico, que inclui recolha porta-a-porta em edifícios unifamiliares e recolha de proximidade em edifícios multifamiliares).
	Resíduos orgânicos recolhidos por habitante no setor residencial	Total de resíduos orgânicos recolhidos no setor residencial pelo total de população residente, em quilogramas.
	Resíduos orgânicos recolhidos no setor comercial	Total de resíduos orgânicos recolhidos no setor comercial (hotéis, restaurantes, cantinas e cafés), em toneladas.
	Estabelecimentos comerciais com recolha de resíduos orgânicos	Número total de estabelecimentos comerciais com recolha seletiva porta-a-porta de resíduos orgânicos para compostagem.
	Resíduos orgânicos recolhidos por estabelecimento comercial	Proporção média de resíduos orgânicos no setor comercial por estabelecimento com recolha de resíduos orgânicos no respetivo ano.
	Compostores individuais locais ativos	Número de compostores domésticos ativos nas habitações e instituições para o respetivo ano.
12.7	Resíduos orgânicos desviados para os compostores individuais locais	Quantidade de resíduos orgânicos desviados do fluxo de resíduos por serem usados nos compostores individuais locais ativos, em toneladas.
	Número de contratos públicos formados com critérios sustentáveis	Número total de contratos públicos formados com critérios sustentáveis na Câmara Municipal do Porto.
	Valor total dos contratos públicos com critérios sustentáveis	Valor total, em euros, dos contratos públicos com critérios sustentáveis realizados na Câmara Municipal do Porto.
12.8	Peso dos critérios de sustentabilidade no valor total contratado	Peso dos critérios de sustentabilidade no valor total contratado pela Câmara Municipal, expresso em percentagem.
	Participantes em atividades municipais de educação ambiental presencial	Número total de participantes em atividades presenciais de educação para a sustentabilidade desenvolvidos pelos Centros de Educação para a Sustentabilidade e/ou equipa da Divisão Municipal de Gestão Ambiental. Não inclui os dados do Pavilhão da Água.
	Episódios do Programa Virtual de Educação Ambiental	Número total de episódios carregados no canal de YouTube "portoponto" no âmbito do Programa Virtual de Educação Ambiental, e das 6 séries disponíveis: "Natureza a Brincar", "Ambiente Descomplicado", "Atelier da Boa Vida", "Biodiversidade em Casa", "Histórias com Ambiente Dentro" e "Binóculos no Sofá".
	Visualizações dos episódios do Programa Virtual de Educação Ambiental	Número total de visualizações dos episódios carregados no canal de YouTube "portoponto" no âmbito do Programa Virtual de Educação Ambiental, e das 6 séries disponíveis: "Natureza a Brincar", "Ambiente Descomplicado", "Atelier da Boa Vida", "Biodiversidade em Casa", "Histórias com Ambiente Dentro" e "Binóculos no Sofá".

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

Resultados por meta

12.2 Meta: Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais

Neste âmbito já foi reportado no **ODS 6 - Água potável e saneamento** (Meta 6.4) os indicadores sobre a eficiência no uso da água. Apesar de pequenas variações anuais, o consumo de água por habitante por ano cresceu nos últimos 10 anos, sendo de 83 m³ *per capita* em 2019. A percentagem de água não faturada no Município reduziu para metade entre 2010 e 2021 (de 31% para 15%), o que resulta de um esforço do Município para melhorar a eficiência do uso da água e evitar desperdícios.

Foi já referido no capítulo relativo ao **ODS 7 - Energias renováveis e acessíveis** (Meta 7.3) que o consumo de energia elétrica e de gás natural *per capita* cresceu na cidade do Porto. Acresce que, conforme reportado no **ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico** (Meta 8.4), a emissão de CO₂ por unidade do Valor Acrescentado Bruto (VAB) decresceu 50% entre 2015 e 2019, o que é uma evidência do aumento de eficiência no consumo energético.

Assim, apesar de haver ainda trabalho a fazer no Porto para melhorar o uso eficiente dos recursos naturais pela administração, empresas e cidadãos, há já alguns sinais de uma tendência positiva nesse sentido.

12.3 Meta: Reduzir o desperdício de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento

Como reportado já no **ODS 2 - Erradicar a fome** (Meta 2.1), cerca de 70 kg de alimentos são desperdiçados, em média, por cada portuense por ano. No entanto, há já várias iniciativas em curso para dar resposta a situações de carência potenciando donativos de alimentos que poderiam ser considerados desperdício alimentar (por exemplo, fruta feia que não pode ser comercializada nos circuitos habituais), mas que estão em perfeito estado de consumo. Foram já referidas a Rede Municipal de Restaurantes Solidários e o projeto Zero Desperdício. Ambas as iniciativas estão em crescimento, o que significa que menos alimentos

são desperdiçados ao mesmo tempo que mais pessoas têm acesso a refeições adequadas.

O Município do Porto tem uma parceria estabelecida com a Fundação Ellen MacArthur com o objetivo de aumentar a circularidade no sistema alimentar da cidade. Em simultâneo desenvolve projetos como o Cityloops, Foodloop e Good Food Hubs que, em essência, preconizam este fim.

Desperdício alimentar evitado no projeto Embrulha

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	7,6	12,5	5,4	3,1	6,8

Unidade: Toneladas | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Lipor](#)

Restaurantes participantes no projeto Embrulha

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	12	32	46	56	62	61

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: [Lipor](#)

Uma das iniciativas para redução do desperdício alimentar no Porto (promovida pela Lipor com a parceria do Município) é o projeto “Embrulha” que estimula os clientes de restaurantes a levar consigo as sobras da refeição numa embalagem própria. O número de restaurantes aderentes tem vindo a crescer entre 2016 e 2021 e durante este período foi possível evitar o desperdício de cerca de 39 toneladas de alimentos.



O projeto “Embrulha” estimula os clientes de restaurantes a levar consigo as sobras da refeição numa embalagem própria, para reduzir o desperdício alimentar.

Desperdício alimentar médio evitado nos restaurantes participantes no projeto Dose Certa

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	3,7	11,1	33,3	40,8	51,9	33,3	66,7	11,1	33,3	63,0

Unidade: Toneladas | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Estimativas calculadas com base nos dados da [Lipor](#)

Restaurantes participantes no projeto Dose Certa

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	1	3	9	11	14	19	18	17	17	17

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: [Lipor](#)

Outra das iniciativas promovidas pela Lipor é o projeto “Dose Certa” que apoia os estabelecimentos de restauração a adequar as doses de alimentos fornecidos aos clientes. O número de estabelecimentos aderentes manteve-se estável entre 2019 e 2021 (17) e o desperdício alimentar médio evitado com esta iniciativa é estimado em 348 toneladas para o período 2016 -2021. A média do desperdício alimentar evitado por estabelecimento é de 40% após a implementação do projeto Dose Certa em relação à situação inicial (média para o período 2016 - 2021).

12.4 Meta: Alcançar a gestão ambientalmente correta dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o seu ciclo de vida

Proporção de resíduos setoriais perigosos valorizados

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	26	64	74	50	77	72	68	75	81	81	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [EEA](#)

A proporção de resíduos setoriais perigosos valorizados, aqui incluindo os resíduos hospitalares, industriais, agrícolas, entre outros, têm vindo a aumentar entre 2011 e 2020, a um ritmo médio anual de 21% no período em análise. Esta evolução é considerada positiva, já que esta proporção é relativa ao total de resíduos perigosos que chegam aos meios de eliminação ou valorização.

12.5 Meta: Reduzir substancialmente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização

Resíduos urbanos recolhidos

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	130.456	135.356	138.991	144.912	146.767	130.861	–

Unidade: Toneladas | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)

****Resíduos urbanos recolhidos por habitante**

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	558	579	594	617	621	557	–

Unidade: Quilogramas *per capita* | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)/INE

Resíduos urbanos depositados em aterro

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	0,01	0,48	0,47	0,59	0,73	0,33	0,24

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)

A quantidade de resíduos urbanos recolhidos no Porto entre 2015 e 2019 subiu de forma regular. No entanto, em 2020 verificou-se um valor equivalente ao de 2015. Esta dissonância poderá estar relacionada com os confinamentos ditados pela pandemia, que se refletiram numa desaceleração do consumo. Uma tendência equivalente foi verificada na quantidade de resíduos urbanos recolhidos *per capita*, o que não é de surpreender.

A proporção de resíduos urbanos que é encaminhada para aterro é sempre inferior a 1%, tendo vindo a diminuir ao longo do tempo (o ano 2015 foi considerado *outlier*).

Acessibilidade de serviço de recolha seletiva (ecopontos)

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	81	98	98	98	98	75	76	77	84	84	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [ERSAR](#)

Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	0,10	0,11	0,11	0,13	0,14	0,12	–

Unidade: Toneladas | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)

****Resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem**

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	26,3	25,9	26,3	28,4	37,4	37,0	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)

A acessibilidade dos residentes ao serviço de recolha seletiva (ecopontos) tem vindo a crescer ao longo do período em análise, sendo que em 2020 84% da população tinha um ecoponto a menos de 100 metros de distância da sua residência.

A proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante teve uma tendência globalmente positiva entre 2015 e 2020, embora se mantenha na média dos 120 kg por ano.

A proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem face ao total de resíduos urbanos recolhidos tem vindo a mostrar um crescimento assinalável. Em 2020 era de 37%. Faz-se nota que a meta na UE é de assegurar um mínimo de 60% (em peso) até 2030.



60%

é a proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem estabelecida como meta da UE até 2030.

****Resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem**

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	9.025	8.659	9.349	10.726	11.542	8.566	–

Unidade: Toneladas | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)

Biorresíduos recolhidos por habitante

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	41,7	40,0	43,2	49,5	53,3	39,5	–

Unidade: Quilogramas (kg) | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)/INE

Proporção de biorresíduos no total de resíduos urbanos recolhidos

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	6,9	6,4	6,7	7,4	7,9	6,5	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)

Resíduos orgânicos recolhidos no setor residencial

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	–	67	239	373	1.091

Unidade: Toneladas | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)

A quantidade de biorresíduos (resíduos orgânicos + resíduos verdes) recolhidos no Porto cresceu entre 2015 e 2019, assim como a captação e a proporção deste fluxo no total de resíduos urbanos recolhidos. O ano 2020 é considerado (como já referido) um ano atípico.

Aderentes da recolha de orgânicos no setor residencial

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	–	1.198	1.708	1.927	27.750

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)

Resíduos orgânicos recolhidos por habitante no setor residencial

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	–	5,1	7,2	8,2	118,4

Unidade: Quilogramas | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)

Resíduos orgânicos recolhidos no setor comercial

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	4.832	5.088	5.355	5.600	6.944	5.062	–

Unidade: Toneladas | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)

Estabelecimentos comerciais com recolha de resíduos orgânicos

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	625	669	771	978	1.184

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)

Resíduos orgânicos recolhidos por estabelecimento comercial

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	8,6	8,3	9,0	5,2	–

Unidade: Toneladas | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Porto Ambiente)

Os resíduos orgânicos recolhidos separativamente no setor comercial (canal HORECA - Hotelaria, Restauração e Cafetaria) também mostraram crescimento entre 2015 e 2019. A mesma evolução é visível para a recolha seletiva de resíduos orgânicos no setor residencial, que no Porto é abordado de acordo com a tipologia de residência: nos edifícios unifamiliares (moradas) recorre-se à recolha porta-a-porta e nos edifícios plurifamiliares (prédios) é realizada recolha de proximidade em contentores específicos para o efeito (aos quais só podem aceder os residentes aderentes).

Compostores individuais locais ativos

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
562	757	796	989	1.060	1.278	1.450	1.863	2.053	2.185	2.253	2.429

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Lipor

Resíduos orgânicos desviados para os compostores individuais locais

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
169	227	366	470	394	474	683	833	869	877	928	974

Unidade: Toneladas | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Lipor

Verifica-se ainda um crescimento significativo ao longo do tempo do número de unidades de compostagem individuais na cidade (em habitações e instituições), o que permite desviar uma média de 380 kg de resíduos orgânicos por compostor por ano do fluxo de resíduos e, em simultâneo, reciclar os nutrientes localmente.

12.6 Meta: Incentivar as empresas adotar práticas sustentáveis

O Município do Porto promove várias iniciativas para incentivar a comunidade empresarial a adotar práticas sustentáveis, entre as quais o Pacto do Porto para o Clima (ver ODS 13), bem como o serviço de recolha seletiva de resíduos orgânicos nos estabelecimentos comerciais (já referido) e a promoção de critérios de compra circulares (através do projeto Cityloops).

12.7 Meta: Promover práticas de contratação pública sustentáveis

Número de contratos públicos formados com critérios sustentáveis

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	27	66	137	224

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Direção Municipal de Recursos Financeiros)

Valor total dos contratos públicos com critérios sustentáveis

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	24,2	18,5	56,4	29,0

Unidade: Milhões de EUR | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Direção Municipal de Recursos Financeiros)

Peso dos critérios de sustentabilidade no valor total contratado

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	60	46	73	63

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Direção Municipal de Recursos Financeiros)



92,3%

é o valor percentual da representatividade do pilar ambiental, face aos restantes dois - social e económico.

Em 2020, e de acordo com os dados da Divisão Municipal de Compras, os contratos com critérios sustentáveis atingiram um montante total de €56,4 milhões de euros, representando 73,4% do peso total dos contratos, e um aumento médio anual de 75% do número de contratos que cumprem este critério. Em 2021, embora o número de contratos com critérios sustentáveis tenha aumentado, o valor total dos contratos públicos com critérios sustentáveis reduziu, assim como o seu peso no total dos contratos.

Quanto à representatividade de cada um dos pilares sustentáveis - ambiental, social e económico - o pilar ambiental tem maior expressão do que os outros (92,3%), devido à sua maior maturidade em termos de diplomas legais e certificações existentes. Quanto aos outros, estão a aumentar à medida que há uma maior sensibilização do público, juntamente com legislação para o pilar social, por exemplo, que dá benefícios, entre outros, para a criação de emprego e orientações a empresas não públicas, dando assim instrumentos de contratação pública para a utilização indireta desta legislação.

12.8 Meta: Garantir que as pessoas tenham informação relevante e consciencialização para estilos de vida em harmonia com a natureza

Participantes em atividades municipais de educação ambiental (presencial)*

Decréscimo negativo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	42.513	16.777	5.220	31.584

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (DMGA)
 *Os dados relativos aos participantes presenciais dizem respeito a anos letivos (2018/19;2019/20; 2020/21 e 2021/22).

Episódios do Programa Virtual de Educação Ambiental

Decréscimo negativo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54	43

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (DMGA/Canal de YouTube)

Visualizações dos episódios do Programa Virtual de Educação Ambiental

Decréscimo negativo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.991	25.240

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto (DMGA/Canal de YouTube)

Para o Município do Porto a educação para a sustentabilidade é uma ferramenta para envolver as pessoas no processo de transição para uma cidade mais sustentável, oferecendo-lhes espaço para reflexão e experimentação, competências e boas práticas. A atividade da educação para a sustentabilidade desenvolvida pelo Município do Porto remonta aos anos 90. Desde então a equipa e os equipamentos disponíveis cresceram: hoje existem quatro Centros de Educação para a Sustentabilidade (CE.ES) dispersos pela cidade onde trabalham nove pessoas totalmente dedicadas a esta atividade e que, em 2022 desenvolveram 1.264 atividades com 25.584 crianças, jovens e adultos.

Em 2020 (durante o confinamento ditado pela pandemia) foi lançado o Programa Virtual de Educação Ambiental, que usa a *internet* como forma de levar conteúdos, experiências e aprendizagens a todos os interessados. Apesar de ser um programa modesto disponibilizou, até 2021, 97 episódios. O papel que teve no ano de 2020 (de confinamento), de substituir totalmente as atividades presenciais, parece evidente quando analisamos o número de visualizações que atingiu neste ano.

12.b Meta: Implementar ferramentas para monitorizar os impactos do turismo sustentável

Como já reportado no ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico (Meta 8.9) o número de estabelecimentos turísticos na cidade reconhecidos com o galardão “Chave Verde” gerido em Portugal pela Associação Bandeira Azul da Europa (para reconhecer o turismo sustentável) aumentou gradualmente a partir de 2014, para 6 alojamentos em 2019 (pré-pandemia). A proporção de empreendimentos turísticos com certificação ambiental face ao número total de empreendimentos turísticos tem sido, em média, de 2,5% por ano.

Indicadores propostos para futuras análises

- Proporção de químicos perigosos utilizados;
- Pegada material (consumo de matérias-primas);
- Pegada material *per capita*;
- Percentagem de pegada material;
- Índice de perdas alimentares;
- Índice de desperdício alimentar;
- Desperdício alimentar médio evitado por restaurante participante no projeto Embrulha.;
- Toneladas de resíduos eletrónicos recolhidos;
- Taxa de utilização de material circular;
- Proporção do valor acrescentado bruto de bens e serviços ambientais no PIB;
- Número de organizações com certificados ambientais;
- **Poluentes libertados por instalações industriais (ar, solo, água).

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

Roadmap de Economia de Circular para a Cidade do Porto em 2030

ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2017
Última atualização	—
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	A economia circular é um dos principais temas que o Porto se tem concentrado em integrar na sua estratégia ambiental. O <i>Roadmap</i> apresenta uma visão de longo prazo para uma cidade circular, identifica oportunidades, linhas orientadoras e ações prioritárias na transição para uma economia circular, e para melhorar o desempenho ambiental e socioeconómico da cidade no contexto da economia circular. Subsequentemente apresenta um programa de ações concretas da autarquia, de forma a transformar o Porto numa cidade circular em 2030.

Plano Municipal de Redução de Plásticos

ODS relacionados	?
Lançamento	2021
Última atualização	—
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	Com o projeto denominado Menos Plástico, Mais Porto, a Câmara Municipal está a implementar várias medidas para reduzir a utilização de plástico nos seus serviços, com o objetivo de remover cerca de 4,5 toneladas de plástico por ano. Este projeto procura definir medidas progressivas para a redução ou eliminação do plástico de utilização única nas entidades municipais.

PAPERSU - Plano de ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos

ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2016
Última atualização	—
Período de vigência	2016-2022
Descrição	Documento estratégico no qual estão definidas diversas medidas de prevenção e recolha seletiva de resíduos que, no seu conjunto, contribuem para atingir as metas de preparação para reutilização e reciclagem, retomas de recolha seletiva e desvio de deposição de RUB em aterro, atribuídas ao Município do Porto.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

ECOVAL	
ODS relacionados	ODS 11 (11.6)
Meta(s) identificada(s)	12.2, 12.5
Lançamento	2020
Descrição	O ECOVAL é um projeto financiado pelo Interreg SUDOE, um programa que visa o desenvolvimento do Sudoeste Europeu. O projeto centra-se nos biorresíduos e lamas provenientes de estações de tratamento de águas residuais. A Porto Ambiente, como entidade responsável pela recolha de biorresíduos no Porto, terá também o papel de liderar a atividade relativa à criação de uma base de dados sobre os atuais sistemas de gestão de biorresíduos no espaço SUDOE, a fim de criar um cenário realista e realístico em relação a este tipo de sistemas, promovendo também o benchmarking entre as cidades.

Intherwaste	
ODS relacionados	ODS 11 (11.6)
Meta(s) identificada(s)	12.2, 12.5
Lançamento	2016
Descrição	O projeto <i>Intherwaste</i> teve a duração de 5 anos, financiado pelo <i>Interreg Europe</i> , tendo como objetivo a gestão de resíduos na zona histórica da cidade. Nos primeiros três anos foi definido um plano de ação para a cidade do Porto e, nos dois anos seguintes, decorreu a implementação das medidas desenhadas. Estas medidas abrangeram a criação de compartimentos de eliminação de resíduos na zona histórica, um sistema de recolha seletiva porta-a-porta, e a revisão dos documentos estratégicos de gestão de resíduos, também na zona histórica.

Orgânico	
ODS relacionados	ODS 11 (11.6)
Meta(s) identificada(s)	12.3
Lançamento	2020
Descrição	O Orgânico é um projeto que visa tornar a recolha de resíduos alimentares disponível em habitações multifamiliares, com a instalação de equipamentos inteligentes nas vias públicas. Este projeto é apoiado pelo programa europeu POSEUR e H2020 (CityLoops), e a primeira fase envolveu 60% da população do Município.

Feira de Produtos Biológicos	
ODS relacionados	ODS 11 (11.6)
Meta(s) identificada(s)	12.3
Lançamento	–
Descrição	O Município pretende promover um sistema alimentar circular regenerativo. Para tal, o Município tem vindo a incentivar a produção e consumo local e regional, bem como o autoconsumo e a redução da produção de resíduos alimentares. Um dos exemplos de medidas aplicadas é a feira semanal de produtos orgânicos. Para estas feiras, os produtores locais e regionais são convidados a vender os seus produtos a quem os quiser visitar, no parque da cidade do Porto.

Dose Certa	
ODS relacionados	ODS 11 (11.6)
Meta(s) identificada(s)	12.3
Lançamento	2012
Descrição	O Programa Dose Certa é uma iniciativa complementar ao projeto “Embrulha.”, com coordenação da Lipor e apoio do Município. É direcionado aos estabelecimentos de restauração (cantinas, restaurantes, hotéis, centros comerciais e mercados entre outros) e concilia a redução do desperdício de alimentos à adoção de uma alimentação sustentável. O projeto conta com a parceria da Associação Portuguesa de Nutrição para a análise e avaliação das práticas alimentares e a criação de plano de melhoria em cada estabelecimento, resultando na elaboração de menus mais sustentáveis (por exemplo utilizando produtos variados, sazonais e locais, e a quantidade e o valor nutricional dos alimentos) e consequentemente, na redução de perdas e custos.

Embrulha	
ODS relacionados	ODS 11 (11.6)
Meta(s) identificada(s)	12.3, 12.5
Lançamento	2016
Descrição	O projeto “Embrulha.” é uma iniciativa conjunta da Câmara do Porto e da LIPOR, complementar ao projeto “Dose Certa”, direcionada à redução do desperdício alimentar no setor da restauração da cidade. O projeto teve início, abrangendo uma rede de hotéis, restaurantes e cafés onde foram distribuídas embalagens biodegradáveis destinadas a serem utilizadas para armazenar alimentos não consumidos no estabelecimento, tendo assim condições para serem transportados pelos clientes, para consumirem mais tarde.

Banco de Materiais	
ODS relacionados	ODS 11 (11.6)
Meta(s) identificada(s)	12.5
Lançamento	2000
Descrição	O Banco de Materiais consiste na recolha e doação de materiais de construção de obras de demolição, recuperação ou reabilitação. Estes materiais são armazenados num local específico onde são disponibilizados, gratuitamente, para a recuperação de fachadas onde faltam alguns da mesma tipologia.

Cityloops	
ODS relacionados	ODS 11 (11.6), ODS 13 (13.2)
Meta(s) identificada(s)	12.6, 12.8
Lançamento	2019
Descrição	O projeto <i>Cityloops</i> é um projeto europeu no qual a cidade do Porto faz parte juntamente com 6 outras cidades europeias. Este projeto está a impulsionar a transição para a economia circular. Neste projeto, a cidade está empenhada em adotar soluções circulares para a gestão dos biorresíduos urbanos, com o objetivo de fechar o ciclo dos fluxos de materiais e recursos (tais como resíduos de construção e demolição e biorresíduos) e promover a transição para a economia circular, reduzindo a pegada de carbono, aumentando as capacidades de regeneração e estimulando novas oportunidades de negócio e criação de emprego.

Big Buyers Initiative (BBI)	
ODS relacionados	ODS 9 (9.3), ODS 11 (11.b)
Meta(s) identificada(s)	12.7
Lançamento	—
Descrição	O principal objetivo deste projeto é o de partilhar conhecimentos e boas práticas entre compradores públicos para a adoção de compras estratégicas e implementação de projetos sustentáveis e inovadores. As reuniões do grupo de trabalho favoreceram a partilha de experiências com os vários países, tendo sido desenvolvida uma procura de compras sustentáveis que identificou as melhores práticas, principais constrangimentos e principais oportunidades de melhoria a serem partilhadas a nível europeu.

Ecoagenda	
ODS relacionados	ODS 11, ODS 13 (13.3)
Meta(s) identificada(s)	12.8
Lançamento	2022
Descrição	Um <i>site</i> multiplataforma com conteúdos sempre à mão, para aceder em qualquer lado e para ajudar a descomplicar o ambiente e estar a par do que o Porto está a fazer para ser mais sustentável. É o agregador de conteúdos e o local onde os municípios podem inscrever-se para atividades práticas. Esta plataforma vem substituir a antiga agenda de ambiente produzida em papel, de modo a contribuir para a desmaterialização, garantindo poupança de recursos naturais, bem como a atualização permanente de conteúdos.

Programa de Educação para a Sustentabilidade (anual)	
ODS relacionados	ODS 4 (4.7), ODS 6 (6.b), ODS 12 (12.a), ODS 13 (13.3)
Meta(s) identificada(s)	12.8
Lançamento	2005
Descrição	Um <i>site</i> multiplataforma com conteúdos sempre à mão, para aceder em qualquer lado e para ajudar a descomplicar o ambiente e estar a par do que o Porto está a fazer para ser mais sustentável. É o agregador de conteúdos e o local onde os municípios podem inscrever-se para atividades práticas. Esta plataforma vem substituir a antiga agenda de ambiente produzida em papel, de modo a contribuir para a desmaterialização, garantindo poupança de recursos naturais, bem como a atualização permanente de conteúdos.

+ Saudável + Sustentável	
ODS relacionados	ODS 3, ODS 4, ODS 10
Meta(s) identificada(s)	12.8
Lançamento	2019
Descrição	Projeto que visa a capacitação de IPSS no sentido de contribuir para a adequação e eventual melhoria das suas práticas, designadamente no âmbito da oferta alimentar, tornando-a mais adequada, responsável e sustentável, aliando as questões da oferta nutricional à sustentabilidade alimentar e ambiental. A intervenção aconselhada promoverá eventuais ajustes da oferta alimentar e nutricional nas instituições envolvidas, tendo em conta as especificidades e condição de saúde dos seus públicos; o aumento da literacia alimentar dos profissionais e utentes das instituições, contribuindo para uma melhoria dos seus consumos; a diminuição do desperdício alimentar; complementando, de modo integrado, outras intervenções desenvolvidas junto das entidades nesta área.



Ação
climática

ODS 13



Ação climática

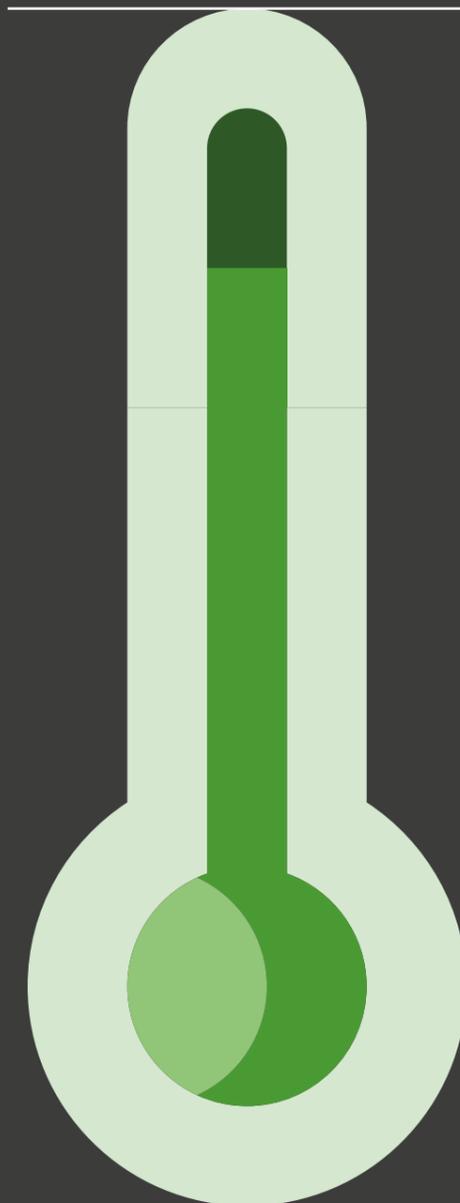
Adotar medidas para combater os efeitos da mudança global do clima. Promover a resiliência climática. Reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Fomentar práticas de adaptação às mudanças climáticas. Aumentar a sensibilização sobre a importância da ação climática.

Escolhida pela Comissão Europeia como uma das 100 cidades europeias para a Missão “cidades inteligentes e neutras em carbono”, bem como participante na Missão “adaptação às alterações climáticas”, o Porto assume a ação climática como um dos seus grandes desafios, estando a desenvolver projetos tanto na componente de descarbonização, como de adaptação. O Pacto do Porto para o Clima é uma das iniciativas municipais mais expressivas para envolver centenas de entidades públicas e privadas na meta de atingir a neutralidade carbónica até 2030. Em 2020, o Porto já havia reduzido as emissões de carbono em 52,2% relativamente ao ano base de 2004.

Total

3 indicadores

Os esforços da cidade relativamente à ação climática refletem-se na tendência positiva de todos os indicadores analisados (3/3).



3

indicadores com
tendência positiva

Metas a atingir

Definição das metas

- ⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.
- ⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.
- ✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.

13.1 ✓

Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países.

13.2 ✓

Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planos nacionais.

13.3 ✓

Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas.

13.a ⊖

Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas [UNFCCC, em inglês] de mobilizarem, em conjunto, 100 mil milhões de dólares por ano, a partir de 2020, a partir de variadas fontes, de forma a responder às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações significativas de mitigação e implementação transparente; e operacionalizar o Fundo Verde para o Clima por meio da sua capitalização o mais cedo possível.

13.b ⊖

Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planeamento e gestão eficaz no que respeita às alterações climáticas, nos países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e que tenham um especial enfoque nas mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
13.1	Despesas do Município na proteção da qualidade do ar e do clima por 1.000 habitantes	Despesas ambientais dos Municípios por 1.000 habitantes para a proteção da qualidade do ar e do clima.
13.1 11.3 15.3	**Territórios artificializados <i>per capita</i>	Área, expressa em metros quadrados, de território artificializado no Município pela população residente.
13.1 13.2 13.3	Participação em redes na área da ação climática	Inclui todas as colaborações que o Município do Porto estabelece com entidades externas e em redes nacionais e internacionais na área da ação climática (e circularidade): CDP, Pacto dos Autarcas, Pacto do Porto para o Clima, Circular Cities Declaration, Ellen MCArthur, Green Accord, Casa Comum da Humanidade, Missão “Cidades Inteligentes e Neutras em Carbono”, Missão “Adaptação às AC”.
13.2 7.3	**Emissões de gases com efeito de estufa	Emissões de gases com efeito de estufa no setor residencial, serviços, transportes, indústria e outros sectores, expressas em tCO ₂ eq.

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

Resultados por meta

13.1 Meta: Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima

Como já exposto nos ODS 1 - Erradicar a pobreza, ODS 6 - Água potável e saneamento, ODS 7 - Energias renováveis e acessíveis e ODS 11 - Cidades sustentáveis, resume-se:

1.5

O Município do Porto investiu - apenas em 2019 e 2020 - cerca de 35 milhões de euros em obras de reabilitação de habitação social. Uma parte do investimento destinou-se à melhoria do conforto térmico das habitações (a maior parte dos edifícios de habitação social no Porto são de construção anterior aos anos 60). Deste modo reforça também a adaptação do edificado a fenómenos relacionados com as alterações climáticas.

6.6

O Porto tem uma extensão linear de 85 km de rios e ribeiras dos quais cerca de 16 km dos rios e ribeiras correm a céu aberto. Tem sido feito um esforço de desentubar e renaturalizar ecologicamente as linhas de água de modo a aumentar a resiliência do território a fenómenos climáticos extremos (quer precipitação, quer ondas de calor).

7.2

Cerca de 23% do parque habitacional da cidade do Porto é posterior a 1980. A maioria é ainda anterior a essa data, o que torna o parque edificado menos eficiente e menos adaptado para a transição climática necessária. No entanto, em contrapartida, a proporção de certificados energéticos de edifícios (nova construção) com uma classificação A e A+ tem vindo a crescer paulatinamente entre 2014 e 2021, atingindo 21% para este último ano, o que é um sinal da melhoria da eficiência e conforto térmico.

11.4

A despesa *per capita* do Município do Porto em proteção da paisagem e biodiversidade municipal tem vindo a crescer, atingindo 47 euros por habitante para o ano 2020.

11.5

O Município do Porto estabeleceu em 2016 a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, que permitiu compreender os eventos climáticos extremos aos quais a cidade está e estará mais exposta (nomeadamente ondas de calor, galgamentos costeiros, precipitações torrenciais e tempestades), bem como a vulnerabilidade e as ações necessárias para as mitigar. No âmbito das ações foram identificadas várias a ser implementadas pela Proteção Civil Municipal. Inclui ações de sensibilização para os riscos naturais, tecnológicos e mistos existentes, bem como simulacros. Estas iniciativas têm vindo a crescer para o período entre 2015 e 2020. Do mesmo modo, os avisos à população emitidos pela Proteção Civil Municipal, no mesmo período, têm vindo a aumentar, o que pode ser visto como um ponto positivo pela maior proximidade estabelecida, uma vez que asseguram à população afetada, ou suscetível de ser afetada por uma emergência, a descrição da situação, os efeitos exetáveis e as medidas preventivas destinadas a acautelar ou a fazer face ao acontecimento em causa.

11.7

Em 2013, a área verde pública correspondia a 293 hectares ou 13 m² por habitante. Em 2021, atingiu os 455 hectares ou 21 m² por habitante. Este crescimento resulta de uma estratégia de expansão em curso, quer para a melhoria da qualidade de vida em geral, quer para promover a adaptação do território às alterações climáticas. O objetivo de duplicar a área verde de acesso público do Município na próxima década está plasmado no Plano Diretor Municipal de 2021.

Despesa na proteção da qualidade do ar e do clima do Município

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
—	13	13	13	13	13	13	17	8	63	9	—

Unidade: Permilagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

A despesa na proteção da qualidade do ar e do clima do Município manteve-se relativamente estável entre 2011 e 2017. Os anos 2018 a 2020 mostraram-se anos onde a variação dessa despesa foi muito acentuada. No entanto, pode dizer-se que para o período 2010 - 2020 o gasto anual com a proteção da qualidade do ar e do clima foi de 17,5 euros por cada 1.000 habitantes (em média).

**Territórios artificializados per capita

Crescimento informativo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
146	—	—	—	—	163	—	—	162	—	—	—

Unidade: m² | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Apesar de o indicador “Territórios artificializados per capita” ter sido já apresentado no **ODS 11 - Cidades sustentáveis** (Meta 11.3) voltamos a repeti-lo, excepcionalmente, neste capítulo pelo facto de ser (em ambos os ODS) considerado um indicador base do *Handbook do Joint Research Center*. A tendência de artificialização do território tem sido crescente ao longo do tempo.

Participação em redes que atuam na área da ação climática

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	1	1	1	2	2	2	3	3	4	6	9

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Não | Fonte: Município do Porto

O Município do Porto tem vindo a estar presente em cada vez mais redes nacionais e internacionais que atuam na área da ação climática, o que permite expandir o conhecimento, as oportunidades de financiamento na área e a melhoria dos métodos de monitorização do trabalho realizado. O Porto foi selecionado pela Comissão Europeia para fazer parte do grupo de 100 cidades que integram a Missão “Cidades inteligentes e neutras em carbono”, bem como para integrar a Missão Adaptação.



O Porto foi selecionado pela Comissão Europeia para fazer parte do grupo que integra a missão “Cidades inteligentes e neutras em Carbono”.

13.2 Meta: Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planos

**Emissões de gases com efeito de estufa

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	1.006.682	917.134	950.244	962.842	937.010	871.980	880.126

Unidade: tCO₂eq | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (AdEPorto)

As emissões com gases de efeito de estufa na cidade do Porto têm vindo a decrescer significativamente entre 2015 e 2020. Cálculos realizados pela Agência de Energia do Porto evidenciam que em 2018 a redução das emissões atingiu 36,2% (relativamente ao ano base de 2004). Em 2019 essa redução atingiu os 49% e em 2020 os 52,2%.

A meta da cidade do Porto é a de atingir a neutralidade carbónica em 2030 em relação ao ano base de 2004 (85% de redução e 15% de captura de carbono). Esta meta está vinculada no Pacto do Porto para o Clima. A meta da UE é a de reduzir as emissões de gases de efeito de estufa em 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

Indicadores propostos para futuras análises

- Perdas económicas relacionadas com o clima (tempestades, inundações, secas, derrocadas, e outros eventos climáticos extremos) *per capita*;
- **Número de mortes e pessoas desaparecidas devido a eventos climáticos extremos;
- Danos em infraestruturas críticas devido a eventos climáticos extremos;
- Número de interrupções de serviços básicos devido a eventos climáticos extremos;
- Proporção de organizações e pessoas aderentes ao Pacto do Porto para o Clima.

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia	
ODS relacionados	ODS 7, ODS 11, ODS 12, ODS 15
Lançamento	2019
Última atualização	–
Período de vigência	2019-2030
Descrição	O Pacto de Autarcas para o Clima e Energia é uma iniciativa lançada pela Comissão Europeia, de adesão voluntária, disponível desde 1 de novembro de 2015 que resultou já de iniciativas prévias dirigidas à mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e à adaptação às alterações climáticas. Os municípios signatários partilham uma visão de tornar as cidades descarbonizadas e resilientes, comprometendo-se a reduzir as emissões CO ₂ no seu território em pelo menos 40 %, até 2030 e a aumentar a resiliência do território, adaptando-se aos impactes das alterações climáticas.

Pacto do Porto para o Clima	
ODS relacionados	ODS 7, ODS 11, ODS 12, ODS 15
Lançamento	2022
Última atualização	–
Período de vigência	2019-2030
Descrição	Com o Pacto do Porto para o Clima pretende-se despertar a ação dos cidadãos e organizações na defesa de uma cidade mais sustentável, líder na descarbonização e implicada em atingir as metas da neutralidade carbónica. A adesão ao Pacto é uma oportunidade de criar uma grande comunidade de aprendizagem, partilha e apoio mútuo. A sua subscrição é voluntária, não vinculativa e sem custos.

Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil	
ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2007
Última atualização	2015
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	Com o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil pretende-se implementar medidas que permitam a redução do risco com enfoque na prevenção, a antecipação da incerteza e ameaça em relação às catástrofes ambientais e a resistência ao desastre, através de melhor socorro e rápida recuperação.

Acordo Cidade Verde	
ODS relacionados	ODS 6, ODS 7, ODS 11, ODS 14, ODS 15
Lançamento	2021
Última atualização	–
Período de vigência	2019-2030
Descrição	O Acordo Cidade Verde é um movimento voluntário de cidades europeias e especificamente dos seus autarcas, para transformar, até 2030, as cidades em lugares atrativos para viver. Ao aderir ao Acordo, o Porto compromete-se a implementar, até ao final da década, ações para atingir objetivos relacionados com a melhoria da qualidade do ar, melhoria da qualidade das massas de água e maior eficiência do uso da água, da proteção da biodiversidade urbana, avanços na economia circular e redução poluição sonora.

Estratégia Municipal de Ambiente	
ODS relacionados	ODS 6, ODS 7, ODS 11, ODS 15
Lançamento	2014
Última atualização	–
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	A Estratégia Municipal de Ambiente do Porto procura corresponder aos desafios mais prementes dos três pilares da sustentabilidade (ambiental, económico e social). Esta estratégia está alicerçada em cinco eixos estruturantes fundamentais, a que corresponde um plano dinâmico com objetivos e medidas, naturalmente sujeitas a melhoria e atualização contínuas. Nos últimos anos, a esta estratégia somaram-se quatro grandes ambições de futuro, com base nas quais o Porto tem desenvolvido a sua atividade: promover a transição da cidade para uma economia cada vez mais circular; inspirar-se na natureza para planejar e gerir território; adaptar-se às alterações climáticas e proteger e valorizar o património natural.

Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC)	
ODS relacionados	ODS 6, ODS 7, ODS 11, ODS 14, ODS 15
Lançamento	2016
Última atualização	–
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	A Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) do Porto foi desenvolvida no seguimento do projeto ClimaAdaPT.Local (ClimAdaPT.Local, 2016), no qual a cidade do Porto participa com outros 29 Municípios. Tem uma relação estreita com as ONG, o Ensino Superior e a comunidade científica. Este documento foi elaborado em 2016 com o objetivo de identificar os principais riscos decorrentes das alterações climáticas na cidade do Porto, que são a subida do nível do mar, a pluviosidade excessiva e as inundações e temperaturas extremas. Culminou com um conjunto de 52 opções para a adaptação a estes riscos climáticos.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

CDP Global (Carbon Disclosure Project)	
ODS relacionados	ODS 6, ODS 7, ODS 12, ODS 15
Meta(s) identificada(s)	13.1
Lançamento	–
Descrição	A Câmara Municipal do Porto colabora com o CDP Global (Carbon Disclosure Project) que é uma associação internacional que gere uma plataforma de informação voluntária sobre as ações implementadas pelas Cidades no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas. A classificação “A” atribuída ao Porto, em 2020, demonstra os esforços feitos pela Câmara Municipal para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para aumentar a resiliência da cidade aos impactos das alterações climáticas.

Quinto Alçado	
ODS relacionados	ODS 12 (12.5)
Meta(s) identificada(s)	13.1
Lançamento	2016
Descrição	Projeto que tem como objetivo principal a definição de um modelo de integração das coberturas verdes na estratégia ambiental e urbanística da cidade do Porto, a fim de aumentar a eficiência energética, o conforto térmico e a redução das emissões de CO ₂ , tornando-as parte da estratégia de infraestrutura verde da cidade. Até 2020, foram construídos mais de 120 edifícios com este tipo de telhados verdes.

Índice Ambiental do Porto	
ODS relacionados	ODS 11 (11.b)
Meta(s) identificada(s)	13.1
Lançamento	2021
Descrição	Esta é uma iniciativa do Município em parceria com a Universidade do Porto, ligada ao Plano Diretor Municipal. O seu objetivo será encorajar os promotores de edifícios a implementar soluções bioclimáticas nos edifícios, a fim de aumentar a sua eficiência energética, bem como o conforto bioclimático daqueles que usufruem destes espaços.

Parque da Asprela	
ODS relacionados	ODS 11 (11.7)
Meta(s) identificada(s)	13.1, 15.3
Lançamento	2020
Descrição	O Parque Central da Asprela veio acrescentar mais 6 hectares de espaço verde à cidade, servindo de ligação entre as várias faculdades e institutos deste campus universitário. Foi uma obra iniciada em 2020 e realizada durante 2021, destinada à expansão e reabilitação das áreas verdes da cidade, agora aberta ao público com equipamento desportivo e espaços de lazer, também perto da estação de metro.

my Building is Green	
ODS relacionados	ODS 1, ODS 13
Meta(s) identificada(s)	13.1
Lançamento	2019
Descrição	O Município do Porto participa no projeto <i>LIFE-myBuildingisGreen</i> (2018-2022), cujo objetivo é avaliar e monitorizar a real eficácia das soluções baseadas na natureza na melhoria do conforto bioclimático de edifícios escolares. Com este projeto-piloto pretende-se estudar a possibilidade de oferecer à comunidade escolar a possibilidade de aumentar o seu conforto térmico na escola e, em simultâneo, reduzir os custos energéticos associados ao aquecimento e arrefecimento do espaço. Esta solução também permite armazenar água da chuva para uso em rega de espaços verdes e agrícolas. No <u>Porto</u> o projeto está a ser implementado Escola EB1/JI do Falcão.



Proteger a vida
marinha



Proteger a vida marinha

Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos. Prevenir e reduzir a poluição marinha. Gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros. Promover a pesca sustentável e a economia azul.

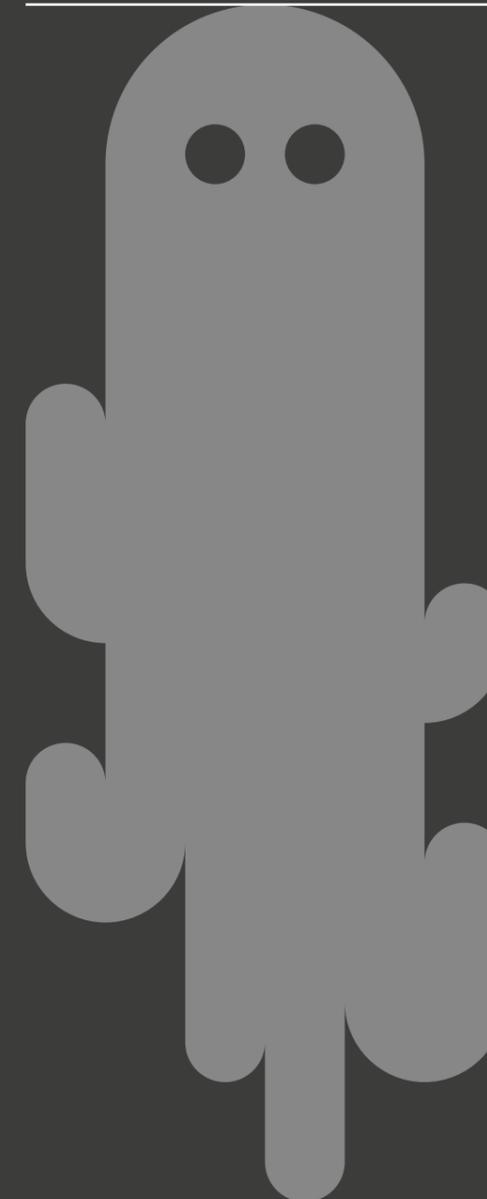
.....

Apesar do Porto fazer fronteira com o oceano Atlântico a oeste, a principal atuação do Município prende-se com a boa gestão da água no seu território bem como nas suas praias, que tem sido, anualmente, e na sua maioria, praias com Bandeira Azul. A limitação de indicadores neste ODS merece atenção e correção para o futuro.

Total
1 indicador

Apesar dos esforços na proteção da vida marinha, o único indicador avaliado permaneceu estagnado.

1 indicador em situação estável



Metas a atingir

Definição das metas

⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.

⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.

✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.

14.1 ✓

Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos, especialmente a que advém de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.

14.2 ⊗

Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive através do reforço da sua capacidade de resiliência e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.

14.3 ⊗

Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive através do reforço da cooperação científica em todos os níveis.

14.4 ⊖

Até 2020, regular, efetivamente, a extração de recursos, acabar com a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, as práticas de pesca destrutivas e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor período possível, pelo menos para níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado pelas suas características biológicas.

14.5 ⊗

Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional e com base na melhor informação científica disponível.

14.6 ⊖

Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre capacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios desse tipo, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio.

14.7 ⊖

Até 2030, aumentar os benefícios económicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive através de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

14.a ⊗

Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de investigação e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.

14.b ⊗

Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

14.c ⊖

Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que determina o enquadramento legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
14.1 6.6	**Águas balneares com excelente qualidade de água	Número total de zonas balneares classificadas como tendo uma qualidade “excelente” de água, considerando as 4 praias monitorizadas (Foz, Gondarém, Homem do Leme e Castelo do Queijo). Para efeitos deste cálculo, considera-se que cada uma vale 25%.

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)



É evidente que a relação que a cidade tem com a sua zona costeira e vida marinha é limitada. Há uma evidente carência de dados para este ODS, sendo que o disponível se prende apenas com a qualidade da água balnear.

Resultados por meta

14.1 Meta: Prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos

**Águas balneares com excelente qualidade de água

Estagnação

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
75	75	75	75	75	75	75	100	100	100	100	75

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: EEA

A partir de 2017 as praias do Porto com qualidade de água “excelente” eram 100% (das 4 avaliadas). No entanto, em 2021 essa percentagem baixou para 75% pelo facto de a praia do Castelo do Queijo ter demonstrado qualidade da água apenas “boa”.



75%

das praias avaliadas no Porto foram, em 2021, classificadas com qualidade de água “excelente”.

Indicadores propostos para futuras análises

- Índice de eutrofização das águas costeiras;
- Índice de densidade de resíduos plásticos recolhidos na zona costeira;
- Índice de densidade de resíduos plásticos flutuantes;
- Acidez marinha média (pH) medida no conjunto acordado de estações de amostragem representativas;
- ***Carga poluente dos efluentes urbanos descarregados na orla costeira;
- Proporção de superfície de áreas protegidas marinhas.

***quando o indicador foi recomendado apenas na segunda edição do Handbook

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

Plano de Valorização e Reabilitação de Linhas de Água do Município do Porto	
ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2011
Última atualização	—
Período de vigência	2021-2024
Descrição	O Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água (PVRLA) enquadrado na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), resulta do reconhecimento da importância das linhas de água como um eixo estratégico para a sustentabilidade e adaptação da cidade às alterações climáticas, com recurso às melhores práticas de engenharia natural.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

Community-led local development (CLLD) - FLAG AMP	
ODS relacionados	ODS 12 (12.b)
Meta(s) identificada(s)	14.1, 14.2, 14.3
Lançamento	2014-2020
Descrição	O desenvolvimento local liderado pela comunidade (CLLD) descreve uma abordagem que visa a tradicional política de desenvolvimento “de cima para baixo”. A parceria local recebe financiamento a longo prazo dos Fundos Europeus, incluindo o Fundo Europeu para a Pesca Marítima (EMFF) e decide como é gasto. As atuais parcerias de pesca têm sido apoiadas por uma rede chamada FARNET, a comunidade de pessoas que implementam o Desenvolvimento Local Liderado pela Comunidade (CLLD) no âmbito do EMFF. Conhecidas como FLAGS, estas parcerias financiam projetos locais no âmbito de uma estratégia, desenvolvida em resposta a necessidades e oportunidades específicas identificadas localmente. A FLAG da Área Metropolitana do Porto abrange 12 Municípios e o Porto é um deles.

Praias de Bandeira Azul	
ODS relacionados	ODS 11 (11.7), ODS 15 (15.1)
Meta(s) identificada(s)	14.2
Lançamento	—
Descrição	Em 2020, a Bandeira Azul foi içada, pelo 13º ano consecutivo, nas zonas balneares de Foz, Gondarém e Homem do Leme e, pela primeira vez, na zona balnear de Castelo do Queijo, em resultado dos trabalhos de despoluição realizados na ribeira do Aldoar nos últimos anos. Os resultados alcançados resultam da adoção de medidas de melhoria contínua dos padrões de qualidade necessários para o desenvolvimento da prática balnear, garantindo o cumprimento dos critérios necessários para a atribuição da Bandeira Azul, nomeadamente: informação e educação ambiental, qualidade da água, gestão ambiental e equipamento de segurança e serviços.



Proteger a vida
terrestre

ODS 15



Proteger a vida terrestre

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, florestais e biodiversidade. Travar e reverter a degradação dos solos. Travar a perda de biodiversidade. Assegurar a conservação de ecossistemas naturais. Fomentar práticas de gestão sustentável dos recursos naturais.

.....

O valor dos ecossistemas e a qualidade de vida que trazem à cidade é um tema de grande relevância para o Município do Porto. Através do Plano Municipal de Arborização e da Estratégia de Expansão de Espaços Verdes, o Município identifica e estabelece prioridades para multiplicar o número de árvores, espaços verdes e os serviços ecológicos que eles prestam à cidade. A estrutura verde - área verde de acesso público, área verde de alto valor ecológico e área verde associada a zonas sensíveis - corresponde a 14% do território do Porto (591 hectares). Ao longo dos anos, o Município tem aumentado consideravelmente o investimento na proteção da biodiversidade e da paisagem. Em 2020, esse investimento foi de 47 euros *per capita*.

Total

3 indicadores

Destacam-se os esforços da cidade do Porto em proteger a vida terrestre, com todos os indicadores a apresentar resultados positivos (3/3).

3
indicadores com
tendência positiva



Metas a atingir

Definição das metas

- ⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.
- ⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.
- ✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.

15.1 ✓

Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

15.2 ✓

Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reflorestação, a nível global.

15.3 ✓

Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

15.4 ⊖

Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.

15.5 ✓

Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.



Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.



Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e agir no que respeita tanto a procura quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.



Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras nos ecossistemas terrestres e aquáticos e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.



Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contabilidade.



Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.



Mobilizar recursos significativos, a partir de todas as fontes, e a todos os níveis, para financiar a gestão florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover a gestão florestal sustentável, incluindo a conservação e a reflorestação.



Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive através do aumento da capacidade das comunidades locais para encontrar outras oportunidades de subsistência sustentável.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
15.1 13.1 11.7	*Espaços verdes <i>per capita</i>	Área total de espaços verdes de acesso público (inclui parques e jardins; praças arborizadas e ajardinadas; coberturas ajardinadas) pela população residente (em m ²).
15.3 13.1 11.3	**Territórios artificializados <i>per capita</i>	Área correspondente ao território artificializado no Município, pela população residente (em m ²). Entende-se como território artificializado uma superfície de território destinada a atividades de intervenção humana que inclui áreas de tecido urbano, industriais, comerciais, de serviços, jardins ou parques urbanos, equipamentos culturais e de lazer, e as redes rodoviária e ferroviária. Deste conceito exclui-se a classe 'áreas em construção' - esta classe incorpora áreas de escavações, estaleiros, instalações públicas e industriais, infraestruturas da rede rodoviária ou ferroviária, diques e barragens, desde que em construção, com potencial para se reverterem em ocupações não artificiais.
15.5	Ninhos de vespa-asiática exterminados	Número absoluto de ninhos de vespa-asiática (<i>Vespa velutina</i>) exterminados com a colaboração do Serviço Municipal de Proteção Civil, por ano.
	Número de intervenções em incidências relacionadas com gaivotas	Número de pedidos ao Município para recolha de gaivota ferida/morta ou de ninhos.

*quando o indicador foi recomendado apenas na primeira edição do Handbook

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

Meta 15.1

Resultados por meta

15.1 Meta: Assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce

*Espaços verdes *per capita*

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	20	21

Unidade: Hectares | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas)

Em 2013, a área verde pública correspondia a 293 hectares ou 13 m² por habitante. Em 2021, atingiu os 455 hectares ou 21 m² por habitante. O objetivo de duplicar a área verde de acesso público do Município na próxima década está plasmado no Plano Diretor Municipal de 2021.

A conservação dos espaços verdes existentes é também uma preocupação que a cidade do Porto tem prevista. O Município realizou, em 2021, um total de 44 acordos de cooperação. Estes acordos são feitos com associações de moradores para assegurar conjuntamente a manutenção dos espaços verdes.

A estrutura verde - área verde de acesso público, área verde de alto valor ecológico e área verde associada a zonas sensíveis - identificada em 2020 pelo município do Porto - correspondia a aproximadamente 14% do território de todo o Município (591 hectares).



591 ha

correspondem a área verde de acesso público, de alto valor ecológico e associada a zonas sensíveis.

A cidade do Porto tem 54.415 árvores públicas identificadas. Cerca de 58% desse número correspondem a árvores com um diâmetro à altura do peito (DBH) superior a 15 cm e 12% com um DBH superior a 50 cm.

De acordo com dados disponibilizados pela Universidade Católica do Porto, entre 2012 e 2019, houve um aumento generalizado do número de árvores nativas plantadas no âmbito do FUTURO - projeto das 100.000 árvores na Área Metropolitana do Porto, sendo 2020 o único ano em que não foram plantadas novas árvores devido à pandemia. Neste período, foi plantado um total de 8.812 exemplares de árvores nativas no município do Porto. Do mesmo modo, entre 2017 e 2019, houve um aumento 11 hectares de área verde intervencionada.

Finalmente, é também importante compreender a dimensão e dinâmica da agricultura numa cidade densificada como o Porto. Vale a pena destacar que, apesar de o Porto não ser um território rural, tem havido um esforço de expansão de hortas urbanas. Em 2013 existiam 39 parcelas e em 2021 este número cresceu para 195 (num total de 4,5 hectares). As hortas urbanas são importantes pontos de elevada diversidade de espécies.

Como já referido no **ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis** (Meta 11.4), ao longo dos anos, o investimento na proteção da biodiversidade e da paisagem manteve-se estável na cidade, em cerca de 30 euros *per capita* por ano (o ano 2021 foi considerado um *outlier*). Como referência, a média nacional é de 14 euros, na Região Norte e Área Metropolitana do Porto é de cerca de 10 euros *per capita* por ano.

15.3 Meta: Combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados

**Territórios artificializados *per capita*

Crescimento informativo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
146	–	–	–	–	163	–	–	162	–	–	–

Unidade: m² | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Apesar de o indicador “Territórios artificializados *per capita*” ter sido já apresentado no **ODS 11 - Cidades sustentáveis** (Meta 11.3) e **ODS 13 - Ação climática** (Meta 13.1) voltamos a repeti-lo, excepcionalmente, neste capítulo pelo facto de ser (em ambos os ODS) considerado um indicador base do Handbook do Joint Research Center. A tendência de artificialização do território tem sido crescente ao longo do tempo. Faz-se nota que o facto de o Joint Research Center reiterar a presença deste indicador em três ODS distintos, reforça a sua importância e a atenção que deve merecer.

15.5 Meta: Tomar medidas para reduzir a degradação de habitats naturais e travar a perda de biodiversidade

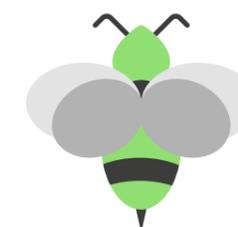
Ninhos de vespa asiática exterminados

Crescimento positivo ↑

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	60	107	106	168	238	299	474

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Serviço Municipal de Proteção Civil)

O Serviço Municipal de Proteção Civil é responsável pela exterminação de ninhos de vespa asiática, que é uma espécie invasora que representa um risco significativo para as abelhas autóctones. Neste sentido, entre 2015 e 2021, foram já exterminados um total de 1452 ninhos, acompanhando a disseminação desta espécie no concelho e os alertas enviados pela população.



1.452

é o número total de ninhos de vespa asiática exterminados entre 2015 e 2021, pelo Serviço Municipal da Proteção Civil.

Número de intervenções em incidências relacionadas com gaivotas

Crescimento positivo



2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	–	–	–	362	593	807	890

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental)

O número de incidências relacionadas com gaivotas tem crescido na cidade nos últimos anos. O número quase triplicou em 3 anos. Apesar de existirem várias espécies de gaivotas, uma destas espécies assumiu um comportamento agressivo e invasor na cidade, nidificando nos telhados, alimentando-se em vários pontos da região (AMP) e causando impactos para o bem-estar das pessoas (ruído, sujidade, ataques). A tendência crescente de incidências com gaivotas reflete o crescimento da população desta espécie (*Larus michaellis*) e assume-se que pode ter igualmente impacto nas populações de outras espécies selvagens. O controlo da população desta gaivota-de-patas-amarelas (em toda a Área Metropolitana do Porto) deve ser uma prioridade em termos de proteção da biodiversidade e bem-estar da população humana.

15.a

Meta: Mobilizar recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas

Como já reportado no **ODS 11 - Cidades sustentáveis** (Meta 11.4), ao longo dos anos, o Município tem aumentado consideravelmente o investimento na proteção da biodiversidade e da paisagem. Em 2013, foi investido um total de 31 euros por habitante nesta área. Já em 2020, o investimento foi de 47 euros *per capita*, representando um aumento bruto de 51%.

Indicadores propostos para futuras análises

- Proporção de inquiridos que visitam parques e espaços abertos pelo menos uma vez por semana;
- Proporção de terrenos que se encontram degradados sobre a área total dos terrenos “baldios”;
- **Abandono de terrenos agrícolas;
- Proporção de sítios importantes para a biodiversidade;
- Proporção de áreas protegidas terrestres;
- Número de nós de biodiversidade e reservas naturais criadas desde 2015;
- *Red List Index*;
- Índice de impermeabilização do solo;
- Índice de aves comuns;
- Índice de borboletas;
- ***Número de novas árvores plantadas.

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

***quando o indicador foi recomendado apenas na segunda edição do Handbook

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

Estratégia de Expansão de Espaços Verdes	
ODS relacionados	ODS 11, ODS 13
Lançamento	–
Última atualização	–
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	A Estratégia de expansão dos espaços verdes dá continuidade às prioridades estabelecidas na última revisão do PDM, de valorização da estrutura ecológica e da densificação das áreas verdes, com a componente das intervenções a realizar.

Plano Municipal de Arborização	
ODS relacionados	ODS 11, ODS 13
Lançamento	2021
Última atualização	–
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	O Plano Municipal de Arborização da Câmara do Porto define as espécies arbóreas a plantar, quais substituir ou descontinuar, tendo em vista as alterações climáticas e as características das ruas do Porto, do ponto de vista morfológico e bioclimático.

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	
ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2021
Última atualização	2021
Período de vigência	2021-2030
Descrição	Este plano surge de acordo com o Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, que convida os municípios a elaborá-lo, no sentido de constituir um instrumento para operacionalização nos respetivos territórios de orientações emanadas dos diferentes diplomas legais e instrumentos em vigor relacionados com a defesa da floresta.

Plano de Ação para controlo da população de gaivotas nos municípios costeiros da Área Metropolitana do Porto	
ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2021
Última atualização	–
Período de vigência	–
Descrição	Este plano integra a monitorização das populações de gaivotas (<i>Larus fuscus</i> e <i>Larus michahellis</i>), a avaliação da reprodução de <i>Larus michahellis</i> e a avaliação de padrões de movimentação e alimentação das gaivotas, bem como realização de testes piloto sobre a eficácia da implementação de medidas de exclusão e controlo de nidificação de gaivotas nos 4 municípios participantes na elaboração deste plano, com vista a controlar as comunidades e ao mesmo tempo prevenir incómodos causados pelas gaivotas nas cidades. O Porto é um dos municípios da Área Metropolitana do Porto que participou na sua elaboração.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

UrbanMycoServe	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	15.1, 15.2
Lançamento	2017
Descrição	O Porto aderiu ao projeto <i>UrbanMycoServe</i> , um trabalho de investigação da Escola de Biotecnologia da Universidade Católica, para o desenvolvimento de estratégias e ferramentas inovadoras com cogumelos silvestres, a fim de beneficiar o estado de saúde das árvores urbanas, alimentando-as e protegendo-as dos efeitos adversos do ambiente da cidade. Inicialmente, estes fungos foram inoculados em árvores de cal prateada (<i>Tilia tomentosa</i>) e, durante dois anos consecutivos, observou-se um crescimento significativo, especialmente em plantas que se encontravam num estado mais fraco, tornando-as tão vigorosas como as árvores com boa saúde.

Parque Laboratório	
ODS relacionados	ODS 11 (11.7), ODS 13 (13.2)
Meta(s) identificada(s)	15.1, 15.3
Lançamento	2021
Descrição	Esta proposta de trabalho visa estabelecer uma colaboração entre o CIBIO-InBIO através do ICETA - Instituto de Ciência, Tecnologia e Ambiente da Universidade do Porto e a Câmara Municipal do Porto para a implementação do projeto Parque Oriental da Cidade do Porto: Parque Laboratório de Biodiversidade e Paisagem. Este projeto visa dotar o Parque Oriental da Cidade do Porto como espaço de promoção e divulgação dos valores e paisagens naturais da Área Metropolitana do Porto, tornando-se um palco privilegiado para a fruição e apropriação dos valores naturais e para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, tanto para a população escolar da zona envolvente como para os visitantes do Parque.

FUTURO - projeto das 100.000 árvores na AMP	
ODS relacionados	ODS 13 (13.2)
Meta(s) identificada(s)	15.1, 15.2, 15.3
Lançamento	2021
Descrição	O FUTURO - projeto das 100.000 árvores na AMP, desenvolvido no âmbito do CRE.PORTO, do qual o Município do Porto faz parte. Surgiu em 2011 da necessidade de reabilitar áreas ardidas e/ou degradadas e subutilizadas com espécies nativas, permitindo a manutenção da biodiversidade com espécies adaptadas às condições das regiões, bem como o combate a espécies invasoras como o eucalipto. A produção das plantas nativas para este projeto é realizada no Viveiro Municipal do Porto (que foi especificamente certificado para este efeito).

FUN Porto – Florestas Urbanas Nativas no Porto	
ODS relacionados	ODS 13 (13.2)
Meta(s) identificada(s)	15.1, 15.2, 15.3
Lançamento	–
Descrição	O projeto FUN Porto promove o conhecimento e a expansão das florestas urbanas no Porto. Este projeto é promovido pela Câmara Municipal do Porto e contribui para o FUTURO - o projeto de 100.000 árvores na Área Metropolitana do Porto, beneficiando também do apoio da equipa do CRE.PORTO.

Porto BioLab	
ODS relacionados	ODS 13 (13.2)
Meta(s) identificada(s)	15.1, 15.2, 15.5, 15.6
Lançamento	2020
Descrição	O BioLAB do Porto é um espaço que desempenha um papel especial no âmbito da Rede de Biospots do Porto, parte do projeto FUN Porto. Visa criar uma floresta urbana na antiga Quinta de Salgueiros, com uma área de aproximadamente 6 hectares, que presta diversos serviços ecológicos à cidade.

Compostagem no Viveiro	
ODS relacionados	ODS 12 (12.5)
Meta(s) identificada(s)	15.5
Lançamento	2020
Descrição	O objetivo deste projeto é a recuperação de matérias-primas secundárias a partir de resíduos de biomassa no viveiro municipal. O projeto está ainda em estudo, na fase de recolha e estimativa dos custos de implementação, bem como a possibilidade de assinatura de parcerias com outras entidades.

Aplicação do Fundo Ambiental para controlo e erradicação da <i>Cortaderia Selloana</i>	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	15.8
Lançamento	–
Descrição	Com este projeto de Controlo e Erradicação da <i>Cortaderia selloana</i> , a Câmara Municipal do Porto pretende valorizar os ecossistemas naturalizados existentes com interesse ecológico, como o Parque da Cidade do Porto e o Parque Oriental e mapear as colónias atualmente existentes ainda não destruídas. Para tal, a Câmara Municipal do Porto iniciará o projeto através do levantamento e mapeamento das colónias existentes em espaços públicos, atualizando a plataforma criada. Não menos importante é a divulgação dos problemas associados às espécies invasoras, pelo que serão levadas a cabo ações de sensibilização do público. Este compromisso será monitorizado através de i) percentagem de avistamentos destruídos; ii) percentagem de avistamentos destruídos em áreas ecológicas sensíveis.

Inventário das árvores identificadas no município (WebSIG)	
ODS relacionados	ODS 11 (11.b)
Meta(s) identificada(s)	15.a
Lançamento	–
Descrição	O inventário das árvores foi criado pelo Município do Porto para monitorizar todas as árvores existentes no território. Esta informação é disponibilizada no painel de bordo criado com informações como as áreas onde se concentra o maior número de árvores, quantas árvores foram identificadas até agora - em 2020 100% de todas as árvores do Município tinham sido identificadas - a faixa etária das árvores identificadas e as suas espécies.

Centro de Recolha Oficial de Animais	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	15.1, 15.5
Lançamento	2020
Descrição	O Centro de Recolha Oficial de Animais do Porto (CROA), encontra-se em funcionamento desde abril de 2020 e acolhe os animais recolhidos da rua em condições dignas de alojamento, cuidado e bem-estar e da adoção de animais de companhia, constituindo uma medida importante em termos de saúde pública, do Plano Municipal de Controlo e Bem-Estar das Populações Animais de Cães e Gatos (de 2015), além de evitar o ataque de animais domésticos à biodiversidade no Município.



Paz, justiça e instituições eficazes



Paz, justiça e instituições eficazes

Promover a construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, com instituições eficazes e responsáveis. Garantir a igualdade de acesso à justiça para todos. Erradicar o abuso, a exploração e o tráfico e todas as formas de violência. Construir instituições eficazes, responsáveis, transparentes e inclusivas a todos os níveis. Promover o estado de direito.

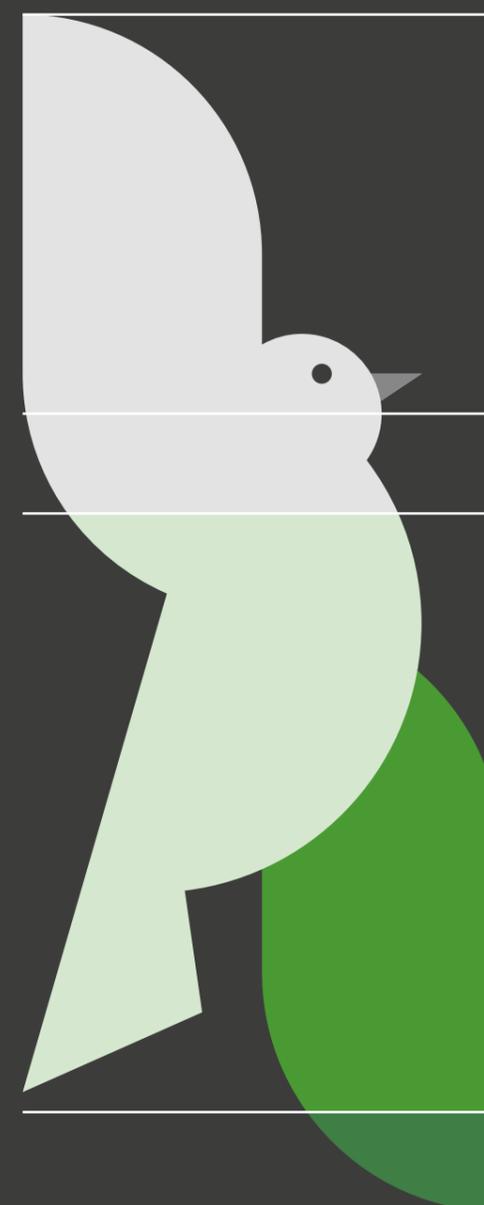
.....

A igualdade de tratamento perante a justiça e a confiança nas instituições permite uma sociedade pacífica e ao mesmo tempo resiliente. Dos indicadores analisados destaca-se a redução da taxa de criminalidade e a taxa de homicídios na cidade, assim como os crimes de violência física, psicológica ou sexual. Destaca-se ainda positivamente o Orçamento Colaborativo e a existência de projetos participativos de revitalização do espaço público da cidade, trazendo para o centro de decisão as pessoas que habitam a cidade, fortalecendo a ligação entre cidadãos e decisores políticos

Total

12 indicadores

A cidade do Porto apresentou resultados positivos quanto à paz, justiça e instituições eficazes, com mais da metade dos indicadores positivos (7/12).



4 indicadores com tendência negativa

1 indicador em situação estável

6 indicadores com tendência positiva

1 meta atingida

Metas a atingir

Definição das metas

- ⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.
- ⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.
- ✓ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.



16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares.



16.2 Acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças.



16.3 Promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.



16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos ilegais financeiros e de armas, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.



16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.



16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis.



16.7 Garantir que a tomada de decisão, a todos os níveis, é responsável, inclusiva, participativa e representativa.



16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governação global.



16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registo de nascimento.



16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.



16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive através da cooperação internacional, para a construção de melhor capacidade de resposta, a todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.



16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

Indicadores em análise

Meta(s)	Indicador	Descrição do Indicador
16.1	Taxa de criminalidade	Proporção do número de crimes registados no respetivo ano civil por 1.000 habitantes.
	**Taxa quinquenal de homicídios por 100.000 habitantes	Média do número de homicídios nos cinco últimos anos por 100.000 habitantes.
	Crimes relacionados com a violência física, psicológica ou sexual	Proporção da população residente que sofreu de violência física, psicológica ou sexual. Os dados escolhidos para representar essas violências são os seguintes: Ofensa à integridade física voluntária grave e simples; Violências domésticas por cônjuge ou análogo; Violências doméstica com menores; Outras violências domésticas; Maus-tratos/sobrecarga menores; Outros maus tratos; Violação; e Abusos sexuais em crianças/adolescentes/menores dependentes.
16.2	Taxa de incidência de crianças e jovens acompanhados por Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	Taxa de incidência de crianças e jovens com menos de 18 anos acompanhados por Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).
16.3	Duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância	Número de meses, em média, que duram os processos cíveis e penais no tribunal de 1ª instância do Município.
	Reclusos preventivos nos estabelecimentos prisionais comuns	Proporção de reclusas e reclusos que se encontravam em prisão preventiva nos estabelecimentos prisionais comuns, a 31 de dezembro do respetivo ano de referência, pelo número total de reclusos/as existentes nesses mesmos estabelecimentos.
16.6	***Índice de transparência municipal	Índice desenvolvido para calcular a capacidade do governo local de tornar públicos todos os seus atos. Este índice valoriza o fácil acesso da população a todas as despesas e ações levadas a cabo pela autoridade local.
	***Relação entre receitas e despesas do Município	Relação percentual entre as receitas e as despesas das operações não financeiras da Câmara Municipal do Porto.
	Proporção das despesas efetivas do Município financiadas pelas receitas municipais de impostos	Proporção das despesas municipais financiadas pelos impostos municipais.
16.7	**Participação eleitoral nas eleições autárquicas	Porcentagem da população que vota numa eleição autárquica sobre a população total elegível (i.e., maior de 18 anos de idade, com cidadania).
	Orçamento colaborativo	Este indicador visa a colaboração das freguesias para encorajar os cidadãos na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade, nos seus aspetos sociais, económicos e ambientais. Refere-se ao montante concedido a cada freguesia, anualmente.
16.9	Crianças com registo de nascimento	Proporção de crianças com menos de 5 anos com registo de nascimento numa autoridade de registo civil.

**quando o indicador foi recomendado nas primeira e segunda edições do Handbook (reafirmando a sua relevância)

***quando o indicador foi recomendado apenas na segunda edição do Handbook

Resultados por meta

16.1 Meta: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas

Taxa de criminalidade

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	69	70	70	70	75	68	72	74	71	56	47

Unidade: Permilagem (‰) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)



3,2%

de decréscimo médio anual, entre 2011 e 2021, da taxa de criminalidade no Porto.

**Taxa quinquenal de homicídios por 100.000 habitantes

Decréscimo positivo ↓

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	2,1	1,8	1,6	1,5	1,3	1,6	1,4	1,3	1,3	1,3	0,9

Unidade: Número absoluto | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [DGPJ](#)

A taxa de criminalidade tem sofrido um decréscimo no período em análise (2011-2021), a um ritmo médio anual de 3,2%. Por outro lado, no que diz respeito à taxa quinquenal de homicídios, é também perceptível uma diminuição para o período compreendido entre 2011 e 2021.

Crimes relacionados com a violência física, psicológica ou sexual

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	11	9	9	10	10	9	9	8	9	6	6

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [DGPJ](#)

Por fim, a proporção de crimes de violência física, psicológica ou sexual, mostram também um decréscimo médio anual de 5% para o período em análise (2011-2021).

16.2 Meta: Acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças

Taxa de incidência de crianças e jovens acompanhados por Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

Decréscimo positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	6,2	6,1	5,8	5,9	4,8	5,0	4,2	4,9

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [CNPDPJC](#)

A taxa de incidência de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ registou uma descida relativamente constante entre 2014 e 2020, na ordem dos 5% anualmente. No entanto, é importante acompanhar a subida de 16% registada entre os anos 2020 e 2021, como forma de compreender as possíveis razões para este fenómeno.

16.3 Meta: Promover o Estado de Direito e garantir a igualdade de acesso à justiça

Duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	–	25	28	28	27,8	29,2	28	30

Unidade: Número médio de meses | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [DGPJ](#)

A duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância, aumentou de 25 meses em 2015, para 30 meses em 2021 (o equivalente a 2 anos e meio).

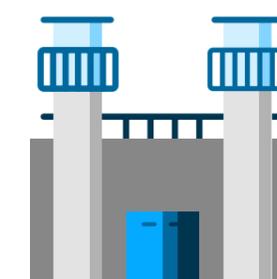
Reclusos preventivos nos estabelecimentos prisionais comuns

Estagnação 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	20	20	18	17	16	15	16	17	18	20	19

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

Relativamente à proporção de reclusos preventivos nos estabelecimentos prisionais comuns, verificou-se, entre 2011 e 2021, uma estabilização dos números, que conheceram uma variação pouco significativa.



A proporção de reclusos preventivos nos estabelecimentos prisionais comuns estabilizou nos últimos anos.

16.6 Meta: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes

***Índice de transparência municipal

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	–	52	50	50	68	–	–	–	–

Unidade: Ranking | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [ITM](#)

O Índice de Transparência Municipal (ITM) é um índice que permite aferir o grau de transparência de um município através de uma análise da informação disponibilizada aos cidadãos no website do respetivo município (varia entre 0 e 100, sendo este último valor o de desempenho máximo). Entre 2014 e 2017, o último ano em que o ITM foi calculado, o Porto subiu de 50% para 68%. Em 2014 o Porto colocou-se em 28º lugar (no total dos 308 municípios portugueses). Em 2017 posicionou-se em 52º lugar no mesmo universo.

***Relação entre receitas e despesas do Município

Decréscimo negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	107	112	100	121	109	140	111	108	110	96	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

A relação percentual entre receitas e despesas no Município manteve-se globalmente equilibrada (ligeiro decréscimo entre 2011 e 2020), com os picos máximos de desequilíbrio atingidos em 2014 e 2016, quando as receitas foram 21% e 40% mais elevadas do que as despesas, respetivamente.

Proporção das despesas efetivas do Município financiadas pelas receitas municipais de impostos

Crescimento negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	60	69	61	80	72	80	69	75	74	65	–

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [INE](#)

A proporção de despesas efetivas do Município financiadas pelas receitas municipais de impostos cresceu ligeiramente entre 2011 e 2020.

16.7 Meta: Garantir que a tomada de decisão é responsável, inclusiva, participativa e representativa

**Participação eleitoral nas eleições autárquicas

Decréscimo negativo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
–	–	–	53	–	–	–	54	–	–	–	49

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Sim | Fonte: [Pordata](#)

A taxa de participação dos residentes do Porto nas eleições autárquicas decresceu entre 2017 e 2021. Nesta última eleição a taxa de abstenção no Porto foi de 51% (como referência, para o mesmo ano a abstenção em Lisboa foi de 49%).

Orçamento colaborativo

Crescimento positivo 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-	-	-	-	-	-	-	-	-	735	1.050	1.085

Unidade: Milhares de EUR | Indicador sentinela: Sim | Fonte: Município do Porto (Direção Municipal de Recursos Financeiros)

Entre 2019 e 2021 registou-se um aumento médio anual de cerca de 23% do orçamento municipal afeto às Juntas de Freguesia para o seu orçamento colaborativo. Este orçamento visa a colaboração das freguesias para encorajar os cidadãos na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade, nos seus aspetos sociais, económicos e ambientais.

A cidade do Porto valoriza a participação da população em processos de consulta pública, visando a recolha de opiniões, sugestões e outros contributos sobre planos e projetos, com o objetivo de assegurar a intervenção do público interessado nos processos de decisão no âmbito do Ordenamento do Território. Um dos exemplos mais expressivos da participação do público decorre no âmbito da discussão pública da proposta de alteração do Plano Diretor Municipal. Outro exemplo é o do projeto [URBiNAT](#).

16.9 Meta: Fornecer identidade legal para todos, incluindo o registo de nascimento

Crianças com registo de nascimento

Meta atingida 

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	-

Unidade: Percentagem (%) | Indicador sentinela: Não | Fonte: [Nações Unidas](#)

A proporção de crianças com registo de nascimento numa autoridade de registo civil para todo o período em análise (2010-2020) manteve-se nos 100% de crianças legalmente registadas numa dessas instituições.



100%

Entre 2010 e 2020 a proporção de crianças com registo de nascimento numa autoridade de registo civil manteve-se nos 100%.

Indicadores propostos para futuras análises

- Casos de tráfico de seres humanos;
- Proporção da população que se sente segura a andar sozinha pela zona onde vive;
- Proporção de crianças entre 1 e 17 anos de idade que sofreram qualquer castigo físico e/ou agressão psicológica por parte dos prestadores de cuidados;
- Despesa municipal em tribunais *per capita*;
- Casos de corrupção denunciados;
- Índice de perceção de corrupção;
- Proporção da população com confiança nas instituições públicas.

Principais estratégias e planos municipais com impacto neste ODS

Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	
ODS relacionados	ODS 11
Lançamento	2009
Última atualização	2021
Período de vigência	Não se aplica
Descrição	O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas tem como objetivo principal identificar os fatores que podem potenciar a ocorrência de riscos de corrupção e/ou de infrações conexas, estabelecer medidas preventivas e corretivas para reduzir a probabilidade de ocorrência destes riscos e definir a metodologia para a implementação e monitorização das medidas definidas, identificando os responsáveis pela sua execução. É obrigatória a elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.

Principais programas, projetos e iniciativas municipais com impacto neste ODS

Centro de Gestão Integrada (CGI)	
ODS relacionados	ODS 11 (11.7)
Meta(s) identificada(s)	16.1
Lançamento	2015
Descrição	O Centro de Gestão Integrada (CGI) é um projeto pioneiro no país. O principal objetivo deste projeto é a criação de uma estrutura que reúna várias entidades com diferentes responsabilidades na cidade, para que a solução dos problemas quotidianos (quedas de árvores, catástrofes naturais e outros tipos de ocorrências) que surgem no dia-a-dia possa ser promovida de uma forma mais eficaz e eficiente, por uma equipa multidisciplinar com conhecimentos nos vários aspetos que podem ser chamados à ação.

Orçamento Colaborativo	
ODS relacionados	–
Meta(s) identificada(s)	16.6
Lançamento	2016
Descrição	Todos os anos, o Município do Porto concede fundos às freguesias que compõem o Município, para apoiar a implementação de projetos nas suas áreas territoriais. Esta medida difere do Orçamento Participativo comum. Entre 2016 e 2020, os montantes atribuídos a cada freguesia têm vindo a aumentar, refletindo um enfoque crescente na criação de uma rede de apoio em conjunto com estes organismos, para atuar no território e na população da cidade.

Promoção da Participação Pública - Largo Dr. Tito Fontes e Largo de 3 de fevereiro	
ODS relacionados	ODS 11 (11.3, 11.7)
Meta(s) identificada(s)	16.7
Lançamento	2020
Descrição	O “Largo Dr. Tito Fontes” e o “Largo de 3 de Fevereiro” foram dois exemplos de projetos de revitalização do espaço público da cidade. Estes dois projetos foram concluídos com a participação da população no processo de tomada de decisão destas intervenções, para promover um espaço público adequado para os residentes/visitantes da cidade. Estes projetos envolveram muitas atividades para aqueles que pretendiam ter a sua opinião representada nestes projetos.



Parcerias para a implementação dos objetivos

ODS 17

Parcerias para a implementação dos objetivos

Fortalecer as parcerias para o desenvolvimento sustentável e implementação dos ODS. Mobilizar os recursos necessários para o seu alcance, incluindo meios técnicos e financeiros. Fomentar a cooperação internacional e as parcerias público-privadas.

.....

O Município do Porto tem trabalhado em conjunto com várias organizações, instituições e setores para alcançar os ODS em todas as dimensões. Das várias redes identificadas na análise, destacam-se a Eurocities, o Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia, a Water Wise Cities, a Rede Global de Cidades Resilientes e a Associação Internacional de Cidades Educadoras. O Porto tem ainda protocolos de geminação com várias cidades de forma a fortalecer o intercâmbio cultural, científico, económico e desportivo, e promover a colaboração.

Metas a atingir

Definição das metas

- ⊖ Metas indicadas como não aplicáveis a nível local.
- ⊗ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, mas sem dados disponíveis.
- ⊕ Metas indicadas como aplicáveis a nível local, com dados disponíveis.

17.1 ⊗

Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive através do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional de cobrança de impostos e outras fontes de receita.

17.2 ⊗

Os países desenvolvidos devem implementar de forma plena os seus compromissos em matéria de ajuda pública ao desenvolvimento (APD), incluindo o compromisso de muitos países desenvolvidos de atingir a meta de 0,70% da APD/RNB para os países em desenvolvimento e de 0,15 a 0,20% da APD/RNB para os países menos desenvolvidos; os prestadores de APD são incentivados a considerar estabelecer uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da APD/RNB aos países menos desenvolvidos.

17.3 ⊗

Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.

17.4 ⊖

Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo através de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e abordar a questão da dívida externa dos países pobres altamente endividados de forma a reduzir o sobre-endividamento.

17.5 ⊗

Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos.

17.6 ⊗

Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular ao nível regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar a partilha de conhecimento em termos mutuamente acordados, inclusive através de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

17.7 ⊗

Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.

17.8 ⊖

Operacionalizar plenamente o banco de tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.

17.9 ⊗

Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive através da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.



Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), inclusive através da conclusão das negociações no âmbito da Agenda de Desenvolvimento de Doha.



Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020.



Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de quotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive através de garantias de que as regras de origem preferencial aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.



Aumentar a estabilidade macroeconómica global, inclusive através da coordenação e da coerência de políticas.



Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.



Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.



Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e partilhem o conhecimento, a perícia, a tecnologia e os recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.



Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.



Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e fidedignos, desagregados ao nível do rendimento, género, idade, etnia, estatuto migratório, incapacidade, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.



Até 2030, partir de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o Produto Interno Bruto (PIB) e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

17.16 Meta: Reforçar as parcerias para o desenvolvimento sustentável

O Município do Porto tem trabalhado em conjunto com várias organizações, instituições e setores para alcançar os ODS em todas as dimensões (lista não exaustiva abaixo).

Além disso, a cidade tem participado em projetos de cooperação internacional com países como Brasil, Moçambique e Cabo Verde, com o objetivo de promover a sustentabilidade e desenvolvimento socioeconómico.

É de referir ainda que o Porto tem protocolos de geminação celebrados com várias cidades localizadas por todo o mundo com quem estabelecem relações bilaterais de amizade e de intercâmbio cultural, científico, económico, desportivo, entre outros, e definem objetivos comuns de colaboração: Jena (Alemanha), Luanda (Angola), Liège (Bélgica), Santos (Brasil), Recife (Brasil), Mindelo (Cabo Verde), Macau (R.A.E.) (China), Xangai (China), Duruelo de la Sierra (Espanha), Leão (Espanha), Vigo (Espanha), Bordéus (França), Isfahan (Irão), Nagasáqui (Japão), Beira (Moçambique), Roterdão (Países-Baixos), Bristol (Reino Unido), Neves (São Tomé e Príncipe), Ho Chi Minh (Vietnam) e Ndola (Zâmbia).

Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia	
ODS relacionados	ODS 7, ODS 8, ODS 13, ODS 15
Meta(s) identificada(s)	17.16
Lançamento	2019
Descrição	A cidade do Porto pretende aliar-se a outros países para combater causas comuns, nomeadamente no que diz respeito aos desafios globais, tais como a adaptação às alterações climáticas. Neste sentido, a cidade do Porto juntou-se a outras cidades para assinar o Pacto Global de Autarcas pelo Clima e Energia, em 2019, com o compromisso de reduzir as emissões de GEE em 50% até 2030.

<u>Eurocities</u>	
ODS relacionados	ODS 1 - ODS 17
Meta(s) identificada(s)	17.16
Lançamento	1990
Descrição	A cidade do Porto aderiu à iniciativa Eurocities desde 1990, juntamente com outras 189 cidades, com o objetivo de criar uma rede de atividades destinadas à população que vive nas cidades e promover o bem-estar, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável destes espaços. Neste sentido, o Município do Porto assume o mandato do Fórum do Ambiente da rede Eurocities, de 2018 a 2022.

<u>Parceria Económica Circular no âmbito da Agenda Urbana para a EU</u>	
ODS relacionados	ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 15
Meta(s) identificada(s)	17.16
Lançamento	2015
Descrição	A cidade do Porto está envolvida na parceria da Economia Circular no âmbito da Agenda Urbana para a UE. Neste acordo, a cidade compromete-se a tornar-se mais sustentável e circular até 2030, a partir da implementação de várias medidas que promovam estas práticas. Visa a forma como os produtos são concebidos, promove processos de economia circular, encoraja o consumo sustentável e visa assegurar que os resíduos são evitados e os recursos utilizados são mantidos na economia da UE durante o maior tempo possível.

<u>Iniciativa FOOD da Fundação Ellen MacArthur</u>	
ODS relacionados	ODS 2, ODS 11, ODS 12
Meta(s) identificada(s)	17.16
Lançamento	2020
Descrição	O Município do Porto é um membro convidado da Fundação Ellen MacArthur, assumindo o compromisso de promover e apoiar a economia circular. Neste sentido, a cidade integra o grupo de cidades da iniciativa FOOD da Fundação Ellen MacArthur. Este projeto está empenhado em criar uma economia circular, um novo sistema económico no qual não são produzidos resíduos nem poluição, mantemos produtos e materiais em uso, e regeneramos sistemas naturais. É um sistema que proporciona melhores resultados para as pessoas e para o ambiente.

Casa Comum da Humanidade	
ODS relacionados	ODS 13
Meta(s) identificada(s)	17.16
Lançamento	2018
Descrição	O Município do Porto é membro da Casa Comum da Humanidade. Este projeto é uma rede criada para envolver a comunidade científica, política e sociedade civil na construção de um sistema de proteção legal e organização capaz de representar, proteger e manter as condições vitais do sistema Terra, um património natural intangível da humanidade.

Associação Internacional de Cidades Educadoras	
ODS relacionados	ODS 4, ODS 11
Meta(s) identificada(s)	17.16
Lançamento	1990
Descrição	A Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) é uma estrutura de colaboração de governos locais empenhados nos princípios consagrados na Carta das Cidades Educadoras, à qual o Porto aderiu em 1990. A AICE reúne atualmente 482 cidades de 34 países. O Município do Porto faz parte da Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras (RTPCE), que inclui 85 outras cidades portuguesas, e participa ativamente em Encontros e Congressos Nacionais e Internacionais e no Boletim da RTPCE, apresentando as boas práticas educativas implementadas na cidade do Porto.

Porto Cidade Amiga das Crianças	
ODS relacionados	ODS 4, ODS 12
Meta(s) identificada(s)	17.16
Lançamento	2017
Descrição	O Programa Cidades Amigas da Criança, promovido pela UNICEF Portugal desde 2015, advoga a adoção de uma política coordenada para a infância e adolescência, que reforce a articulação entre todos os setores municipais e o estabelecimento de parcerias com instituições comunitárias que promovam o bem-estar de todos os cidadãos, particularmente das crianças (0-18 anos). A adesão do Município do Porto ao programa foi concretizada com a definição de um Plano de Ação Local (PAL) para 2017-2021, cujo desenvolvimento está a ser acompanhado pela UNICEF Portugal. Este Plano de Ação Local inclui 3 eixos principais de intervenção: a) Coordenação Intersectorial; b) Comunicação e Informação sobre a promoção e proteção dos Direitos da Criança; c) Participação Ativa das Crianças. Em 2019, o Município do Porto foi reconhecido como uma Cidade Amiga da Criança.

Water Wise Cities	
ODS relacionados	ODS 6, ODS 12
Meta(s) identificada(s)	17.16
Lançamento	2019
Descrição	Os princípios estabelecidos nesta rede ajudam os líderes das cidades a garantir que todos nas suas cidades tenham acesso a água segura e saneamento. Um dos objetivos é assegurar que a água seja integrada no planeamento e conceção nas cidades, de modo a proporcionar maior resistência às alterações climáticas, habitabilidade, eficiência, e um sentido de lugar para as comunidades urbanas.

Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas	
ODS relacionados	ODS 3
Meta(s) identificada(s)	17.16
Lançamento	2010
Descrição	É uma iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa responder ao rápido envelhecimento das populações e criar ambientes urbanos que permitam às pessoas idosas uma maior participação cívica na sociedade. O convite de adesão foi alargado a todas as cidades do mundo e, em 2010, o Município do Porto aderiu à Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas.

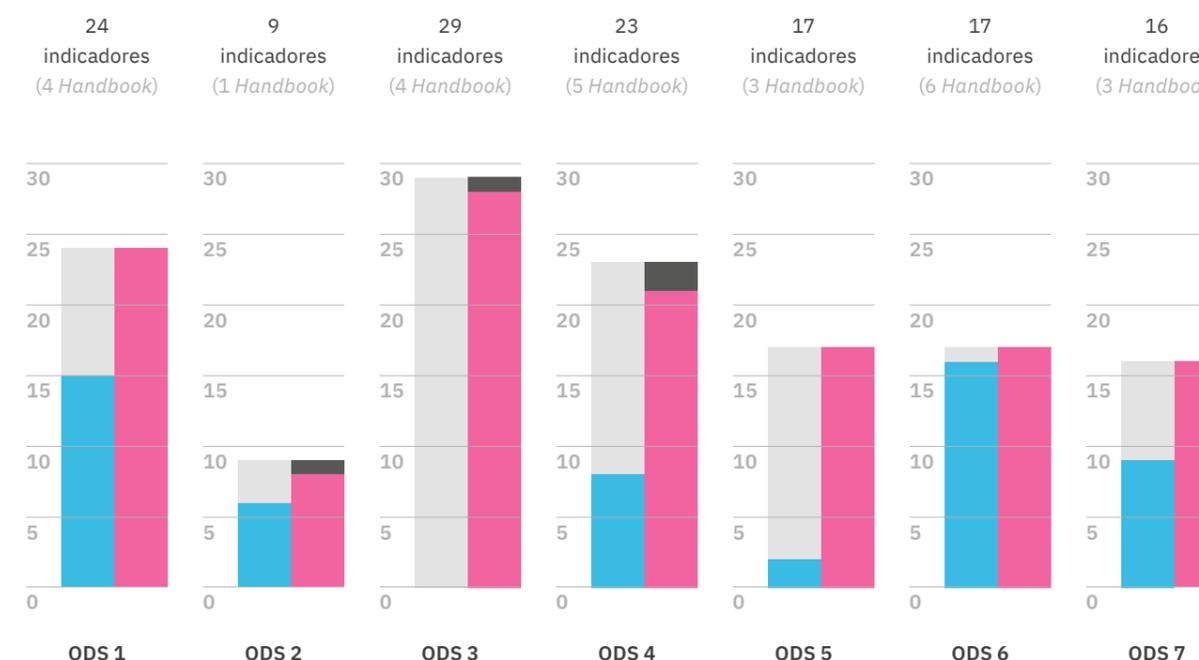
Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	
ODS relacionados	ODS 3
Meta(s) identificada(s)	17.16
Lançamento	2018
Descrição	O Município do Porto, assumindo que deve liderar o planeamento estratégico de ações integradas e inovadoras que abordem todos os aspetos da saúde e da qualidade de vida dos seus munícipes numa perspetiva holística, procedeu à operacionalização da adesão oficial do Porto à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS).

Rede Global de Cidades Resilientes	
ODS relacionados	ODS 11, ODS 13
Meta(s) identificada(s)	17.16
Lançamento	2020
Descrição	A Rede Global de Cidades Resilientes (GRCN) é uma iniciativa liderada pelo UN-Habitat. A Rede tem como objetivos reduzir o risco com enfoque na prevenção, antecipar a incerteza e ameaça e resistir ao desastre através de melhor socorro e rápida recuperação. Com a adesão a esta rede que põe no terreno a estratégia assente no quadro das Nações Unidas, o Porto está agora comprometido em desenvolver ações de prevenção, de preparação para fazer face e de mitigação de catástrofes naturais, humanas e tecnológicas a nível local.

Síntese dos resultados

Este primeiro Relatório Voluntário Local sobre o desempenho do Porto relativamente aos 17 ODS (por sua vez segmentados em 169 metas) reuniu a análise de um total de 240 indicadores: 219 permitem a análise da sua evolução, 11 apresentam uma tendência positiva ou negativa mas necessitam de uma análise mais aprofundada enquanto 10 fornecem dados pontuais.

No gráfico seguinte expõe-se a proporção de indicadores de evolução e pontuais analisados por ODS, bem como a fonte de origem dos dados (dados municipais ou fontes externas):



Indicadores propostos para futuras análises

- Proporção da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) no rendimento bruto direcionada ao desenvolvimento económico e bem-estar.

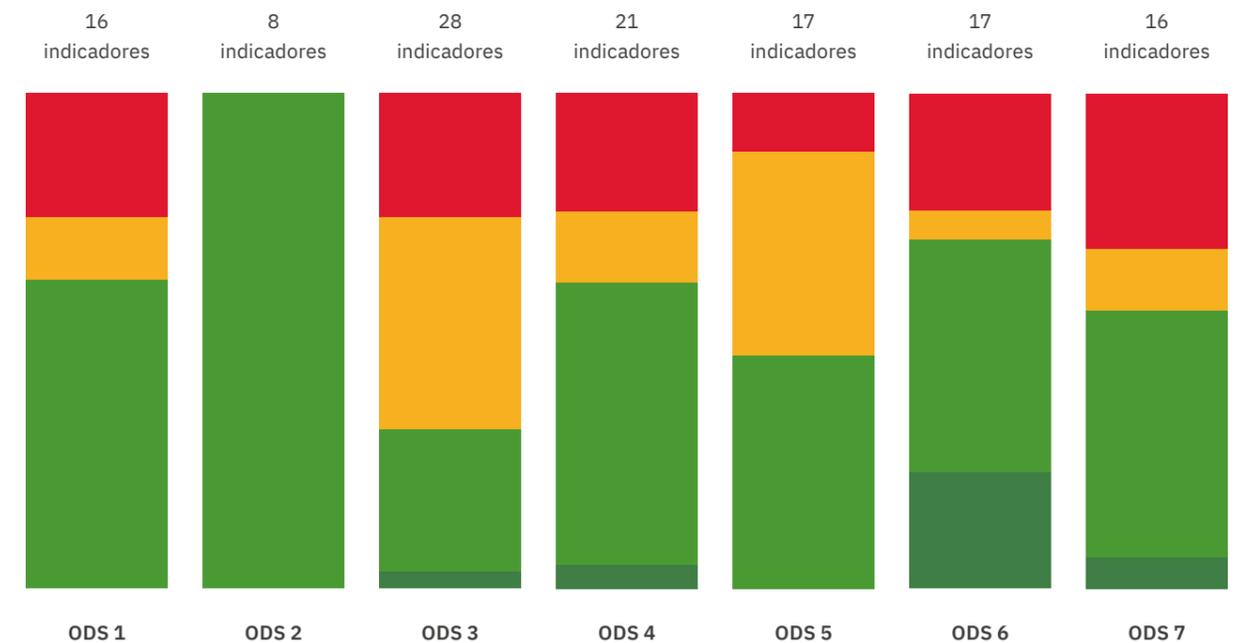


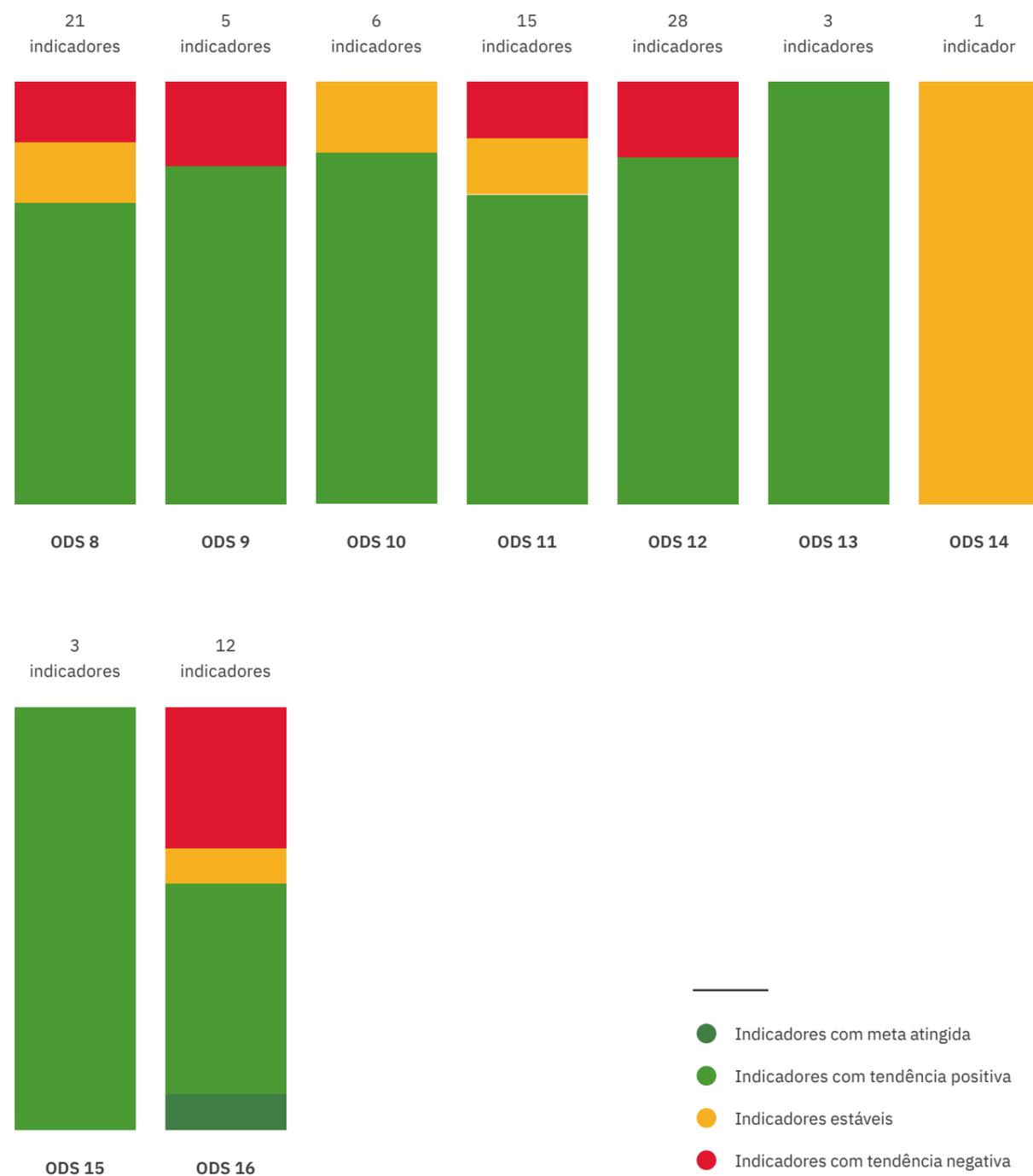
O amplo conjunto de indicadores usado reuniu 49 recomendados pelo *Joint Research Center* (JRC) na avaliação do desempenho local relativamente aos ODS (em [European Handbook for SDG Voluntary Local Reviews 2020 Edition](#) e [European Handbook for SDG Voluntary Local Reviews 2020 Edition](#)), bem como outros inúmeros indicadores da situação social, económica e

ambiental (para a cidade do Porto) e ainda indicadores de resposta municipal a vários desafios e resultantes de vários projetos municipais. Estes últimos, não sendo comparáveis com outras cidades, mostraram-se essenciais para retratar a realidade municipal. As dificuldades encontradas na seleção e caracterização de indicadores foi devidamente reportada em [Building urban datasets for the SDGs. Six European cities monitoring the 2030 Agenda](#).

Neste RVL identificaram-se igualmente 45 planos e estratégias e 140 programas, projetos e iniciativas municipais principais (ou em parceria estreita com o Município) para dar resposta aos desafios dos vários ODS.

O desempenho do Porto relativamente aos ODS é apresentado de forma sintética no gráfico seguinte, considerando os (219) indicadores cuja evolução foi analisada:





No global, destaca-se o seguinte:

- A cidade do Porto apresenta um bom desempenho global no cumprimento dos ODS: 59% dos 219 indicadores de evolução analisados estão a caminhar no sentido positivo e 4% deles já estão no seu desempenho máximo (metas atingidas). Apenas 21% dos indicadores mostram uma evolução no sentido contrário ao desejável e 16% mostram-se numa

situação de estagnação (não desejável) ao longo do tempo.

- Apesar de em todos os ODS serem encontrados pontos fortes e menos fortes, destaca-se um melhor desempenho nos ODS 1 (Erradicar a pobreza), 2 (Erradicar a fome); 8 (Trabalho digno e economia), 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), 12 (Produção e consumo sustentáveis), 13 (Ação Climática) e 15 (Proteger a vida terrestre).
- Há ODS para os quais o Município do Porto apresenta um desempenho menos positivo de acordo com os indicadores recolhidos, nomeadamente, nos ODS 3 (Saúde de qualidade), 5 (Igualdade de género) e 14 (Proteger a vida marinha). No que se refere concretamente ao ODS 3 (Saúde e qualidade), a mais recente reestruturação efetuada ao Executivo Municipal e respetiva adaptação da macroestrutura, originou a criação do Pelouro da Saúde e Qualidade de Vida, Juventude e, consequentemente, a criação do Departamento de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida e Juventude (DMPSQVJ). Esta mudança teve como intuito viabilizar o reforço do desenvolvimento de políticas ativas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, promovendo a saúde numa perspetiva integrada e num processo conducente à melhoria do desempenho municipal e, consequentemente, da resposta ao ODS 3.
- A COVID-19 (2020 e 2021; com os necessários confinamentos) teve um impacto evidente em vários dos indicadores analisados e pode ajudar a entender em que indicadores um choque externo inesperado pode ter maior impacto.

A análise realizada (cuja metodologia foi descrita detalhadamente no capítulo respetivo) tem naturalmente as suas limitações, destacando-se:

- Os resultados apurados são válidos para o presente conjunto de indicadores (e podem ser distintos de outras análises equivalentes que usem uma metodologia distinta).
- Há ODS para os quais se verificou uma maior dificuldade em encontrar indicadores disponíveis e ações concretas, o que pode enviesar os resultados pelo facto de a análise ser realizada com um menor número de indicadores. Por outro lado, pode demonstrar que necessitam de maior atenção e investimento.
- Não foi realizado matematicamente o cálculo das distâncias às metas (frequentemente as metas não são objetivamente / quantitativamente claras).
- Não foi realizada consulta a *stakeholders* externos para reunir dados e projetos/iniciativas adicionais e complementares que possam ser relevantes para responder aos ODS na cidade.

Observações finais e recomendações para o futuro

A elaboração do primeiro Relatório Voluntário Local sobre os ODS2030 para o Porto mostrou-se um exercício virtuoso por:

- Promover a integração do conhecimento, informação, experiência e ação dispersos pelas várias Unidades Orgânicas, Empresas Municipais e Participadas (dados, projetos, planos, estratégias).
- Estimular a transversalidade da análise (por exemplo, indicadores tradicionalmente associados a ODS ligados ao ambiente são localizados em ODS na área economia ou na área social, por exemplo, porque complementam a análise de várias metas).
- Valorizar a relevância dos programas, projetos e iniciativas transformativas municipais para a cidade e para os ODS, bem como reconhecer os planos existentes.
- Resultar num amplo conjunto de indicadores identificados e caracterizados para avaliar os ODS que, numa fase posterior, deve ser reavaliado para se selecionarem os indicadores centrais para cada ODS (esta fase do trabalho abriu a oportunidade para numa segunda etapa haver foco no essencial e facilitar análises posteriores).
- Permitir evidenciar através de dados (indicadores) a interdependência existente entre distintos ODS.
- Permitir reforçar o conhecimento sobre as potencialidades, fraquezas e oportunidades na cidade, complementando outros exercícios mais setoriais.
- Identificar eventuais lacunas de atenção da ação municipal.
- Reforçar a necessidade de o Município ter uma rede de monitorização articulada e coesa, um processo já em curso.

- Constituir um contributo para a avaliação e (re)definição das estratégias e projetos para os anos seguintes tendo por base a análise da evolução de indicadores relacionados com estratégias e projetos adotados.

Recomenda-se que o presente exercício possa servir de base para:

1. Estabelecer uma estrutura de governação para os ODS no Município.
2. Estabelecer uma equipa técnica integrada e transversal no Município responsável por:
 - Reunir propostas de melhoria para próximas análises.
 - Redefinir indicadores a analisar por ODS.
 - Redefinir os indicadores chave a monitorizar (sentinela).
 - Construir uma base de dados comum com métricas de recolha de dados estabelecidas (index).
 - Reunir dados (indicadores, projetos, planos) com regularidade, atualizando a base de dados comum.
 - Mediar o envolvimento de stakeholders locais para enriquecer a análise, bem como valorizar as suas iniciativas.
 - Elaborar um RVL (a cada 2 anos).

Espera-se que a continuidade deste processo possa trazer ao Porto:

- Conhecimento e reflexões úteis para a tomada de decisão.
- A manutenção de uma rede de monitorização articulada e coesa.
- A oportunidade para rever a definição de missões, estratégias e objetivos para várias áreas de atuação (em várias organizações da cidade).

Bibliografia

- European Commission Joint Research Centre. (2020).
Handbook for the preparation of Voluntary Local Reviews [Handbook].
European Commission Joint Research Centre.
<https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC118682>
- Siragusa, A., Stamos, I., Bertozzi, C. and Proietti, P., **European Handbook for SDG Voluntary Local Reviews - 2022 Edition**, EUR 31111 EN, Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2022, ISBN 978-92-76-53389-4, doi:10.2760/355330, JRC129381.
- Siragusa, A., Proietti, P., Bertozzi, C., Coll Aliaga, E., Foracchia, S., Irving, A., Monni, S., Pacheco Oliveira, M. and Sisto, R., **Building urban datasets for the SDGs. Six European cities monitoring the 2030 Agenda**, Siragusa, A., Proietti, P. and Bertozzi, C. editor(s), EUR 30855 EN, Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2021, ISBN 978-92-76-42050-7, doi:10.2760/510439, JRC126179.
- European Commission Joint Research Centre. (2021).
The EU SDG Indicator Set 2021 [PDF].
European Commission Joint Research Centre.
<https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC126179>
- Sachs, J., Schmidt-Traub, G., Kroll, C., Lafortune, G., Fuller, G., & Woelm, F. (2021).
Sustainable Development Report 2021: The Decade of Action for the Sustainable Development Goals [PDF].
Cambridge University Press.
<https://sdsn.org/wp-content/uploads/2021/06/SDR-2021-Full-Report.pdf>
- Instituto Nacional de Estatística (2021).
Indicadores ODS para Portugal.
INE.
https://www.ine.pt/ine_novidades/Indicadores-ODS-para-Portugal/index.html

Webgrafia

- Instituto Nacional de Estatística. (s.d.).
População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos de 2021).
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0010745&contexto=bd&selTab=tab2
- World Travel Awards. (2020).
Europe's Leading Destination 2020.
<https://www.worldtravelawards.com/award-europes-leading-destination-2020>
- World Travel Awards. (2020).
Europe's Leading City Break Destination 2020.
<https://www.worldtravelawards.com/award-europes-leading-city-break-destination-2020>
- InvestPorto. (s.d.).
Annual Investment Meeting places Porto on the podium of foreign investment and smart cities.
<https://www.investporto.pt/en/news/annual-investment-meeting-places-porto-on-the-podium-of-foreign-investment-and-smart-cities/>
- The Academy of Urbanism. (s.d.).
Porto named European City of the Year at 2020 Urbanism Awards.
<https://www.academyofurbanism.org.uk/porto-named-european-city-of-the-year-at-2020-urbanism-awards/>
- Câmara Municipal do Porto - Coesão Social e Habitação. (s.d.).
Programa de Consumo Vigiado - PCV+.
<https://coesaosocial.cm-porto.pt/programa-consumo-vigiado/programa-de-consumo-vigiado>

Câmara Municipal do Porto - Notícias. (s.d.).

Perdas de água na rede pública atingem valor mais baixo de sempre em 2021 [Notícia].

<https://www.porto.pt/pt/noticia/perdas-de-agua-na-rede-publica-atingem-valor-mais-baixo-de-sempre-em-2021>

Câmara Municipal do Porto - Notícias. (s.d.).

Executivo vota redução de 2% da tarifa da água no primeiro escalão dos utilizadores domésticos [Notícia].

<https://www.porto.pt/pt/noticia/executivo-vota-reducao-de-2-da-tarifa-da-agua-no-primeiro-escalao-dos-utilizadores-domesticos>

Direção-Geral de Energia e Geologia - Destaques. (s.d.).

Energia em Números – Edição 2022 [Destaque].

<https://www.dgeg.gov.pt/pt/destaques/energia-em-numeros-edicao-2022/>

EM-DAT: The Emergency Events Database

Université catholique de Louvain (UCL) - CRED, D. Guha-Sapir

www.emdat.be

Brussels, Belgium.

Direção-Geral da Política do Mar

Destaques ENM21_30 [Destaque].(s.d.)

<https://www.dgpm.mm.gov.pt/enm-21-30>

